



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

KALYNE MENEZES SOUZA

**A Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal*
(1978-1988):**

narrativas de memórias midiáticas e culturais

GOIÂNIA
2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Kalyne Menezes Souza

3. Título do trabalho

A Cooperativa de Jornalistas de Goiás - *Projornal* (1978-1988): narrativas de memórias midiáticas e culturais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☐ SIM ☒ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 29/09/2022, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **KALYNE MENEZES SOUZA, Discente**, em 29/09/2022, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3227298** e o código CRC **1844B599**.

Referência: Processo nº 23070.040487/2022-59

SEI nº 3227298



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☐ Dissertação ☒ Tese ☐ Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Kalyne Menezes Souza

3. Título do trabalho

A Cooperativa de Jornalistas de Goiás - Projornal (1978-1988): narrativas de memórias midiáticas e culturais

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **KALYNE MENEZES SOUZA, Usuário Externo**, em 26/12/2023, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4281175** e o código CRC **8011106A**.

Referência: Processo nº 23070.040487/2022-59

SEI nº 4281175

KALYNE MENEZES SOUZA

**A Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal*
(1978-1988):**

narrativas de memórias midiáticas e culturais

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação, Cultura e Cidadania.

Linha de Pesquisa: Mídia e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges.

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Kalyne Menezes

A Cooperativa de Jornalistas de Goiás - Projornal (1978-1988):
[manuscrito] : narrativas de memórias midiáticas e culturais / Kalyne
Menezes Souza. - 2022.
299 f.

Orientador: Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de
Informação e Comunicação (FIC), Programa de Pós-Graduação em
Comunicação, Goiânia, 2022.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Comunicação. 2. Cultura. 3. História da Imprensa em Goiás. 4.
Projornal. 5. cooperativismo. I. Borges, Rosana Maria Ribeiro, orient.
II. Título.

CDU 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº **27/2022** da sessão de Defesa de Tese de **Kalyne Menezes Souza** que confere o título de Doutora em **Comunicação**, na área de concentração em **Comunicação, Cultura e Cidadania**.

Aos **dois dias de setembro de dois mil e vinte e dois**, a partir das **dez horas**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada “**A Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal):** narrativas de memórias midiáticas e culturais”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora **Rosana Maria Ribeiro Borges (PPGCOM/FIC/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **André Bonsanto Dias (PPGCOM/FIC/UFG)**, membro titular interno; Professora Doutora **Andréa Pereira dos Santos (PPGCOM/FIC/UFG)**, membra titular interna; Professora Doutora **Celia Del Palacio Montiel (CECC/UV)**, membra titular externa; Professor Doutor **Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa (DCC/UFP)**, membro titular externo; **com a participação de todos por videoconferência**. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho conforme explicitado abaixo**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Rosana Maria Ribeiro Borges**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dois dias de setembro de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

A Cooperativa de Jornalistas de Goiás - Projornal (1978-1988): narrativas de memórias midiáticas e culturais”



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Maria Ribeiro Borges, Professora do Magistério Superior**, em 02/09/2022, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Pereira Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 02/09/2022, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andre Bonsanto Dias, Professor do Magistério Superior-Visitante**, em 02/09/2022, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Celia del Palacio Montiel, Usuário Externo**, em 14/09/2022, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3146178** e o código CRC **E09411D3**.



Referência: Processo nº 23070.040487/2022-59

SEI nº 3146178

KALYNE MENEZES SOUZA

**A COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (1978-1988):
NARRATIVAS DE MEMÓRIAS MIDIÁTICAS E CULTURAIS**

Tese de Doutorado avaliada pela Branca Examinadora:

Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG)
Orientadora

Profa. Dra. Andrea Pereira dos Santos
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG)
Membra Interna

Prof. Dr. André Bonsanto Dias
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFG)
Membra Interna

Celia Del Palacio Montiel
Universidad Veracruzana (Centro de Estudios de la Cultura y la Comunicación)
Membra Externa

Jorge Pedro Almeida Silva e Sousa
Universidade Nova de Lisboa (Instituto de Ciências da Comunicação)
Membro Externo

GOIÂNIA
2022

Dedico esta tese:

Aos 29 membros fundadores da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*);

Aos jornalistas que atuaram na *Projornal* durante sua existência (1978-1988) e demais colaboradores;

Aos profissionais de Jornalismo e de Comunicação de hoje e do futuro.

Que esta história sirva de inspiração para uma prática profissional comprometida e engajada com a transformação social.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o incentivo e o apoio de pessoas que acreditaram, junto comigo, no potencial desta pesquisa. Em muitos momentos cruciais, durante a investigação científica, esse suporte foi essencial à minha trajetória enquanto pesquisadora, possibilitando que eu pudesse, minimamente, contar, de maneira mais próxima, a história da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*).

Agradeço aos meus pais pela compreensão e apoio, sempre que necessário, materializados na convivência e no afeto. Aos meus irmãos Marcos Menezes e Katyanne Menezes pelo incentivo e pelas conversas em momentos oportunos.

Agradeço à minha orientadora e amiga professora Rosana Borges por apostar comigo nesta pesquisa e pelas trocas de conhecimento, pelos ensinamentos e pelo companheirismo para além do espaço acadêmico. Ao professor Juarez Ferraz de Maia pela amizade e pelos conselhos oportunos. Aos professores da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás pelo acolhimento e pela troca de conhecimento sobre a Comunicação e sobre o mundo.

Aos jornalistas que, gentilmente, concederam entrevistas e disponibilizaram informações para que esta pesquisa fosse viabilizada. Um agradecimento especial a Gina Louise Pinheiro Jorge, Jales Rodrigues Naves e Laurenice Noletto Alves pela disponibilização de seus acervos particulares para esta pesquisa. Agradeço, ainda, a Paulo da Silva Ramos Júnior pela disponibilização de informações e de parte do acervo do jornal Top News no início deste estudo.

Agradeço aos amigos Dávila Kess, Evandro Costa, Evaldo Gonçalves, Jader Sá Teles, Lara Guerreiro, Lucas Alcântara, Max Vinícius Souza Mello, Milena Marra, Priscila Walker, Roldão Barros, Tâmara Reis, Thiago Menezes e Stella Agazio pela amizade e torcida durante esta pesquisa e outros projetos. Obrigada pela compreensão e pelo apoio.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio com a bolsa de pesquisa para que esta investigação pudesse ser realizada. Que os investimentos em Ciência, Inovação e Tecnologia possam continuar sempre como prioridade possibilitando que pesquisas como esta contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

RESUMO

O trabalho aborda as narrativas e memórias da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*), experiência de Jornalismo no período final de Ditadura Militar no Brasil. A pesquisa teve como objetivo principal identificar, compreender e narrar a história da entidade que, mesmo sendo de grande relevância para a História do Jornalismo em Goiás e no Brasil, não dispunha de registros acadêmicos e científicos, permanecendo silenciada. Entende-se que a *Projornal* está situada em um espaço e tempo específico e, por isso, partiu-se de uma Análise Cultural alicerçada na História Cultural, especificamente na História da Imprensa e nos Estudos Culturais. A pesquisa dialogou principalmente com autores como Halbwachs e Le Goff, que abordam os estudos de memória e de memória coletiva; Thompson, que analisa o desenvolvimento da Comunicação e dos diferentes suportes midiáticos e Barbosa que trata do desenvolvimento da Imprensa no Brasil. O estudo possui abordagem qualitativa, tendo como métodos a Pesquisa Histórica e a História Oral. Como instrumentos metodológicos, utilizou o Levantamento Bibliográfico, a Pesquisa Documental, a Análise de Narrativas e a Entrevista em profundidade. A tese revela que a *Projornal* pode ser considerada um projeto alternativo e independente de jornalismo em Goiás, movido principalmente por uma necessidade de geração de mercado de trabalho e de execução de um fazer jornalístico condizente com o que os profissionais que participaram da Cooperativa acreditavam.

Palavras-chave: Comunicação; Cultura; História da Imprensa em Goiás; *Projornal*; Cooperativismo.

ABSTRACT

The research approaches the narratives of memories of the Cooperative of Journalists of Goiás (*Projornal*), a Journalism experience in the final period of the Military Dictatorship in Brazil. The research had as its main objectives to identify, to understand and narrate the history of the Cooperative, which even being of great relevance to the History of Journalism in Goiás and in Brazil, it didn't have academic and scientific records, remaining silenced. It is understood that Projornal is situated in a specific space and time and, therefore, it was based on a Cultural Analysis based on Cultural History, specifically in the History of Press and Cultural Studies. The research has dialogued mainly with authors such as Halbwachs and Le Goff, who approach the studies of memory and collective memory; Thompson, who presents the development of Communication and the different media and Barbosa, who deals with the development of the Press in Brazil. The research has a qualitative approach, and its methods are Historical Research and the Oral History. As methodological instruments, it used the Bibliographical Survey, the Documentary Research, the Analysis of Narratives and the In-Depth Interview. The thesis reveals that Projornal can be considered an alternative and independent project of journalism in Goiás, moved mainly by a need of generating a job market and by the execution of a journalistic work according to what the professionals that participated in Projornal believed in.

Keywords: Communication; Culture; History of the Press in Goiás; *Projornal*; Cooperativism.

RESUMEN

Esta pesquisa aborda las narrativas de memorias de la *Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal)*, una experiencia del Periodismo en el período final de la Dictadura Militar en Brasil. El objetivo principal de la investigación es identificar, comprender y narrar la historia de la Cooperativa, que, a pesar de ser de gran relevancia para la Historia del Periodismo en Goiás y Brasil, no cuenta con registros académicos y científicos, permaneciendo en silencio. Se entiende que *Projornal* se ubica en un espacio y un tiempo específico y, por tanto, se ha basado en un Análisis Cultural basado en la Historia Cultural, concretamente en la Historia de la Prensa y en los Estudios Culturales, se inició con un Análisis Cultural, basado en la Historia Cultural, específicamente en la Historia de la Prensa, y en los Estudios Culturales. La investigación dialoga con autores como Halbwachs y Le Goff, quienes abordan los estudios de la memoria y la memoria colectiva; Thompson que presenta el desarrollo de la Comunicación y diferentes soportes mediáticos; y Barbosa que se ocupa del desarrollo de la Prensa en Brasil. La investigación tiene un enfoque cualitativo, utilizando como métodos la Investigación Histórica y la Historia Oral. Como instrumentos metodológicos, se optó por la Encuesta Bibliográfica, la Investigación Documental, el Análisis Narrativo y la Entrevista en Profundidad. La tesis que aquí se presenta revela que *Projornal* puede considerarse un proyecto de periodismo alternativo e independiente de periodismo en Goiás, movido principalmente por la búsqueda de experiencias de un hacer periodístico consistente con lo que creían los idealistas y participantes de *Projornal*.

Palabras llave: Comunicación; Cultura; Historia de la Prensa en Goiás; *Projornal*; Cooperativismo.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Jornalista Joãoomar Carvalho de Brito Neto

Fotografia 2. Jornalista Nilton José

Fotografia 3. Jornalista Cileide Alves

Fotografia 4 - Jornalista Laurenice Noletto

Fotografia 5 - Jornalista Gina Louise

Fotografia 6 - Jornalista Jales Rodrigues Naves

Fotografia 7 – Jornalista Silvana Coleta dos Santos Pereira

Fotografia 8 - Jornalista Cláudio Curado Neto

Fotografia 9 - Jornalista Ana Maria de Souza

Fotografia 10 - Jornalista Lúcia Helena Vieira

Fotografia 11 - Jornalista Marly Vieira Paiva

Fotografia 12 - jornalista Elza Troncoso Cunha

Fotografia 13 - Jornalista Divina Eterna Marques

Fotografia 14 - Jornalista Maria José Braga

Fotografia 15 - Jornalistas goianos em São Paulo, para o I Congresso de Liberdade de Imprensa (1978)

Fotografia 16 - Matéria *O drama do desemprego*

Fotografia 17 - Notícia *Projornal* já realiza importante atividade

Fotografia 18 - Capa do Jornal *O Barnabé* (Ano XI, nº 43)

Fotografia 19 - Notícia *Crime sem Castigo*, produzida pela Agência *Projornal*

Fotografia 20 - Matéria *Cidade Desgovernada*

Fotografia 21 - Jornalistas da *Projornal* dão entrevista para a TBC sobre o lançamento do *Jornal de Deboche*

Fotografia 22 - Capa do jornal *Quatro de Outubro*

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Jornalistas Machado, Nonô e Pinheiro Salles protestam na porta do *Diário da Manhã*

Imagem 2 - Marca da *Projornal*

Imagem 3 - Lista de integrantes do 1º Conselho de Administração e 1º Conselho Fiscal da *Projornal*

Imagem 4 - Notícia *Cooperativa Projornal tem sua documentação*

Imagem 5 - Notícia *Jornalistas fundam sua cooperativa*

Imagem 6 - Capa do boletim interno ilustrada por Jorge Braga

Imagem 7 - Parte do recibo referente à quitação de cotas-parte da cooperativa

Imagem 8 - Informe no Boletim Interno da *Projornal* (Julho/1979)

Imagem 9 - Avaliação do 1º ano da Cooperativa

Imagem 10 - Aviso sobre contratação da 1ª jornalista da cooperativa

Imagem 11 - Convocação de Assembleia para discutir o jornal da cooperativa

Imagem 12 - Nota sobre o lançamento do livro do bispo Bom Pedro de Casaldáliga

Imagem 13 - Capa da 1ª edição do *Jornal de Deboche*

Imagem 14 – Mosaico de charges do Dia do Índio

Imagem 15 - Anúncio sobre pessoas desaparecidas pela ditadura militar

Imagem 16 - Grupo de Goiânia (GO) que foi ao Aeroporto do Galeão (RJ) acompanhar o retorno de Luís Carlos Prestes e de outras personalidades do exílio

Imagem 17 - Parte da matéria sobre Luís Carlos Prestes

Imagem 18 - Página da matéria especial sobre Ismael de Jesus

Imagem 19 - Avisos internos sobre o *Jornal de Deboche*

Imagem 20 - Parte do relatório do Grupo A sobre as atividades da cooperativa

Imagem 21 - Parte da nota sobre a relação entre *Projornal* e seus cooperados

Imagem 22 - Demonstração do resultado econômico da *Projornal* (1980)

Imagem 23 - Aviso sobre não pagamento de cotas-parte dos cooperados (1979)

Imagem 24 – Notícia *Nasce uma cooperativa*

Imagem 25 – Notícia *Nasceu a Projornal*

Imagem 26 – Notícia *Jornalistas de Goiás fundam sua cooperativa*

Imagem 27 – Notícia *Cooperativa de Jornalistas (Jornal Opção)*

Imagem 28– Notícia *Cooperativa de Jornalistas (Jornal Top News)*

Imagem 29 – Notícia *A cooperativa triunfa (apesar do boicote)*

Imagem 30 – Viabilidade da *Projornal*

Imagem 31 – Histórico da *Projornal*

Imagem 32 – Estatuto da *Projornal*

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Jornalistas contatados ou identificados para entrevistas a partir de levantamento preliminar

Quadro 2 - Sócios-fundadores da *Projornal* (1978)

Quadro 3 - Produtos da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*)

LISTA DE SIGLAS

Agência Goiana de Divulgação (AGD)
Agência Goiana de Notícias (AGN)
Agência Goiana de Propaganda (AGP)
AI-5 (Ato Institucional nº 5)
Aliança de Libertação Nacional (ALN)
Aliança Renovadora Nacional (Arena)
Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Affego)
Associação Goiana de Imprensa (AGI)
Banco do Estado de Goiás (BEG)
Boletim Interno da *Projornal* (BIP)
Centrais Elétricas de Goiás (Celg)
Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa)
Centro de Informações da Marinha (Cenimar)
Centro de Informações do Exército (Ciex)
Colégio Estadual Presidente Costa e Silva (Colu)
Comissão Nacional da Verdade (CNV)
Comissão Pastoral da Terra (CPT)
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf)
Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne)
Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*)
Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)
Departamento de Polícia Federal em Goiás (DPF/GO)
Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC)
Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP)
Departamento Oficial de Propaganda (DOP),
Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)
Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO)
Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

Faculdade de Informação e Comunicação (FIC)
Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj)
Fundação Abrigo Menores Abandonados chamado (FAMA)
Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)
Fundação Nacional do Índio (Funai)
Instituto Federal de Goiás (IFG)
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Movimento de Libertação Popular (Molipo)
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS)
Organizações não Governamentais (ONGs)
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)
Partido Democrata Cristão (PDC)
Partido Democrático Trabalhista-Goiás (PDT-GO)
Partido dos Trabalhadores (PT)
Partido Social Democrático (PSD)
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Polícia Militar de Goiás (PM/GO)
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)
Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)
Rádio Brasil Central (RBC)
Serviço Nacional de Informações (SNI)
Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindiffisco)
Sindicato dos Jornalistas de Goiás (Sindjor)
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)
TV Brasil Central (TBC)
União das Cooperativas do Estado de Goiás (Uceg)
União de Posseiros de Goiânia (UPG)
União Democrática Ruralista (UDR)
União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco)
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Viação Aérea São Paulo (Vasp)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 ABORDAGEM QUALITATIVA.....	25
1.1.1 Métodos de Procedimentos.....	26
1.1.1.1 Análise Cultural como método de procedimentos.....	27
1.1.1.2 Pesquisa Histórica e História Oral.....	29
1.1.2 Instrumentos de Pesquisa	33
1.1.2.1 Levantamento Bibliográfico.....	34
1.1.2.2 Pesquisa Documental.....	35
1.1.2.3 Análise das Narrativas	37
1.1.2.4 Entrevista em Profundidade.....	40
1.2 EXPOSIÇÃO DOS DADOS	43
2 MEMÓRIAS MIDIÁTICAS E CULTURAIS	45
2.1. O LUGAR DA MEMÓRIA.....	45
2.1.1 A memória em diferentes sociedades.....	48
2.2 A MEMÓRIA É COLETIVA E COMPARTILHADA.....	51
3 A COMUNICAÇÃO E A MEMÓRIA CULTURAL	58
3.1 A COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL	58
3.2 O CAMPO JORNALÍSTICO.....	64
3.3 JORNALISMO, MEMÓRIA E HISTÓRIA	69
3.4 A IMPRENSA NO MUNDO, NO BRASIL E EM GOIÁS.....	75
3.4.1 Atividades impressas no Brasil	77
4 CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (PROJORNAL).....	86
4.1 CONHECENDO AS PERSONAGENS DA PROJORNAL	87
4.1.1 Joãoimar Carvalho de Brito Neto.....	88
4.1.2 Nilton José dos Reis Rocha.....	90
4.1.3 Cileide Alves Cunha.....	92
4.1.4 Laurenice Noleto Alves	94
4.1.5 Gina Louise Pinheiro Jorge.....	96
4.1.6 Jales Rodrigues Naves.....	97
4.1.7 Silvana Coleta dos Santos Pereira	99
4.1.8 Cláudio Curado Neto	101
4.1.9 Ana Maria de Souza.....	102
4.1.10 Lúcia Helena Vieira	104
4.1.11 Marly Vieira Paiva.....	106
4.1.12 Elza Troncoso Cunha.....	107
4.1.13 Divina Eterna Marques	109
4.1.14 Maria José Braga	110
4.2. CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA.....	112
5 A COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS	127

5.1 A CRIAÇÃO DA <i>PROJORNAL</i>	127
5.2 O DESENVOLVIMENTO DA <i>PROJORNAL</i>	136
6 MEMORIAL DA COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (<i>PROJORNAL</i>)	152
6.1 PRODUÇÃO E MODOS DE TRABALHO	153
6.2 JORNAL DE DEBOCHE	166
6.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA.....	176
7 DIFICULDADES, FIM E LEGADO DA <i>PROJORNAL</i>	182
7.1 ATRITOS NA <i>PROJORNAL</i>	182
7.2 O FIM DA <i>PROJORNAL</i>	190
7.3 O LEGADO DA <i>PROJORNAL</i>	202
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS.....	219
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	228
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	230
APÊNDICE 3 –PRODUÇÃO DA COOPERATIVA	231
ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (UFG).....	237
ANEXO 2 – NOTÍCIAS DA <i>PROJORNAL</i>	241
ANEXO 3 – VIABILIDADE DA COOPERATIVA.....	247
ANEXO 4 – HISTÓRICO DA <i>PROJORNAL</i>	253
ANEXO 5 – ESTATUTO DA <i>PROJORNAL</i>	262
ANEXO 6 - MATÉRIA DO JORNAL A <i>REDAÇÃO</i>	288

1 INTRODUÇÃO

Quando pensamos na História da Imprensa em Goiás, deparamo-nos com lacunas geradoras de possibilidades de pesquisa histórica, visto que, mesmo com os avanços dos estudos acadêmicos, ainda há um caminho oportuno e considerável a ser percorrido nesta área. Nessa trajetória de escrita e documentação de uma História da Imprensa goiana, dentre as possibilidades de objetos de estudo disponíveis, dois se mostraram necessários à frente desta investigação, já que há carência de registros ou pesquisas acadêmicas mais aprofundadas sobre eles. Trata-se do jornal *Top News*, mais especificamente sua primeira fase (1973-1983), em razão da linha editorial adotada no período, e da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*): ambas experiências das décadas de 1970 e 1980 englobavam um contexto final de Ditadura Militar e de reabertura democrática no Brasil. A opção inicial por estudar os dois objetos deveu-se à informação preliminar no início do doutoramento de que as últimas edições do *Top News* foram editadas pela *Projornal*. No entanto, no decorrer da pesquisa, constatamos que tal informação não era verídica, tal como será melhor debatido mais adiante.

Inicialmente, realizamos um Levantamento Bibliográfico que revelou a existência de apenas um artigo sobre o jornal *Top News* que cita brevemente a *Projornal*. Intitulado “Lições de um jornalismo debochado”, o texto, assinado por Mariane Rodovalho (2006), foi publicado em na *Revista Interozes* do Coletivo Brasil de Comunicação Social. Também encontramos um livro sobre jornalismo alternativo em Goiás, resultado da tese de doutorado de Marcelo Benfica Marinho (2009), mas este cita o *Top News* e a *Projornal* com insuficiência de informações quanto ao jornal e à Cooperativa. Apesar de se limitar na exploração dos assuntos, o livro auxiliou em pistas para fases seguintes da pesquisa, a exemplo de entrevistas com jornalistas, as quais serão abordadas posteriormente. Há também um capítulo no livro “Imprensa Goiana – depoimentos para sua história”, da Associação Goiana de Imprensa (AGI), que apresenta brevemente a Cooperativa de Jornalistas de Goiás em três páginas.

Já na fase de análise, foram identificadas mais referências envolvendo a *Projornal*, como o livro “Flores no Quintal: memórias de sonhos e de lutas”, de autoria de Laurenice Noleto Alves (2013), que tem um capítulo dedicado à vivência da jornalista na *Projornal* no qual ela narra fatos que considerou importantes para a obra; uma matéria da *Revista Novosdias*, de 1986, enviada para a pesquisadora pela ex-presidente da *Projornal*, Gina Louise Pinheiro Jorge, além de recortes de jornais e documentos sobre a Cooperativa, pertencentes ao acervo

particular do jornalista Jales Rodrigues Naves¹, que foram disponibilizados para consulta presencial em momento posterior, em razão da sensibilidade do material para digitalização, bem como do momento pandêmico que impôs restrições quanto ao contato presencial.

Inicialmente, compreendíamos que o jornal *Top News* era considerado um periódico no qual atuavam jornalistas irreverentes, engajados e críticos, cuja produção se destacava pelo deboche e repercussão política (RODOVALHO, 2006). Sua circulação chegou a 40 mil exemplares, e estes eram distribuídos gratuitamente em locais estratégicos da cidade, como praças, instituições públicas, avenidas principais (MARINHO, 2009). O *Top News* também protagonizou uma importante “escola prática de jornalismo”, pois além de possibilitar diversas formas de comunicação – inclusive sem edição/cortes de algumas críticas – mantinha espaço aberto para receber na sua equipe jornalistas recém-formados como parte do projeto de formação profissional.

Durante o doutoramento, no decorrer de mais de um ano, empreendemos buscas de possíveis acervos do jornal *Top News*, que, naquele momento, se mostrava como principal objeto da pesquisa. Logo na seleção de ingresso para o doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) da Universidade Federal de Goiás (UFG), chegou uma informação de que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) possuía um acervo do periódico. Todavia, logo descobrimos que o IHGG não possui nenhum exemplar do jornal. De posse dessa informação, partimos por buscas pelos arquivos do impresso em outras instituições e fontes, como entrevistas com jornalistas que trabalharam no *Top News*. Inicialmente, procuramos as edições do *Top News* nos seguintes lugares: Acervo Estadual de Goiás, Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, Acervo da Câmara Federal, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Arquivo Frei Simão (Cidade

¹ A essas referências levantadas até aqui somam-se seis produções de Menezes e Borges (2019; 2020; 2021) desenvolvidas durante o doutoramento e sendo apresentadas e divulgadas no Congresso Intercom Centro Oeste de 2019 e 2020; no XV Congresso Alaic; na Revista Panorama; no 5º Alcar Centro-Oeste e no Seminário Internacional de Mídia, Cultura, Cidadania e Informação (SEMIC), respectivamente com os seguintes títulos: “Imprensa alternativa em Goiás: o Jornal *Top News* (1973-1983) e a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*) no contexto do final da ditadura militar” (MENEZES; BORGES, 2019); “A Edição do Adeus: como o Jornal *Top News* (1973-1983) retratou o seu próprio fechamento” (BORGES; MENEZES, 2020); “O Jornal *Top News* (1973-1998) e a Cooperativa de Jornalistas de Goiás: *Projornal* (1978-1982) como experiências de Imprensa Alternativa no contexto do regime militar no Brasil” (MENEZES; BORGES, 2020); e “Jornal *Top News* (1973-1983) e Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*): enfrentamentos da imprensa alternativa à ditadura Militar (MENEZES; BORGES, 2020); “Ditadura Militar e Imprensa Alternativa em Goiás: O Jornal *Top News* (1973-1998) e a Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal* (1978-1983)” (MENEZES; BORGES, 2021); e “O Fechamento do Jornal *Top News* (1973-1983) e os Cheques Sustados do Governo Iris Rezende Machado” (MENEZES; BORGES, 2021).

de Goiás) e Museu Casa de Cora (Cidade de Goiás). Todavia, o acervo do jornal *Top News* não foi encontrado em nenhum desses lugares.

Em seguida, conseguimos fazer contato com a família de um dos fundadores, Paulo Ramos, que faleceu em julho de 2019. Embora parte dos jornais tenha se perdido com o tempo e por ações da própria censura durante o regime militar, a família de Ramos informou que possuía pelo menos cinco anos de edições do *Top News*, todas encadernadas e correspondentes a períodos entre 1970 e 1980. Além disso, disseram que poderiam disponibilizar o acervo para a pesquisa sobre o jornal. Contudo, esse estava disponível no município de Posse (GO), localizado a 514 quilômetros de Goiânia, capital do Estado de Goiás e sede do PPGCOM FIC/UFG. Em razão das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19, que ocasionou o isolamento social e ações de combate que incluíram o fechamento de fronteiras e lugares, nos deparamos com dificuldades em ir até a cidade de Posse buscar o acervo do jornal, sendo que foi possível fazê-lo apenas em 09 de setembro de 2020. Chegando ao local, constatamos que o único exemplar referente ao período da pesquisa (1973-1983) foi a edição nº 260, de maio de 1983. As demais edições eram da década de 1990, quando o jornal já havia adquirido uma linha mais comercial e diferente do período estudado. O filho de Paulo Ramos, Paulo da Silva Ramos Júnior, informou que os arquivos foram roubados da sede do jornal e que, na reabertura do periódico, na década de 1990, a família foi chantageada para comprar o acervo que havia sido roubado, o que não acabou se efetivando.

Diante da frustração em não ter encontrado o impresso em Posse, em fevereiro de 2021 decidimos iniciar as entrevistas com jornalistas que participaram tanto do *Top News* quanto da *Projornal*, a fim de avançar na pesquisa e, talvez, ter pistas sobre o acervo do periódico. Em virtude disso, a investigação científica foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da UFG, sob número 3.702.848², a fim de garantir e proteger o bem-estar das pessoas que participaram da pesquisa, além de seguir os parâmetros éticos e de integridade acadêmica. Inicialmente, entrevistamos Joãoimar Carvalho de Brito Neto, Nilton José dos Reis Rocha e Cileide Alves Cunha, que confirmaram que não possuíam acervo do jornal *Top News*. Ao final da entrevista, por meio da técnica bola de neve³, Joãoimar Carvalho⁴, que também foi presidente da *Projornal*, indicou a jornalista Gina Louise como fonte para narrar a história da Cooperativa.

² O parecer do Comitê de Ética e Pesquisa da UFG encontra-se no Anexo 1.

³ A técnica bola de neve será explicitada mais adiante, em procedimentos metodológicos.

⁴ Para uma melhor compreensão textual optou-se por utilizar ao longo desta pesquisa o nome dos jornalistas entrevistados conforme os nomes profissionais utilizados por eles. Essa opção apresentou-se como a mais didática, contribuindo para evitar ambiguidades no texto.

Partimos em busca dos contatos de Gina Louise, penúltima presidente da *Projornal*, pelas redes sociais e por meio de outros profissionais jornalistas de Goiás. Gina Louise mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 1990 e quase não mantém relacionamentos pessoais em Goiânia sendo, portanto, difícil encontrá-la logo de imediato. Depois de procurar pelas redes sociais, apuramos que ela havia trabalhado na TV Brasil Central (TBC) e, por intermédio da jornalista Ana Manuela Arantes, chegamos a Hélio Costa, um jornalista que trabalha na TBC há muitos anos. Ele nos respondeu indicando o contato do atual diretor do Sindicato dos Jornalistas de Goiás (Sindjor), Cláudio Curado Neto, o qual julgava que teria o contato da Gina Louise, e completou dizendo que “quase todo jornalista velho trabalhou na *Projornal*”. A partir daí confirmamos que, provavelmente, a técnica bola de neve foi uma escolha acertada para a pesquisa, pois a chance de ter o desenho dos profissionais que trabalharam na *Projornal* se revelaria de uma maneira mais fluida e, possivelmente, evidente. Contatamos Cláudio Curado Neto, que repassou o contato de Gina Louise e de outras jornalistas que também atuaram na Cooperativa. Ainda soubemos que ele teve uma experiência na *Projornal* no final da década de 1980.

Nesse momento, decidimos trabalhar com duas listas de entrevistados. A primeira com as pessoas que já havíamos entrevistado (Joãoimar Carvalho, Nilton José e Cileide Alves), com ex-presidentes da *Projornal* e, se possível, com mais dois jornalistas do *Top News* indicados pelos entrevistados. A segunda lista foi composta por nomes de profissionais que foram indicados pela técnica bola de neve que, por questão de tempo e organização do relatório para a qualificação da tese, não foram entrevistados na primeira fase. Gina Louise fazia parte da primeira lista de entrevistados, e deixamos o jornalista Cláudio Curado e outros indicados para a segunda lista, na fase 2 da pesquisa, que seria executada após do Exame de Qualificação de doutorado da pesquisadora⁵.

Contatamos Gina Louise inicialmente pelo *WhatsApp* e, após um período, ela retornou enviando mais de 170 fotos dos jornais e boletins dos anos de 1986 a 1988, período em que ela participou na *Projornal*. Os jornais foram encadernados por Gina Louise e as fotos enviadas são, em sua maioria, de capas e páginas dos jornais e periódicos que a Cooperativa produziu no referido período. Por meio das fotografias enviadas por Gina Louise, foram reveladas apenas uma parte da produção, e, sem dúvida, ainda havia muito mais a subir para a superfície. Neste momento, a investigação acadêmica sobre a *Projornal* se mostrou mais pertinente, sendo

⁵ O Exame de Qualificação de Doutorado ocorreu em 31/08/2021.

necessária uma maior atenção, especialmente diante dos documentos enviados. Assim, como a busca pelo acervo da primeira fase do jornal *Top News* ainda necessitava de pistas, decidimos mudar o objeto central desta pesquisa para a Cooperativa de Jornalistas de Goiás. A partir daí, buscamos o contato de profissionais que estiveram na *Projornal* durante sua existência, entre 1978 e 1988, para conceder entrevista e nos contar a história da Cooperativa. No total, entramos em contato com 26 jornalistas cujos nomes apareceram no decorrer da pesquisa. Quatro profissionais afirmaram que não eram cooperados, sendo que alguns não souberam o porquê de o nome deles aparecer no expediente das publicações. Entrevistamos quatorze profissionais para esta pesquisa; os demais foram muito receptivos ao estudo, mas não puderam colaborar diretamente alegando questões particulares.

Em todas as entrevistas que realizamos até o contato com Gina Louise, percebemos que o jornal *Top News* não chegou a ser, de fato, editado pela *Projornal*, ao mesmo tempo em que a importância histórica da Cooperativa ficava cada vez mais latente. Assim, optamos por privilegiar a investigação acadêmica sobre Cooperativa de Jornalistas de Goiás, *Projornal*, como principal objeto da presente pesquisa. Ao mesmo tempo, decidimos que o jornal *Top News* seria investigado posteriormente, após o doutoramento, no âmbito do Grupo de Pesquisa da História da Comunicação em Goiás⁶, tendo como base entrevistas realizadas com jornalistas que integraram o projeto.

Já tendo o objeto da pesquisa definido, voltamos nossos esforços para a investigação da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, fundada em 1978, cujos objetivos eram a colaboração recíproca entre os seus cooperados para fomentar o mercado jornalístico, que se encontrava em crise, bem como a criação de novas estratégias de atuação profissional. Mais do que uma alternativa de mercado, a *Projornal* representava a materialização de um projeto jornalístico que visava uma independência em relação à produção editorial e, para isso, atuava em diferentes frentes. Dessa forma, a Cooperativa consolidou, também, uma importante função social e histórica no campo do Jornalismo em Goiás. Tal projeto retrata toda uma categoria profissional, com seus valores, discursos e ideologias, impregnados na produção jornalística em duas diferentes formas e apresentações. E o que fez esses jornalistas “abraçarem” a proposta de criação de uma Cooperativa de Jornalistas de Goiás? Como era o trabalho na *Projornal* e que impacto ele teve para jornalistas e demais profissionais que atuaram no projeto? A partir de tais indagações, por meio da pesquisa, nos propusemos a investigar algumas variáveis que levaram

⁶ Cadastrado no CNPq e certificado pela UFG. Link para o espelho do Grupo: <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/514638>.

os jornalistas a participarem da Cooperativa, como suas ideologias, formação identitária e outras que apareceram no decorrer do estudo. Nosso principal questionamento, portanto, está relacionado à seguinte pergunta: A Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*), experiência de Jornalismo no período final de Ditadura Militar no Brasil, pode ser considerada um projeto alternativo e independente de jornalismo, tanto em função da necessidade de atuação profissional face ao alto índice de desemprego do jornalismo goiano, quanto em razão da busca por experiências de uma fazer jornalístico condizente com o que os idealistas e participantes da *Projornal* acreditavam?

Diante da questão-problema, a nossa hipótese para a presente tese é que a *Projornal* foi um projeto e uma experiência alternativa e independente de jornalismo em Goiás, considerando os contextos políticos e sociais em que se desenvolveu, sendo que as formas de pensar e de fazer jornalismo dentro da Cooperativa refletiram a visão de mundo de jornalistas cooperados, o que incluía a busca por uma comunicação mais participativa e engajada. Como objetivo geral, definimos investigar os fatores e contextos que levaram à concepção da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, considerando a importância dessas experiências para a História da Imprensa goiana. Já no nível dos objetivos específicos, o que pretendemos foi analisar a *Projornal* como experiência alternativa e independente de jornalismo em Goiás e, concomitante, estudar um recorte da memória da imprensa goiana que perpassou pela Cooperativa.

A presente pesquisa se justifica pela necessidade de agregar valor à História de Goiás, no campo da Comunicação, com destaque para experiências alternativas de comunicação. Além disso, a ênfase dessa proposta foi trabalhar as narrativas e a história oral, considerando os sujeitos participantes da iniciativa da Cooperativa de Jornalistas de Goiás. Aliado a isso, é possível perceber a classe jornalística, seus valores, identidades, *ethos* e experiências que, ainda hoje, não foram contadas de forma valorizada ou aprofundada. A história do presente só é possível em razão de uma história do tempo passado, e isso reflete significativamente para as novas formas de pensamento e ação. Hoje vivemos e presenciamos movimentos diversificados que estão, de alguma maneira, relacionados às práticas de comunicação alternativa. O próprio desenvolvimento da Comunicação, a exemplo das tecnologias que são agregadas rotineiramente ao campo, contribui, direta ou indiretamente, para o Jornalismo e suas possíveis maneiras de atuação dentro da sociedade.

Também é destaque a prática do saber jornalístico enquanto necessária para uma sociedade democrática, transparente em suas ações, e que valorize aspectos culturais e de

cidadania de diversos grupos. Ao considerar o período de investigação da pesquisa, o fazer jornalístico se torna ainda mais relevante, tanto em face do período final da Ditadura Militar e contextos políticos quanto da crise no mercado jornalístico das décadas de 1970 e 1980. Além disso, é importante destacar que muitos profissionais da *Projornal* estão vivos e, em parte, acessíveis para contar esta história. Parte deles são ex-discentes da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás, e parte deles também são docentes ativos ou aposentados da FIC/UFG, o que também favoreceu o contato com os mesmos

1.1 ABORDAGEM QUALITATIVA

Para a investigação, considerando a *Projornal* e todas as suas particularidades, compreendemos que o melhor caminho metodológico para reconstruir essa história seria por meio de uma Abordagem Qualitativa. Acerca da Abordagem Qualitativa, Minayo (2012) afirma que há várias premissas para discussão da análise qualitativa que buscam facilitar a compreensão dos que utilizam essa abordagem. Segundo a autora a abordagem qualitativa é “[...] composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação” (MINAYO, 2012, p. 622), tudo isso tendo como base a compreensão, a interpretação e a dialética. Para a autora, o sentido da experiência humana está na compreensão do sujeito como individual e coletivo e, ainda, a vivência leva à reflexão, que se expressa por meio da linguagem. Como esta também é atravessada por reflexões e interpretações do sujeito, a linguagem se configura como dinâmica, estando sempre em movimento e, por isso, “[...] o narrado e o vivido por si estão entranhados na e pela cultura, precedendo à narrativa e ao narrador” (MINAYO, 2012, p. 622). Já a vivência diz respeito à reflexão de ordem pessoal sobre uma experiência. No entanto, embora seja individual, ela também tem como suporte o coletivo, pois este interfere na esfera individual, a exemplo de situações em que o sujeito vive ou participa. O senso comum, por sua vez, é expresso por meio de linguagem, atitudes e condutas humanas e, por isso, é o “chão dos estudos qualitativos”. (MINAYO, 2012).

A ação humana pode ser definida, para Minayo (2012), como o esforço dos indivíduos, grupos e instituições na transformação do mundo a partir das condições que eles encontram em suas realidades. A autora acrescenta, ainda, que o principal a abordagem qualitativa está atrelado à capacidade de se colocar no lugar do outro para exercitar as diferentes posições, contextos e entendimentos. Para isso, afirma Minayo (2012), devemos considerar que cada

indivíduo é único, singular, subjetivo sendo que ainda “[...] é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere” (MINAYO, 2012, p. 623).

Na abordagem qualitativa é possível destacar o papel do pesquisador, que imerge, mergulha, no contexto da investigação científica (para compreender seu objeto e ter uma visão contextualizada, para responder hipóteses, apontar caminhos (PAULILO, 1999). Junto a isso, podemos considerar ainda a importância dos sujeitos sociais como produtores de conhecimento e práticas, o que também irá contribuir para que o resultado de uma abordagem qualitativa seja sempre fruto de um esforço coletivo, de uma interação entre o pesquisador e os pesquisados, que inclui discursos, interpretações, diálogo, silêncios, etc. Assis *et al* (2005), partindo de estudos de outros autores, afirmam que “a validade dos estudos qualitativos é concebida não como um dispositivo que espelha a realidade e sim como uma ‘produção reflexiva, em que o observador é parte e parcela do contexto e da cultura que busca entender e representar.” (ASSIS *ET AL*, 2005, p. 126. Grifos dos autores). Assim, a validade interna de uma pesquisa relaciona-se com as categorias e variáveis empregadas que fazem sentido tanto para os participantes da pesquisa quanto para a pesquisadora que executa o estudo acadêmico.

Paulilo (1999) argumenta que essa proximidade permite uma melhor compreensão do objeto a ser estudado. Além disso, a autora destaca a importância da história oralizada em pesquisas qualitativas, por meio da qual a subjetividade dos sujeitos pesquisados é elemento central. A autora enfatiza que “[...] a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos a indivíduos e grupos” (PAULILO, 1999, p. 135-136). Além de compreender os fenômenos que, por vezes, podem ser internamente complexos, a abordagem qualitativa pode “penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido” (PAULILO, 1999, p. 136).

1.1.1 Métodos de Procedimentos

Para a pesquisa, escolhemos uma Análise Cultural, tendo como métodos Pesquisa Histórica e História Oral. Para investigar a Cooperativa, decidimos aplicar os seguintes instrumentos metodológicos: Levantamento Bibliográfico, Pesquisa Documental, Análise de Narrativas e Entrevista em Profundidade.

1.1.1.1 Análise Cultural como método de procedimentos

A Análise Cultural pode ser compreendida como principal método de procedimentos, já que, de acordo com Steffen, Henriques e Lisboa Filho (2020), pode-se compreender por meio dela que “[...] os produtos não existem isoladamente e não devem ser pensados apenas a partir de suas características internas, mas que são, de fato, inteiramente dependentes dos contextos que os abrigam” (STEFFEN; HENRIQUES; LISBOA FILHO, 2020, p. 27). Ecosteguy (2004) argumenta que cabe aos veículos de comunicação reproduzir e sustentar uma certa estabilidade cultural e social, por meio de uma permanente adaptação deles às pressões da própria sociedade, englobando as próprias oposições e divergências da sociedade, integrando-as no sistema cultural. Nesse sentido, uma Análise Cultural comprometida com a conjuntura, resultante da própria prática social de um objeto de estudo, considera para fins de pesquisa todos os contextos, regularidades, padrões, natureza das organizações, relações e outros fatores que envolvem essas práticas, de aproximações ou de rupturas (MORAES, 2016).

Moraes (2016) elenca algumas características da Análise Cultural, partindo dos Estudos Culturais, que contribuem para que ela seja vista como um método de procedimentos. Tendo Williams como principal referência, o autor enfatiza que uma “[...] análise cultural deve apontar [...] as interpretações, as alternativas históricas e os específicos valores contemporâneos através dos quais são trazidos para o presente uma obra, o acervo ou a experiência dos sujeitos de determinado período, de dado lugar” (MORAES, 2016, p. 31). Tal característica estaria relacionada a uma estrutura de sentimento, que para Williams, conforme Moraes (2016), teria origem em uma ordem emocional ligada às experiências compartilhadas socialmente, seja por meio dos grupos ou dos próprios sujeitos com as estruturas institucionais.

A Análise Cultural também é política, conjuntural e articuladora da produção-consumo cultural. No primeiro aspecto, considera-se que assuntos de ordem política e econômica também fazem parte de um protocolo de análise dos pesquisadores vinculados aos Estudos Culturais, tais como os pioneiros Raymond Williams, Richard Hoggart e Edward P. Thompson. Acerca do segundo aspecto, Moraes (2016) argumenta que uma Análise Cultural que tem compromisso com os contextos gerados a partir das práticas sociais de um determinado objeto carrega uma reflexão que considera as inter-relações oriundas dessas práticas, e busca repetição e quebra de padrões. Quanto à característica de articulação de produção e consumo cultural, a Análise Cultural apura interfaces e interações distintas dentro do eixo cultural, bem como seus desdobramentos, com destaque para “[...] categorias analíticas trazidas por pesquisadores que

façam uso dos circuitos de cultura, no intuito de prover uma visão ampliada da complexidade inerente a pesquisas que trazem em seu bojo temáticas próprias da cultura midiática contemporâneas” (MORAES, 2016, p. 35).

Lisboa Filho (2020) afirma que a análise cultural busca a compreensão das “inter-relações de processos, padrões vividos e experimentados como um todo em um determinado contexto” (LISBOA FILHO, 2020, p. 35) por isso há diversos elementos de um produto cultural que podem ser investigados, tais como suas inserções, representações e repercussões na sociedade. Além disso, a Análise da Cultura é compreendida pelo autor como sistema de significação no qual os produtos culturais são práticas sociais. Esse sistema ativo e é ativado por diferentes atores e articulações. No caso da cultura da Comunicação, o autor destaca o espaço simbólico e relevante da mídia, que envolve lutas ideológicas, disputas de sentido, representações, construção de identidades, autonomia dos sujeitos, dentre outros aspectos.

Na Análise Cultural, Lisboa Filho (2020) destaca três etapas, cada uma associada a um nível de profundidade. A primeira fase refere-se à cultura vivida, mais voltada para um caráter exploratório que dá suporte para contextualização do objeto, com uso de dados sociais, econômicos, sociais e outros que ajudam a entender os diversos cenários. Soma-se a isso informações sobre modos de produção, como rotinas de trabalho, normas e outras características que situam o objeto. A etapa seguinte é de análise da cultura registrada, de caráter descritivo. Nesta fase podemos utilizar arranjos metodológicos diversificados que permitam um olhar mais profundo sobre o objeto. Lisboa Filho (2020) destaca que é possível combinar várias técnicas, tais como entrevistas, documentos e histórias de vida.

A terceira fase é interpretativa, construída com base nas etapas anteriores. Moraes (2016) enfatiza que uma Análise Cultural é uma interpretação dos dados, informações, materiais, e não apenas seleção deles. Dessa forma, contempla os valores atribuídos ao momento histórico, a experiência dos sujeitos à época e outros contextos e fatores pertinentes aos acontecimentos estudados. Além disso, esse tipo de análise considera experiências compartilhadas por sujeitos e grupos sociais e suas relações com a sociedade, instituições e outros, e compreende que o que é emocional é o que liga os sujeitos, as pessoas, as experiências coletivas e históricas, marcando a experiência social. Com isso, destaca-se a própria memória dentro da sociedade como um “espaço” de vivências compartilhadas por diversos grupos, em seus contextos. Esse lugar da memória é, sobretudo, um lugar coletivo de armazenamento de informações, culturas, bens simbólicos, acontecimentos e fatos que trazem à tona as práticas cotidianas vividas, ou seja, a própria cultura.

1.1.1.2 Pesquisa Histórica e História Oral

Com relação ao método de Pesquisa Histórica, Padilha e Borenstein (2005) o caracterizam como uma “abordagem sistemática por meio de coleta, organização e avaliação crítica de dados que tem relação com ocorrências do passado” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577). Os autores consideram três etapas essenciais em uma Pesquisa Histórica, que são: a coleta e levantamento de dados; a avaliação crítica do material levantado; e a apresentação e interpretação dos fatos a partir do que se avaliou. Segundo os autores, “um dos objetivos da investigação histórica é lançar luzes sobre o passado para que este possa clarear o presente, inclusive fazer perceber algumas questões futuras” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577). Para isso, uma Pesquisa História pode ser realizada tanto em uma abordagem quantitativa quanto qualitativa, desde que o pesquisador se atenha ao fato de que “[...] a natureza da história é fundamentalmente narrativa (qualitativa) e não numérica (quantitativa)” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577). Isso significa que, independente da abordagem escolhida, a interpretação dos dados conduzirá e apontará os caminhos acerca do objeto de estudo.

Outro ponto destacado por Padilha e Borenstein (2005) é que ao realizar uma Pesquisa Histórica deve-se levar em consideração que o conhecimento é produzido socialmente e, por isso, independentemente do tempo que o pesquisador investigue ele “estará trabalhando a perspectiva do passado com o seu presente. Essa relação de passado e presente se estabelece na busca do conhecimento, de maneira a se questionar o passado numa série de questões que são o ‘agora’” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577. Grifos dos autores). Isso posto, podemos dizer que o papel de quem pesquisa é ainda mais desafiador e, concomitantemente, rico, pois é necessário um “mergulho na história do objeto” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005) por parte de quem investiga. Dessa forma, a pesquisa pode se desenrolar de forma a ter “vida própria”, narrar fatos e situações históricas, trazer à tona, para a superfície, a compreensão de determinado momento histórico e suas variadas conexões. Evidentemente, o passado não será reconstruído à maneira tal como aconteceu, porque é um momento que já passou e não há sobre ele controle ou fidelidade. O que é possível fazer são leituras e interpretações desse passado, por meio de referências e fontes diversificadas a fim de narrar o momento histórico investigado. Além disso, Padilha e Borenstein (2005) enfatizam que “o conhecimento que se procura por meio da investigação histórica depende inteiramente da informação que tenha sido transmitida

ao longo do tempo por aqueles que viveram o evento ou assunto que se investiga em lugar e tempo apropriado.” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577).

Constantino (2002) argumenta que a Pesquisa Histórica deve ter como resultado um texto mais trabalhado, que pode ser um artigo, livro, ou outro material. Para a autora, o trabalho analítico por si só não é suficiente para alcançar o objetivo desse tipo de pesquisa, que é comunicar, narrar os resultados como uma história, uma trama. A autora ainda pontua que “[...] é preciso escrever e escrever bem, dando conta da relação entre a pesquisa histórica realizada e a expressão escrita” (CONSTANTINO, 2002, p. 193). Assim, o papel de quem realiza uma

Pesquisa Histórica é primordial pois “a redação revela lacunas, enseja formas à verdade. Selecionando, simplificando e organizando, o historiador compõe a narrativa, a verdade no passado assume uma forma, respondendo indagações que refletem necessidades captadas no presente” (CONSTANTINO, 2002, p. 193). Complementando o pensamento da autora, Padilha

e Borenstein (2005) acrescentam que “[...] ao olhar o passado, o fazemos com o olhar e as ideologias e ausência de neutralidade do presente. O campo da história é um campo de possibilidades que vai ser trabalhado com ‘os agora’ a serem investigados” (PADILHA; BORENSTEIN, 2005, p. 577. Grifos dos autores). Com isso, o propósito maior de uma Pesquisa

Histórica é reconstruir, reinterpretar o passado, com seus sucessos, fracassos, silêncios e possibilidades que reverberam no momento presente, sendo que, ao olhar esse passado, também se usa uma “lente” que não é neutra, mas considera contextos do presente e do próprio passado.

Quanto à História Oral, há diversas maneiras de abordar um objeto utilizando-se desse instrumento metodológico. Nesta pesquisa, pretendemos narrar de que forma se deu a experiência da Cooperativa de Jornalistas de Goiás a partir dos documentos e das memórias dos jornalistas e demais colaboradores que ainda se encontram vivos para contar essa história. Acerca disso, Alberti (2013) argumenta que a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, “guiada pelos objetivos da pesquisa” e que [...] não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação por amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência” (ALBERTI, 2013, 39-40). A autora adverte que é preciso considerar diversas variáveis na História Oral, como as condições físicas

e psicológicas dos entrevistados para falarem sobre determinados assuntos. Para isso, o pesquisador deve, com afinco, ter um conhecimento prévio do objeto de estudo para escolher as unidades qualitativas que irão orientar a escolha dos entrevistados. “É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participaram ou que o testemunharam e as pessoas que, nesses

grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio, seriam mais representativos em função da questão” (ALBERTI, 2013, p.40).

Sobre os tipos de entrevistas, Alberti (2013) define em temáticas ou entrevista de história de vida. A primeira diz respeito à participação do indivíduo em um tema escolhido enquanto a segunda tem como foco a própria história do sujeito, da infância até o momento presente, passando por diversos acontecimentos. É, ainda possível, afirma Alberti (2013), que em alguns projetos de História Oral sejam utilizados os dois tipos de entrevistas como forma complementar de trabalho. De acordo com a autora, em alguns casos há necessidade de entrevistas mais longas, em que seja identificado um envolvimento mais estratégico com o tema. Essas entrevistas podem ser realizadas com pessoas que participaram ativamente ou foram testemunhas de um acontecimento. Isso dependerá da adequação dos procedimentos ao projeto, que envolve disponibilidade de tempo, planejamento de atividades, estrutura de recursos humanos, orçamento, prazos etc. Conforme Alberti (2013), pode ser necessário recorrer também, no desenvolvimento da pesquisa, a fontes secundárias e documentais para dar uma base consistente ao recorte do estudo. A autora afirma, ainda, que é recomendado fazer uma listagem prévia dos entrevistados, com detalhes como a contribuição deles, a participação, o papel, o destaque em potencial que cada um tem para a pesquisa, dentre outras unidades qualitativas a serem definidas antes da pesquisa empírica.

No que concerne especificamente à História Oral, partilhamos a compreensão de Paulilo (1999) de que esta “[...] mais do que sobre eventos, fala sobre significados; nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo” (PAULILO, 1999, p. 137) e, dentre os variados métodos e técnicas envolvidas, acredita-se que a história de vida tem uma posição de destaque por permitir a captação da intersecção do individual e do coletivo (PAULILO, 1999). Além disso, “podemos, assim, dizer, que a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e que é o tempo presente que torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado. (PAULILO, 1999, 140-141).

Ferreira (1996) argumenta sobre a importância da História Oral e a expansão dos debates sobre memória, cujas “chaves” dessa discussão podem ampliar os horizontes para uma nova “inteligibilidade do passado”. Fenelon (1996) acrescenta que é fundamental ressaltar as diferentes técnicas e métodos utilizados como instrumentos de pesquisa em História Oral, e dentre eles enfatiza “o uso da fonte oral como uma fonte documental a mais para o trabalho do historiador e, como tal, sujeita aos mesmos cuidados que dedicamos a outros materiais, reconhecendo suas potencialidades e colocando sempre as questões advindas de nossas

problemáticas de investigação” (FENELON, 1996, p. 26). Com isso, ampliamos o campo das possibilidades de leitura e interpretação do tempo histórico, quando passamos a visualizar e compreender a História Oral figura como campo do conhecimento científico. Nesse mesmo sentido, Lang (1996) afirma que as fontes do projeto de pesquisa de História Oral objetivam a construção de um documento e que “a história oral registra a experiência vivida ou o depoimento de um indivíduo ou de vários indivíduos de uma mesma coletividade” (LANG, 1996, p. 34).

Lang (1996) destaca várias técnicas e métodos que podem ser utilizadas em História Oral. Uma maneira mais livre seria o *relato oral de vida*, no qual o pesquisador aborda determinados aspectos do entrevistado, mas permite que o mesmo tenha ampla liberdade de exposição. Embora sejam expostos os tópicos a serem percorridos pela pessoa pesquisada, o pesquisador restringe a temática e a direciona na condução da entrevista. Outra forma bastante aplicada é aquela constituída de *depoimentos orais*, quando, busca-se “dados informativos e factuais, assim como o testemunho do entrevistado sobre sua vivência em determinadas situações, ou a participação em determinadas instituições que se quer estudar” (LANG, 1996, p. 35). A forma de entrevista nesta modalidade é mais direta em relação aos acontecimentos que serão investigados. Independente da técnica ou método escolhido, ele baseia-se na memória e a memória é, sempre, uma reconstrução, posto que ela evoca um passado visto pela perspectiva do presente. Além disso, é marcada pelo social, ou seja, está tanto na memória individual quanto na memória coletiva (LANG, 1996).

Lang (1996) também argumenta que o material coletado “será o fato ou o acontecimento em sua apresentação subjetiva, os eventos vistos sob o prisma e o crivo perceptivo do narrador. E, assim, definitivamente vinculado a ele – indivíduo e sujeito social” (LANG, 1996, p.37). Dessa maneira, serão buscadas pelo pesquisador versões dos fatos, pressupondo (ou não descartando) a existência de lacunas espaciais e temporais. Também se aceita a subjetividade do que sempre está implícita no relato, seja por parte do narrador ou do pesquisador. Um trabalho que tem por base História Oral considera, obrigatoriamente, as fontes obtidas em um processo de interação pesquisador-pesquisado. Ainda, quanto à forma e conteúdo, permite a coleta e classificação das informações em história oral de vida, relato oral e depoimento oral. Lang (1996) pontua que a História Oral trabalha com o resgate da memória e cria documentos por meio das fontes orais coletadas. Durante o processo, a reflexão e a análise estão sempre presentes, pois são constituintes e também permitem a construção do material.

A História Oral não se restringe a um relato, ao contrário, abre a possibilidade de leitura social quando trabalha vários indivíduos numa mesma coletividade, através de múltiplas versões individuais, “permitindo reconstruir, através de vários relatos, a história estrutural e sociológica de determinados grupos, reconstruir a trajetória de um grupo social” (LANG, 1996). Meihy (1996) conceitua a História Oral como “um *locus* multidisciplinar e federativo”, capaz de satisfazer as necessidades de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Apesar de parecer simplista, Meihy (1996) enfatiza a complexidade e a capacidade da metodologia na pesquisa, considerando o conjunto dos procedimentos que serão adotados no decorrer de uma investigação científica.

Em seus estudos, Pessanha (1996) avalia que os relatos orais dão conta de dimensões específicas para apreensão do social e os usam de forma combinada com dados oriundos da documentação escrita. São sensíveis à importância das questões metodológicas e preocupados em explicitar os procedimentos adotados, os critérios utilizados, os controles acionados durante o trabalho. A autora argumenta que nas “Ciências Sociais, o sujeito aparece, talvez, na maioria dos casos, como representativo de um *tipo* sociologicamente definido ou de um *ethos*” (PESSANHA, 1996, p.78. Grifos da autora). Já Alberti (2013) afirma que a “história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento” (ALBERTI, 2013, p. 37). Atrelado a um projeto de pesquisa, que levanta questionamentos acerca de determinado assunto, a História Oral se inicia a partir da formulação das questões. Em seguida, é definido como será a abordagem do objeto em questão.

Como métodos, a Pesquisa História e a História Oral tiveram centralidade nos processos de coleta, sistematização e análise dos dados, ancorados nos procedimentos metodológicos, conforme explanaremos a seguir.

1.1.2 Instrumentos de Pesquisa

Em relação à coleta de dados, escolhemos vários instrumentos metodológicos para investigar o objeto considerando que estes atendem ao objetivo da pesquisa, complementando-se. Acerca disso, tendo como exemplo os estudos sobre triangulação metodológica, que utiliza mais de um instrumento de pesquisa, Minayo (2013, p. 36) afirma que “[...] é necessário ter claro que se trata de combinação, de triangulação de métodos que conservam sua especificidade no diálogo inter ou transdisciplinar”.

Essa articulação dos dados, segundo Marcondes e Brisola (2014), possibilita que se diminua a distância entre teoria e prática de pesquisa, além de valorizar ainda mais os dados obtidos, primeiramente a partir dos dados primários em si, e posteriormente a partir de um movimento analítico, no qual as informações são contextualizadas, comparadas. Essa combinação de métodos “[...] possibilita complementar, com riqueza de interpretações, a temática pesquisada, ao mesmo tempo em que possibilita que se aumente a consistência das conclusões” (MARCONDES; BRISOLA, 2014, p. 206). De fato, Minayo *et al* (2005, p. 100) defendem que “a importância de se trabalhar com vários indicadores complementares para se aferir uma mesma meta vem do fato de que é preciso observar diferentes aspectos de objetivos complexos buscando-se construir uma visão crítica nos resultados”.

1.1.2.1 Levantamento Bibliográfico

Quanto aos instrumentos metodológicos, o Levantamento Bibliográfico, que faz parte da dinâmica das produções científicas, foi utilizado para revisar o corpo teórico e aprofundar os principais conceitos das categorias centrais deste estudo. A respeito deste instrumento, Stumpf (2005) diz que o levantamento bibliográfico é uma soma de procedimentos para a identificação de referências bibliográficas e seleção de documentos pertinentes ao tema estudado, com a finalidade de que os mesmos sejam utilizados posteriormente na redação da pesquisa acadêmica.

Galvão (2011) complementa e afirma que “[...] um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além” (GALVÃO, 2011, p. 1). Com isso, quem realiza uma investigação se prepara com mais qualidade, evita pesquisas duplicadas, reaproveita informações e dados em outros contextos, tem conhecimento de recursos para uma pesquisa mais completa, propõe métodos e técnicas inovadoras, dentre outras possibilidades. Conforme argumenta Galvão (2011.), o Levantamento Bibliográfico de qualidade contribui significativamente para a pesquisa científica inovadora e diferenciada, sendo que a qualidade desse “pode ser alcançada graças a um grande esforço coletivo e ao conhecimento de metodologias adequadas de busca por informação relevante” (GALVÃO, 2011, p. 1).

Para Galvão (2011) é essencial um bom planejamento para executar um Levantamento Bibliográfico de qualidade, partindo da escolha de termos escritos que melhor se relacionem com o objeto pesquisado. Dessa maneira, durante a busca por referências, podemos encontrar

artigos, livros e outros materiais que estejam fortemente ligados à especificação do assunto da pesquisa científica a ser executada. De acordo com Galvão (2011), não existe a pretensão de, por intermédio de um Levantamento Bibliográfico, “encontrar milhões de textos sobre um conceito genérico, mas encontrar informação precisa e relevante relacionada a um tema de pesquisa, em quantidade razoável a fim de que possa ser lida e analisada durante parte do tempo de realização de uma pesquisa.” (GALVÃO, 2011 p. 3). Isso porque o tempo de leitura é delimitado e, portanto, ao escolher um texto, deixa-se outros de lado. Ao mesmo tempo, o pesquisador precisa ponderar suas escolhas, pois quanto mais ler sobre uma temática, melhor é a chance de ter referencial teórico que dialogue de maneira mais rica com o objeto estudado.

O Levantamento Bibliográfico auxiliou no aprofundamento teórico sobre a História da Imprensa em Goiás, no conhecimento e nas discussões envolvendo memória, memória coletiva, cooperativismo e outros temas pertinentes à pesquisa. Além disso, foi essencial na pesquisa preliminar sobre o que havia publicado acerca do jornal *Top News* e da *Projornal*. Com isso, percebemos a carência de estudos acadêmicos sobre os dois objetos e identificamos lacunas a serem exploradas na pesquisa. Com relação a obras publicadas, como citadas anteriormente, temos apenas três livros que indicam a existência das duas experiências, um de Marinho (2009), um da Associação Goiana de Imprensa (1980), e outro de Alves (2013). Os dois primeiros citam de modo sucinto o jornal e a Cooperativa, e o terceiro narra brevemente a vivência da própria autora na *Projornal*. Com relação a outras produções, apenas um trecho do capítulo de livro de Rodovoalho (2006) aborda o *Top News* e a Cooperativa, que divide espaço na discussão sobre experiências alternativas no país.

1.1.2.2 Pesquisa Documental

Em relação aos documentos, destaca-se que eles constituem uma importante fonte de informações, visto que essas não mudam com o passar dos anos. Nesse tipo de pesquisa deve ser considerado uma escolha cuidadosa dos documentos a serem investigados, com base nas hipóteses, ideias sobre o assunto e objetivos a se alcançar. Além disso, eles podem “ser considerados uma fonte natural de informações à medida que, por terem origem num determinado contexto histórico, econômico e social, retratam e fornecem dados sobre esse mesmo contexto” (GODOY, 1995, p. 22), não havendo riscos de alteração ao longo dos anos ou no decorrer da investigação.

Kripka, Scheller e Bonotto (2015) descrevem a Pesquisa Documental como aquela que acessa documentos diversos que permaneceram inalterados com o tempo, possibilitaram uma seleção, tratamento e interpretação da informação com intuito de agregar valor à pesquisa. Moreira (2010) destaca que, enquanto técnica de procedimento, após identificar, verificar e apreciar os documentos da pesquisa, a pesquisa documental complementa outras maneiras de obter dados para o estudo. Além disso, a autora define as fontes de análise documental como sendo, em sua maioria, secundárias, pois derivam de informações que já foram reunidas ou organizadas. Entram nessa categoria as mídias de diferentes formatos: jornais, revistas, boletins, vídeos, áudios, relatórios, etc. Podem ser encontrados ainda, conforme Moreira (2010), fontes primárias como documentos oficiais, textos legais (jurídicos), correspondências e cartas particulares, entre outros.

Para Moreira (2010, p. 274) “a análise crítica do material encontrado constitui importante fio condutor para a memória de eventos, pessoas e contextos. Muitas vezes a consulta aos acervos pode estimular aspectos ou ângulos de abordagem não previstos na fase de elaboração do projeto de pesquisa”. A partir disso, podemos ter um importante desenvolvimento do tema por meio do material encontrado, apurando o material junto com informações que contextualizem os dados encontrados (MOREIRA, 2010). Ainda segundo a autora, “A contextualização é imperativa para o pesquisador que pretenda concretizar um projeto de análise documental. No manuseio dos documentos o pesquisador precisa assinalar as fontes: esta é a garantia de confiabilidade das suas referências” (MOREIRA, 2010, p. 275).

Como citado anteriormente, procuramos documentos referentes à Projornal nas instituições: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), Acervo Estadual de Goiás, Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional, Acervo da Câmara Federal, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Arquivo Frei Simão (Cidade de Goiás), Museu Casa de Cora (Cidade de Goiás). Nessas instituições não encontramos nenhum arquivo referente à Cooperativa de Jornalistas de Goiás. Ao mesmo tempo, à medida que entrevistamos os jornalistas, averiguamos se eles tinham em posse alguma produção da Cooperativa, tais como jornais e boletins, ou documentos oficiais, como estatuto, relatórios e outros arquivos.

Como resultados da busca, encontramos entre três jornalistas que participaram da *Projornal* um rico acervo de documentos da Cooperativa dos anos de 1978 a 1981, referente à fundação e aos primeiros anos de trabalho. Entre esses arquivos, estão o Estatuto Social e o Histórico da Cooperativa, atas de reuniões, boletins internos, lista de cooperados, análises de

trabalho e do mercado jornalístico em Goiás. Constam, ainda, relatórios de reuniões, congressos, balanços financeiros, correspondência particular de ofícios e convocatórias, fotos de integrantes da Projornal, clipping da imprensa sobre a criação da Cooperativa, entre outros documentos.

Acerca da produção da *Projornal*, tivemos acesso às cinco edições existentes do *Jornal de Deboche*, publicação própria da Cooperativa que tem grande relevância na História da Imprensa em Goiás. Além disso, conseguimos analisar jornais, revistas e boletins produzidos de 1986 a 1988 por meio de meio de fotografias enviadas por uma das fontes entrevistadas que reside em outro Estado e, por isso, não foi viável o acesso pessoalmente em razão das medidas de enfrentamento da pandemia de Covid-19. Essas fotografias foram essenciais para estudar e compreender a dimensão da produção da Cooperativa. Também percebemos a diversidade e variedade da atuação da *Projornal* em Goiás e, ainda, no atendimento a cidades de outros Estados.

1.1.2.3 Análise das Narrativas

Quanto às narrativas, Sahagoff (2015) explica que elas podem ser consideradas ao mesmo tempo método de pesquisa e fenômeno pesquisado. Dessa forma, “os textos de campo acabam desenvolvendo a função de *sinalizadores da memória*, elemento fundamental para a composição dos textos de pesquisa” (SAHAGOFF, 2015, p.3). Seria como uma contação de fatos e histórias que tem um percurso próprio, podendo ir e vir várias vezes em relação a um mesmo assunto, pois depende de uma reflexão contínua. Nunes *et al* (2017) argumentam que a pesquisa qualitativa tem sido utilizada para analisar diversos tipos de texto quando está associada a dados qualitativos e, na narrativa, seguindo o modelo clássico de William Labov, considera personagens, tempo, espaço e outros elementos necessários para que se tenham uma sequência de eventos, assim como ocorrem nas narrativas literárias. Conforme os autores, tais elementos são opcionais; o único elemento obrigatório é a ação complicadora, que é uma sequência temporal de orações narrativas, com a figura do narrador. Após isso vêm a avaliação, resultados e a coda, que é uma síntese de encerramento da história.

Segundo Bastos e Biar (2015), mesmo que o modelo laboviano tenha grande influência nos estudos acadêmicos, ele tem sido criticado e revisado, especialmente porque descarta informações que não sejam adquiridas por meio de entrevistas. No âmbito mais amplo de uma investigação científica, diálogos, materiais impressos, e de diversos tipos e origens, têm sido

considerados na Análise de Narrativas. Os autores argumentam que, conforme compreensão no campo das Ciências Humanas e Sociais, os dados não representam/descrevem, por si só, realidades; antes precisam do investigador, que é “um ator social, que, pelas lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva, e constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única” (BASTOS; BIAR, 2015, p. 101).

Partindo do estudo de vários autores, Almeida (2014) destaca que as narrativas coletivas podem ser reconstruídas por meio das trajetórias individuais, pois estão relacionadas a processos interacionais e geram produção, reorganização e adequação interpretativas dos fatos. Além disso, para a pesquisadora, a Análise de Narrativas envolve a reconstrução de acontecimentos passados a partir de uma ordem cronológica dos eventos, mesmo que seja um olhar do presente que oriente essa reconstrução. Esse tipo de análise promove diálogo entre múltiplas áreas do saber, considera diversos atores sociais, compreende o discurso narrativo como prática social que constrói a realidade, se atenta para os modos como as identidades são construídas pelos atores sociais e avança no entendimento acerca dos processos de resistência e reformulação identitária (BASTOS; BIAR, 2015).

O ponto alto da Análise de Narrativas é a versatilidade e capacidade de aliar várias técnicas e diferentes aplicações, possibilitando uma flexibilidade, reinvenção do próprio instrumento de acordo com a pesquisa e objetivos da investigação. Outro destaque feito por Almeida (2014) é que, com as reformulações, o método incentivou o desenvolvimento de técnicas mais qualitativas, “como a análise temática que busca não mensurar a frequência das ocorrências, mas apreender significados latentes, que ultrapassam o conteúdo manifesto no texto” (ALMEIDA, 2014, p. 146). Seria como reorganizar o texto de forma transversal, a partir das unidades de significado, dessa forma a cada nova pesquisa seria desenvolvido um novo sistema de categorias conforme o objeto e os objetivos a serem alcançados.

Gomes (2003) pontua que a narrativa é vista a partir de dois ângulos, sendo “um método fundamental de crença pessoal e social onde a investigação se baseia em processos de crença [...] é também um método que consiste em fazer a descrição e a reconstituição histórica da estrutura narrativa da experiência” (GOMES, 2003, p. 22). Muylaert *et al* (2014) corrobora e enfatiza que a comunicação oral pode ressignificar o passado e, ao mesmo tempo, por meio do relato das pessoas, colaborar com a construção histórica da realidade tanto no passado quanto no futuro, já que “no passado há também o potencial de projetar o futuro. (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 194-195).

Muylaert *et al* (2014) argumentam que, como nossa memória é seletiva, nas entrevistas narrativas alguns eventos podem ser esquecidos. O importante, porém, é o que a pessoa guardou de sua história, o que vivenciou, sendo essa experiência maior que os fatos em si. Para os autores, tais narrativas “são consideradas representações ou interpretações do mundo e, portanto, não estão abertas à comprovação e não podem ser julgadas como verdadeiras ou falsas, pois expressam a verdade de um ponto de vista em determinado tempo, espaço e contexto sóciohistórico” (MUYLAERT *et al*, 2014, p. 195). As narrativas permitem captar tensões de campo, a partir das falas que constituem a trama e encadeamento dos fatos vividos pelas personagens. Para além da transmissão de um conteúdo, as narrativas revelam experiências que envolvem aspectos essenciais tanto para compreender os sujeitos entrevistados a nível individual quanto nos contextos nos quais se inserem (MUYLAERT *et al*, 2014).

Ao analisar o conjunto dos diálogos dos participantes, dos documentos impressos e das produções da Cooperativa compreendemos os principais pontos que motivaram a criação da *Projornal*. Entendemos, ainda, como as experiências individuais de cada um se uniram para um propósito maior, que refletiu nos objetivos e na dinâmica dos trabalhos e a atuação da *Projornal* em sua rotina. Por meio das narrativas orais, os jornalistas fizeram um resgate de memória compartilhando a visão sobre o objeto e os contextos do período. Acrescentaram a isso a construção histórica da Cooperativa, tanto situando a entidade em momento de concepção quanto avaliando os impactos nas décadas de 1970 e 1980, e suas relações e paralelos com os dias atuais.

As experiências e trajetórias individuais de cada jornalista foi primordial para construir a linha narrativa da história Cooperativa. Com isso, aliado à Pesquisa Documental, conseguimos visualizar uma cadência da atuação da *Projornal*, desde seu embrião até seu fim. À medida que entrevistamos os participantes complementamos informações, como peças de um quebra-cabeça, e, assim, a narrativa de um entrevistado complementava as informações fornecidas por outro. No decorrer da Análise de Narrativas, também percebemos muitas das crenças e formação identitária dos participantes, que naquele momento viviam contextos de resistência à Ditadura Militar. As representações e interpretações de mundo foram fundamentais para a atuação dos jornalistas na Cooperativa.

1.1.2.4 Entrevista em Profundidade

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, escolhemos aplicar Entrevista em Profundidade, tendo como base um roteiro geral semiestruturado com dados importantes a serem questionados e articulados⁷, e foram aplicados tanto para as entrevistas por e-mail quanto às relativas à técnica de História Oral. Para estas, o roteiro geral foi adequado individualmente para cada participante, a partir de algum assunto ou tema. Em razão das limitações impostas pelo enfrentamento à pandemia de Covid-19, realizamos as entrevistas de três maneiras: presencialmente, via *Google Meet* ou por meio e-mail. Para melhor compreensão e destaque no texto, optamos por grifar a fala das pessoas entrevistadas em itálico, seja nas citações diretas de até três linhas, dentro do parágrafo, ou nas citações recuadas no texto, conforme normas ABNT.

Duarte (2010) enfatiza que as entrevistas em profundidade são úteis para averiguar conceitos, percepções ou visões sobre uma situação analisada, explorando diversos pontos referentes a ela. Esse tipo de entrevista é utilizado, ainda, para descrever um objeto ou contexto em que “o pesquisador busca mapear uma situação ou campo de análise, descrever e focar determinado contexto” (DUARTE, 2010, p. 64). As questões elaboradas para as entrevistas partem do problema de pesquisa e o ampliam, de maneira que, apesar do número limitado de perguntas, estas “são suficientemente amplas para serem discutidas entre profundidade sem que haja entre elas ou redundâncias” (DUARTE, 2010, p. 66). Por fim, após a aplicação das entrevistas, Duarte (2010) destaca a descrição e análise dos resultados, em que as informações são classificadas partindo de critérios determinados, e de maneira que os temas comuns sejam organizados e agrupados em categorias separadas para análise tanto individual quanto de forma profunda, considerando todo o contexto que envolve o problema de pesquisa.

Em relação aos entrevistados, foi definida uma amostragem pelo método *snowball sampling* ou “bola de neve”, uma técnica de amostragem não-probabilística na qual os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, formando uma rede, até atingir o que Baldin e Munhoz (2011) chama de “ponto de saturação”. Esse ponto é quando os novos entrevistados já começam a repetir conteúdos obtidos em entrevistas anteriores sem acrescentar informações relevantes para o estudo. Conforme mencionamos, a partir de uma listagem prévia dos participantes da *Projornal*, os entrevistados na primeira etapa indicaram outros possíveis sujeitos para participarem do estudo, que devem ser entrevistados em uma segunda fase da pesquisa. As entrevistas foram temáticas, mas tiveram como suporte apontamentos sobre a

⁷ O roteiro utilizado para as entrevistas encontra-se no Apêndice 1.

história de vida dos participantes, já que, nesta investigação científica consideramos importante conhecer um pouco sobre a biografia deles para compreender referências particulares que os impulsionaram a integrarem a *Projornal*. A listagem dos jornalistas contatados ou identificados ao longo da pesquisa pode ser visualizada no Quadro a seguir.

Quadro 1 – Jornalistas contatados ou identificados para entrevistas a partir de levantamento preliminar

Primeira fase			
	Nome	Participação	Nomes indicados
1	Cileide Alves Cunha	Sim	Elza Troncoso Cunha; Margareth Caldas; Cláudio Curado Neto; Nélia Franco.
2	Gina Louise Pinheiro Jorge	Sim	Elza Troncoso Cunha; Joãoamar Carvalho de Brito Neto
3	Jales Rodrigues Naves	Sim	Marli da Silva Brasil; Joãoamar Carvalho de Brito Neto; Raquel Mourão Brasil; Marly Vieira Paiva; Ivan Mendonça de Lima; Jorge dos Reis Braga.
4	Joãoamar Carvalho de Brito Neto	Sim	Gina Louise Pinheiro Jorge; Jales Rodrigues Naves
5	Laurenice Noleto Alves	Sim	Lúcia Helena Vieira; Marly Paiva; Maria Aparecida Dias, Helvécio Cardoso.
6	Nilton José dos Reis Rocha	Sim	Joãoamar Carvalho de Brito Neto; Jales Rodrigues Naves.
7	Marli da Silva Brasil	Não – motivos diversos	-
Segunda fase			
8	Ana Maria de Souza	Sim	Cláudio Curado Neto; Maria José Braga; Joãoamar Carvalho de Brito Neto.
9	Angelita Pereira Lima	Não – motivos diversos	-
10	Cláudio Curado Neto	Sim	Ana Maria de Souza; Gina Louise Pinheiro Jorge; Laurenice Noleto Alves; Luiz Spada; Angelita Pereira Lima; Ricardo Santana
11	Elza Troncoso Cunha	Sim	Joãoamar Carvalho de Brito Neto; Cláudio Curado; Gina Louise Pinheiro Jorge.
12	Divina Eterna Vieira Marques	Sim	Joãoamar Carvalho de Brito Neto; Jales Rodrigues Naves; Marli da Silva Brasil.
13	Estela Marly Landim	Não – motivos diversos	-

14	Lindsay Borges	Não - Informou que não participou da <i>Projornal</i> ⁸	-
15	Lúcia Helena Vieira dos Santos	Sim	Marly Vieira Paiva; Laurenice Noleto Alves; Jales Rodrigues Naves; Marli da Silva Brasil.
16	Luiz Spada	Não – informou que participou pontualmente de forma voluntária	-
17	Marly Vieira Paiva	Sim	Elza Trancoso Cunha; Estela Landim; Laurenice Noleto Alves; Jorge dos Reis Braga; Jales Rodrigues Naves; Joãoimar Carvalho de Brito Neto; Marli da Silva Brasil.
18	Nélia Franco	Não - Informou que não participou da <i>Projornal</i>	-
19	Jorge dos Reis Braga	Não – motivos diversos	-
20	Maria Aparecida Dias	Não – motivos diversos	-
21	Maria José Braga	Sim	Gina Louise Pinheiro Jorge; Elza Trancoso Cunha.
22	Paulo José da Silva	Não – informou que participou pontualmente de forma voluntária	-
23	Silvana Coleta dos Santos Pereira	Sim	Elza Trancoso Cunha; Gina Louise Pinheiro Jorge; Margareth Caldas.
24	Solange Franco	Não - Informou que não participou da <i>Projornal</i>	-
25	Ricardo Santana	Não – motivos diversos	-
Contatos não encontrados/disponíveis na fase de investigação			
26	Ivan Mendonça de Lima	Não - Contato não encontrado	-
27	Helvécio Cardoso	Não – <i>In memoriam</i> ⁹	-
28	Raquel Mourão Brasil	Não – contato não encontrado	-

Fonte: Elaborado pela autora.

⁸ A informação prévia da participação de três jornalistas (Lindsay Borges, Nélia Franco e Solange Franco) da lista baseia-se no aparecimento do nome das profissionais no expediente de alguns jornais da Cooperativa. No entanto, as jornalistas afirmaram que não participaram da *Projornal*. Posteriormente, já ao final da pesquisa descobriu-se que Nélia Franco tratava-se de outra jornalista, que não conseguimos descobrir meios de contatá-la a tempos desta pesquisa.

⁹ O jornalista Helvécio Cardoso faleceu antes que pudéssemos contatá-lo para a pesquisa.

1.2 EXPOSIÇÃO DOS DADOS

Para a apresentação deste estudo optamos por uma exposição da investigação em seis Capítulos, além da Introdução, Considerações Finais e elementos pós-textuais. Conforme foi mencionado, a pesquisa apoia-se nos Estudos Culturais, à História Cultural e, especificamente, nos estudos que se relacionam à História da Imprensa. Esta primeira parte, corresponde à *Introdução* da pesquisa, apresentamos as questões-chave, justificativa, objetivos e outros elementos referentes ao caminho percorrido que nos levaram à investigar a Cooperativa de Jornalistas de Goiás, bem como o percurso metodológico empreendido.

No primeiro capítulo, intitulado “*Memórias midiáticas e culturais*”, apresentamos se conceitos de Cultura, Memória, Memória Coletiva. Para isso nos apoiamos em autores como Le Goff (2013), Paul Ricoeur (2007), Roger Chartier (1988), Maurice Halbwachs (2004).

No segundo capítulo, “*A Comunicação e a Memória Cultural*”, abordamos as discussões sobre Jornalismo, Memória e História, percorrendo sobre o campo jornalístico, sua prática profissional e seu lugar no mundo. Além disso, explanamos uma breve história da imprensa no Brasil e em Goiás. O referencial teórico do capítulo dialoga com autores como Verena Alberti (2013), José Meihy (1996), Marialva Barbosa (1995; 2005; 2009), Nilson Lage (2014), Borges (2013), Borges e Lima (2008), dentre outros pertinentes ao estudo.

“*Contextos de criação da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal)*”, terceiro capítulo da pesquisa, apresenta o perfil de 14 jornalistas entrevistados nesta pesquisa para a narrativa histórica da *Projornal*, em diferentes fases da cooperativa. Além disso, com base nos depoimentos dos entrevistados e na documentação encontrada, aborda os contextos locais, regionais e locais que antecederam a criação da *Cooperativa de Jornalistas de Goiás*, como o cenário político nacional de redemocratização do país e a crise de desemprego que atingiu o mercado jornalístico.

Já no quarto capítulo “*A Cooperativa de Jornalistas de Goiás*”, abordamos a fundação da *Projornal*, sua dinâmica de atuação, os primeiros anos de trabalho. Apresentamos o desenvolvimento da Cooperativa, e como seu funcionamento foi estabelecido. Para isso, nos apoiamos na pesquisa histórica de documentos, como Estatuto e Histórico da entidade, e nos depoimentos das fontes entrevistadas.

Em seguida, apresentamos no quinto capítulo, “*Memorial da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal)*”, o levantamento e análise do material produzido pela cooperativa entre 1978 e 1988 que tivemos acesso durante a investigação. Tais materiais incluem periódicos, reportagens, boletins, livros que tivemos conhecimento por meio de arquivos de acervos particulares, na fase de entrevistas para esta pesquisa. Outras produções vieram à tona por meio da memória dos jornalistas entrevistados, que consideramos na nossa listagem por estarem diretamente ligadas à História Oral.

O sexto capítulo dessa investigação, intitulado “*Dificuldades, fim e legado da Projornal*”, abordamos os fatores que contribuíram para o final da cooperativa, em 1988. Dentre esses fatores, questões econômicas, contextos do próprio mercado de trabalho jornalístico, falta de engajamento de profissionais no projeto e outros motivos foram levantados pelas fontes consultadas. Além disso, os 14 jornalistas entrevistados compartilham suas visões sobre o legado e importância da Cooperativa de Jornalistas de Goiás para a História do Jornalismo em Goiás e no Brasil.

Encerrando a exposição, temos as *Considerações Finais* da pesquisa sobre a Cooperativa de Jornalistas de Goiás, que foi objeto de investigação de março de 2019 a junho de 2022, e apêndices e anexos, onde compartilhamos informações como Estatuto da *Projornal*, notícias sobre a cooperativa, relação de jornalistas que participaram do projeto, entre outros documentos.

2 MEMÓRIAS MIDIÁTICAS E CULTURAIS

A memória foi objeto de estudo ao longo da História, em diferentes áreas do conhecimento, e, ainda hoje, é explorada pela sua capacidade de relacionar-se com o tempo, espaços, lugares, personagens. Neste Capítulo, tecemos uma breve retrospectiva histórica para situar o lugar da memória¹¹, seja ligada à oralidade ou à práticas escritas dentro das sociedades. Abordaremos ainda a memória coletiva que, na percepção de Halbwachs (2004), evoca sentidos ditos e não ditos, silêncios, compartilha pontos em comum e complementares, e posições distintos que contribuem para reconstruir e reinterpretar uma memória. Para essa discussão, buscamos nos basear em autores como Le Goff (2013), Orlandi (1999), Halbwachs (2004), Pollak (1989; 1992), Ricoeur (2007) e Chartier (1988).

2.1. O LUGAR DA MEMÓRIA

O que é a memória senão um lugar de recordações, de lembranças e também de construção coletiva e social? Pode ser, ainda, espaço de refúgio de acontecimentos¹² da vida cotidiana, sejam eles individuais ou coletivos. A memória pode ser vista como uma caixa de Pandora¹³ do pensamento humano, em que em alguns instantes guarda lembranças preciosas, e em outros retira essas lembranças. Além disso, a memória é como um arquivo vivo onde se guarda a história da humanidade, e isso engloba todos os aspectos dessa história, mesmo que em diversos momentos os pontos positivos sejam preteridos em razão dos negativos. A memória pode ser vista de todas essas formas anteriores e, sobretudo, a partir de diferentes pontos de

¹¹ A expressão “lugares de memória” foi criada inicialmente pelo historiador francês Pierre Nora, que os considera como lugares nos quais se relaciona a memória social, memórias coletivas, identidades e outros conceitos ligados ao respeito ao passado, e à consciência coletiva/individual. São lugares simbólicos, que podem ser físicos/materiais ou não, e que carregam uma vontade de memória. Essa definição de lugares de memória é acolhida e ampliada por outros autores e historiadores, como Ricoeur (2007), que acrescenta que esses lugares resistem à luta pelo esquecimento, e Pollak (1989), para o qual tais lugares estão ligados sempre a uma lembrança pessoal e/ou coletiva independentemente de um fato cronológico. Fonte: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260>. Acesso em 26/06/2022.

¹² Neste texto, utilizamos as palavras “acontecimento” e “fato” como sinônimos, referindo-se à eventos, e não a conceitos de ordem histórica ou jornalística.

¹³ As versões da história de Pandora variam, mas de maneira geral, na mitologia grega, ela foi a primeira mulher da humanidade, criada por Zeus. Pandora possuía uma caixa mágica que guardava variados bens não-materiais e dons, mas não poderia ser aberta. Um dia Pandora abriu a caixa inadvertidamente e deixou escapar os males da humanidade, exceto a esperança. Algumas versões da história contam que com isso foi iniciada a Idade de Ouro, conhecida por um período de harmonia, estabilidade, prosperidade.

vista, já que os sujeitos vivem e enxergam realidades distintas e simultâneas a partir do lugar em que vivem e das experiências que têm, as quais a História conta e reinterpreta à luz dos acontecimentos passados.

Diferente do mito grego propriamente dito, em que Pandora liberta os males do mundo e tem um final trágico, um outro olhar sobre essa história permite enxergar que Pandora, embora movida pela curiosidade, traz ao mundo por meio da caixa (memória) múltiplas e diferentes realidades, já que um acontecimento narrado não possui apenas uma versão, uma ótica, um ponto de vista. Existe em cada indivíduo uma *caixa* da qual ele pode visualizar de dentro para fora, e deixando sair dela, num impulso ou numa forma mais demorada, os arquivos mnemônicos e, lá dentro, sempre cultivando a esperança de um futuro melhor projetado a partir de experiências passadas.

O nome Pandora, do grego, pode significar alguém que possui todos os dons ou o dom maior de todos. Assim podemos considerar a memória, que é interpretada por muitos como inestimável, a tal ponto que em diferentes fases da história da humanidade, em diversas sociedades, haver pessoas designadas para guardar as histórias e repassá-las para as gerações futuras, fossem essas histórias orais, relatadas pelas pessoas, ou escritas, presentes em arquivos e documentos.

É por meio da memória – individual e coletiva – que é possível também enfrentar as adversidades que surgem no convívio em sociedade, e aperfeiçoar forças e estratégias para prosseguir em uma luta por um mundo mais humanizado, plural, democrático. Tomando a memória como fio condutor de um caminho permeado por obstáculos, altos e baixos, vitórias e derrotas; tem-se o trajeto da história da humanidade, contada por meio das múltiplas narrativas das pessoas, cheias de diversidade de experiências. Pensando dessa forma, a atividade de reestruturação dessas narrativas do mundo é fundamental em um processo de reconstrução histórica por meio da memória coletiva, já que o ato de estar em sociedade pressupõe estar junto a outras pessoas. Esse processo ocorre de forma alinhada com um esforço de reconstituição histórica do passado que vai além de livros e documentos, e utiliza as pessoas como fontes de saber.

A memória é um saber partilhado, mas seletivo. Os sujeitos escolhem o que vão guardar (de forma consciente e/ou inconsciente), o que terá mais importância dentro da cabeça e o que fica em segundo plano. Na prática do jornalismo, há critérios de seleção de alguns acontecimentos em detrimento de outros, influenciados por diversos fatores, sendo que os veículos comunicacionais e jornalísticos também são usados para partilhar e construir memórias

de uma sociedade. Em uma mesma narrativa, podemos considerar que os seus ângulos são variados e, a partir do lugar que se vê e se vive é que se conta um acontecimento, é que se guarda uma memória dele. Como peças de um quebra cabeça, esses múltiplos olhares compartilham o que é comum – acontecimentos, saberes, práticas, sentimentos – com um toque individual. Todos os sujeitos são marcados pela memória, e partilham essa marca. A memória é uma manifestação de um conjunto de reações da própria mente, é um meio pelo qual informações, dados e acontecimentos do passado são atualizados pelos indivíduos.

Ao longo do tempo a memória foi objeto de estudo de diferentes áreas, tais como a Psicologia, a Medicina e as Ciências Humanas. Nos estudos individuais da memória, Le Goff (2013) afirma que os psicanalistas e psicólogos fizeram importantes descobertas de influências que podem afetá-la, como desejos, inibições, pressões sociais, censura, e que atuam com fins de lembrança ou de esquecimento. Numa perspectiva mais ampla, a memória carrega uma forma de pensar, ver e interpretar a realidade cotidiana a partir de seu passado, do que já aconteceu, e é esse passado que constrói o presente, também vivido. Isso organiza não apenas um pensamento social, mas as práticas dentro de uma sociedade, as posições ocupadas, os objetos partilhados, os saberes compartilhados, a memória socialmente compartilhada.

Compreendemos que mesmo que a memória seja, em muitos casos, uma expressão individual, ela é diretamente relacionada aos contextos e espaços sociais de produção e de circulação dos acontecimentos e, neste sentido, possui um caráter eminentemente coletivo. A relação dos indivíduos com o mundo tem uma estreita relação com a memória coletiva, o consenso ou dissenso sobre os fatos, as múltiplas interpretações das realidades. No nível coletivo,

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2013, p. 426).

Assim, podemos falar ainda em um controle da memória por meio de gerações, o que pode ser feito inclusive pelo uso do poder coercitivo, dos meios de produção, dentre outros. Os regimes autoritários, como a própria Ditadura Militar no Brasil, são exemplos evidentes de quando a informação era selecionada e censurada por autoridades governamentais na intenção de controlar o que era dito e lido sobre o próprio regime, embora o controle da informação esteja, de diferentes maneiras, sempre presente ao longo das sociedades e seus modelos sociais

e políticos de dominação e poder. Ao longo das histórias de guerras e jogos de poder, os inúmeros assassinatos, torturas e outras atrocidades com distintos grupos marginalizados e/ou perseguidos revelam o poder de silenciamento e esquecimento usado a favor de um grupo dominante que detém monopólio dos recursos e condições sociais de produção dentro desse contexto que lhes é favorável.

Ainda em relação ao esquecimento, Orlandi (1999) argumenta que a memória é feita também a partir deles, dos silêncios, de sentidos não ditos. Tomando como exemplo o evento político e histórico de Maio de 1968, a autora afirma que também há limites construídos com sentidos, e eles são feitos com silenciamentos por meio da tortura, da censura e da agressão da ditadura à sociedade e à cidadania. Partindo dos estudos de Michel Pêcheux, a pesquisadora argumenta que há uma fragilidade da inscrição de determinados acontecimentos na memória e eles podem não ser absorvidos, como se não tivessem ocorrido. Isso ocorre, segundo Orlandi (1999), porque o sujeito é interpelado pela ideologia e, dessa maneira, ele se constitui sujeito afetado pelo simbólico, por meio da língua. Assim, os sentidos do acontecimento que não foram trabalhados discursivamente, foram excluídos, silenciados, negados, “[...] não puderam e não podem significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível” (ORLANDI, 1999, p. 66). A autora explica que é como se o acontecimento estivesse fora da memória, preso por limites desse silenciamento, e embora não esteja esquecido, ele não foi “trabalhado, metaforizado, transferido”.

2.1.1 A memória em diferentes sociedades

As narrativas repassadas de uma geração a outra pela oralidade e escrita permitem analisar como se deu o desenvolvimento dessas sociedades, a formação da memória e da própria História. A transmissão oral ocupa um lugar central na prática da cultura, pois a memória precisa acumular elementos que fazem parte do dia a dia da sociedade, como os conhecimentos práticos e saberes sociais. Já na tradição escrita, encontram-se a transmissão de narrativas para tábuas, índices, fichas simples, mecanografia e seriação eletrônica. Nas sociedades sem escrita há pessoas consideradas guardiãs da memória que podem ser consideradas os historiadores oficiais da época, que registram e repassam a história. Chamados homens-memória, guardiões, sacerdotes, conselheiros, chefes de tribos e de famílias, dentre outros nomes em diferentes momentos da história e tradições, essas pessoas que preservavam a memória coletiva tiveram uma função diferente dos mestres-escola (LE GOFF, 2013), que só aparecem com o

desenvolvimento da escrita. Não há uma aprendizagem automática nem na cultura oral, nem na escrita, embora nesta última o desenvolvimento por meio da memória ganhe mais destaque por seguir mais fielmente padrões de ordem cronológica que possibilitam uma compreensão maior de determinado assunto.

Na História das grandes civilizações, como da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana, é possível perceber a importância da escrita no calendário e na medição de distâncias, início dos registros, e na memória de retratos, como utilizada pelos egípcios em ritos funerários. Depois disso, vieram as instituições de memória, como museus, arquivos e bibliotecas criados por reis para arquivos diplomáticos, financeiros, administrativos e outros, como a Biblioteca de Alexandria, na época helenística. Foram os gregos e romanos que começaram com listas, sucessão de palavras, glossários, registros dos exércitos (troianos) e de operações, passando para literatura (poemas homéricos), narrativas mais elaboradas. A partir dessa preocupação com a história de um grupo é que Le Goff (2013) afirma que os gregos que tiveram uma evolução da memória coletiva.

Na Grécia antiga havia uma instituição ligada ao aparecimento da memória como uma função social, o *mnemon*, que é uma pessoa ligada a acontecimentos passados dentro do campo do direito (uma testemunha de uma situação, por exemplo). Os estudos de Aristóteles tratam de vários tipos de memória e, de acordo com Le Goff (2013), o filósofo a considerava incluída em um tempo que permanece, e deixa de ser laica, possibilitando assim criar novas técnicas de memorização, como mnemotécnica, atribuída ao poeta Sinônides de Céos. O método acentuou o caráter profissional e técnico da memória e contribuiu para o aperfeiçoamento do alfabeto. Depois das contribuições do poeta em distinguir diferentes *lugares das memórias*, surgiria “[...] outra grande distinção da mnemotecnica tradicional, a distinção entre “memória para as coisas” e “memória para as palavras” (LE GOFF, 2013, p. 440-441).

O período medieval tem destaque, pois a memória escrita voltou-se para processos decisivos ligados à imprensa e à alfabetização, tendo ênfase no reagrupamento de desenvolvimentos de uma “memória em expansão” (LE GOFF, 2013). No ocidente, antes da imprensa, era difícil distinguir memória e transmissão oral de memória escrita. O conhecimento estava imerso em técnicas e práticas orais, até serem fixadas em um manuscrito. O público leitor se viu diante de uma memória coletiva grande, que não é capaz de fixar na íntegra e, ainda, sempre está em constante ampliação. Com o advento da tecnologia da impressão, que emergiu na Europa do século XV e expandiu-se, paulatina e gradativamente, alterando de sobremaneira a visibilidade do mundo e dos lugares e afirmando, tal como Thompson (1998)

pontua, um novo poder: o poder simbólico, temática que será melhor abordada no próximo tópico.

No século XIX, com a introdução dos processos mecânicos, a imprensa teve um estouro, influenciou e possibilitou uma “[...] memória jornalística e diplomática: é a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória” (LE GOFF, 2013, p. 461). Até a primeira metade do século XIX há um *boom* de criações verbais ligadas à memória, bem como estudos de suas implicações em diversas áreas do conhecimento, expandido a memória coletiva e deixando à mostra a necessidade social de memória.

Assim, não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças. (HALBWACHS, 2004, p. 150)

Somente a imagem desse espaço e estabilidade que a memória permite é que dá ao sujeito e aos grupos a ilusão de permanecer o mesmo através do tempo, sem mudanças, e de “encontrar o passado no presente”, o que para Halbwachs (2004, p. 150) é o que a define. Ademais, há uma revolução da memória quando busca-se criar uma nova história que circula em torno de eixos fundamentais, como o estudo do tempo e dos lugares da memória, que se enraíza no social e na coletividade, a exemplo dos lugares simbólicos, como os ocupados pela cultura, e locais físicos e institucionais, como museus, arquitetura, associações e outros. Há, ainda, os “verdadeiros lugares da história”, onde se deve procurar “os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória” (LE GOFF, 2013, p. 473). Pollak (1989) argumenta que é importante observar como os fatos sociais têm destaque e ocupam um lugar sólido e estável. Compreendemos que esse aspecto pode ser intensificado pelo próprio desenvolvimento da memória, que privilegia alguns aspectos em razão de outros, a exemplo da escolha das boas lembranças em detrimento das que trazem dor e sofrimento. No entanto é preciso reconhecer que a memória não é limitada e que tão importante quanto aspectos positivos é necessário também reconhecer outros tantos elementos que compuseram a vida cotidiana, e aqui destaca-

se a História Oral como uma ferramenta importante no resgate da memória, e a isso inclui vários grupos, como os marginalizados e de culturas minoritárias.

2.2 A MEMÓRIA É COLETIVA E COMPARTILHADA

Halbwachs (2004) afirma que há uma “reconstrução generativa” da sociedade, da realidade, o que compõe a memória histórica e a memória coletiva. Segundo o autor, essas funções tinham como principal objetivo guardar “memória coletiva”, levando em conta o fato de que nunca estamos sós e somos sujeitos de uma coletividade. Mesmo que a memória coletiva possa se inter-relacionar com aspectos históricos e sociais, ela é compartilhada por diferentes sujeitos construindo uma memória que não é superficial e, por vezes, as lembranças entre pessoas/grupos se fundam com a de outras pessoas/grupos, fazendo uma reconstituição de imagens, lembranças, memórias de um passado. Na reconstituição da memória, Halbwachs (2004) postula que ela pode ser realizada a partir da memória de outras pessoas e/ou grupos, mas é necessário que haja uma concordância em relação aos acontecimentos:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento, não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim poderemos compreender que uma lembrança pode ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída. (HALBWACHS, 2004, p. 38-39).

Esse aspecto da memória coletiva é comum de se identificar nas sociedades sem escrita, onde os saberes passados se desenrolam a partir da idade coletiva do grupo que se funda nos principais mitos (especialmente os de origem), no prestígio das famílias dominantes (genealogia) e no saber técnico ligado à religiosidade (LE GOFF, 2013). Conforme aponta Le Goff (2013), nas sociedades de transmissão escrita, os chamados veículos de comunicação são meios de transmissão de aspectos de um povo, em um lugar e tempo, que irão compor a própria memória de uma sociedade. Já na perspectiva analítica de Pollak (1989), embora inicialmente a memória possa parecer um elemento individual, ela é compreendida sobretudo como um fenômeno social, construído coletivamente e influenciado por transformações, acontecimentos, fatos de um determinado período e tempo. É isso que entendemos como mais um fator-chave

para a memória coletiva, que ainda pode utilizar como suporte as lembranças dos membros de um grupo, que aparecem em maior ou menor intensidade em cada um dos membros. Isso ocorre porque a memória individual é um fragmento do coletivo, conforme o lugar em que cada um ocupa, e este lugar também muda de acordo com as relações individuais em seus mais variados aspectos e contextos, como argumenta Halbwachs (2004). Além disso, as lembranças estão relacionadas a graus de percepção, cognição e de clareza do objeto que, quanto mais nítido, maior a chance de se desprender e tornar-se realmente passado, mesmo mantendo relações com o presente. Tal como pontua Ricoeur (2007), as lembranças também são maneiras de rememoração, representação e reapresentação:

[...] o pequeno milagre do reconhecimento é de envolver em presença a alteridade do decorrido. É nisso que a lembrança é re-(a)presentação, no duplo sentido do re-: para trás e de novo. Esse pequeno milagre é, ao mesmo tempo, uma grande cilada fenomenológica, na medida em que essa re-(a)presentação corre o risco de encerrar de novo a reflexão na muralha invisível da representação, supostamente encerrada em nossa cabeça, “in the Mind”. (RICOEUR, 2007, p. 56, grifos do autor).

Com isso, pontuamos que o movimento pelo qual a memória é construída perpassa muitos caminhos, como afirma Oliveira (2013, p. 93): “aos meandros insondáveis da liberdade de um espírito que se defronta com a matéria (memória-sonho), aos quadros sociais que a situam e delimitam (memória-trabalho) e às mediações por que passa ao longo do tempo”. Assim, a memória recebe influências não apenas de fatores internos, mas também externos, como os ambientes em que é construída e significada. Podemos falar ainda que a memória coletiva engloba uma memória herdada, que segundo Pollak (1992) não diz respeito apenas à vida física de uma pessoa. Essa memória possivelmente está ligada a tradições dentro de uma família ou sociedade, dentro de uma coletividade, como festejos e datas nacionais. A memória fica com o passar dos anos, mesmo que o exterior sofra represálias e atentados, e ela sobrevive dentro da nossa cabeça e, no momento oportuno, reintegra o ciclo de ser transmitida novamente para as mídias, tais como livro, jornais e revistas, e para as demais pessoas. A memória tem estrutura articulada, inclusive por preocupações do momento presente da sociedade, e com prospecção do futuro, embora também possa, para isso, se embasar nos acontecimentos passados.

Vale ressaltar que a memória coletiva é diferente da memória histórica, sendo que um dos pontos dessa diferença, segundo Halbwachs (2004), diz respeito à continuidade. Para o autor, há na memória coletiva uma retenção de lembranças, um grupo mantém vivas histórias e memórias de um passado, e essa memória coletiva não ultrapassa os limites desse grupo. Já a memória histórica se coloca fora dos grupos, referindo-se a algo mais amplo e obedecendo

hierarquização e sistematização de informações, e da própria memória em si mesma. Na memória coletiva não há linhas nítidas de separação, e não há oposição entre presente e passado. Além disso, pode-se afirmar que há muitas memórias coletivas, e que a memória de uma sociedade é a memória dos grupos que fazem parte dela.

No que concerne à memória compartilhada, Ricoeur (2007) afirma que é a partir dela que gradativamente chega-se a memória coletiva, posto que foi em função das experiências vividas que também se passou a dar uma importância merecida aos lugares de memória a partir, principalmente, da capacidade coletiva de conservação, arquivamento e recordação de lembranças que são comuns. No campo da memória, um grupo que acolhe e considera o seu passado acredita que continuou igual e desenvolve mais consciência de sua identidade com o tempo (RICOEUR, 2007). Para Halbwachs (2004) é uma maneira do grupo também “[...] perpetuar os sentimentos e as imagens que formam a substância do seu pensamento” (HALBWACHS, 2004, p. 92).

Um mesmo acontecimento pode afetar, simultaneamente, várias consciências coletivas e, a partir disso, tais consciências tendem a se aproximar em um mesmo sentido, uma mesma representação de um fato em um dado espaço. Outros grupos podem perceber e interagir com este mesmo feito, mas o que irá importar é a interpretação e o sentido que se dá a ele, atribuindo diferentes significações. Além disso, Halbwachs (2004) argumenta que tanto o tempo quanto o lugar em que viveu um grupo e seus acontecimentos oferecem ao conjunto da memória coletiva uma significação, e por isso uns podem ter mais lembranças do que outros, por conta de ambientações e também de interesses diversos. Com isso, todas as ações de um grupo estão vinculadas em termos espaciais, e cada aspecto desse lugar ocupado tem um sentido em si mesmo e para os seus membros. Esse espaço é estável e, por vezes, corresponde a outros aspectos da estrutura da vida do grupo e da sociedade. Por isso, um acontecimento grave, afirma Halbwachs (2004), acarreta em grandes mudanças nas relações do grupo com o lugar, pois pode modificá-lo, alterá-lo, e com isso também há alterações no grupo e na memória coletiva¹⁴.

¹⁴ Borges (2013) analisa que “Milton Santos (1986) compreende as marcas e impressões do passado que se fazem presentes no espaço construído como *rugosidades*, ou seja, heranças espaciais que se apresentam de formas isoladas ou em arranjos. Assim, o espaço é um testemunho, uma prova de modos de produção historicamente localizados. Apesar da discussão sobre as rugosidades dizer respeito à produção histórica do espaço, como dito, espaço e território são categorias inter-relacionadas. Portanto, produção espacial e configuração territorial associam-se histórica e dialeticamente, inclusive no que diz respeito aos sentidos materiais e simbólicos” (BORGES, 2013, p. 85). Nesse sentido, pode-se afirmar que o verbo que representa o espaço é próximo ao “viver”, enquanto o verbo referente ao território seria o “dominar” e o “apropriar”, sendo que ambos são entrecortados por memórias, balizadoras da produção social de sentidos e, consequentemente, das ações.

A memória está ligada à afetividade e isso interfere diretamente nas lembranças individuais e coletivas, pois o apego a alguns eventos em detrimento de outros é marcado por esse traço afetivo também que envolve uma gama de emoções. Pollak (1989) acrescenta que da mesma forma, há o processo de esquecimento, muito ligado a eventos traumáticos que a memória “esquece” ou ressignifica, e isso caracteriza a memória como coletiva. Ademais, ainda segundo o autor, essa afetividade e esses momentos de maior ou menor apego interfere nos elementos constitutivos da memória. Além do espaço e do tempo, as personagens também compõem esse cenário coletivo da memória, onde algumas pessoas aparecem em maior ou menor grau de importância, dependendo da história narrada, das contribuições e das ações dentro da trama. Percebemos isso em diversos contextos e situações narradas por nós e por outrem, nas quais selecionamos alguns fatos que nossa memória reteve com mais nitidez e importância. Assim, ao somarmos nossas lembranças às histórias de outras pessoas que vivenciaram a mesma situação, verificamos algumas informações complementares à nossa que dão origem a uma narrativa mais completa sobre aquele contexto.

Ricoeur (2007) destaca aspectos essenciais relacionados à memória e que esbarraram nas narrativas de uma sociedade. Tais características se inter-relacionam ao tempo do acontecimento e ao tempo narrado, que pode ser outro totalmente distante; ao enredo, trama, fio condutor da narrativa; e ao espaço construído em que tudo se desenrola, que pode ser um local físico ou social, dentro do qual a história acontece. Também é comum que os aspectos de maior importância sejam sentidos e evidenciados ao contar um fato ou uma história, o que faz com que nem sempre a ordem cronológica seja mais importante e que os acontecimentos tenham por si só vida própria. Na nossa concepção, a partir dos estudos desses autores, isso ocorre porque aquilo que a memória seleciona como significativo, muitas vezes, não está ligado linearmente dentro da cabeça das pessoas, mas à sua essência, às relações e inter-relações que os acontecimentos produzem para cada indivíduo e agrupamento social, a partir de uma perspectiva. Ricoeur (2007) afirma que “O tempo e o espaço se inter-relacionam com a história do tempo, o tempo da memória” (RICOEUR, 2007, p. 162); e isso tudo está relacionado a nada mais do que a experiência de vida, concebendo também os lugares da memória:

O que lembramos está associado aos lugares, espaços físicos também. Conhecidos como “lugares de memórias”. Muitas vezes eles funcionam como chaves contra a luta pelo esquecimento, e resistem com o passar dos anos. Esses lugares não são necessariamente locais, mas podem ser documentos, palavras, objetos, monumentos, etc. (RICOEUR, 2007, p. 57-58, grifos do autor).

Esse lugar da memória pode estar relacionado a aspectos individuais que significam também um ponto importante para outras pessoas, em contextos iguais ou diferentes. De acordo com Pollak (1989), os lugares da memória são ligados a uma lembrança pessoal e/ou coletiva que nem precisa necessariamente estar relacionada a um fato cronológico, embora isso também possa acontecer. Muitas vezes as memórias são construídas em parte por fatos reais e em parte por situações sobrepostas que foram sendo acrescentadas àquela memória ou como relação a ela com o passar do tempo. É como se fossem projeções da própria memória ou transferências. Assim, entendemos que a memória também é seletiva, ela escolhe o que vai guardar e registrar, embora muitos dos fatos estejam gravados no nosso inconsciente, o que vem à tona é uma parcela mínima do que se vive. Isso porque se registra uma pequena parte e não se pode afirmar ao certo que esse registro é tanto algo consciente ou inteligível, pois há várias questões ambientais, psicológicas e da própria formação da memória envolvidas nesse processo:

[...] É assim que, pouco a pouco, a memória histórica se integra à memória viva. O caráter de enigma que obscurece as narrativas do passado longínquo se atenua, ao mesmo tempo em que as lacunas de nossas próprias lembranças se preenchem e sua obscuridade se dissipa. No horizonte, delineia-se o desejo de uma memória integral, reunindo memória individual, memória coletiva e memória histórica [...]. (RICOEUR, 2007, p. 407).

Segundo Pollak (1989), essas memórias podem sobreviver ao desaparecimento de pessoas, grupos, instituições, assumindo até mesmo a forma de um mito e alimentando-se de referências culturais, dentre outras. Nesse contexto, destacamos que o surgimento da escrita marcou uma profunda transformação da memória dos grupos e, por sua vez, da memória coletiva, iniciando uma era de duplo progresso, nos quais destaca a atuação e desenvolvimento de muitos povos, como os gregos, egípcios e romanos. Em relação à memória escrita, foram feitas tentativas de escrita em ossos, pele e casco de animais, folhas de palmeira e, por fim, papiro, pergaminho e papel. A finalidade inicial eram registros de uma memória coletiva mais fidedigna, visto que todo documento tem como caráter de armazenamento de informações que permanecem no tempo e no espaço, tendo um lugar marcado, memorizado e registrado. Isso impulsiona um salto no desenvolvimento urbano, já que a memória registra uma seleção histórica, compilada de fatos, decisões, evoluções, questões sociais, políticas, econômicas, que compõem a “ossatura” de uma sociedade.

Assim como em um jornal ou um veículo de comunicação, que seleciona a realidade baseada em linha editorial, público e outros elementos da produção noticiosa, esses registros realizavam um recorte da realidade conforme objetivos e interesses. Nesse sentido, acreditamos

que o jornal pode ser encarado como um lugar de memória – físico e cultural – que narra dentro do seu espaço simbólico acontecimentos cotidianos de uma sociedade e que determina sob alguns critérios jornalísticos o que irá adquirir a forma de palavra imprensa, sobrevivendo ao tempo.

Ainda segundo Pollak (1992), quando a memória é formada, no nível individual, essas maneiras de construí-la podem ser conscientes ou não, e essas formas fazem parte de um trabalho maior de organização que cataloga, exclui, relembra, grava etc. Além disso, considerando a memória como construção e também como herança, existe uma relação entre memória e identidade, e essa diz respeito ao modo mais superficial de representação, que é a imagem de uma pessoa sobre si mesma, que vai sendo construída ao longo da vida, e apresenta aos outros e a si própria. Assim é que percebemos que a memória compõe a identidade individual e coletiva, sendo esta não apenas uma conquista e fruto da evolução da sociedade, mas, ainda, um instrumento e objeto de poder. Nas sociedades cuja memória coletiva se dá especialmente via tradição oral é possível observar melhor isso, por meio da manifestação da memória, das lutas pela dominação da tradição e da recordação. Ainda assim, nas sociedades desenvolvidas pela escrita, os arquivos (orais e audiovisuais, especialmente se considerarmos rádio e televisão) também não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo sem estes terem – como historiadores e jornalistas – a luta pela democratização da memória social, já que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2013, p. 477). Nessa mesma linha de pensamento, Pollak (1992) complementa:

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK, 1992, p. 206).

Da mesma forma, se a memória é construída coletivamente, as expressões dela, como documentos, fontes impressas e orais, também o são. Consideramos isso de extrema importância para os estudos e pesquisas sobre memórias, por isso os contextos são fundamentais. Longe de qualquer ingenuidade, é preciso além de uma metodologia assertiva, uma sensibilidade de pesquisadores em perceber essas entrelinhas, os ditos e não ditos, o que

foi expresso e como o foi. É na linguagem que a ideologia, crenças, opiniões, valores, ideais e experiências verdadeiramente se revelam. E isso vai além do texto categórico (escrito ou oral), mesmo que o trabalho de historiadores comece sempre a partir de uma fonte ele não acaba nela. Pollak (1989) afirma que uma história de vida colhida por meio de uma entrevista oral pode ser interpretada de diversas maneiras, considerando os diversos contextos nos quais ela é relatada. Corroboramos com o autor, quando este afirma que, assim como no caso da memória coletiva, os relatos individuais são limitados já que se referem a um olhar, um ângulo, um determinado tempo e contexto, mas que encontra um fio condutor nas histórias de vida, sugerindo que elas “devem ser consideradas como instrumentos de reconstrução da identidade, e não apenas como relato, factuais. [...] Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p.13).

A coleta de dados por meio da História Oral tornou-se um campo privilegiado já que permite uma interação entre pesquisador e pesquisados, podendo levar a uma melhor compreensão dos contextos do objeto estudado e abrir o campo de pesquisa. Provavelmente por isso, Pollak (1992) argumenta que a História Oral leva a crítica às fontes de forma ainda mais categórica, com uma maior exigência técnica e metodológica a fim de evitar distorções, identificar falácias, histórias pré-construídas, partes sólidas e flutuantes de uma mesma história que podem indicar pontos de tensão e de maior investigação, dentre outros aspectos.

Culturalmente, é a partir dos anos 1960 que há um maior desenvolvimento da noção de mentalidades, o que também interfere nos estudos de memória. Pensando na memória como área de estudo – sobretudo na memória coletiva definida por Halbwachs (2004), Chartier (1988) assinala que tal objeto científico passou a ser visto pela ótica da cultura, e isso revela também a mentalidade dos indivíduos ou de uma coletividade. É o que escapa aos sujeitos e revela o impessoal, o comum, o campo da ideia. Ao mesmo tempo, o pessoal alinhado ao que é comum pode definir o que paira no campo da coletividade. Assim, o objeto é constituído historicamente sob a perspectiva de uma ideia que é uma construção consciente de um sujeito, nível individual, e que está paulatinamente em contraposição a uma mentalidade sempre coletiva que paira e ordena representações dos sujeitos sociais, mesmo que de modo não tão evidente. Aliado a isso, os pensamentos, embora pareçam individuais, “[...] são de facto os condicionamentos não conscientes e interiorizados que fazem com que um grupo ou uma sociedade partilhe, sem que seja necessário explicitá-los, um sistema de representações e um sistema de valores” (CHARTIER, 1988, p. 40-41). Esse sistema de representações e práticas cotidianas é a própria cultura.

3 A COMUNICAÇÃO E A MEMÓRIA CULTURAL

Neste capítulo discutimos brevemente a Comunicação e a Cultura, suas formas de expressões, suas relações. Compreendemos que os veículos de comunicação e de jornalismo são mais do que produtos culturais, já que carregam consigo manifestações da cultura em seus níveis distintos. Aqui, apontamos o sentido amplo da palavra cultura, tida como uma prática pelos pioneiros dos Estudos Culturais a partir de suas obras de destaque: *Culture and Society*, de Williams (1958); *The Making of the English Working-Class*, de E. P. Thompson (1963) e *The Uses of Literacy*, Richard Hoggart (1957).

Falamos ainda do campo jornalístico como um dispositivo comunicacional, com suas peculiaridades e características, por meio do diálogo com autores como Braga (2001), Martino (2001) e Lage (2014). Além disso, abordamos as relações entre Jornalismo, memórias e histórias, tendo como algumas referências Thompson (1995; 2008), Barbosa (1995; 2005; 2007; 2009) e Darnton (2010). Neste percurso teórico, abordamos, por fim, as atividades de imprensa no Brasil, no mundo e em Goiás, destacando principalmente aspectos nacionais e regionais, como a imprensa goiana e a imprensa alternativa no período de ditadura militar. Para isso, dialogamos com Borges (2013), Borges e Lima (2008) e Festa (1986).

3.1 A COMUNICAÇÃO COMO PRÁTICA SOCIAL

A História do Jornalismo, quando reconstruída à luz da História Cultural, é também marcada pela memória, e, assim, podemos afirmar que as instituições e veículos de comunicação e de jornalismo não apenas fazem parte da cultura enquanto produtos culturais, como também são meios para as manifestações de uma sociedade, um povo em suas diferentes instâncias políticas, econômicas, sociais, artístico-culturais, dentre outras. Há diversificadas definições de cultura e de um modo geral, é possível perceber o consenso de que a cultura possui uma capacidade de ser manifestada em objetos, pensamentos, instituições da sociedade, e também de ser apreendida. A cultura é parte de um ambiente social e está relacionada a aprendizagem consciente em diversas instâncias/maneiras sociais, como crenças, modos de conduta, padrões sociais e outros aspectos que integram o legado humano (SANTAELLA, 2003).

Com o desenvolvimento das sociedades – e isso envolve os aspectos culturais e materiais – tem-se o desenvolvimento das indústrias de mídia¹⁵ também como um instrumento de propagação e de manutenção de uma memória coletiva que é construída e difundida culturalmente e compartilhada pelos veículos de comunicação. Aqui, apontamos uma relação próxima entre a comunicação e as memórias de uma sociedade na medida em que, por meio de suas mais variadas formas de mediação e interação social (jornalismo, imprensa, publicidade, livros, tradições, etc.), a história e a memória coletiva estão em um contínuo processo de construção, envolvendo escrita, interpretação e reinterpretação, tendo um lugar privilegiado nos meios de comunicação e podendo ser repassada por gerações. Notadamente, essa escrita é seletiva e carrega características próprias dos processos midiáticos de produção e de seleção de acontecimentos.

Em um sentido amplo, a interpretação da palavra cultura, envolvendo vários aspectos sociais, desenvolveu-se com o passar do tempo, pois os primeiros usos da palavra estavam relacionados ao cultivo ou cuidado de grãos ou animais, como afirmam Williams (2001) e Thompson (1995). É somente a partir do século XVI que o sentido original da palavra foi ampliado e passou a ser usado referindo-se ao desenvolvimento humano. No final do século XVIII e início do século XIX, também estava ligado a temas universais da humanidade, sendo posteriormente utilizado também no plural - *culturas* -, considerando características e diversidade de variados grupos, etnias, nações e períodos.

A cultura sempre foi objeto de interesse de diversos estudiosos ao longo do seu desenvolvimento sobre diferentes olhares e vieses, já que está envolvida em uma teia de significados sociais, podendo ser representada por meio de símbolos, objetos, crenças, padrões e outras manifestações, estudadas pelas mais diversas áreas do conhecimento. A esse respeito, vale destacar a importância dos Estudos Culturais, cujos primeiros teóricos foram Richard Hoggart, que escreveu uma obra mais autobiográfica e voltou-se em parte para a História Cultural do século XX; Raymond Williams, cujos estudos voltaram-se para um conceito histórico que colocava em discussão a ideia de cultura comum e Edward P. Thompson, que discorreu sobre cultura ligada a uma parte da história inglesa. A cultura era considerada para os pioneiros, especialmente Williams e Thompson, como “[...] uma rede de práticas e relações que

¹⁵ De acordo com Thompson (1995) as Indústrias de Mídia originaram-se com o desenvolvimento das técnicas de impressão de textos de Gutenberg, difundidas na segunda metade do século XV na Europa. As Indústrias de Mídia são a base do poder simbólico e, a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento delas acompanha os rumos da globalização da comunicação, o desenvolvimento das formas de comunicação e a transformação das instituições midiáticas para atender interesses comerciais em larga escala.

constituíam a vida cotidiana dentro da qual o papel do indivíduo estava em primeiro plano” (ECOSTEGUY, 2004, p. 142).

A partir da interpretação de que a cultura é uma prática, decorre o envolvimento e ativismo dos pioneiros Williams, Hoggart e E. P. Thompson no contexto cultural britânico do final dos anos 1950, que era caracterizado por uma contestação social, tendo como consequência a vinculação dos Estudos Culturais com o pensamento de Karl Marx. De acordo com Moraes (2016), particularmente a atuação de Williams consolidou a concepção de materialismo histórico em suas obras e fez interlocução com o pensamento de autores como Mikhail Bakhtin e Louis Althusser. Nesse aspecto, tendo como referência o pensamento althusseriano, cabe compreender a cultura também como uma dimensão, que é quando consideram-se os aparelhos ideológicos utilizados pelo Estado para manutenção de relações de produção e reprodução de discursos dominantes, e quando influencia a formação identitária dos sujeitos. Além disso, a cultura é vista, portanto, como uma teia que envolve múltiplos significados e sua análise pode ser encarada como uma ciência interpretativa de fatos, acontecimentos, contextos.

Ao analisar a cultura, entramos em emaranhadas camadas de significados, descrevendo e redescrivendo ações e expressões *que já são significativas para* os próprios indivíduos que estão produzindo, percebendo e interpretando essas ações e expressões no curso de sua vida diária. As análises da cultura – isto é, os escritos etnográficos dos antropólogos, - são interpretações de interpretações, abordagens de segunda ordem, por assim dizer, sobre um mundo que é já constantemente descrito e interpretado pelos indivíduos que compõem esse mundo. (THOMPSON, 1995, p. 175-176, grifos do autor).

A cultura é um epicentro da humanidade, não sendo mais limitada a uma ou outra variável dependente. Esse entendimento influenciou os estudos e análises das Ciências Humanas e Sociais sobre o conceito, o que foi chamado por Stuart Hall de “virada cultural”, onde a linguagem também ocupa um eixo central e é carregada por fatores que interferem na significação de mensagens. Vista como um sistema de significações também para Williams, a cultura não apenas comunica, reproduz, estuda e transmite uma ordem social, mas vivencia as práticas significativas, que passam por diversas áreas, como o Jornalismo.

Na perspectiva de Moraes (2016), a análise da cultura pode ser definida como um método de procedimento, isto é, envolve atitudes concretas quando se trata de um fenômeno cultural. Para isto, a autora destaca níveis de cultura conforme definido por Williams, na qual se pode sintetizar como sendo: a) cultura viva, em um determinado tempo e espaço; b) cultura registrada, documentada; e, c) cultura de tradição, que por vezes une as duas anteriores. Em

relação a esta última, Moraes (2016) afirma que quando uma cultura não é mais viva, ela permanece viva por meio de registros, documentos e outras formas de registros.

A esse conjunto de perspectivas, inclui-se a consulta documental aos acervos de jornais que, em um determinado tempo e lugar, retratavam, com suas características do fazer jornalístico, uma sociedade vigente. Os veículos de comunicação e de jornalismo, nesse aspecto, retomando o passado, carrega essa memória coletiva e, ainda, histórica, pois toma o *status* de documento e pode servir como fonte de pesquisa de uma tradição seletiva, com costumes e acontecimentos de um passado, especialmente ao considerar o jornal impresso. Nesse sentido, a cultura pode ser estudada sob um ponto de vista histórico, tanto na dimensão das diferentes culturas, quanto na difusão desses elementos culturais. Crenças, técnicas, ferramentas, elementos de tradição e costumes e outros elementos que são difundidos de região para região, entre povos, gerando crescimento, desenvolvimento e diferenciação cultural através da História são alguns exemplos.

O significado de cultura está intrinsecamente ligado à produção de sentido, o que justifica analisar as estruturas sociais relacionadas ao poder e o contexto histórico como peças fundamentais na compreensão da Comunicação. A cultura é, portanto, um fenômeno simbólico e carrega em si uma variedade de maneiras de se manifestar: padrões verbais e não verbais, relações entre sujeitos, objetos e bens, ações, compartilhamento de experiências, concepções e crenças. As instituições e veículos de comunicação, são, também, simbolicamente interpretados e compreendidos dentro da sociedade, concepção estrutural de cultura trazida por Thompson (1995, p. 166-167), segundo o qual a comunicação ultrapassa a questão de ser uma tecnologia, “mas, também, é uma questão de formas simbólicas, de expressões significativas de vários tipos, que são produzidas, transmitidas e recebidas por meio de tecnologias desenvolvidas pela indústria da mídia”. É necessário, portanto, considerar contextos socialmente estruturados na produção e circulação de informações e de notícias, que possuem determinadas características elencadas por Thompson (1995), já que a Comunicação é, como dito anteriormente, uma forma simbólica.

Assim, consideramos que o processo de comunicação pode ser encarado como um meio de expressão dos sujeitos e para os sujeitos. Nesse sentido, é possível pensar no jornalista como um produtor de conteúdo e, nessa produção, ele também se expressa por meio de uma mensagem a ser entendida, interpretada, compreendida. No entanto, essa produção também não está isenta de códigos, regras, convenções de vários tipos, seja envolvendo características da própria rotina de produção de informação jornalística, ou seja, de fatores externos de influência

dos campos sociais, econômicos e políticos. Podemos dizer, portanto, que, de certa forma, a Comunicação é também apresentação, reapresentação e representação dos acontecimentos, das discussões e do debate social, carregando e simultaneamente assumindo espaços, pontos de vista, poderes simbólicos dentro da sociedade. Nesse aspecto, a Comunicação é tecnologia, é discurso, é sistema, é dispositivo, é algo que proporciona, veicula, reveste ou possibilita práticas de manutenção de memória/rememoração na/da sociedade.

Embora focada no momento presente, o registro por meio das instituições de comunicação ganha mais solidez e permanece com o tempo, se tornando em um minuto breve um acontecimento passado e, por conseguinte, um registro histórico de parte de uma realidade. Os veículos de comunicação e de jornalismo permitem esse registro social e, de certa forma, pode-se dizer que ações de memória, no sentido de documentar a realidade, estão contidas nas ações dos próprios veículos, na medida em que há esse registro permanente dos fatos por meio das informações para o público e também para a própria Comunicação, que faz uso desses dispositivos de memória em momentos e contextos posteriores.

Consideramos ainda que os meios de comunicação e de jornalismo possuem uma estrutura articulada, caracterizada por diferentes relações no meio social que podem ser analisadas formalmente, a partir dos textos, imagens, palavras e outros aspectos da produção jornalística. Thompson (1995, p. 189) argumenta que as “[...] formas simbólicas não são apenas concatenações de elementos e suas inter-relações: são, também, tipicamente, representações *de algo*, apresentam ou representam alguma coisa, dizem algo *sobre* alguma coisa” (Grifos do autor). Com isso, as notícias, reportagens e produtos¹⁶ de informação são a representação de algo, mesmo que seja enquanto projeção e, nesse aspecto, a mídia pode ter um papel de possibilitar e revestir a memória coletiva, ao mesmo tempo em que também se apoia nela para construir realidades sociais.

Existem ainda fatores ligados ao tempo e ao espaço que definem como será a produção e a recepção de mensagens. A própria memória coletiva está intimamente ligada a esses contextos específicos e, como afirmou Chartier (1988), é pautada pelo tempo, espaço, enredo, personagens, cena. Os veículos de comunicação e de jornalismo, embora de uma forma diferente, também dependem desses elementos constitutivos de uma história, que encadeiam a narração de um acontecimento, dentro de um contexto específico. Além disso, outro fato que

¹⁶ Ao longo do texto, os termos “produto”, “produção” e “produtora” referem-se ou têm relação com notícias, periódicos, serviços, atendimentos e outras mercadorias/formas de atuação que envolvem o fazer jornalístico.

impacta muito na produção e recepção de mensagens é o que Thompson (1995) define como “campos de interação”, que seriam espaços de diferentes conjuntos e trajetórias, em distintas dimensões dentro da sociedade, como as próprias indústrias de mídia e suas inter-relações. Esses campos de interação, bem como as instituições e a estrutura social, formam um cenário voltado para o exercício do poder, no sentido da ação: o poder de agir em busca de seus interesses. É essa capacidade que vai determinar as variadas relações sociais entre indivíduos e também influenciar os contextos sociais, carregadas de ação, interação, produção e recepção das formas simbólicas.

Se as características dos contextos sociais são constitutivas da produção de formas simbólicas, são, também, constitutivas dos modos pelos quais essas formas são recebidas e entendidas. Tais formas são recebidas por indivíduos que estão situados em contextos sócio-históricos específicos, e as características sociais desses contextos moldam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são por eles recebidas, entendidas e valorizadas. (THOMPSON, 1995, p. 201).

Entretanto, um ponto específico para se considerar nesses contextos e campos de interação é o próprio desenvolvimento das instituições de comunicação, que carregam também uma valoração econômica que se intensificou no fim do século XV e início do XVI, provocando uma ampla distribuição dos seus produtos culturais, permanecendo uma forma simbólica que ultrapassa espaços físicos e temporais delimitados. Thompson (1995) afirma que o rápido e crescente desenvolvimento dessas instituições e exploração do potencial técnico da comunicação permitiram uma mediação da cultura na sociedade, difundindo ainda mais as formas simbólicas. Esse processo acompanhou o surgimento das sociedades modernas e perdura até hoje nas nossas sociedades, onde o papel das organizações de comunicação é tão essencial que hoje não poderíamos imaginar uma sociedade sem rádio, televisão, jornais, livros e os outros meios pelos quais as formas simbólicas chegam a nós. Esse papel nem sempre foi desempenhado pelos meios de comunicação, mas foi sendo atrelado a ela com o surgimento das indústrias de mídia, quando as técnicas de Gutemberg foram utilizadas pelas mais diversas instituições em suas diferentes funções dentro da sociedade.

Outro ponto importante é que a Comunicação, enquanto forma simbólica, pode ser entendida como um fenômeno social, dada a quantidade de aspectos que envolvem sua transmissão, como o meio técnico, as relações contextuais já citadas anteriormente, as relações com o tempo e o espaço quando ultrapassam a barreira do lugar físico e do tempo cronometrado para transmitir uma mensagem. Para esse fenômeno há várias implicações e influências, uma delas diz respeito ao grau de fixação de uma mensagem. A título de exemplo, podemos pensar

em grupos de maior poder aquisitivo e influência que, em determinados contextos, utilizam determinados veículos de comunicação e de jornalismo mais alinhados com seus propósitos para exercer um micro poder, muitas vezes rodeado de manipulação e usos da informação para conseguir objetivos determinados. Essa característica espaço-temporal também permite uma reprodução de mensagens escritas e da imprensa em ampla escala, cada vez mais mediada pela tecnologia. Vale destacar os canais de difusão coletiva - como jornais, rádios e televisão - como meios que exploram e mercantilizam as formas simbólicas e que são centrais na valorização de algumas delas em detrimento de outras dentro da sociedade. De uma maneira mais direta, isso culmina em um monitoramento da difusão da informação, ou mesmo supressão, omissão, controle e censura em prol de objetivos e interesses particulares, inclusive de tom político. Muitas vezes, esse distanciamento espaço temporal característico das instituições de mídia abre possibilidades para que as formas simbólicas sejam inseridas (ou reinseridas) em diferentes épocas, contextos, espaços, dando origens a novas formas e possibilidades de transmissão cultural.

3.2 O CAMPO JORNALÍSTICO

Quanto ao campo jornalístico, compreendemos que um de seus principais “instrumentos” é a palavra, seja ela escrita, impressa, audiovisual ou falada. Em suas diversas manifestações, a palavra adquire uma importância ímpar, pois, como afirma Braga (2001), o objeto desta Comunicação é toda e qualquer *conversação* do espaço social, isto é, “[...] o que há de propriamente “conversacional” e de troca (simbólica e de práticas interativas) nas diversas instâncias e situações da vida social” (BRAGA, 2001, p. 15). Sob este ponto de vista, o Jornalismo poderia ser visto como uma *conversação* da sociedade e, assim, “[...] os modos e objetivos específicos são deixados em segundo plano, e a palavra enfatiza a troca e o fato de que essa troca é uma comunicação” (BRAGA, 2001, p. 17).

Partindo dos pressupostos de Thompson (2008), consideramos que os fenômenos sociais podem ser vistos como ações intencionais, dentro de contextos sociais estruturados, em campos de interação entre os indivíduos, que podem se tornar institucionalizados. Assim, por meio dos veículos de comunicação, os indivíduos se distanciam de suas realidades e, simultaneamente, adquirem uma representação própria das interpretações oficiais da realidade política e social. Isso é acelerado pela globalização, que alterou a natureza simbólica dos fenômenos, transformando as condições de vida dos indivíduos. Com a mídia, os indivíduos tiveram acesso

a eventos situados além da interação face a face e a tradição se libertou dessa limitação, adquirindo novas características. A midiatização desritualizou a tradição (THOMPSON, 1995; 2008), fez com que ela se expandisse e se renovasse, ultrapassando a interação face a face e os limites de espaço e tempo.

Martino (2001) afirma que a Comunicação pode ser entendida como *relação*, que envolve um processo de troca, o qual é caracterizado por uma ação e reação – estímulo que tenha sentido ou significado a quem o recebe, interpretando-o e reagindo a ele. Assim, a Comunicação assume a sua forma simbólica que implica intervenção complexa da cultura no processo seletivo, conceito que pode ser estendido para o jornalismo:

[...] o ser humano é um ser da comunicação: *consigo* (subjetividade) e com o *mundo*, ambos entendidos como produto da comunicação com *outrem*, pois assim como a subjetividade não é um dado natural, as coisas não se apresentam ao ser humano de forma direta, mas são construídas graças à mediação do desenho, conhecimento e reconhecimento de outrem. (MARTINO, 2001, p. 57, grifos do autor).

Nesse mesmo sentido, Sodré (2001) argumenta que a comunicação tem (notadamente) como objeto a vinculação entre o *eu* e o *outro*. Esse vínculo pode ser considerado tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo. Para Sodré (2001), a questão da comunicação coloca em evidência que não se trata apenas de abordar a questão da diferença, e sim o *problema* da diferença. A própria origem da palavra *comunicação* (*communicatio*; do latim clássico) deixa isso implícito, já que “[...] significava propriamente *societas* ou sociedade abordada pelo ângulo comunitário da atração, comércio ou vinculação entre humanos, deuses e humanos, vivos e mortos. A expressão *dies communicarius* prescreve a ritualização desse ato” (SODRÉ, 2001, p. 110, grifos do autor).

Atribuímos todos esses aspectos também ao campo do Jornalismo, que aqui é entendido como ligado à Comunicação de uma forma mais ampla. Para Groth (2011), jornais e revistas são classificados como obras culturais, compreendendo que “cultura” é um conjunto de criações mentais humanas que desenvolve e muda permanentemente. Dessa maneira, o autor classifica o que chama de Ciência dos Jornais como “a ciência de obras culturais, uma “ciência da cultura”. Para o Groth (2011), isso passa por uma interdependência em relação ao mundo imaterial, cujos valores e finalidades são estruturadas ao nível de intelecto com objetivo de gerar sentido, significado, compreender as finalidades do mundo. Em suas palavras, “[...] estabelecer valores é a ‘inestancável’ força motriz e criadora do ser humano. Com valores, ele ata as suas relações mais fugazes e constrói as suas obras mais duradouras” (GROTH, 2011, p.

30, grifos do autor). Isso leva em conta uma *realidade sensorial* e que cada obra cultural produzida é construída *com um sentido*, é voltada para o *sujeito*, e é, talvez, o sujeito que ocupa um lugar central na prática jornalística, mesmo que ele esteja em diferentes funções. Isso porque o que se chama de jornalismo, ao longo de sua concepção, assume várias definições diante do seu caráter dinâmico, mutável e transeunte entre as diversas funções e faces que assume dentro da sociedade.

Temer (2009) afirma que alguns estudos consideram o jornalismo a partir de três perspectivas que configuram a atividade profissional como um sistema híbrido: a primeira, como um espelho da realidade; a segunda, ator social; e a última, espaço público. Dessa forma, mesmo que na prática do jornalismo haja interesses dos conglomerados de comunicação atrelados, a autora considera que o fazer jornalístico é dual, pois envolve tanto uma representação de uma realidade quanto uma apreensão da mesma para expor os fatos à sociedade. Temer (2009) também pontua que no mundo atual, e particularmente no Brasil, a profissão assumiu responsabilidade de transmitir tanto valor e normas quanto apresentar novidades consideradas essenciais para a vida em sociedade, assumindo, então, uma responsabilidade com o público. Além disso, assume o lugar de “representante não eleito da população” ao defender o interesse público por meio de fiscalização e denúncia dos que estão em cargos políticos. Dessa maneira,

[...] ao mesmo tempo, um espaço público para onde afluem discursos e representações de diferentes grupos sociais e também um ator social que, a partir da ação dos jornalistas e a pressão do público (econômica ou não), é um elemento ativo na construção da realidade social. (TEMER, 2009, p. 44).

Enquanto atividade profissional, podemos falar de um jornalismo voltado para a transformação da informação em notícia, um produto à venda (MEDINA, 1988) que ao longo de sua existência permanece agregando valor em diversas plataformas e maneiras do fazer jornalístico. Borges (2013) analisa que desde o século XVII há um corpo profissional voltado para a atividade jornalística, chamados de “gazeteiros” ou “periodistas”, os quais viviam da produção de notícias para os veículos de imprensa. Para Traquina (2005b), esse corpo profissional – jornalistas - possui uma identidade profissional que é parte de uma cultura rica em crenças, mitos, símbolos e representações que fornecem a esta comunidade interpretativa toda uma liturgia dos personagens sociais.

Ainda de acordo com Traquina (2005b), o próprio *ethos* jornalístico é determinante na elaboração de mitos. Essa constituição da comunidade também interfere na produção de

notícias, já que esta é determinada também por uma política cultural, que aparentemente não tem uma lógica, mas é baseada em um *status quo* (ALSINA, 2009). Dessa forma, cabe aos jornalistas compilar os acontecimentos importantes da vida social e atribuir-lhes sentido. Traquina (2005b) argumenta que a construção da notícia é baseada em atitudes coletivas de jornalistas, tendo como influenciador o próprio o papel do jornalista enquanto mediador da realidade, dos códigos e das peculiaridades na produção de notícias. Essa interpretação se dá por meio de uma série de características do fazer profissional, que vão desde a seleção do que será noticiado a respeito de um acontecimento, constituindo o fato jornalístico, até as rotinas de produção de notícias, com suas especificidades que, ainda, passam pela figura do profissional jornalista com suas visões próprias de mundo, ideologias e crenças, isto é, o sujeito social.

Lage (2014) destaca duas concepções de jornalismo. A primeira diz respeito a um conceito amplo, estritamente ligado a um compromisso ético peculiar. Para o autor, isso significa que o jornalista deve empenhar-se na ampla difusão de fatos de interesses públicos, na divulgação de base dados, relatos, análise de fontes de informação confiáveis, e no respeito aos diferentes interesses sociais que geram conflitos. Já a segunda, está relacionada ao dever de militância que o profissional de jornalismo carrega, indo além de suas atividades laborais. Essa militância estaria ligada a causas consideradas nobres e “se aplica não apenas à opinião expressa ou interpretação dos fatos, mas a escolhas temáticas e ao próprio relato factual” (LAGE, 2014, p. 22).

Outro ponto que consideramos importante a respeito do jornalismo é quanto ao espaço de formação de opinião dentro da sociedade. E isso se deve, especialmente, aos profissionais jornalistas, que estão à frente da escolha de notícias e tratamento delas, considerando a rotina de produção jornalística. Aqui cabe dizer, ainda, que há interesses comerciais na produção jornalística, já que a notícia é um produto à venda, mas esse ponto empresarial diz respeito ao jornalismo enquanto empresa, isto é, aos donos de jornais propriamente ditos e não ao jornalista em si. Este sujeito, que está inserido dentro da empresa, tem como motivação o interesse pela própria notícia, pelas histórias cotidianas, pela narração dos fatos que compõem as diversas editorias e gama de assuntos de um jornal. O que move o jornalista é a novidade, que vai dar lugar à notícia do dia seguinte. E essa novidade não precisa ser algo imediatista, que no jornal seguinte já perdeu a graça, ela pode assumir várias roupagens, com reportagens especiais e diferentes pontos de vista e maneiras de fazer jornalismo. Aliás, o campo jornalístico fazer jornalismo é de experimentação, indo desde as os testes e provas de impressão ao longo da sua história, à invenção e aperfeiçoamento de tecnologias de comunicação, passando pelas

diferentes formas e caminhos que uma informação pode percorrer para chegar ao público. Há, ainda, a contribuição do campo em pautar os temas para o debate público, e debater o que está circulando na sociedade.

Outra maneira de ver a comunicação e o jornalismo é considerá-los como “dispositivos interacionais”. Braga (2009) acredita que esses dispositivos são importantes dentro do espaço institucional, e afirma que eles atuariam como subsistemas, sendo parte de um conjunto mais amplo de normatização, que, por sua vez, teria menor rigor na codificação. Ao final, o objetivo desses dispositivos seria articular os processos que envolvem a ordenação social e as disposições de linguagens:

Em síntese, os dispositivos correspondem ao contexto disponível segundo lógicas locais. Portanto, neles se pode observar diversidade. Isso não significa que estamos apostando em uma diversidade dispersiva, como se os processos comunicacionais, em uma sociedade, fossem indomavelmente “outros” a cada circunstância. Observar a diversidade, com a perspectiva que adotamos aqui, corresponde a procurar (inferencialmente) o que, embora de modo menos evidente, é transversal a variações de superfície. Não se trata, porém, de procurar “determinantes estruturais”, assumidos como tão fortes que tornariam indiferentes as variações segundo as quais as interações ocorrem (o que corresponderia a reduzir o interacional à economia, à política, às estruturas lingüísticas, etc.; ou a diluí-lo na cultura). (BRAGA, 2009, p. 11, grifos do autor).

Corroborando com Braga (2009), Signates (2015) argumenta que os “dispositivos são padrões comunicacionais que, de alguma maneira, se tornam meios (no sentido de processos ou sistemas simbólicos) pelos quais os sujeitos operam suas tentativas de comunicar” (SIGNATES, 2015, p. 150). O dispositivo possibilita, assim, a formação de uma rede, com uma nova manifestação de sentido, na qual os sujeitos se inserem e, simultaneamente, fazem essa rede funcionar em suas tentativas de comunicação. Com isso, Signates (2016) argumenta que

Quando se afirma que o jornalismo é um dispositivo comunicacional, pretende-se dizer que aquilo que se denomina jornalismo constitui uma teia de práticas e interações que atravessam diversas instâncias sociais, circula de diferentes modos e especifica como uma matriz comunicacional, cujas características aglutinam os elementos descritos por modos de dizer, de fazer e de compreender, convencionados sob a denominação de jornalismo (SIGNATES, 2016, p. 20).

Dessa maneira, conforme Signates (2016), ao pensar o jornalismo como dispositivo comunicacional não é possível defini-lo pelas suas maneiras de escrita, práticas de redação, relações de trabalho, relações políticas e outros aspectos de uma rotina profissional e suas influências internas e externas. O jornalismo é, na visão do autor, um dispositivo que engloba e ultrapassa esses aspectos, pois está ligado a algo maior, qual seja uma “matriz comunicacional

integrada” que se relaciona com diversos elementos, que podem ser descritos de uma maneira empírica. Sem essa precisão descritiva de uma pesquisa empírica, o autor compreende o jornalismo “como um dispositivo comunicacional que reúne, na mesma matriz, o circuito pelo qual percorrem os sentidos simbólicos da produção, da circulação, da leitura e da reverberação jornalísticas” (SIGNATES, 2016, p. 19). Nesse sentido, estudar o comunicacional no jornalismo é investigar micro e macro esferas públicas que dizem respeito tanto aos processos de concepção de pautas quanto os processos de recepção e reação da notícia, e é por meio delas que é possível investigar o especificamente comunicacional por meio das diversas maneiras que, no cotidiano, o fazer jornalístico é realizado. Esse processo pode ser observado de diversas formas, dentro das variadas organizações que dão vida ao jornalismo, como empresas, sindicatos, Organizações Não-Governamentais, instituições públicas e cooperativas, como foi o caso da *Projornal*.

3.3 JORNALISMO, MEMÓRIA E HISTÓRIA

No estudo da História, Darnton (2010) afirma que o estudo das ideologias e da difusão das ideias podem ser agrupados à História Intelectual; e o conhecimento sobre a cultura, em seus diversos sentidos e *mentalités* (mentalidades) coletivas, em História Cultural. Chartier (1988) acrescenta que a História das Mentalidades faz parte de uma História Sociocultural, na qual o coletivo é o objeto maior e, por isso, os próprios processos de análise dessa História são específicos, considerando as maneiras de apreensão de ideias ou crenças de um grupo ou sociedade, seus discursos e práticas visíveis e simbólicas. Dentro da História Cultural, estão inseridos os estudos dos jornais e dos dispositivos de comunicação, que conceituamos História da Imprensa, em que destaca-se o papel do jornalismo na promoção de uma reconstrução histórica ao reconstruir o presente por meio das notícias, sob a forma de impresso.

Tomando as práticas jornalísticas como objeto de estudo, mais precisamente o dispositivo do jornal, Barbosa (1995) argumenta que os acontecimentos carregam um *status* de carga documental, transformando o periódico em um meio de construção da memória presente que será usado pela história no futuro. A autora afirma que diferentemente dos paradigmas científicos do século XIX, que buscavam a verdade fiel das fontes e acontecimentos, os estudiosos acreditam que o olhar que mira no trabalho é o que também foca no momento presente: “O que se faz é uma reinterpretação do passado ou do presente, carregada de uma

subjetividade com que, como sujeitos históricos, impregnamos qualquer análise” (BARBOSA, 1995, p. 86).

O acontecimento passou a estar presente de forma rápida em diversos lugares e meios, especialmente com o avanço das tecnologias da comunicação que permitiram a rápida difusão de informações para além de barreiras espaço-temporais. Com isso, o fazer histórico, alicerçado nas hegemonias de cada sociedade, preocupou-se mais com longos períodos de tempo já passado, em que se desenvolvem as relações de natureza social, deixando o acontecimento singular e a história imediata do presente para o jornalismo (BARBOSA, 1995). Para Barbosa (1995), outro ponto de intersecção entre Jornalismo e História é no que se refere às fontes, embora com caráter e utilizações diferentes nas duas disciplinas, ela é elemento fundamental para a narrativa da sociedade, pois são “documentos” que contém “verdades”.

Dentre as várias aproximações do fazer histórico e jornalístico, destaca-se o processo de seleção de acontecimentos, nos quais é decidido, por meio de critérios da própria produção de notícia, o que será narrado e será manchete nos jornais. A notícia é entendida como uma construção da realidade, e por essa característica tem fatores de interferência que vão desde a coleta de informações até fatores econômicos e políticos dos próprios veículos de comunicação. Ao selecionar um fato do mundo, esses veículos de comunicação extraem o que consideram mais relevante para ser noticiado e, ainda, o que terá destaque ou não, como será a angulação do tema, de que maneira e com qual linguagem ele será narrado ao mundo. O acontecimento é, então, criado, indo além de uma concepção do jornalismo como mera divulgação de notícias. Com isso, além dos próprios valores-notícia, tem-se os princípios subjetivos que estão intimamente ligados à construção da informação jornalística, que vai além do que se acreditava no início, um puro reflexo do mundo real.

O mundo dos jornais, das notícias e reportagens é baseado em diversos fatores, como os de valor econômico e político, e a informação jornalística, de uma forma geral, pode ser entendida como uma construção. Embora apresente parte de uma realidade, as notícias possuem ângulo, editorial, visão, delimitação de tema, filtro – e todo o trabalho do jornalista enquanto *gatekeeper*. Aliado a isso, Barbosa (1995) destaca que o fato da grande imprensa (aqui sinônimo de tradicional, grandes meios) defender de forma geral as classes hegemônicas e, ainda, o trabalho dos jornalistas que, pela própria natureza, segue pressões diárias. A pesquisadora acrescenta que tanto o jornalista quando o historiador fazem *reinterpretação*, seja do ontem ou do hoje, e que “[...] o jornalista acredita estar construindo, no hoje, a história presente. O

historiador acredita estar, com a sua reinterpretação do ontem, entendendo o hoje” (BARBOSA, 1995, p. 88).

Em seus estudos, Alsina (2009) argumenta que a realidade é construída e que a objetividade é um conceito formado a partir de uma parte da realidade. Para ele, as interpretações do mundo real, como também no mundo da notícia, são marcadas pela subjetividade e interpretação dos indivíduos que, com suas experiências e vivências, orientam o sentido dessa interpretação. Não há apenas uma realidade, mas múltiplas que adquirem sentido para cada pessoa (ALSINA, 2009) e, quando se considera a mediação da informação pelos meios de comunicação, percebe-se que essas realidades vão se alterando permanentemente e tornam-se outras, cheias de significados. Já Traquina (2005a) afirma ser a notícia um relato altamente selecionado da realidade, que oferece ao público, imagens de uma realidade que é fragmentada, mas selecionada por valores-notícia bem definidos e partilhados por um grupo, a “tribo jornalística”. O jornalismo se propõe a retratar uma realidade e, uma das consequências desse processo, que passa por vários filtros, rotinas jornalísticas, fatores de produção da notícia, é que os acontecimentos podem ser, muitas vezes, moldados, determinando outros contextos. Assim, as notícias são carregadas, também, de sentidos ideológicos, e o jornalismo constrói essas realidades por meio da informação.

De forma semelhante, a História também faz uma reconstrução seletiva do passado, mesmo encarando-o como processo, e não um simples acontecimento. Tanto o jornalista quanto o historiador produzem análises singulares, carregadas também de subjetividade, interferindo na narrativa e no processo de construção histórica. No processo de narrar um acontecimento, tem-se a escrita como um instrumento para a construção seletiva da memória, pois eterniza um fato, um dado, uma história e, ainda, carrega em si mesma questões relacionadas ao poder na medida em que seleciona o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, por isso os veículos de comunicação impressos podem ser vistos como senhores da memória (BARBOSA, 1995). Por um lado, a imprensa joga para o leitor fatos aparentemente desconexos entre si, ao lado de grandes manchetes, por outro ela é indispensável para mostrar ao público as realidades que o cercam, as diversas questões sociais, levando-o à ação (BARBOSA, 1995). O jornalismo “conversa” com a sociedade uma linguagem própria, com legitimação e credibilidade social, transmite informação à sociedade e essa se posiciona quanto às questões da agenda social, conferindo aos fatos narrados uma significação, mesmo que de forma não intencional:

[...] do ponto de vista da seleção da informação, podemos dizer que o jornalista constrói, transpondo do lugar da normalidade para o da anormalidade, o

acontecimento. Essa construção, entretanto, é seletiva. Selecciona-se uma parte da realidade, partindo-se do pressuposto do que os leitores gostariam de saber e do que as instituições querem fazer saber. [...] Ao seleccionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, ao escolher a forma da sua narrativa, o jornalista está, na verdade, construindo o próprio acontecimento, criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios altamente subjetivos e que engendra, sempre, a questão do poder. (BARBOSA, 1995, p. 97-98).

Barbosa (2009) considera que a historiografia tem como seu principal postulado a interpretação de uma determinada ação social, prezando, evidentemente, pela subjetividade do pesquisador na análise. Assim como na história, o jornalismo também interpreta as realidades, mas em um tempo fundamentalmente diferente, lida com o tempo presente e, por isso, tem a necessidade de “construir textualidades que se valem fundamentalmente da argumentação. Se o presente prova, em certa medida, o futuro, ele precisa ser conhecido, descrito e, ao mesmo tempo, constituir-se como objeto de reflexão” (BARBOSA, 2005, p. 53). Contar uma história é marcar nosso lugar no mundo, por isso a informação é organizada conforme esse lugar preterido. Assim, “o quê”, “como”, “quando”, “onde” e “porquê” de um acontecimento são informações organizadas de uma forma coerente, segundo um ritmo próprio. No campo da história, de maneira semelhante, os detalhes de um determinado acontecimento são essenciais para contá-lo sob este ou aquele ponto de vista. Todavia, tanto no jornalismo quanto na história, é preciso considerar também a interpretação crítica de quem acompanha essa contação, além da predisposição no conteúdo.

A historiografia implica, pois, em leituras de mensagens sobre algo considerado como ausente no nosso aqui agora, a disponibilidade para visualizar nos indícios a mensagem (método) e sua leitura (a crítica). [...] Essa é, talvez, a principal contribuição que a utilização dos postulados da teoria da história pode fornecer aos estudos em torno de questões de comunicação e, do jornalismo, em particular. Há que se pensar numa dimensão histórica e perceber que a ação jornalística se dá num presente encharcado de um grau de consciência refletida sobre a história. (BARBOSA, 2005, p. 56).

Além disso, Barbosa (2005) também afirma que a formação, o *ethos* do jornalista tem suas bases no seu papel intermediário entre o poder público e o privado. O papel dos jornalistas – auto instituído e delegado por sua natureza profissional – de intermediar as demandas da população, com destaque para questões que envolvem a cidadania e a democracia, é essencial. Isso posto, pode-se tomar como exemplo a atuação dos jornalistas em contextos de regimes totalitários, nos quais além de uma busca por um exercício livre da profissão, o pano de fundo para a prática cotidiana era uma luta social pela democracia, liberdade, e direitos e garantias fundamentais na sociedade. Mesmo que a prática jornalística refletisse a sociedade vigente, em

certa maneira, não era comum serem objetos de investigação histórica, eram poucos jornais e revistas analisados com esse fim. Embora fosse reconhecida a importância dos meios de comunicação e da imprensa, havia uma certa relutância por parte dos historiadores nessa utilização que só foi superada mais tarde, quando a imprensa passou a ser estudada de maneira mais ampla, dando atenção ao contexto, e não apenas ao objeto.

Sobre o assunto, Luca (2008, p. 118) pontua que o “[...] estatuto da imprensa sofreu deslocamento fundamental ainda na década de 1970: ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. A autora destaca a tese de doutoramento de Arnaldo Contier, *Imprensa e ideologia em São Paulo* (1973) e os trabalhos de Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado (1974) que resultaram no livro *O bravo matutino* (1980). Luca (2008) também afirma que tanto a História Política quanto a Cultural encontram na imprensa registros cotidianos de embates, questionamentos, rendendo “frutos significativos”. A autora cita estudos sobre comunismo e anticomunismo no Brasil, por Bethânia Mariani e Rodrigo Motta. Outro ponto destacado por Luca (2008) é a censura aos jornais:

Não há como deixar de lado o espectro da censura. Em vários momentos, a imprensa foi silenciada, ainda que por vezes sua própria voz tenha colaborado para criar as condições que levaram ao amordaçamento. O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político. (LUCA, 2008, p. 129).

Diante de tais análises percebemos que tanto no Estado Novo quanto na Ditadura Militar de 1964 a censura foi presente em praticamente todas as atividades desenvolvidas pelos veículos de comunicação e de jornalismo, e a reação da imprensa e da sociedade em relação à censura do governo levou, em muitos casos, à punições de diversos tipos, incluindo tortura e morte. Outrossim, nessa época, as grandes instituições de mídia foram permeadas de ambiguidades e hesitações, oriundas de um regime político que rondava o cotidiano das redações. Havia, ainda, o peso de interesses publicitários, de grandes grupos de interesse, a censura e ações do próprio governo. A palavra impressa nos jornais foi ganhando suma importância, pois a informação assumiu um palco privilegiado cujo governo queria a todo instante controlar. Conjunturas nacionais e eventos trágicos, como o assassinato do jornalista

Vladimir Herzog¹⁷, em 1975, serviram tanto de combustível para os posicionamentos quanto para ações da imprensa, especialmente analisando a crescente importância da palavra impressa nos periódicos, neste período e em outros.

Ademais, Darnton (2010) argumenta que na historiografia é evidente a influência e força do discurso político dentro da vida institucional, especialmente por meio da organização da experiência e da transmissão de significados entre o conjunto de cidadãos, e que estudiosos do campo “[...] mostraram que o estudo da ideologia pode servir de terreno experimental para problemas e métodos dentro da história social das idéias como um todo” (DARNTON, 2010, p. 189). O ser humano se constrói e se ressignifica a todo momento a partir de sua narrativa, seja a nível individual ou coletivo. Os veículos de comunicação e de jornalismo podem ser vistos como meios de registrar o percurso de uma sociedade, narrando as histórias e, ainda, ressignificando-as. Isso porque, na narrativa produzida pelos veículos de comunicação e de jornalismo, também há uma materialidade discursiva carregada de história que vem a constituir tanto os sujeitos que produzem quanto os que leem/acessam a informação, escrita ou falada, já que “a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui” (ORLANDI, 1999, p. 61).

No percurso da História da Imprensa podemos identificar por meio das narrativas dos veículos de comunicação e de jornalismo essa materialidade discursiva, por meio da língua, de documentos, de análise de periódicos e outros meios de comunicação que retratam toda uma época, com seus contextos e significados. O jornalismo se desenvolve e acompanha a própria sociedade, atuando em diversas frentes, tendo um importante papel na formação dos sujeitos por meio. Além disso, a prática jornalística é desenvolvida em diversos ambientes e situações, seja respondendo a demandas da sociedade ou criando novas necessidades de comunicação.

¹⁷ Vladimir Herzog nasceu em Osijek (ex-Iugoslávia, atual Croácia), em 1937, e migrou para o Brasil em 1946, com sua família, após passar por outros países fugindo do regime nazista. Iniciou sua carreira no jornalismo brasileiro em 1959, em *O Estado de S. Paulo*, e passou por diversos veículos como TV Excelsior, Rádio BBC de Londres, Revista Visão, TV Universitária da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), TV Cultura, além de exercer docência no curso de Jornalismo da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Em setembro de 1975 assumiu a direção de Jornalismo da TV Cultura, e um mês após, em 25 de outubro, compareceu espontaneamente à sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) para interrogatório. Ali mesmo sofreu tortura, violência e foi assassinado. Os militares forjaram uma versão de suicídio, mas a farsa não se sustentou e mobilizou uma multidão de mais de 8 mil pessoas para a Catedral da Sé, na missa de sétimo dia de Herzog. O ato ecumênico marcou a luta pela democracia e a derrocada da Ditadura Militar. Vladimir Herzog é reconhecido mundialmente como símbolo da luta contra a ditadura militar e a favor da democracia, e desde 2009 dá nome a um Instituto criado por sua família e amigos para celebrar sua trajetória e honrar a Democracia, Direitos Humanos e Liberdade de Expressão. Fonte: <https://vladimirherzog.org/sobre-o-instituto/vladimir-herzog/>. Acesso em 03/06/2022.

3.4 A IMPRENSA NO MUNDO, NO BRASIL E EM GOIÁS

Contar uma história para alguém pode ser, ao mesmo tempo, uma necessidade, uma responsabilidade, uma criação ou mesmo um prazer para quem acessa a memória recordando fatos do passado e para quem ouve tais histórias. Talvez porque as narrativas que são contadas sobre o mundo, de geração em geração, acompanham a humanidade desde seus primórdios e permitem que, a partir de acontecimentos cotidianos, haja preservação da memória, da cultura, além de incentivo ao debate público e à expressão de emoções, dentre outros aspectos. Segundo Santos (2020), na contação de uma história ou acontecimento, há uma seleção de elementos narrativos que irão compor a trama e, a partir disso, a sociedade toma para si uma informação de mundo e a reinterpreta a partir do que ouviu, viu e/ou leu e, ainda, pode compartilhá-la socialmente gerando interação e reflexão acerca dos fatos: “Contar uma história consiste em apresentar para um público específico uma narrativa que parte de certa leitura de mundo” (SANTOS, 2020).

Nesse aspecto compreendemos o jornalismo como um campo da comunicação que realiza a narrativa da sociedade, do coletivo, como parte do seu escopo de atuação, e cuja prática está relacionada a uma interpretação dos acontecimentos sociais, a partir de informações sobre o que ocorre no mundo. O surgimento do jornalismo é controverso; alguns autores sinalizam que pode ter se originado no Século VII, no Oriente, por meio das impressões tabulares na China, Japão e Coreia, enquanto outros consideram o seu início ligado aos tipos móveis alfabéticos do século XI. Independentemente do local onde nasceu ou foi tecnicamente aperfeiçoado, é na Europa que a imprensa foi difundida no período final da Idade Média. Estavam em curso o declínio do modelo feudal e a ascensão do capitalismo industrial e comercial, além de importantes mudanças sociais, políticas e econômicas. Esse caldeirão efervescente de transformações impulsionou uma série de transformações ligadas à redefinição de papéis de antigas instituições, como a Igreja e o Estado, e ao aparecimento de novas instituições sociais, como as indústrias de mídia, e a ampliação de suas atividades (THOMPSON, 1995). Ainda segundo Thompson (1995; 2008), as novas instituições interferiram na transformação de práticas existentes e também criaram novas práticas dentro da sociedade nas esferas econômica, política e de poder.

Um dos acontecimentos mais marcantes para o desenvolvimento da imprensa e do jornalismo foi a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX na Inglaterra. Já havia um modelo capitalista de produção tanto na Europa quanto em

outras partes do mundo, que culminou em transformações significativas como o surgimento de grandes indústrias, impulsionado a partir de uma transição do capitalismo comercial para o industrial. Podemos destacar também o surgimento do liberalismo econômico, as mudanças nas relações trabalhistas, o desenvolvimento de novas tecnologias e produção em diversas áreas, a expansão do comércio internacional, dentre outras transformações. Esse período pode ser considerado como um renascimento e expansão da vida urbana, com a migração da população rural para os grandes centros, e, dentre diversas mudanças, a ampliação à escolarização, a criação de universidades e de uma elite intelectual, que desencadeou uma necessidade de circulação de informações e de produção impressa de notícias (THOMPSON 1995).

As indústrias de mídia também se tornaram fundamentais para manutenção da ordem social vigente, a partir da informação divulgada, e isso as consolidou como as novas bases de um poder simbólico (THOMPSON, 1995). Lage (2014) corrobora com essa ideia e destaca que o jornalismo, como conhecemos atualmente, só é visível um século e meio após a invenção da imprensa, devido à ascensão burguesa que usou os periódicos para difusão de poder contra a nobreza e aristocracia europeia. O autor aponta que no século XIX europeu, enquanto o Estado regia conflitos de classe e tentava frear a motivação da burguesia pelo lucro, propriedade e bens, foi sendo moldada uma imprensa que priorizava os noticiários que se voltavam para os fatos. Com isso, o conteúdo opinativo teria destaque em uma “área editorial nobre”:

Inicialmente, o conteúdo valorizado da mídia jornalística geral compreendia temas de interesse geral dos setores produtivos e burocráticos – da política à economia, do clima ao transporte, da legislação à administração pública. À medida que o jornal-empresa abriu-se à conquista de público mais amplo, acrescentaram-se ao rol outros assuntos: o esporte, o crime, o consumo, a moda, a luta dos trabalhadores pela sobrevivência e por uma fatia de poder, a recreação e vida social. [...] A competição no quadro dessa nova temática, com forte conotação emocional e menor compromisso com a fidelidade aos fatos, marca o importante ciclo do sensacionalismo na imprensa dos Estados Unidos, agigantando o negócio da informação. (LAGE, 2014, p. 23)

Na América do século XX, segundo Lage (2014), os empreendimentos de mídia se mostraram dependentes de publicidade, financiamento e tecnologia, e isso influenciou o fazer jornalístico no qual “[...] o compromisso com a informação pública precisa compor-se, em maior ou menor grau, com a defesa dos interesses gerais dessa clientela privilegiada” (LAGE, 2014, p. 23). Disso resulta uma representação do jornalismo enquanto poder moderador, ou o “quarto poder”, que fiscalizaria os outros três - legislativo, executivo e judiciário. Lage (2014) explica que, embora o jornalismo também investigue e apure informação de diversas instâncias da sociedade, é o Estado que se constitui alvo principal da atividade jornalística, especialmente

por ter um papel de impacto direto na gestão da sociedade, seus conflitos, suas mudanças, dentre outros aspectos. As contradições da sociedade são enredo para a pauta jornalística, que deve, ainda, lidar com diferenças culturais, oposições, conflitos e as demais tensões que geram conflitos na sociedade. Essas narrativas estão impregnadas também de ideologias, contextos e clima político de uma época, público-alvo do produto jornalístico, moldando, assim, a linha editorial do veículo midiático (LAGE, 2014).

Lage (2014) argumenta também que tais narrativas têm uma força, sendo que as histórias registradas e narradas pelo jornalismo são ainda mais potentes em um mundo globalizado, com acesso à rede online. Mas, independentemente de tecnologia, desde o surgimento do jornalismo os diversos grupos sociais identificaram seu papel de construir narrativas dentro da sociedade e, possivelmente, esse também foi um dos fatores que interferiram ao longo da história na atuação de uma imprensa mais livre e sem censura. Além disso, o fator político sempre esteve ao lado da atuação jornalística, em razão das próprias características da área. Foram as razões políticas que retardaram a proliferação dos veículos jornalísticos no Brasil em relação a outros países. Na leitura de Borges (2013), os dirigentes clérigos e aristocráticos logo perceberam o poder dos impressos em fomentar debates públicos e, com isso, influenciar a organização do pensamento humano. Assim, em relação à atividade jornalística, foram utilizados instrumentos de censura por esses grupos dominantes.

3.4.1 Atividades impressas no Brasil

Na América Latina, as atividades relacionadas à imprensa chegaram no século XVI, em 1553, quando os espanhóis implantaram oficinas tipográficas no México para atender demandas do Vice-Reinado na Nova Espanha (BORGES, 2013). Borges (2013) assinala que a circulação de impressos no Peru data de 1594, entretanto, baseando-se nos estudos de Sodré (1966), a autora afirma que o primeiro periódico latino-americano cuja edição era semelhante aos jornais europeus foi a *Gazeta de México y Noticias de Nueva España*, de 1722. No Brasil, as atividades de imprensa iniciaram-se 275 anos depois, em 1808, quando a Corte Portuguesa mudou-se para o Rio de Janeiro e as necessidades burocráticas e administrativas exigiam as primeiras impressões, que foram feitas pela Imprensa Régia. Poucos meses após a instalação da imprensa oficial, Dom João permitiu que a tipografia fosse utilizada para eventuais publicações da sociedade civil, com finalidade principal de movimentar o comércio. Além disso, a própria

Corte também já tinha o hábito de ler folhetins e almanaques, o que incentivou mais ainda as tais publicações impressas (BORGES, 2013).

Os periódicos do Brasil Colônia propagaram-se da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX e tinham, dentre suas características, nomes que exprimiam os interesses dos grupos ou dos movimentos que faziam parte. Além disso, também havia periódicos que não tinham cunho político, mas abordavam conteúdos de literatura, humor, cotidiano (BORGES; LIMA, 2008). Neste cenário surgiu, em 1830, o primeiro periódico goiano, a *Matutina Meyapontense*, fundado pelo comendador Joaquim Alves de Oliveira e tendo como principal redator o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. O periódico circulou até 1834 na cidade de Meia Ponte (atual Pirenópolis), funcionando também um jornal oficial para as províncias de Goiás e do Mato Grosso (BORGES; LIMA, 2008).

Além disso, conforme Borges (2013), outro fator que influenciou a imprensa brasileira foram os movimentos internacionais, que contribuíram para fortificar e consolidar a atividade jornalística no Brasil. Um desses eventos foi a Revolução Constitucional da cidade do Porto (1820) que defendeu o fim da censura prévia e liberdade de expressão do pensamento em Portugal. Dessa maneira, para a autora, a imprensa brasileira, “[...] transformou a estrutura política, administrativa, econômica, social e cultural do Brasil, e, por conseguinte, alterou a dinâmica espacial e territorial dos lugares.” (BORGES, 2013, p. 109).

Borges (2013) também destaca que com as mudanças republicanas, o desenvolvimento e avanço da industrialização e do capitalismo, a partir do final do século XIX os impressos brasileiros acompanharam o movimento europeu de transformação desses produtos jornalísticos em empreendimentos capitalistas de maior ou menor porte. A autora enfatiza que isso gerou alterações significativas na concepção dos periódicos, indo desde a organização do trabalho (editorias especializadas) até a função do próprio jornal como um “[...] meio técnico-científico-informacional que se mostrou extremamente eficaz na promoção da territorialização do capitalismo nos lugares” (BORGES, 2013, p. 111), e complementa:

Ao substituir o jornalismo artesanal, opinativo e doutrinário, o jornalismo empresarial remodelou substancialmente três elementos: o conteúdo, a exemplo das grandes reportagens e do publicismo, que passaram a ter menos espaços em detrimento da informação factual; os aspectos editoriais, que abarcam editorações diferenciadas e publicações vespertinas, e as tecnologias utilizadas, que ampliaram a qualidade e a quantidade das impressões. Há que se destacar também que a acentuação do capitalismo industrial no país, proporcionador da urbanização e das diferentes redes que dela emergiram, foi decisiva na afirmação do jornalismo empresarial, que necessita da circulação das informações e das vias de transporte para promover territorialidades e para se territorializar. (BORGES, 2013, p. 111-112).

Já no início do século XX, entre 1900 e 1910, há implantação de novos artefatos tecnológicos que permitiram aumento da tiragem de jornais, além de maior qualidade e rapidez na impressão dos mesmos. De acordo com Barbosa (2009), em 1920 o recenseamento da população brasileira evidenciou o aumento do grau de alfabetização, embora o analfabetismo atingisse mais diretamente as mulheres. Segundo a autora, nessa época 74,2% dos brasileiros maiores de quinze anos eram letrados, e também havia no país um crescimento em diversos setores, como resultado do desenvolvimento de indústrias. No final da década de 1920, a “[...] Capital Federal contava com 19 jornais diários, 13 estações de rádio e várias revistas semanais com tiragens que chegavam a 30 mil exemplares” (BARBOSA, 2005, p. 58).

Borges e Lima (2008) apontam um período importante da História da Imprensa goiana, considerado o terceiro em ordem cronológica¹⁸, logo após a proclamação da República, que vai de 1890 a 1934. De acordo com as autoras, este momento contribuiu para que diversas cidades do Estado e Região, além da capital, tivessem seus próprios jornais e participassem abertamente de debates políticos. Além disso, as autoras destacam que essa época foi marcada por figuras importantes da imprensa em Goiás, tais como Cora Coralina, que participou de jornais literários, como *A Rosa* e fundou um jornal feminino (*O Lar*) nas duas primeiras décadas do século XX, na Cidade de Goiás; Moisés Santana, jornalista contestador que fundou e dirigiu vários jornais em municípios goianos e foi correspondente de tantos outros em diversas regiões do país e Henrique Silva, que contribuiu para que o Estado tivesse projeção nacional, por meio da revista *A Informação Goyana*, que foi além da função informativa e se consagrou como “[...] fundamentalmente numa revista de opinião que tentou traçar diretrizes econômicas e políticas para o Estado de Goiás e para o Brasil Central” (BORGES; LIMA, 2008, p. 76).

Em 1930, com a deposição do presidente Washington Luiz e a instauração do governo Getúlio Vargas pelo movimento revolucionário, uma série de eventos políticos marcaram o início do Estado Novo. Esses movimentos e eventos perduram até 1945, durante a Era Vargas. Definida por Barbosa (2009) como de caráter “altamente centralizado e monolítico”, o novo

¹⁸ A partir de uma sistematização de Teles (1989), Borges e Lima (2008) apontam cinco períodos para um entendimento inicial da História da Imprensa goiana, sendo que o primeiro refere-se ao surgimento da imprensa goiana, cujo nome de destaque é o padre Antônio Luiz da Silva e Souza (1764-1840), que sistematizou informações sobre o contexto social, político e econômico do Estado; e o segundo período é estabelecido entre os anos de 1834 e 1890, cujas referências envolvem processos que contribuíram para fechamento do *Matutina Meyapontense*, e o início e fechamento do *Correio Oficial de Goyás*.

regime de governo criou mecanismos de fortalecimento do poder estatal, instituiu e aperfeiçoou formas de controle social e multiplica ações para se consolidar a nível nacional.

O crescimento do aparelho do estado torna dispensáveis os tradicionais canais de expressão da sociedade civil (partidos, políticos, associações, etc.), consolidando-se uma nova fórmula de participação política no país. [...] A década de 1930 pode ser visualizada como o período áureo de crise das ideologias liberais e da ascensão das ideias e valores autoritários. (BARBOSA, 2009, p. 106-107).

Nesse período, segundo a autora, os temas políticos estiveram evidentes e, assim, encontram naturalmente lugar na imprensa. “A polêmica e o apoio institucional ao governo ou a oposição sistemática ganham espaço nobre nas páginas dos jornais. Os jornais se constroem como domínio da política, recuperando um lugar que a rigor nunca perderam [...]” (BARBOSA, 2009, p. 108). Em Goiás, segundo Borges e Lima (2008), o quarto período da História da Imprensa tem início justamente por volta dos anos 1940, no qual o Estado passava por mudanças políticas que acarretaram, também, reestruturação dos veículos jornalísticos e comunicacionais. Uma ruptura no grupo político hegemônico dos Bulhões, ocorrida no início do século XX, fez nascer duas grandes oligarquias, os Caiado e os Ludovico. Com isso, houve uma divisão política, intelectual e social a favor de um ou de outro grupo, e o mesmo ocorreu com os jornais. As autoras destacam que esse embate também culminou na transferência da capital para Goiânia, que estava alinhada com a Marcha para Oeste, movimento de Getúlio Vargas que visava apoio político por meio do desenvolvimento no interior do país.

Borges (2013) destaca que em Goiás as alterações da transferência da capital para Goiânia no jornalismo regional, assim como em outras áreas e instituições. Para a pesquisadora, o discurso de progresso e desenvolvimento “[...] fundamentou um novo modo de organização geopolítica em Goiás”, onde “[...] paulatinamente o espaço para o jornalismo político e opinativo foi fechado, abrindo caminhos, na década de 1950, ao empresarial e, posteriormente, mercadológico” (BORGES, 2013, p. 124).

Há ainda exclusividade de divulgação na imprensa por parte do Estado, por coerção ou por alinhamento político e, ainda, a criação do Departamento Oficial de Propaganda (DOP), em 1931, que orientava a imprensa a difundir os ideais e imagens que interessavam ao governo (BORGES, 2013). Conforme destaca Borges (2013), o DOP sofreu reestruturações, dando origem em 1934 ao Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que foi extinto em 1939 substituído Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que instituiu a fiscalização e censura da informação. Segundo Borges e Lima (2008) o DIP ainda exercia controle sobre

outros aspectos, como registros profissionais de jornalistas, autorização para o funcionamento de periódicos e até mesmo a compra de papel para impressão. Havia favorecimento político de alguns grupos, conforme interesses de manutenção do poder nacional, regional e local, e isso que também foi percebido em Goiás pela criação de poucos grupos e conglomerados de comunicação (BORGES; LIMA, 2008). A análise de Barbosa (2005) também corrobora com tal percepção:

A popularidade dos periódicos nas duas primeiras décadas do século modificou a relação do público com os jornais diários. A entrada em cena de novos meios de comunicação, tecnologias que deveriam ser utilizadas para atingir um público mais vasto, conforme expresso inúmeras vezes nos discursos dos homens de governos, durante o Estado Novo, interferiu na maneira como o público se relacionava com os periódicos. Mas os jornais continuavam sendo a forma como se podia se ter conhecimento do que se passava no mundo. (BARBOSA, 2005, p. 138).

Além de censurar previamente os conteúdos a serem publicados, após o fim do Estado Novo, em 1945, e até o golpe militar de 1964, Borges e Lima (2008) consideram um quinto período da História da Imprensa goiana, no qual houve um “[...] fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação dentro da política desenvolvimentista da difusão da comunicação no País” (BORGES; LIMA, 2008, p. 81). Os primeiros grupos de comunicação são do mesmo período, como a Organização Jaime Câmara, maior complexo de comunicação do Centro Oeste. Na leitura das autoras, “O jornal adquiria então um caráter empresarial e a profissão de jornalista, uma necessidade mercadológica, embora os jornalistas já se organizassem como categoria desde 1959 na Associação Profissional dos Jornalistas (APJor)” (BORGES; LIMA, 2008, p. 81).

Nesse momento histórico, há também que se considerar a importância do governo de Juscelino Kubitschek para a imprensa, marcado pela modernização da década de 1950, o que solidificou uma série de mudanças no jornalismo brasileiro, perceptíveis pelo discurso da neutralidade, conforme assinala Barbosa (2009). Assim, o papel do jornalista revelou-se como poder instituído de mediação entre o público e o poder público, vínculo que também permite a profissionalização da profissão em regimes onde não há liberdade de imprensa. Dessa forma, estando nessa posição de mediação, o jornalista e a imprensa têm cada vez mais um poder simbólico e um poder real solidificados na sociedade, funcionando como *elo* indispensável entre o público –ausente de voz –, e a sociedade política (BARBOSA, 2005).

Assim, mais do que servir à democracia, o *ethos* profissional do jornalista desenvolve-se na esteira do papel de intermediário possível (e outorgado) entre o poder e o público. Já que não há cidadania suficiente para a população falar e chegar às cercanias do poder, cabe ao jornalismo o papel autoinstituído (escrever igual tá no livro ou seguir a nova ortografia) de intermediar as chamadas causas do povo. A relação estreita com a política também é explicável a partir do modelo de cultura profissional desenvolvida historicamente, ou seja, a partir da sedimentação de seu papel como o intermediário dos temas políticos, decifrados para um público não só sequioso de novidades, mas, sobretudo, sequioso de ser incluído – ainda que apenas ao tomar conhecimento dos fatos – no mundo da política. (BARBOSA, 2005, p. 165. Grifos da autora).

Barbosa analisa ainda que é nesse período também que os jornais cedem espaço para sensações, a fim de alcançar o gosto popular, dando vazão a conteúdos sensacionalistas que apelam para a emoção e mesclam o real e a ficção na narrativa textual. Mesmo com a construção de um ideal de neutralidade jornalística, há, ainda, uma valorização significativa da opinião. Apesar do analfabetismo presente no país, há práticas de leitura oralizada e apreciação da opinião, que são importantes para a narrativa jornalística.

Já em 1964, com o golpe militar no Brasil, os militares passaram a ter uma relação de maior fiscalização da informação. Foram criados o Serviço Nacional de Informações (SNI) e os centros de informações do Exército (Ciex), da Aeronáutica (Cisa) e da Marinha (Cenimar). Apesar da pressão e vigilância constante, foi com o Ato Institucional número 5 (AI-5) que “a censura tornou-se feroz e respaldada por norma da ditadura – o artigo 16, item III, do Ato Institucional nº 2, [...] e o Ato Complementar nº 1 determinavam a apreensão de livros, jornais ou qualquer publicação que divulgasse manifestação de pessoas ligadas à Frente Ampla” (MELO, 2012).

É deste período o surgimento da chamada *imprensa alternativa* que, na concepção de Pereira (1986), a partir do ponto de vista de Sérgio Caparelli (1980), é tida como aquela em que este tipo de imprensa funcionaria como um “complemento da imprensa do sistema”, especialmente em um regime fechado como a ditadura militar:

[...] Essa idéia é mais claramente exposta quando ele [Sérgio Caparelli] desce à origem da palavra para mostrar que alternativa essa imprensa oferece à tradicional: ela é um “alter que chama a si os que se desviam” de um caminho inicial, no caso, a imprensa tradicional. Ou quando ele diz que a imprensa alternativa é uma opção de *conteúdo* diferente do da imprensa tradicional apenas quando esta está servindo ao regime autoritário e fugindo ao seu papel de promover mudança – que seria o seu papel normal, *nesse caso*, então, o jornalista partiria em busca de uma *alternativa*, já que, ficando, apenas alugaria a sua força de trabalho. (PEREIRA, 1986, p. 54, grifos nossos e do autor).

Nessa fase, além da censura prévia e de outros tipos de pressões por diversos lados da sociedade, como dificuldades econômicas e falta de anunciantes, Festa (1986) afirma que muitos jornais e revistas foram editados durante a Ditadura Militar no Brasil. Dentre eles, a autora destaca *O Pasquim*, *Pato Macho*, *De Fato*, *Versus*, *Coojornal*, *Movimento*, *Posição*, *Paralelo*, *Repórter*, *Opinião*, *O São Paulo*, *Em Tempo*, *EX*, *Extra*, *Bondinho*, *Mutirão*, *Brasil-Mulher*, *Nós-Mulheres*, *Jornacoop*, *Coojornat*, *Consisa*, etc.

Em Goiás, Borges e Lima (2008) assinalam um quinto período da História da Imprensa que vem desde 1945 até o golpe militar de 1964, sendo marcado pelos impactos do regime militar e da perda da autonomia das empresas jornalísticas diante de uma forte dependência do financiamento do governo. As autoras afirmam também que houve uma concentração das publicações na capital, Goiânia, o que acarretou na supressão da quantidade de publicações no Estado e também na anulação da diversidade desses periódicos. Apesar do golpe militar de 1964 e da censura generalizada à imprensa, em Goiás diversos veículos oposicionistas ao governo circulavam, mesmo estando na mira de censores e da polícia. É o caso do jornal *Cinco de Março*, de 1959, que surgiu após uma repressão policial a uma manifestação estudantil contra o aumento do preço das passagens de ônibus e de mensalidades escolares no dia cinco de março, acontecimento que deu nome ao jornal.

O regime ditatorial modificou permanentemente o perfil da imprensa goiana que, até o presente, mesmo após o final da Ditadura Militar, ainda “[...] sofre com o medo de questionar e publicar, até mesmo pelas diversas formas e manifestações da censura que ocorre via financiamento privado e governamental, ou, até mesmo, autocensura dos empresários do ramo e dos próprios jornalistas” (BORGES; LIMA, 2008, p. 85). Segundo as autoras, para além disso, há “[...] o encolhimento da circulação dos jornais diários e a baixa qualidade apresentada por estes a partir do momento em que adotaram um modelo comercial de jornalismo, pouco adepto do compromisso público que a atividade requer.” (BORGES; LIMA, 2008, p. 85).

Borges (2013) Destaca que do ponto “Sob o prisma ideológico, cultural e simbólico, ao projeto de governo varguista – e em Goiás, ludoviciano – não cabia apenas o domínio do imaginário, mas a sua construção” (BORGES, 2013, p. 137). Isso significava que a censura em Goiás não estava relacionada apenas às ações de divulgação, informação, convencimento, mas sobretudo empenhadas na construção de uma visão de mundo. Além disso, Borges (2013) enfatiza que era do interesse do governo de Goiás “[...] fornece pressupostos reflexivos capazes de reordenar um pensamento, recomposto num outro lugar de fala, numa orientação de leitura muito distinta da que vinha sendo utilizada desde a Primeira República” (BORGES, 2013, p.

137). A autora destaca que a própria adequação do DOP ao contexto regional, que foi “[...] a transformação do antigo DPEE em Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Ambos tiveram Câmara Filho como diretor e Pedro Ludovico Teixeira como principal agente regional [...]” (BORGES, 2013, p. 137).

Acerca da relação da imprensa alternativa e a abertura do regime democrático, que vinha desde 1974, Festa (1986) argumenta que boa parte dos jornais que se consideravam pertencentes à imprensa alternativa desapareceram, muito em razão da abertura de novos espaços políticos na sociedade. Isso permitiu que muitas pessoas que, até então, se agrupavam em frentes de oposição ao regime, foram atrás de outras áreas para a sua atividade política. Outro fator importante para o fim da chamada imprensa alternativa, conforme Festa (1986), tem base na perseguição política que sofreu, e com a queda da censura em 1978, a ação repressiva do governo passou a ser exercida por autarquias que foram opressivas na fiscalização contábil, cobrança de impostos atrasados e noutros dividendos. Um último fator destacado por Festa (1986) foi considerado, para ela, o mais decisivo:

[...] o terceiro elemento foi talvez o mais decisivo: o *Coojornal*, em 79, havia publicado um documento secreto do Centro de Informações do Exército, segundo o qual a imprensa alternativa existia para contestar o regime. Logo depois, começaram atentados às bancas que vendiam jornais alternativos. Ao longo desses anos, algumas publicações tiveram edições inteiras apreendidas, tornando inviável a continuidade econômica do projeto. (FESTA, 1986, p.17, grifos nossos).

Marcado pelo início da crise econômica no país, de novas formações e ânimos na política, como as vitórias eleitorais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido legal da oposição. Pereira (1986) afirma que, nesse período, a imprensa burguesa, sem a censura e com mais determinação, reabsorveu os projetos de oposição popular que não dispunham de alternativas de conteúdo à imprensa que servia o regime. Do mesmo modo, a imprensa considerada liberal e a nacionalista (PEREIRA, 1986) passaram a agir de forma diferente em relação ao regime, considerando as concessões políticas provocadas pela ‘distensão’. Como consequência, Pereira (1986) afirma que nasceram vários projetos de imprensa democrático-popular a partir de frentes de correntes de oposição, e sob controle popular sistemático de grupos de uma pequena burguesia. Como exemplo, o autor destaca jornais de conselhos representativos, movimentos sociais e frente popular. É nesse período também que surgem os jornais de cooperativas de jornalistas, como o *Coojornal* (Rio Grande do Sul), o *Jornacoop* (Santos, São Paulo), o *Cojornat* (Rio Grande do Norte), o *Concisa* (Salvador, Bahia), *Projornal* (Goiás), dentre outros.

Aliado a isto, soma-se o contexto dos anos 1982 e 1983 que redefiniu o foco do conteúdo desses jornais para questões emergentes no país, como a crise financeira e a alta das taxas de desemprego e de inflação, que superou 200%; a discussão sobre a nova organização da democracia e dos poderes; e um cenário de fortalecimento do movimento sindical e popular (PEREIRA, 1986). Além disso, a exemplo dos jornais cariocas, Barbosa (2009) explica que o desaparecimento de alguns periódicos pode ter relação não apenas com o aumento do preço do papel, mas com outros fatores do mercado jornalístico, como interferências políticas e excessos administrativos, dentre outros contextos.

Barbosa (2009) afirma que a partir da década de 1980 houve diversas mudanças no jornalismo diário. Dentre essas transformações, a inclusão de novas tecnologias de comunicação e o desenvolvimento da editoria de economia e de outros cadernos especializados foram destaques. Além disso, outra mudança de peso foi a incorporação da prática do jornalismo investigativo e do chamado “jornalismo cidadão”, no qual a imprensa assume uma utilidade social com foco nos interesses dos cidadãos (BARBOSA, 2009). As novas tecnologias passaram a ser adotadas por todos os setores, “O Brasil começava a entrar, em caráter irreversível, na era da eletrônica [...], abrindo conseqüentemente a possibilidade de uso alternativo dessas tecnologias por setores dos movimentos sociais.” (FESTA, 1986, p. 29-30).

Esses contextos também modificaram dinâmicas de trabalho existentes, a exemplo das cooperativas que, de antemão, concentravam-se em setores mais ligados à produção, como o agronegócio. A partir de então, surgem entidades cooperativistas de diversos segmentos, como de jornalistas, além de associações, agrupamentos, sindicatos e entidades de classe de vários segmentos. Com isso, a comunicação também passa a ter um papel transversal e fundamental para consolidar esse novo cenário que surge com a redemocratização do país.

4 CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (PROJORNAL)

Tal como pontuamos nos capítulos anteriores, a memória pode ser considerada uma das mais prósperas fontes de história, já que é composta por registros sensíveis do que determinado acontecimento representou para agrupamentos sociais e pessoas em dados momentos históricos. Tendo em mente a importância do resgate pela memória, nesta pesquisa conversamos com jornalistas que atuaram na *Projornal*, inicialmente seguindo uma listagem prévia de nomes. Depois utilizamos a técnica bola de neve, na qual as pessoas entrevistadas indicam outras fontes para falarem sobre o mesmo assunto. Devido às limitações impostas pelo enfrentamento à pandemia de Covid-19, as entrevistas foram feitas de forma mista: presencialmente, via *Google Meet* e por e-mail. O diálogo por essas plataformas se mostrou eficiente para esta pesquisa¹⁹.

Após a coleta dos dados, os mesmos foram organizados para construir uma narrativa da história da *Projornal*. Em muitos momentos, porém, o texto vai e vem como um reflexo das próprias memórias dos jornalistas. É que os quadros de memórias, o que lembramos, não são necessariamente organizados seguindo uma sequência temporal dos fatos. Halbwachs (2004) já afirmava que, justamente por conter dimensões individuais e coletivas, “[...] os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas que eles representam em correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado porque este foi atravessado por isso tudo” (HALBWACHS, 2004, p. 71). Assim, por mais que os entrevistados desejassem contar uma narrativa sequencial, a memória deles priorizou alguns fatos em razão de outros e, ainda, cada um deles tem uma perspectiva de mundo, a partir de suas próprias experiências de vida e vivências dentro da cooperativa.

Neste capítulo, contamos a história da Cooperativa tendo como eixo central da narrativa o depoimento dos profissionais que atuaram no projeto, em diferentes fases da *Projornal*, desde os debates que culminaram na sua concepção até quase o final da mesma. Como uma maneira de sistematizar essa história, consideramos, desde o início, que era importante contar um pouco da história dos jornalistas e de profissionais de comunicação que participaram do projeto, para conhecê-los um pouco mais e tentar delinear suas crenças em termos de mundo e, consequentemente, de uma prática jornalística que poderia estar relacionado à própria

¹⁹ Conforme mencionado na introdução, a pesquisa consiste em uma Análise Cultural, de abordagem qualitativa, tendo como método a Pesquisa Histórica, e os seguintes instrumentos: o Levantamento Bibliográfico, Análise de Narrativas, Pesquisa Documental, Entrevista e História Oral. A metodologia está descrita mais detalhadamente na introdução desse estudo.

existência da cooperativa. Assim, na primeira parte desse capítulo contamos brevemente a trajetória de cada um deles.

Na segunda parte, consideramos contextos e fatos do mercado jornalístico em Goiás que colaboraram e impulsionaram a criação da *Projornal*, como demissões em massa de profissionais de diversos veículos de comunicação e episódios envolvendo censura e restrições no trabalho dos jornalistas em Goiás. Além disso, outros contextos regionais e nacionais, como mudanças de governo e eventos da categoria a nível nacional também colaboraram para a fundação da *Projornal*.

4.1 CONHECENDO AS PERSONAGENS DA PROJORNAL

Quando pensamos em entrevistar profissionais que fizeram parte da *Projornal*, foi realizada uma busca ativa por nomes, como dito anteriormente, e, depois, compomos um quadro de ex-cooperados com base nos nomes e indicações dos próprios entrevistados, e também de alguma informação que pudesse ser lida nos arquivos enviados por Gina Louise Pinheiro Jorge. É que algumas fotos mostravam informações de expediente e por isso foi possível identificar jornalistas conhecidos, alguns ainda são docentes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás. No entanto, não houve certeza que parte desses nomes identificados eram de cooperados ou contratados por serviços específicos²⁰.

Alguns nomes sobressaíram, como o de ex-presidentes, outros foram citados por uma ou outra pessoa, por lembrança ou relação próxima. Neste capítulo procuramos conversar inicialmente com pessoas da listagem prévia e outros profissionais que foram indicados e que tínhamos contato telefônico mais imediato. Nas entrevistas, cada pessoa se sentiu à vontade para falar de sua história, incluindo a escolha pelo Jornalismo. Após esse momento inicial, os participantes responderam perguntas direcionadas sobre a cooperativa. A sequência dos perfis dos ex-cooperados da *Projornal* que narram a história da cooperativa segue a mesma ordem em que foram entrevistados, entre fevereiro de 2021 e maio de 2022.

Inicialmente, entrevistamos seis pessoas, sendo elas: Joãoimar Carvalho; Nilton José dos Reis Rocha; Cileide Alves Cunha; Laurenice Noleto Alves; Gina Louise Pinheiro Jorge e Jales Rodrigues Naves. Em seguida, enquanto esperava retorno de Gina Louise e Jales Naves,

²⁰ Durante a pesquisa, algumas pessoas contatadas afirmam não participaram da *Projornal*, e não se lembram de porque o nome delas consta no expediente de algumas publicações. Outras pessoas contribuíram com trabalhos da Cooperativa, mas de forma voluntária e não como cooperadas.

conversamos com Laurenice Noletto sobre a *Projornal*. Após a entrevista, Gina Louise retornou o contato e nos enviou o material da cooperativa, o que mudou o rumo da investigação inicial e nos fez concentrar esforços em pesquisar a *Projornal*, como dito na introdução desta tese.

A segunda etapa das entrevistas foi iniciada em janeiro de 2022, onde tentamos contatar mais profissionais que atuaram na *Projornal* e acessar o acervo de documentos do jornalista Jales Naves. No entanto, por questões de natureza diversa, muitos dos profissionais não puderam participar da pesquisa e a primeira entrevista só foi possível a partir de março de 2022. Nesta fase, os profissionais entrevistados foram: Silvana Coleta dos Santos Pereira, Cláudio Curado Neto, Ana Maria Souza, Lúcia Helena Vieira, Marly Vieira Paiva, Elza Troncoso Cunha, Divina Eterna Marques e Maria José Braga.

Depois desse momento inicial, começamos a entrevista lendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²¹, que é uma etapa obrigatória nas pesquisas com seres humanos e uma exigência do Comitê de Ética. Essa etapa foi realizada com todos os entrevistados, que responderam positivamente, autorizando o uso das respostas para uso na pesquisa. No caso das entrevistas por e-mail, os TCLEs foram enviados e devolvidos com assinaturas de autorização dos entrevistados. Já os jornalistas que conversamos pelo *Google Meet* e pessoalmente verbalizaram nas conversas gravadas a autorização, e foi enviado a eles uma cópia do termo por e-mail para que pudessem ter ciência dos detalhes da pesquisa.

4.1.1 Joãoimar Carvalho de Brito Neto

O primeiro contato que fizemos para este estudo foi com o jornalista Joãoimar Carvalho, e se deu bem antes da pesquisa propriamente dita, no dia 09 de janeiro de 2019, por meio de uma ligação para buscar informações sobre o jornal *Top News*, a fim de auxiliar a escrita do projeto submetido na seleção de doutorado do PPGCOM/UFG. Depois dessa época – e após aprovação na seleção do doutorado –, agendamos a data para a entrevista sobre o jornal *Top News* e a *Projornal* na manhã do dia 26 de fevereiro de 2019, via *Google Meet*.

Com o caderno de campo em mãos, iniciamos a conversa com Joãoimar Carvalho, que estava tranquilo em seu escritório particular, cheio de livros e jornais. Ele contou que é natural de Araguacema (TO), e que teve uma experiência muito importante no seminário dos padres franciscanos de Anápolis (GO), onde cursou os anos de 1964, 1965 e 1966 – início da ditadura militar. Lá Joãoimar Carvalho teve uma educação que considera como sendo de alta qualidade

²¹ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se no Apêndice 1.

e exigência, com professores de grande experiência e renome. O seminário consistia em quatro anos de estudo, sendo três em Anápolis, e o quarto e último ano na cidade de Agudos (SP).

Fotografia 1 - Jornalista Joãoomar Carvalho de Brito Neto



Fonte: Acervo Pessoal²².

Chegando a São Paulo, ele se deparou com muitas novidades para um jovem de mais ou menos 13 anos, e o acesso aos jornais era uma delas. Havia uma banca no seminário e, na hora do recreio, os jornais ficavam à disposição dos seminaristas. Foi nessa época que ele desenvolveu uma “mania” que o acompanha até hoje: recortar notícias selecionadas dos jornais – prática também conhecida como *clipping*. Esses jornais eram chamados de alternativos, como *Movimento*, *Opinião* e *O Pasquim*. Além dos jornais, Joãoomar Carvalho ficava até tarde ouvindo rádios internacionais, como a BBC de Londres e outras dos Estados Unidos.

De acordo com o entrevistado, após alguns acontecimentos em São Paulo, o grupo de seminaristas regressou para Anápolis, em um momento muito difícil da ditadura militar. Assim, decidiu sair do seminário e seguir a carreira jornalística, cujo interesse já havia despertado quando ainda estava na cidade paulista. No fim de 1970 conversou com os padres, agradeceu

²² Disponível no Facebook do jornalista: <https://www.facebook.com/joaomar.britoneto>. Acesso em 19/07/2021.

pelos anos no seminário, e foi para Goiânia sobreviver como jornalista. Começou a trabalhar vendendo assinaturas de jornais como *O Popular* e *Folha de Goyaz*. O que ganhava dava para sobreviver, manter as necessidades básicas. Em 1972 decidiu fazer o vestibular para jornalismo na Universidade Federal de Goiás (UFG), sendo aprovado no certame.

Joãoimar Carvalho precisou trancar o curso para trabalhar, mas regressou após um ano e logo conseguiu estágio e oferta de trabalho. O primeiro emprego foi no que hoje é a TV Brasil Central (TBC), que era ligada ao Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne), criado pelo governador Mauro Borges. O jornalista também trabalhou em jornais pequenos e alternativos, que funcionavam à tarde, no contra turno do Curso de Jornalismo na UFG, como o *Cinco de Março*. Além disso, também se envolveu com política sindical e movimentos sociais, participando de lutas e greves. Outra atuação profissional foi exercer a docência, pois no final dos anos 1970, Joãoimar Carvalho começou como professor substituto no curso de Jornalismo da UFG, efetivando-se posteriormente. Além disso, estendeu a prática docente para a Universidade Católica de Goiás (atual PUC/GO), instituição na qual se aposentou no início de 2021.

4.1.2 Nilton José dos Reis Rocha

Nilton José dos Reis Rocha é filho de camponeses, e parte dessa origem é evidente em suas falas e posições ideológicas, bem como por meio das disciplinas ministradas no curso de Jornalismo da UFG. Conversamos por mais de uma hora via *Google Meet*, falamos um pouco sobre o isolamento social imposto pela pandemia e as mudanças nas rotinas. O jornalista estava em seu escritório, entre livros e plantas, e conversamos no fim da tarde do dia 05 de março de 2021.

O jornalista iniciou seus estudos formais no campo, numa “escola de roça”, cuja professora, negra, teve um papel muito importante para despertar a sua visão de mundo. Por meio desse primeiro contato, Nilton José despertou seu desejo pela escrita e pelos estudos, e teve contato com um mundo para além do que ele vivia. Mudou-se para Itauçu (GO) para continuar os estudos, e teve contato com uma professora chamada Edith²³ que, por meio do que Nilton José definiu como uma mistura de competência pedagógica e encantamento, o despertou para a relação entre escola e livro. Esse encantamento motivava o jornalista a acordar cedo e

²³ O jornalista Nilton José não se recorda o sobrenome da professora citada.

andar, junto com a irmã mais nova, cerca de quatro quilômetros a pé para chegar à escola. Foi com a professora Edith que ele decidiu que queria escrever - e escrever muito.

Fotografia 2 - Jornalista Nilton José



Fonte: Programa *Se Liga* na UFG!²⁴

Depois de concluir o quarto ano do Ensino Fundamental em Itauçu, Nilton José entrou no seminário. Para continuar os estudos, essa era a única alternativa viável para quem não tinha condições financeiras. Após o seminário, o jornalista foi estudar no Colégio Lyceu, em Goiânia, onde cursou o segundo e o terceiro ano do Segundo Grau (atual Ensino Médio). Lá ele também gostava de escrever de uma forma poética e a brincar com palavras. A maioria dos seus professores, naquela época, também eram docentes na UFG. Praticamente todos os estudantes eram aprovados no vestibular para a UFG, e Nilton José foi um deles: decidiu por Jornalismo na última semana antes do exame e foi aprovado para cursar a terceira turma do curso, em 1970, concluindo em 1973.

Apesar do curso de Jornalismo ser novo e ainda não ter estrutura física adequada, é na faculdade que Nilton José se abre para novos mundos, como o da fotografia. E foi fazendo uma reportagem para a disciplina do professor Antônio Maia Leite que Nilton José conseguiu seu primeiro “ganha pão”. O então estudante de jornalismo fez uma reportagem sobre a reforma do

²⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kc71G2ejzRI>. Acesso em 19/07/2021.

Hospital Universitário da UFG, em 1971, na qual uma das fotos teve muito destaque, retratando as madeiras que protegiam a obra e em um cara em pé, olhando pelo buraco entre as madeiras. O professor Maia gostou do texto e pediu para publicar no jornal *Folha de Goyaz*. Quando Nilton José chega na redação e solicita um exemplar para guardar, é chamado para subir na redação e conversar com o editor, que era o Elton Costa Campos. E assim ele foi contratado como um dos primeiros estudantes de Jornalismo a fazer estágio.

Depois da *Folha de Goyaz*, o jornalista trabalhou no *Cinco de Março*, cujo editor era Wilmar Antônio Alves. Em seguida, foi para Europa, estudar na Universidade de Louvain. Ao regressar, em julho de 1979, recebeu o convite de Elton Costa Campos para trabalhar no jornal *Folha de Goyaz*. Saiu do periódico e foi para o jornal *Top News*, a convite de Joãoimar Carvalho, e permaneceu no semanário até o seu fechamento em 1983. Além desses periódicos, Nilton José também foi repórter auxiliar do *Estadão* e correspondente de *O Globo*. Atualmente é professor efetivo com dedicação exclusiva do Curso de Jornalismo da UFG.

4.1.3 Cileide Alves Cunha²⁵

Natural da cidade de Morrinhos, no sul de Goiás, Cileide Alves Cunha concedeu entrevista para este estudo por meio do *Google Meet*, no dia 08 de março de 2021. Ela contou que se mudou para a capital goiana em 1979, com objetivo de cursar o terceiro ano do Ensino Médio no Colégio Carlos Chagas²⁶ e prestar vestibular. Em 1980, foi aprovada para o curso de Jornalismo na UFG e, no mesmo ano, teve seu primeiro emprego de carteira assinada na Gráfica Libertação. O dono da gráfica era o médico Fausto Jaime, que tem uma carreira de destaque na área de saúde coletiva, além de ser um conhecido militante do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo o primeiro prefeito eleito no Estado de Goiás pela legenda. Ele havia admitido Cileide Alves para organizar sua pequena biblioteca. Um ano depois, a jornalista foi contratada, como estudante, para ser responsável pelo arquivo de fotos do jornal *Top News*, que funcionava na Rua 25, Setor Central. Apesar da função ser referente ao acervo do periódico, Cileide Alves acabou atuando informalmente na área de jornalismo. Entre os profissionais com quem trabalhou, Cileide Alves destacou os profissionais Nilton José e Atos Pereira, com quem alega ter aprendido muito sobre a profissão, especialmente no campo do jornalismo político.

²⁵ O perfil da jornalista também reuniu informações de sua página na rede *LinkedIn*.

²⁶ Escola particular.

Fotografia 3 - Jornalista Cileide Alves



Foto: Acervo pessoal.

No início da carreira, a jornalista atuou na *Projornal*, quando Joãomar Carvalho era presidente, num período no qual ela tinha saído do jornal *Top News* e soube que um grupo de jornalistas havia criado a Cooperativa. Cileide Alves também foi professora substituta na UFG entre 1985 e 1986. Atuou na TV Brasil Central (1987-1992), no jornal *O Popular* (1988-2016) na Rádio CBN Goiânia (2006-2010) e na Rádio Interativa (2017-2018). Atualmente é coapresentadora na Rádio Sagres e colunista do jornal *O Popular*. É, ainda, mestra em História pela UFG e, recentemente, lançou a biografia *Iris Rezende — De Líder Estudantil a Governador (1958-1983)*²⁷.

²⁷ Iris Rezende Machado foi um parlamentar goiano, natural de Cristianópolis (GO). Formou-se em Direito pela Universidade Federal de Goiás e ingressou na carreira política como vereador de Goiânia (GO) pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), presidindo a Câmara Municipal em 1961 e 1962. Foi eleito deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), sendo o candidato mais votado no estado. Foi empossado na Assembleia Legislativa em 1963, sendo presidente da casa. Elegeu-se pela primeira vez como prefeito de Goiânia em 1965, tendo sua gestão marcada pelos mutirões para a construção de casas populares, nos quais participava ajudando nas construções, misturando-se às pessoas comuns. A repercussão de sua atuação desencadeou a cassação dos seus direitos políticos por dez anos, pelo Ato Institucional nº 5. Afastado da vida pública, Iris Rezende Machado dedicou-se à advocacia e à aquisição de fazendas de gado. Teve seus direitos políticos reestabelecidos a partir de 1979, e, com a abertura política, elegeram-se governador de Goiás em 1982, porém entregou o mandato antes do final para assumir o cargo de Ministro da Agricultura no governo de José Sarney. Foi eleito novamente governador de Goiás em 1990 e seguiu para o Senado quatro anos depois. Disputou novamente para governador de Goiás, mas não obteve sucesso. Foi eleito prefeito de Goiânia mais três vezes, em 2004, 2008 e 2016. Aposentou-se da carreira política em 2020. Fontes: Agência Senado - <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/09/morre->

4.1.4 Laurenice Noleto Alves

Conversamos com Laurenice Noleto Alves numa tarde de quinta-feira, no dia 12 de março de 2021, via chamada do *Google Meet*. O nome dela veio como uma sugestão de Rosana Maria Ribeiro Borges²⁸, já que a jornalista e o esposo dela, Wilmar Alves (*in memoriam*), participaram da *Projornal*. Tendo como pano de fundo o quintal de sua casa, Laurenice Noleto contou que nasceu em um garimpo de diamantes, no Mato Grosso, onde viveu em uma pequena vila parte da sua infância, com outras famílias. Foi no garimpo que os pais de Laurenice Noleto se conheceram, casaram e tiveram sete filhos, sendo ela a quinta.

Depois de um tempo, os pais de Laurenice Noleto mudaram-se para Iporá (GO) em busca de uma educação para os filhos. Lá, a jornalista fez o Jardim de Infância. Em seguida, migraram para Goiânia (GO) em busca de novos graus de educação pública, e a jornalista veio cursar o terceiro ano do fundamental, em um internato, chamado Fundação Abrigo Menores Abandonados chamado (FAMA). Segundo Laurenice Noleto, essa instituição de ensino era quase um reformatório, e, por isso, acredita que desde essa época, aos nove anos de idade, um senso de justiça e de direitos humanos começou a se formar em seu ser como resposta a uma revolta e tristeza pelos maus tratos às crianças.

Após um período, Laurenice Noleto foi estudar em uma escola pública que funcionava dentro de um centro espírita, no Bairro Popular²⁹, na Vila Independência, onde cursou o quarto ano primário, do Ensino Fundamental. Saindo de lá, ingressou por meio de um processo seletivo no Colégio Estadual Pedro Gomes, cursando o ginásio³⁰ em 1961, pouco antes da Ditadura Militar, em 1964. No ginásio, Laurenice Noleto teve incentivo nas aulas de Português, chegando a ser monitora da matéria e jurada em concurso de redação do colégio. Isso foi importante para que ela prestasse vestibular para Jornalismo na UFG. Laurenice Noleto foi da primeira turma do curso, entrou em janeiro de 1969. Segundo ela, a experiência como

[iris-rezende-ex-senador-e-ex-governador-de-goias](http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/09/morre-iris-rezende--ex-senador-e-ex-governador-de-goias); <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>. Acesso em 02/07/2022.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/09/morre-iris-rezende--ex-senador-e-ex-governador-de-goias>. Acesso em 20/07/2022) e Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>. Acesso em 20/07/2022).

²⁸ Rosana Maria Ribeiro Borges é professora orientadora desta tese de doutorado, e integra o quadro docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

²⁹ Bairro Popular era nome de um bairro de Goiânia (Goiás) que já não existe mais em virtude do reordenamento urbano da cidade.

³⁰ O ginásio compreendia os anos finais que antecediam o segundo grau (atual ensino médio).

graduanda em jornalismo foi muito importante na sua formação a ponto de que, se não houvesse uma escola de Jornalismo, ela dificilmente seguiria na carreira.

Fotografia 4 - Jornalista Laurenice Noleto



Fonte: Acervo particular.

Laurenice Noleto estagiou na Rádio Universitária da UFG, e tinha como orientador o jornalista prático Wilmar Alves, que posteriormente seria seu esposo e também participaria da *Projornal*. Entre o final de 1969 e início de 1970, no período de férias, Laurenice Noleto procurou um jornal pra trabalhar e bateu na porta de *O Popular*, que funcionava na Avenida Goiás, no Centro de Goiânia. Ela não tinha prática nenhuma, mas mesmo assim foi contratada para auxiliar na nova diagramação do jornal, que deixaria de ser manual e passaria para *off set*. Seu supervisor era de São Paulo, Antônio Spada, que posteriormente tornou-se docente da UFG. Laurenice Noleto aprendeu a diagramar com ajuda dos editores, e ficou na redação do jornal *O Popular* por quase um ano. Após esse período, a jornalista também estagiou na Assessoria de Imprensa da UFG, e embora acredite que seu chefe era nomeado pela ditadura militar, aprendeu muito no tempo em que esteve lá. Depois de formada, por muitos anos, Laurenice Noleto trabalhou na assessoria governamental por meio da Agência Goiana de Divulgação (AGD), e alega que manteve esse emprego escrevendo matérias chapa branca³¹ para sustentar a família,

³¹ Matéria chapa branca é a matéria jornalística que trata o fato noticioso sob uma perspectiva parcial para atender, de modo geral, objetivos políticos ou econômicos

já que Wilmar Alves trabalhava em jornais e corria mais risco de ser demitido em função da ditadura. Além disso, Laurenice Noleto foi correspondente dos jornais *Folha de São Paulo*, *Correio Braziliense* e *O Estado de São Paulo*.

4.1.5 Gina Louise Pinheiro Jorge

Tivemos conhecimento da participação da jornalista Gina Louise na *Projornal* por meio do livro do historiador Marcelo Benfca Marinho (2009), resultado de uma tese de doutorado sobre jornalismo alternativo em Goiás, que brevemente cita a experiência da Cooperativa de Jornalistas de Goiás. Apesar do livro ser sucinto, ele deu pistas sobre a *Projornal*, e uma delas foi o nome dos cinco ex-presidentes, sendo que Gina Louise e Elza Troncoso foram as últimas. Assim como pontuamos no início deste Capítulo, a jornalista mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) após aprovação em concurso público, e lá reside até hoje. Gina Louise formou-se em jornalismo na Universidade Federal de Goiás em dezembro de 1983, mas desde 1982 iniciou as atividades na *Projornal*, projeto que ela acreditava muito e que destacou como sendo um período de “aprendizado e desafio na medida dos sonhos e da rebeldia”.

Fotografia 5 - Jornalista Gina Louise



Fonte: Acervo particular³².

³² Disponível no *Facebook* da jornalista: Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2891166850922897&set=a.167885923251017>. Acesso em 19/07/2021.

Na Cooperativa, a jornalista trabalhou em cerca de vinte periódicos e se engajou em projetos voluntários de comunicação popular, destacando a atuação junto aos posseiros urbanos como sendo de grande destaque e importância. Acabou na direção da *Projornal*, inicialmente, em substituição a Joãoimar Carvalho, e depois prosseguiu no cargo, que exerceu de janeiro de 1986 a maio de 1987. Gina Louise permaneceu até o final, meados de 1988, quando a jornalista Elza Trancoso Cunha era presidente da Cooperativa. Além disso, Gina Louise também participava das diretorias do Sindicato dos Jornalistas de Goiás e da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj). Como ela mesmo definiu, “A urgência das lutas não permitia omissão” (JORGE, 2021).

4.1.6 Jales Rodrigues Naves

Contatamos o jornalista Jales Rodrigues Naves por telefone e *WhatsApp*, conversamos um pouco e enviamos as perguntas por e-mail porque ele preferiu responder dessa maneira. Na ligação, ele já havia contado muitas coisas sobre a *Projornal*, e soubemos que ele tinha uma encadernação do material dos primeiros anos, como boletins, alguns documentos, e que poderíamos acessá-los pessoalmente, quando fosse mais seguro encontrar a pesquisadora em razão da pandemia de covid-19³³. Depois da entrevista, o jornalista sugeriu uma reportagem sobre a *Projornal*, citando a pesquisa, para o site *A Redação*³⁴.

Jales Naves nasceu em 16 de abril de 1950, na cidade de Goianira (GO). Na época, sua cidade natal ainda era um distrito de Goiânia, cujo nome era Vila de São Geraldo. Viveu pouco tempo lá, e sua família decidiu mudar para a capital, passando a residir no bairro de Campinas, um dos mais antigos da cidade e próximo ao Setor Central. Jales Naves afirmou que desde jovem gosta de ler, escrever, discutir questões políticas, participando ativamente em projetos diversificados. Essa postura engajada o motivou a seguir a profissão de repórter, em julho de 1968, aos 18 anos. Seu primeiro emprego foi na Agência Goiana de Notícias, do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (AGN/Cerne). Jales Naves decidiu ingressar no curso de Jornalismo, que havia sido criado no mesmo ano, prestou vestibular e foi aprovado para a segunda turma, cursando a graduação entre 1969 e 1972. Em 1971, venceu o Concurso de Monografias promovido pelo Departamento Regional em Goiás do Serviço Social da

³³ O material de Jales Naves sobre a *Projornal* foi disponibilizado para a pesquisa em maio de 2022.

³⁴ Essa reportagem tem como título “*PROJORNAL* mostrou ser possível a união de jornalistas para trabalho conjunto” (2021).

Indústria (Sesi), com o tema “A industrialização e as atividades do Sesi como fatores de desenvolvimento”.

Como ele explicou por e-mail, o Cerne contava também com a Rádio Brasil Central (RBC), a Agência Goiana de Propaganda (AGP), uma gráfica, que imprimia o *Diário Oficial do Estado*, e posteriormente adquiriu uma repetidora de TV. Muitos redatores, repórteres, fotógrafos e cinegrafistas faziam parte da AGN e produziam diariamente um boletim de notícias, enviado às redações de jornais e das emissoras de rádio e de televisão. Esse material era aproveitado em larga escala, em função da qualidade das informações, da objetividade dos textos e da clareza na narrativa dos fatos, como contou o jornalista. No Cerne, instituição da qual se aposentou em 2005, Jales Naves ocupou todas as funções profissionais, chegando a Chefe de Redação da AGN. Trabalhou na TV Brasil Central (TBC), onde produziu e dirigiu os programas *Opinião em Debate*, do jornalista Rosenwal Ferreira; e *Roda Viva*, apresentado pelo jornalista Reynaldo Rocha. Jales Naves também trabalhou nos jornais *Tribuna de Goiás*, *Folha de Goyaz*, *O Popular* e *Cinco de Março*, e atuou em outros periódicos, como a Revista OAB-Goiás e o *Jornal das Cooperativas*. Em 2014, foi secretário interino na Superintendência Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) de Goiás.

Fotografia 6 - Jornalista Jales Rodrigues Naves



Fonte: Acervo particular.

Além disso, prestou serviços de assessoria em Comunicação para diversas empresas e instituições públicas e privadas, e também foi presidente da Associação Goiana de Imprensa (AGI) por dois mandatos, de 1985 a 1991. Em sua gestão, dentre os trabalhos, destacam-se o *Prêmio AGI de Jornalismo*, voltado para o estímulo e valorização dos profissionais em suas atividades, e o *Projeto Goianidade*, cuja proposta era, por meio de uma pauta comum de reivindicações, unir todos os setores em torno de Goiás. Na Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*), Jales Naves participou mais ativamente nos dois primeiros anos, sendo eleito presidente no segundo biênio (1981/1983), em chapa única. Durante seu mandato, o jornalista foi indicado como representante da *Projornal* na direção da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (OCG) e, depois de três meses, com a renúncia do presidente da OCG, foi eleito por unanimidade para assumir o mandato, que exerceu por 10 anos.

Em 2021 assumiu por unanimidade a Cadeira nº 34 do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)³⁵. Atualmente o jornalista se dedica à escrita, e é diretor da Editora Naves. Dentre seus livros publicados, estão *Otávio Lage: Empreendedor, Político, Inovador e Cooperativismo de Crédito – Sua história em Goiás e seu protagonismo no Brasil*³⁶.

4.1.7 Silvana Coleta dos Santos Pereira

O nome da jornalista Silvana Coleta Santos Pereira foi encontrado no expediente de um dos jornais enviados por Gina Louise para esta pesquisa. Entramos em contato com ela pelo *WhatsApp*, e agendamos a entrevista via *Google Meet* na manhã do dia 10 de março de 2022.

Silvana Coleta nasceu em Pirajuí, cidade do interior de São Paulo, sendo a primogênita de três filhas. Mudou-se para Goiânia muito nova com sua família, em razão da transferência do seu pai, que trabalhava na multinacional Liquigás. Em razão da distância, os pais de Silvana Coleta sempre fizeram questão de que o vínculo com os demais parentes do interior de São Paulo e do Paraná fosse mantido. Por conta disso, o avô materno da jornalista escrevia muitas cartas para ela. Ele era tipógrafo, dono de uma gráfica, universo com o qual Silvana Coleta sempre foi encantada. Ela conta que adorava brincar com os linotipos, formando palavras e depois frases. Por meio da escrita, iniciou-se uma troca de correspondências entre ela e seu avô, que enviava cartas bonitas, demonstrando sua predileção pela neta. A tradição de enviar cartas

³⁵ Fonte: <https://www.aredacao.com.br/noticias/148345/jales-naves-vai-assumir-cadeira-n-34-do-ihgg>. Acesso em: 01/11/2021.

³⁶ Com informações do jornal *A Redação*, 2021.

permaneceu até a idade adulta de Silvana Coleta, quando seu avô morreu. Para ela, de alguma forma, a leitura e a escrita que sempre a encantaram tem uma relação direta com essas cartas, e isso acabou direcionando a jornalista na escolha profissional.

Mesmo com algumas dificuldades, os pais de Silvana Coleta priorizaram a educação das filhas, que estudaram em escolas particulares. Embora ela tenha prestado vestibular para outras áreas, logo que foi aprovada e começou a cursar Jornalismo na UFG teve certeza de que seria a carreira profissional que gostaria de seguir. Em 1980 Silvana Coleta entrou na universidade, aos 17 anos, e estranhou um pouco o ambiente, pois havia estudado em colégio de freiras e outros particulares, onde tudo vinha nas mãos, segundo contou. Na universidade, era necessário correr atrás de tudo, e isso contribuiu muito para o amadurecimento de Silvana Coleta.

Fotografia 7 – Jornalista Silvana Coleta dos Santos Pereira



Fonte: Acervo particular³⁷.

Silvana Coleta formou-se aos 21 anos recém-completados, em 1983, e colou grau em 1984. Silvana Coleta conheceu a *Projornal* por meio dos professores Joãoamar Carvalho e Nilton José, e de colegas da universidade como Luiz Spada e Elza Troncoso. A *Projornal* foi o primeiro contato da jornalista com a profissão, mesmo enquanto estudante e estagiária, e ela permaneceu na Cooperativa por mais dois ou três anos. Ingressou na Organização Jaime Câmara, passando pelo jornal *O Popular*, e fez parte da primeira assessoria de comunicação da entidade. Em 1987 fez concurso para professora substituta de Jornalismo na UFG, e em 1989

³⁷ Disponível na rede social *WhatsApp*.

passou no concurso para professora efetiva. É especialista em Ensino Superior, e mestra e doutora em Educação, cujas pesquisas se direcionam para a formação do jornalista. A partir de 1991, quando saiu da Organização Jaime Câmara, passou a se dedicar exclusivamente à universidade, onde leciona até hoje.

4.1.8 Cláudio Curado Neto

Contatamos o jornalista Cláudio Curado Neto em 2021, quando empreendemos a busca pelo contato da jornalista Gina Louise. Além de indicar outras pessoas para a pesquisa, o jornalista também nos contou que esteve na *Projornal* na fase final da Cooperativa. Assim, decidimos que entrevistáramos Cláudio Curado na fase 2 do estudo. A conversa foi gravada pelo *Google Meet*, na manhã do dia 24 de março de 2022.

Fotografia 8 - Jornalista Cláudio Curado Neto



Fonte: Acervo particular.

Cláudio Curado nasceu em Goiânia (GO), mas morou em algumas cidades do interior de Goiás, pois seu pai era promotor de justiça e atuou em vários municípios. Aos 16 anos foi aprovado no curso de Odontologia na UFG, mas três anos depois decidiu fazer Jornalismo, na mesma universidade. Cláudio Curado diz que ingressou na *Projornal* quando cursava o terceiro

ou o quarto ano de Jornalismo, junto a colegas que já atuavam na cooperativa, como Gina Louise e Silvana Coleta, e o professor Nilton José. Ele ficou na Cooperativa nos anos de 1986, 1987 e 1988.

Após formado trabalhou no Jornal *O Popular* onde atuou nas editorias de cidades e política. Em seguida, Cláudio Curado foi para a TV Brasil Central, inicialmente como produtor e, após seis meses, passando para a chefia de reportagem. Pouco tempo depois ocupou o cargo de Diretor Executivo de Jornalismo da TBC. Ficou na TBC por quatro anos, depois foi para a Rádio Difusora de Goiânia, onde foi Diretor de Jornalismo, e passou ainda pela Rádio 730 AM. Trabalhou em assessorias de imprensa em diversos órgãos do Estado, Sindicatos e para parlamentares. Atualmente, trabalha com campanhas eleitorais e possui uma empresa de produção de conteúdo para rádio. É também presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás.

4.1.9 Ana Maria de Souza

Ana Maria de Souza foi indicada para este estudo por Cláudio Curado Neto, em 2021. Procuramos o jornalista em 2021 para saber se ele tinha contato com Gina Louise e, além do contato da ex-presidente, Cláudio Curado nos indicou Ana Maria de Souza como uma das profissionais que atuaram na Cooperativa. Anotamos o contato dela para procurá-la na fase 2 da pesquisa. Ana Maria de Souza, que reside em Trindade (GO), nos concedeu entrevista presencial em Goiânia (GO), em seu apartamento. Nos encontramos na tarde do dia 23 de março de 2022, e gravamos a entrevista em formato MP3.

Ana Maria de Souza é natural de Trindade (GO). Aos treze anos perdeu os pais biológicos, e pouco antes disso ela tinha ido morar com outra família. Estudou em escola pública e precisou trabalhar desde cedo. Ela contou que sempre gostou muito de ler, de estudar, e desde sua infância gostava de jornais impressos. Na casa da família com a qual morava, eles liam muito e tinham assinaturas de vários periódicos como *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo*, além de revistas diversas. Depois que todos liam os jornais, Ana Maria de Souza os guardava e colecionava, e foi por meio deles que aprendeu a ler, aos doze anos de idade. Isso porque na época em que morava com os pais biológicos Ana Maria de Souza não frequentava assiduamente a escola, e somente nessa idade é que também passou a frequentar mais o ambiente escolar.

Depois de cursar o primário, Ana Maria de Souza fez exame de admissão para cursar o Magistério, mas considera que não tinha muita vocação para ser professora. Tentou então

vestibular para Direito e como não passou ficou um ano sem estudar. Começou a trabalhar e, incentivada por uma amiga, decidiu fazer vestibular na Universidade Federal de Goiás. Veio com essa amiga para realizar inscrição em Goiânia, o que era muito raro já que morava em outra cidade. Naquela época, o cursinho era caríssimo e ela não tinha condições de custear essa escola preparatória para o vestibular.

Fotografia 9 - Jornalista Ana Maria de Souza



Fonte: Acervo particular.

A maneira que ela conseguiu estudar para as provas foi com um material do Colégio Carlos Chagas, escola privada, que foi cedido por uma sobrinha da família com a qual morava. Ana Maria de Souza apagou as atividades e fazia por cima, para aprender o conteúdo. Fez o vestibular e passou para História na UFG, mas pensando novamente que iria ser professora e não desejava isso, pediu transferência na Pró-Reitoria de Graduação para o Curso de Jornalismo. Para justificar a transferência de curso, Ana Maria de Souza escreveu um texto, com bastante ironia na linguagem, preencheu a papelada e foi pra Trindade. Depois de uns dias, ao chegar na Pró-Reitoria, a jornalista se recorda que foi recebida no corredor pelos funcionários da UFG, que sorriram e abraçaram ela por ter conseguido a transferência de curso. Assim, ela se matriculou em Jornalismo em 1977 ou 1978, segundo sua memória.

Para Ana Maria de Souza, houve uma barreira inicial de alguns colegas de curso em relação à transferência dela, alguns não a cumprimentavam ou a viam com maus olhos, e ela sentiu uma rejeição por parte dos estudantes. Para a jornalista, isso se devia ao próprio glamour que envolvia a profissão, até porque naquela época muitas pessoas mais abastadas e com mais condições financeiras é que faziam Jornalismo. No entanto, a universidade tinha uma necessidade de inclusão, e tanto os funcionários quanto os professores apoiaram muito a mudança e adaptação dela no curso, alguns inclusive dando aulas de reforço sobre conteúdos de sala de aula. Mas, com o tempo, Ana Maria de Souza conseguiu romper as barreiras e as dificuldades foram superadas. A jornalista concluiu o curso em 1982.

Ana Maria de Souza entrou na *Projornal* no início dos anos 1980, e permaneceu até 1984, quando se mudou para Cuiabá (MT) por motivos profissionais. Começou a carreira no *Jornal Top News*, onde diz ter aprendido mais sobre a profissão, e passou pelo *Diário da Manhã*. Depois, por meio do Sindicato de Jornalistas de Goiás, conseguiu uma vaga para a *Revista Contato*, de Cuiabá (MT), em 1984. Ficou lá um ano e meio, tanto na revista quanto em rádio e jornais semanários e diários que pertenciam ao mesmo grupo. Depois desse período, retornou à Goiânia para assumir uma vaga na TV Brasil Central, em 1986. Na TBC atuou na produção, chefia de reportagem, edição e edição-geral, e, por fim, coordenou um programa semanal de comportamento. Aposentou-se da TBC em 2020, pouco após a pandemia de covid-19.

4.1.10 Lúcia Helena Vieira³⁸

Indicada por Laurenice Noleto Alves e outros jornalistas, entramos em contato com Lúcia Helena Vieira e agendamos entrevista pelo *Google Meet* no dia 24 de março de 2022. A jornalista estava em sua residência, em Goiânia (GO), e conversou conosco no período da manhã.

Lúcia Helena Vieira nasceu no bairro de Campinas, em Goiânia (GO). Fez a escola primária e secundária em Uberaba (MG), pois sua família mudou para lá. Depois, ganhou uma bolsa de estudos para o Colégio Maria Auxiliadora, em São Paulo, onde estudou por três anos. Ao sair do internato, sua família retornou para Goiânia, e na capital ela fez o normal científico no Instituto de Educação de Goiás. Ao concluir os estudos, fez um ano de Direito, mas não se

³⁸ Na lista de sócios-fundadores da *Projornal* consta o nome “Lúcia Helena Vieira dos Santos”, mas para esta pesquisa consideramos o nome fornecido pela jornalista no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, portanto “Lúcia Helena Vieira”.

identificou com o curso. Ingressou em Jornalismo em 1974, na UFG, e conciliava o curso com trabalho. Lúcia Helena Vieira era recepcionista da Viação Aérea São Paulo (Vasp), sendo a primeira funcionária mulher da empresa no Aeroporto de Goiânia, onde trabalhou por três anos. Ao mesmo tempo, ministrava aulas para adultos numa escola da prefeitura no bairro Capuava, mas com a aprovação na universidade decidiu deixar o magistério e continuar na Vasp mais um tempo.

Fotografia 10 - Jornalista Lúcia Helena Vieira



Fonte: Acervo particular.

Depois, Lúcia Helena conseguiu um estágio na Secretaria de Agricultura, sendo este o seu primeiro trabalho de jornalista. Trabalhou cerca de um ano e meio com o veterinário Jerônimo Antônio Coelho, que coordenava os jornalistas da secretaria. Em seguida, a jornalista foi para o estágio obrigatório no Jornal *O Popular*, onde atuou no *Caderno 2* por um ano e três meses. Neste período, a TV Brasil Central inaugurou seu telejornalismo, e alguns professores da universidade indicaram dois jornalistas para comporem a primeira equipe da TV. Uma delas foi Lúcia Helena, que também faz parte da primeira turma do telejornal da emissora, que na época era afiliada da TV Bandeirantes. A jornalista começou a participar da *Projornal* a convite de Laurenice Noleto, que era sua chefe na TBC. Ficou na cooperativa nos anos de 1978 a 1981,

que considera um período de muita vida do projeto. Na TBC, Lúcia Helena trabalhou por quatorze anos, passando por praticamente todas as áreas, tais como reportagem, arquivo, pesquisa, chefia de reportagem, edição.

Mudou-se para Brasília, onde trabalhou um ano e meio no *Jornal de Brasília* e, depois, numa produtora do *Correio Braziliense*, a qual permaneceu por pouco mais de três anos. Participou ativamente de diversas coberturas com a produtora, como a implantação da Câmara Distrital do DF. Depois disso, prestou vários serviços para produtores independentes e outros trabalhos freelancers. Um dos trabalhos de relevância que produziu foi sobre irrigação, para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A jornalista percorreu durante dois anos ao longo do Rio São Francisco, da nascente na Serra da Canastra (MG) até a foz, em Penedo (AL), conversando com a população ribeirinha.

Lúcia Helena Vieira cursou duas Pós-Graduações na UFG, de Português, e mais duas em Brasília, com professor Venício de Lima: “Introdução à Pesquisa na América Latina” e “Fatores de Evolução da Comunicação”. Aposentou-se e atualmente reside em Goiânia (GO).

4.1.11 Marly Vieira Paiva

A sugestão para entrevistar a jornalista Marly Vieira Paiva partiu de vários jornalistas que conviveram com ela na *Projornal*. Conseguimos contatá-la por meio de Lúcia Helena Vieira, via *WhatsApp*. Inicialmente, agendamos uma entrevista pelo *Google Meet*, mas por dificuldades técnicas reagendamos de modo presencial. A jornalista foi à casa da pesquisadora na tarde do dia 21 de abril de 2022 para a entrevista, que foi gravada em formato MP3.

Marly Vieira Paiva nasceu em Iporá (GO), na área rural. Filha de um pequeno fazendeiro, foi alfabetizada no internato misto em Iporá, onde cursou os quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. Depois morou em uma pequena casa alugada pela família, casa de cisterna, bem rudimentar. Fez até o primeiro ano do magistério, que na época era chamado de “Normal”. Veio para Goiânia em 1973 e, como não teve tempo hábil para cursar o Segundo Grau, acabou continuando o Magistério para não perder o ano. Fez o vestibular para Jornalismo em 1974, iniciando os estudos em 1975 na Universidade Federal de Goiás.

Fotografia 11 - Jornalista Marly Vieira Paiva



Fonte: Acervo particular.

No final do curso, Marly Paiva foi bolsista na área de comunicação da UFG, que se chamava Serviço de Relações Públicas. Ficou lá por um tempo, e depois seguiu para a Rádio Universitária da UFG, onde em pouco tempo assumiu a coordenação do jornalismo matutino. Já participava da *Projornal* como voluntária desde 1978, e posteriormente foi a primeira jornalista contratada da Cooperativa. Ficou na *Projornal* até 1981, quando teve a necessidade de sair pra ingressar em um jornal diário. Foi redatora no impresso *Cinco de Março* e atuou no jornal *O Popular*, no qual dedicou-se à cobertura nas áreas jurídica, econômica, agropecuária, editoria geral, dentre outras. Ingressou na comunicação do governo estadual, especificamente na TV Brasil Central, onde trabalha atualmente. Marly Paiva é, ainda, especialista em Comunicação Pública.

4.1.12 Elza Troncoso Cunha

O nome da jornalista Elza Troncoso Cunha já fazia parte das fontes a serem contatadas desde o início da pesquisa e, como ela foi a última presidente da *Projornal*, nos interessava contatá-la na primeira fase do estudo. No entanto, tivemos muita dificuldade em encontrar os contatos de Elza Troncoso em 2021, período em que iniciamos as entrevistas. Pesquisamos o

nome dela em redes sociais e sites de busca, perguntamos a outros colegas jornalistas e aos profissionais que entrevistamos e que estiveram na *Projornal*.

Depois de muitas buscas, ao final da entrevista com Marly Paiva, no dia 21 de abril de 2022, a mesma disse que era grande amiga de Elza Troncoso, que não a via há muito tempo, mas se recordava onde ela residia antigamente. Marly Paiva propôs que fôssemos em busca do prédio de Elza Troncoso e, com a memória afiada, em poucas voltas chegamos de surpresa ao apartamento da ex-presidente da Cooperativa. Apesar do feriado de Tiradentes, Elza Troncoso estava em casa, e nos recebeu prontamente. Após o diálogo com Marly Paiva, que não via há muitos anos, iniciamos a entrevista. A conversa foi gravada em formato MP3.

Fotografia 12 - jornalista Elza Troncoso Cunha



Fonte: Acervo particular.

Elza Troncoso nasceu em Morrinhos (GO), cidade próxima à fazenda em que morou com a família até os sete anos. Seus pais se mudaram para Jandaia (GO) e, em 1972, para Goiânia (GO). Prestou vestibular em 1974, ingressando no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Goiás em 1975. Ela conta que embora não saiba ao certo o que motivou na escolha da profissão, sempre gostou de contar e de ouvir histórias, o que influenciou nessa opção. Antes de ingressar no curso, passou e cursou Administração na Faculdade Anhanguera, instituição de ensino superior particular, com apoio da família. Por isso, fez inicialmente um ano de Jornalismo na UFG e trancou, retornando após o fim do curso de Administração.

Formou-se em Jornalismo em 1980, trabalhou um tempo no *Diário da Manhã* de Mato Grosso. O periódico era produzido em Goiânia, e as informações chegavam por avião, telex. Atuou na *Folha de Goyaz*, cujo direito nessa época também era do grupo *Diário da Manhã*. Entrou na *Projornal* por volta de 1983, e seguiu na Cooperativa até o seu fechamento, em 1988.

Ainda em 1988 trabalhou no jornal *O Popular*, e antes disso no *Jornal do Tocantins*, que também pertencia à Organização Jaime Câmara. Paralelamente ao jornal, fazia trabalhos de assessoria de imprensa, como os das entidades gerenciadas pela Associação Médica de Goiás, da Associação dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Affego) e do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindiffisco). Em meados de 2000, Elza Troncoso mudou-se para Brasília, onde trabalhou no *Jornal de Brasília*. Morou na cidade por doze anos, regressando a Goiânia após aposentar-se.

4.1.13 Divina Eterna Marques

O contato de Divina Eterna Marques foi indicado por outros colegas jornalistas. Entramos em contato com ela em fevereiro de 2022, mas a profissional estava em viagem de férias. Após o retorno, conseguimos agendar a entrevista pelo *Google Meet*, na noite do dia 26 de abril de 2022.

Divina Marques nasceu em 1955, em Goiânia (GO). Estudou em colégios públicos durante toda sua vida, sendo o último o Colégio Estadual Professor Pedro Gomes. Em seu último ano do Ensino Médio, o colégio em que Divina Marques estudava juntou-se ao Colégio Estadual Presidente Costa e Silva (Colu), e as aulas eram alternadas entre a sede do Colégio Lyceu e do Colu, numa espécie de intercâmbio entre duas instituições de ensino que, geograficamente, situam-se em bairros diferentes e distantes em Goiânia.

No vestibular, Divina Marques tentou primeiramente para Direito. Não era sua opção, mas havia uma pressão familiar para que ela tentasse o curso. Com a não aprovação, decidiu fazer vestibular para Jornalismo logo em seguida, iniciando os estudos em 1974 e formando-se em 1979, na Universidade Federal de Goiás. Durante a faculdade, conciliou os estudos com o emprego público no Banco do Estado de Goiás (BEG). No final do curso, foi trabalhar no semanário *Cinco de Março*, onde ficou pouco tempo e, em seguida, ingressou na *Projornal*. A jornalista participou efetivamente do início da Cooperativa, quando ainda não tinha emprego formal. Quando começou a trabalhar profissionalmente em um jornal impresso, precisou

diminuir a produção que ali desempenhava, mas permaneceu como cooperada até o final da *Projornal*, em 1988.

Fotografia 13 - Jornalista Divina Eterna Marques



Fonte: Acervo particular.

No impresso, passou ainda pelos jornais *O Popular*, *Jornal da Segunda* e *Diário da Manhã*, este na editoria de economia. Foi repórter e chefe na Radiobrás em Goiânia (GO), vinculada à Empresa Brasileira de Notícias (atual Empresa Brasileira de Comunicações). Divina Marques também trabalhou com comunicação empresarial produzindo *house organs*. Em 1994, entrou como docente de dedicação exclusiva do curso de Jornalismo na Universidade Federal de Goiás, e aposentou-se em 2021.

4.1.14 Maria José Braga

Contatamos Maria José Braga por indicação da jornalista Ana Maria de Souza. Entramos em contato com ela pelo *WhatsApp*, e agendamos entrevista na manhã do dia 05 de

maio de 2022, via *Google Meet*. Maria José Braga foi a última jornalista que entrevistamos para esta pesquisa.

Maria José Braga é natural de Patos de Minas (MG), e mudou-se para Goiânia (GO) ainda na infância. Fez toda sua formação escolar na capital, e cursou o Segundo Grau na antiga Escola Técnica Federal de Goiás (atual Instituto Federal de Goiás – IFG). A jornalista considera que sua formação na Escola Técnica sempre foi centrada no desenvolvimento integral dos estudantes, tanto no nível técnico quanto no que diz respeito à consciência de cada um de seu papel na sociedade. Isso permitiu que descobrisse que todos podem e devem discutir e interferir nas questões da sociedade.

Fotografia 14 - Jornalista Maria José Braga



Fonte: Acervo particular.

Ao fazer vestibular, Maria José Braga teve uma dificuldade de escolha profissional devido à sua formação técnica em Edificações, a qual se identificava muito, chegando a trabalhar com desenho arquitetônico. Por isso, havia uma forte tendência para que ela escolhesse uma profissão mais ligada à área de exatas. No entanto, no trabalho percebeu que não se sentiria satisfeita em trabalhar com essa área o resto da vida. Assim, pesquisou profissões que poderiam garantir uma subsistência, e se identificou com Jornalismo por causa do relevante

papel social da profissão e da dinâmica de trabalho, que não tem rotinas pré-estabelecidas. Entrou na Universidade Federal de Goiás em 1984 e formou-se em 1987.

Iniciou sua carreira na *Projornal* durante o curso de Jornalismo, no final de 1987. Conheceu a Cooperativa por meio de professores e, junto com mais dois colegas, Cláudio Curado e Ricardo Santana, se interessou e decidiu integrar a *Projornal*, ficando até seu fechamento. Assim que se formou foi para o jornal *O Popular*, no qual trabalhou por mais de 20 anos. Paralelamente, fazia muitos trabalhos de assessoria de imprensa, principalmente para movimentos ligados à causas populares, sindicais e trabalhistas. Foi assessora na Câmara Municipal de Goiânia e, desde 2008, foi aprovada no concurso do Instituto Federal de Goiás, sendo a primeira jornalista concursada.

Em sua carreira, Maria José Braga sempre conciliou o exercício profissional com militância sindical. Desde que se formou, participa da direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Goiás (SindJor) e já foi presidenta da instituição. Participa da direção da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) há vários anos, e atualmente é a presidenta³⁹.

4.2. CONTEXTOS DE CRIAÇÃO DA COOPERATIVA

O caminho percorrido até a fundação da Cooperativa foi agitado, marcado por muitas discussões dos jornalistas goianos face ao alto índice de desemprego que o Estado de Goiás – assim como o Brasil no final dos anos 1970 e na década de 1980- enfrentava, assim como a expectativa de praticar um jornalismo *livre* dos 21 anos de censura no país. Muitos fatores levaram à criação da *Projornal*, e crises no mercado jornalístico em Goiás foi um fator destacado pelos entrevistados.

Mais especificamente entre 1976 e 1978, alguns eventos impulsionaram a fundação da *Projornal*. Havia um grupo inicial de discussões sobre a atuação jornalística em Goiás, composto por Jales Naves, Manoel Juracy Mota, Laurenice Noleto Alves, Raquel Mourão Brasil e Marli da Silva Brasil. Esses profissionais formariam a célula básica da ideia cooperativista, com exceção de Manoel Juracy Mota que mudou-se para Jataí (GO) e não pôde mais participar das discussões e encaminhamentos. Todos eles pertenciam à Agência Goiana

³⁹ As eleições de 2022 da Federação Nacional de Jornalistas ocorreram após o fechamento desta pesquisa. Até então, Maria José Braga atuava como presidenta da entidade.

de Divulgação, órgão do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado de Goiás (Cerne).

As conversas do grupo giravam em torno da preocupação da dinâmica do jornalismo em Goiás, do sentido jornalístico das notícias, que eram prejudicadas por critérios mais ou menos rígidos. Além disso, discutia-se que o jornalismo não cumpria sua função social, pois era limitado por uma imprensa que era extremamente atrelada aos interesses do governo. Os jornalistas do grupo desejavam desenvolver um projeto mais autônomo, e tinham “relutância em se associar a qualquer grupo econômico, porque a influência econômica era mais forte que a censura à imprensa, à época em uma de suas fases mais duras e acentuadas” (HISTÓRICO DA PROJORNAL, 1978, p. 3)⁴⁰.

Um dos episódios que ilustram o contexto profissional da época envolve o jornalista Jales Naves, que em 1976 havia assumido a chefia de reportagem da *Folha de Goyaz*. O convite para o projeto veio do jornalista José Asmar, da nova direção dos *Diários Associados em Goiás*, do qual o jornal fazia parte. Jales Naves narrou que sob sua gestão o periódico teve “*um novo ritmo, em termos jornalísticos, que chegou a preocupar a concorrência*”. Isso ocorreu pouco antes dele ir para a Bélgica, onde se dedicou ao curso de pós-graduação na Universidade Católica de Louvain. O grupo que Jales Naves fazia parte continuou as conversas e discussões sobre a imprensa goiana e sua atuação.

Em junho de 1978, quando retornou do exterior, Jales Naves foi convidado a integrar o jornal *Cinco de Março*, semanário onde já trabalhavam muitos colegas que conhecia. A estadia de Jales Naves na redação do periódico durou pouco tempo. O jornal não anotava o salário na carteira de trabalho dos jornalistas e, quando o fazia, reduzia o valor real. Segundo Marly Paiva, após a reclamação de Jales Naves, todos os jornalistas organizaram uma demissão coletiva em solidariedade ao colega: “*hoje eu penso que isso jamais aconteceria nos dias atuais. Então quase todos saímos*”. De acordo com o depoente, foi a primeira vez no jornalismo goiano que houve uma demissão voluntária coletiva.

Divina Marques acrescenta que, além de questões relacionadas ao pagamento dos jornalistas, o grupo se contrariou com a linha editorial do jornal, que segundo ela, não estava mais permitindo tanta liberdade jornalística como no início do semanário. Assim, cerca de dez profissionais fizeram uma carta para o diretor-geral, Batista Custódio, listando os problemas

⁴⁰ Os documentos da *Projornal* apresentados nesta pesquisa pertencem ao acervo particular do Jornalista Jales Naves. São eles: Estatuto, Histórico e Viabilidade da *Projornal*, além de documentos avulsos que serão sinalizados ao longo do texto. O Estatuto, Histórico e a Viabilidade da cooperativa podem ser consultados na íntegra, respectivamente, nos anexos 3, 4 e 5.

que o jornal tinha que resolver. A última frase da carta, segundo Divina Marques, afirmava que “*caso as nossas reivindicações não sejam atendidas, nós vamos sair do jornal, vamos pedir demissão*”. O documento foi colocado na mesa dele, que “*leu, bateu a mão na mesa e disse: ‘pode sair todo mundo!’*”, relembra Divina Marques. Para Jales Naves, a demissão voluntária e solidária dos jornalistas uniu ainda mais o grupo, que decidiu permanecer junto.

Nesse período nos reunimos em um misto de bar e lanchonete ao lado do jornal [Cinco de Março] e já decidimos que iríamos buscar algum projeto jornalístico alternativo, só não havíamos decidido ainda que seria uma cooperativa, isso seria uma conversa posterior. Mas já saímos dali com ideia de criar algo alternativo que desse oportunidade de trabalho a todos nós. Então chamamos mais colegas e passamos a nos reunir, até chegar a um grupo [...]. Uma parcela não pode participar efetivamente da cooperativa, embora integrasse o grupo fundador da cooperativa. (PAIVA, 2022, grifos nossos).

Com esse episódio, fundiram-se os dois grupos de discussão sobre o Jornalismo em Goiás: o grupo inicial, que já debatia desde 1976, e os jornalistas demitidos do *Cinco de Março*. Esses profissionais também participavam de entidades de classe como a Associação Goiana de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas de Goiás, e eram, em sua maioria, engajados em diversas causas sociais. Iniciaram, então, discussões sobre a viabilidade de um projeto alternativo e independente de jornalismo. Foram criadas duas comissões, sendo uma voltada para a viabilidade de uma Sociedade Anônima, e outra para estudar o sistema cooperativista.

O grupo ainda propôs ao Sindicato dos Jornalistas a elaboração de um jornal para a entidade que servisse de apoio aos profissionais goianos, que ainda não tinham um veículo para expressar suas ideias ou amparar reivindicações. Na primeira reunião, apareceram vinte jornalistas bastante interessados na proposta e dispostos a contribuir com ela. Formaram-se três comissões com a intenção de produzir o jornal e já apresentá-lo no I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, que ocorreria em São Paulo. No entanto, nenhuma reunião foi convocada para dar continuidade à proposta.

Fotografia 15 - Jornalistas goianos em São Paulo, para o I Congresso de Liberdade de Imprensa (1978)



Legenda: Da esquerda para a direita, ao fundo estão as jornalistas Divina Marques, Maria Aparecida Dias e Luiza Renovato (por referência). Na frente, os jornalistas Ivan Mendonça, Jales Naves, Marly Paiva, Wilmar Alves e Estela Landim. Fonte: Acervo particular de Marly Paiva⁴¹.

Como uma das consequências da demissão de Jales Naves e de outros colegas do *Cinco de Março*, e dos cenários já desenhados do mercado de trabalho, o grupo de jornalistas decidiu denunciar a situação difícil do mercado de trabalho em Goiás e outras questões afins como a censura empresarial e as restrições trabalhistas. Antes de irem ao congresso, os profissionais entregaram uma cópia de sua análise para o presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás para que ele apresentasse em uma reunião, no entanto a postura do dirigente foi contrária à classe:

[...] sua primeira providência foi de denunciá-los a uma das empresas locais citadas no documento, voltando a repetir as denúncias durante a realização do encontro em São Paulo. A empresa chegou a enviar dois representantes ao Congresso para contestar o trabalho. A proposição, que teve sua apresentação prejudicada pelo clima

⁴¹ Os nomes dos jornalistas foram informados por Marly Paiva.

negativo criado pelo presidente do Sindicato goiano, ganhou nota de esclarecimento à parte e foi aprovada por unanimidade, pois o grupo se mostrou coeso e firme na sua defesa (HISTÓRICO DA PROJORNAL, 1978, p. 7).

Esses fatos foram levados pelos profissionais ao I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, iniciativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, na Câmara Municipal da capital paulista, nos dias 26 a 28 de outubro de 1978 (NAVES, 2021). Divina Marques se recorda que o grupo foi para os sinaleiros da capital pedir dinheiro para ajudar a comprar as passagens de ônibus. Dessa forma, com o que conseguiram, foi possível que os dez profissionais participassem do evento, que possibilitou que a situação dos jornalistas em Goiás chegasse ao conhecimento de profissionais de outros Estados, além de fortalecer as discussões da categoria:

Nesse encontro a delegação de Goiás assumiu e defendeu a proposta do jornalista Joãoimar Carvalho de Brito Neto, intitulada “No desrespeito ao trabalho, o cerceamento da liberdade”, no qual incluiu a “Nota de esclarecimento” sobre episódios recentes na imprensa goiana. Nele, Joãoimar afirmou que “em Goiás a censura empresarial tem se constituído no maior obstáculo a uma prática jornalística correta. Ou seja: que atenda ao leitor. No entanto, há outros problemas, concretos. Nós entendemos que a prática do Jornalismo corresponde a um direito que não se restringe a uma categoria profissional (os jornalistas). E mais do que isto, o Jornalismo, sobretudo numa região como a nossa, deve se constituir num indispensável instrumento de transformação da realidade”. Criticou o estreito relacionamento entre empresas jornalísticas e o Estado, de dependência financeira, não incentivando a atuação do profissional. Apontou, como consequência, que cai o nível da informação, reduz a preocupação social do jornalista; uniformiza a informação; e desestimula a reportagem investigativa, além de limitar o mercado de trabalho. (NAVES, 2021).

A participação no congresso em São Paulo despertou o grupo de jornalistas de Goiás para vários temas e frentes dentro da atuação jornalística. Um desses impactos foi a própria mesa de abertura do evento, na qual participava a publicitária Clarice Herzog, mulher do jornalista Vladimir Herzog, assassinado pouco tempo antes do congresso pela ditadura militar, que forjou seu suicídio em uma cela da prisão.

Foi muito importante esse congresso [...], deu um baque no governo, balançou, ou seja, jornalistas estão criando coragem. Foi quando morreu o Vladimir Herzog, falaram que ele suicidou, mas suicidaram ele no banheiro do exército. Nós estávamos lá esse dia, houve manifestação. Pra mim era a glória, de banco [cargo concursado no BEG] para um jornal pequenininho, e de repente num congresso brasileiro pela liberdade de imprensa. (MARQUES, 2022).

Marly Paiva conta que a ideia da cooperativa⁴² estava sendo amadurecida pelo grupo, que foi uma sugestão lançada por algum de seus colegas. No congresso em São Paulo, os jornalistas goianos conheceram os colegas da *Coojornal*, e então a proposta de se fazer uma cooperativa de jornalistas em Goiás, que já estava sendo discutida, se fortaleceu, pois nelas os profissionais seriam donos de sua produção. Além disso, outro pilar da ideia era que os profissionais precisariam estar mais unidos e buscar uma atuação mais alternativa que também reforçasse a luta deles contra o regime militar.

[...] Porque tinha isso muito forte naquele período, a necessidade de lutar contra a ditadura, a falta de liberdade dos jornais [...], os jornais estavam sujeitos à censura, à invasão por forças militares as madrugadas, apreensão de tiragem de jornais. Então estávamos sempre nos batendo contra isso, [...] criar uma alternativa a esse mercado também era a chance de nos mantermos mais unidos na resistência contra a ditadura e que se criássemos uma alternativa econômica nos poderíamos ter chance de lançar nosso próprio veículos de comunicação. (PAIVA, 2022).

No retorno à Goiânia, Jales Naves explica que o grupo permaneceu unido e buscou alternativas para os jornalistas, sendo a criação de uma cooperativa de jornalistas uma delas. Além da demissão narrada por Jales Naves, a jornalista Laurenice Noleto conta que o *Cinco de Março*, que posteriormente se tornou o jornal *Diário da Manhã*⁴³, protagonizou outra demissão em massa. A redação do periódico era formada por jornalistas de grande renome nacional e regional, muitos que vieram de outras capitais, como São Paulo.

Nessa época, o editor geral era o jornalista Carlos Alberto Sáfadi, o editor de Política era Antônio Carlos Moura, conhecido como Mourão, e o chefe de reportagem era Wilmar Antônio Alves⁴⁴, esposo de Laurenice Noleto. Com a anistia, em 1979⁴⁵, várias matérias foram

⁴² Cooperação é a palavra chave do Cooperativismo, caracterizado por uma “[...] doutrina cultural e socioeconômica, fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativos” (GAWLAK; RATZKE, 2007, p.21). “Cooperar” deriva etimologicamente do latim *cooperari*, e pode ser traduzida como “trabalhar junto”. Essas breves apontamentos já nos dão o norte sobre a essência do Cooperativismo, que pode ser visto como um trabalho conjunto para um mesmo objetivo ou finalidade. Geralmente, “[...] a cooperativa quase sempre surge em momentos de dificuldades e da consciência de fragilidade do homem dentro do mundo em que atua” (SALES, 2010, p. 25). Assim constituiria uma maneira de preservar e somar forças tanto econômicas quanto a nível pessoal entre indivíduos com os mesmos objetivos e finalidades”. Reisdorfer (2014) corrobora e destaca que o cooperativismo pode ser considerado “um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social” (REIDOSFER, 2014, p. 16), pois visa necessidades de um grupo e prosperidade coletiva, e não individual.

⁴³ Em 1980, o *Cinco de Março* deu origem ao jornal *Diário da Manhã*, que durou até 1984 e, depois, reabriu em 1986 mantendo suas atividades até a atualidade.

⁴⁴ *In Memoriam*.

⁴⁵ A Lei da Anistia, de 28 de agosto de 1979, assinada pelo presidente João Baptista Figueiredo, concedeu perdão às pessoas perseguidas politicamente, e que eram tratadas como subversivas pela Ditadura Militar. A lei se estendia tanto aos que haviam pegado em armas contra o regime quanto às pessoas que haviam feito apenas críticas públicas aos militares. Em razão disso, “exilados e banidos voltaram para o Brasil, clandestinos deixaram de se esconder

publicadas pelo *Diário da Manhã* com o intuito de apurar onde estavam as pessoas que foram perseguidas pela Ditadura Militar: desaparecidas, mortas, escondidas, etc. Havia uma série de reportagens sobre dois estudantes universitários, com significativa atuação política, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz⁴⁶. Ambos eram de São Paulo, faziam parte do Movimento de Libertação Popular (Molipo), e viviam na clandestinidade em Rio Verde (Goiás), na Fazenda Rio Doce. O Molipo era composto por ex-integrantes da Aliança de Libertação Nacional (ALN), que divergiram com as propostas políticas do grupo. O movimento era intensamente vigiado pelas forças de segurança nacional desde a época em que seus 28 integrantes foram para Cuba participar de treinamentos e táticas militares⁴⁷. Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz faziam parte desse grupo, cujos integrantes, em sua maioria, foram assassinados pela ditadura militar. O regresso do grupo para o Brasil, conforme apontou a Comissão Nacional da Verdade (CNV), representava uma real sentença de morte para os integrantes do Movimento. A CNV localizou documento do Serviço Nacional de Informação, DOI de 1972, que detalhava a organização, atividades e estrutura do Molipo. Constava, ainda, a lista de nomes dos integrantes que retornaram de Cuba, dividida em quem realizou o curso de guerrilha e quem não teve o treinamento, e outras informações esmiuçadas sobre a atuação do movimento.

Um outro documento de 1973 informava que havia “subversivos” nos municípios de Jataí e de Rio Verde, em Goiás. É que o casal Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz regressou para o Brasil neste mesmo ano, e se instalou na zona rural, considerada estratégica para a revolução que o Molipo pretendia realizar. Para proteção, eles utilizavam muitos nomes diferentes dos de batismo. Márcio Beck Machado era, muitas vezes, Luiz ou Raimundo. E Maria Augusta Thomaz se passava por Márcia, Neusa e outras tantas mulheres que uma revolução poderia abarcar. No dia 17 de maio, Márcio Beck Machado estava na cozinha da casa que alugaram, e Maria Augusta Thomaz, no quarto. Naquele momento, o caseiro da Fazenda Rio Doce, que estava em algum lugar próximo, ouviu dois desses nomes: “Neusa, Raimundo! Levanta para morrer!”. Eram os agentes da repressão militar, vindos de São Paulo, de Brasília

da polícia, réus tiveram os processos nos tribunais militares anulados, presos foram libertados de presídios e delegacias”. Fonte: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 03/06/2022.

⁴⁶ A história de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz conta nos arquivos “Memórias da Ditadura”, produzidos pela Comissão Nacional da Verdade (MARIA; MÁRCIO; *sd*).

⁴⁷ Cuba fornecia treinamento e suporte aos movimentos dispostos a lutarem contra regimes aliados dos Estados Unidos. No Brasil, entre 1969 e 1972, 15 aviões foram sequestrados no Brasil, quase todos direcionados para Havana. O primeiro sequestro aconteceu no dia 4 de novembro de 1969, no Aeroporto Galeão – Rio de Janeiro, quando a aeronave realizava o trecho Buenos Aires – Santiago do Chile (voo RG863).

e de Goiás, que surpreenderam Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, executando os dois com muitos tiros. Parecia um tiroteio, mas os tiros dados nos guerrilheiros foram certos na cabeça. Os agentes utilizaram armamento pesado, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz não tiveram a mínima chance de escaparem vivos dessa ação. O guerrilheiro teve hemorragia profunda e aguda, por conta da arma de fogo, e uma das paredes do imóvel em que eles estavam foi destruída como consequência do uso de um obus, uma arma tipo boca de fogo de artilharia que dispara projéteis explosivos. Márcio Beck Machado deu seu último suspiro no chão da cozinha, e Maria Augusta Thomaz morreu no colchão, deitada sob uma poça de sangue que se formou ao seu redor⁴⁸. O último grito de Maria Augusta Thomaz foi ouvido por Eurípedes João da Silva que, logo depois, foi obrigado pelos agentes⁴⁹ a sepultar o casal. A ele se juntaram os colegas Wanderick Emídio da Silva, João Rosa e o proprietário da Fazenda Rio Doce, Sebastião Cabral. Cumprindo a ordem de sepultamento, que partiu do então delegado de polícia de Rio Verde, Epaminodas Pereira do Nascimento, eles carregaram os corpos até um local afastado da estrada, enterrando Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz em um pasto da fazenda.

22 de agosto de 1980⁵⁰. Após sete anos da morte do casal de guerrilheiros, os jornalistas Antônio Carlos Fon e Guarabyra Netto, junto ao ex-deputado estadual por Goiás, Celso da Cunha Bastos, ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, que havia sido então presidente do Comitê Brasileiro de Anistia de São Paulo, e a setores da sociedade civil realizavam uma investigação sobre o paradeiro dos corpos de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, empreendendo esforços para localizá-los. Os jornalistas Antônio Carlos Fon e Marta Regina pegaram informações com Luiz Eduardo e, junto com outro jornalista chamado Hamilton⁵¹, pouco a pouco publicaram as informações sobre Márcio Beck Machado e Maria Augusta

⁴⁸ A execução do casal foi planejada pelos militares, com participação de agentes da Polícia Federal, da Força Aérea Brasileira, da Polícia Militar de Goiás, da Polícia Civil de Goiás, do DOI/CODI do II Exército em São Paulo e do Centro de Informações do Exército. O capitão médico do Exército, Vicente Guerra, conhecido como capitão Guerra, que era lotado no 2º Batalhão de Polícia Militar em Rio Verde, atestou a morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz seis horas após a execução. Em depoimento à CNV, ele afirmou que havia militares à paisana, responsáveis pelo trabalho pericial, que exigiram rapidez na elaboração do laudo.

⁴⁹ De acordo com o relatório da CNV, estiveram envolvidos nessa ação de sepultamento, participando ou tendo conhecimento, o capitão reformado da Polícia Militar de Goiás (PM/GO), Epaminodas do Nascimento, que na época era delegado de polícia de Jataí/GO, o ex-coronel da PM GO João Rodrigues Pinheiro, que era delegado de polícia de Jataí e depois foi lotado na Secretaria de Segurança Pública de Goiás, o coronel da PM/GO Sebastião de Oliveira e Souza, que na época era comandante do 2º Batalhão de Polícia Militar em Rio Verde e, depois, tornou-se diretor de finanças da PM/GO, e o capitão médico do Exército, Vicente Guerra.

⁵⁰ Essa data consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas (FENAJ *et al*, 2018) sobre Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz. Em seu depoimento, o jornalista Pinheiro Salles faz um resgate de memória do ano de 1983.

⁵¹ O sobrenome do jornalista não foi identificado pelos entrevistados, nem em documentos.

Thomaz no jornal *Diário da Manhã*. O grupo visitou a Fazenda Rio Doce e conversou com o proprietário Sebastião Cabral, numa tentativa de descobrirem o local exato onde os corpos estavam sepultados. Mas, movido pelo medo das ameaças e vigilância constante dos órgãos de segurança pública que se faziam constantes desde a execução do casal, Sebastião Cabral comunicou às delegacias de polícia de Rio Verde e de Jataí, e à Secretaria de Segurança Pública em Goiânia da visita dos jornalistas e do restante do grupo à fazenda. Por meio de um documento, a agência do Serviço Nacional de Informação em Goiânia revelou preocupação com as investigações, que poderiam gerar uma grande repercussão, além de uma possível localização dos restos mortais do casal de guerrilheiros. O documento do SNI é explícito na intenção de ocultar as ossadas e restos mortais dos dois pelas autoridades. O objetivo desse documento era de que, caso fossem chamados para depor à justiça, o Comandante Geral da PM (GO), coronel Aníbal de Carvalho Coutinho, e o Secretário de Segurança Pública (GO), coronel Herbert de Bastos Curado, demonstrassem total desconhecimento com referência ao desbaratamento dos integrantes do Molipo, Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz.

Depois que Sebastião Cabral comunicou às autoridades o ocorrido, agentes do governo foram até a Fazenda Rio Doce e exigiram que ele e sua esposa revelassem o exato local da cova clandestina. Uma verdadeira operação de limpeza foi realizada às pressas, envolvendo três policiais e um médico legista. As ossadas dos dois foram movidas de lugar e, durante a remoção, fragmentos de dentes, ossos, botões de roupas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz foram deixados para trás. A intenção era evidente: ocultar informações sobre o caso, mesmo muitos anos depois⁵². Apesar das dificuldades, o jornalista Antônio Carlos Fon apontou para um dos suspeitos de envolvimento na morte de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, o então diretor Regional da Polícia Federal em Goiás, Marcus Antônio de Brito Fleury⁵³. A última matéria da série de reportagens do *Diário da Manhã* iria publicar o nome dos responsáveis pelo desaparecimento dos corpos de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, mas, segundo Laurenice Noleto conta em seu livro e cita no relatório da CNV dos

⁵² O então capitão de Infantaria André Leite Pereira Filho, que era chefe da Seção de Análise e Informações do DOI-CODI II do Exército, comandou a operação de execução de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz, em 1973, e a operação de limpeza, removendo as ossadas dos dois, em julho de 1980. Posteriormente, o advogado Luiz Eduardo requereu investigação policial sobre a remoção das ossadas dos guerrilheiros. Os corpos de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomaz permanecem desaparecidos até hoje, mesmo após esforços da Comissão Nacional da Verdade em localizá-los na Fazenda Rio Doce, durante as investigações da comissão.

⁵³ Essa informação é do jornalista Renato Dias, em entrevista a Moreira (2012) para o Portal Vermelho. Dias escreveu um livro sobre Maria Augusta Thomaz, e afirma, com base nas suas investigações, que o diretor regional da Polícia Federal em Goiás, Marcus de Brito Fleury, provavelmente teria perdido uma carteira de identidade na operação que resultou na morte do casal.

Jornalistas (ALVES, 2013; FENAJ *et al*, 2018), o dono do jornal, Batista Custódio, proibiu a divulgação porque “o secretário de Segurança Pública da época responsável por esse sumiço era compadre dele, era amigo compadre. Então era também diretor de uma empresa [...], e pagou páginas do jornal” (ALVES, 2013). Com isso, os jornalistas Wilmar Alves e Mourão decidiram publicar a matéria de denúncia na capa do jornal sem que os donos do *Diário da Manhã* soubessem. O editor-geral, Sáfadi, também não teve conhecimento da publicação⁵⁴.

[...] o Sáfadi era mais velho, e normalmente era o Moura e o Wilmar que ficava até o fechamento do jornal [...], eles trocaram a página e colocaram a página da reportagem que dava nome aos bois. No outro dia o jornal distribuído no Brasil, no Goiás todo, era de uma distribuição muito eficaz, tinha um sistema de distribuição e era de uma tiragem enorme. O dono do jornal...realmente foi uma traição, uma insubordinação, demitiu todo mundo. Provaram que o Sáfadi não tinha culpa, ele não precisou sair. Moura foi demitido, Wilmar não foi demitido porque ele era o presidente do sindicato dos jornalistas. Ele não demitiu mas tirou ele de chefia de reportagem local e passou para repórter de esportes, nunca tinha entrado num campo de futebol. [...]. E os dois repórteres que tinham feito a matéria também foram demitidos. (ALVES, 2013, n.p).

O jornal *Diário da Manhã* era considerado por muitos jornalistas um periódico que gerava muita expectativa, motivada por um modo mais democrático de fazer jornalismo, segundo afirmou Pinheiro Salles, em entrevista à Comissão Nacional da Verdade dos Jornalistas (FENAJ *et al*, 2018). Como contou o jornalista à Comissão Nacional da Verdade, o periódico tinha um conselho de redação que se reunia semanalmente para discutir assuntos de interesse, e a própria prática jornalística do veículo de comunicação, além de um conselho popular/comunitário, com lideranças de bairros. Um dos fatos marcantes de pautas e atuação jornalística vindo desses conselhos foi a própria participação da União dos Posseiros Urbanos. Mesmo sem formação acadêmica, o grupo discutia os rumos do jornalismo em Goiás, conta Pinheiro Salles. Infelizmente essa prática, envolvendo os conselhos e esse jornalismo mais atuante, não teve vida longa.

No início dos anos 1980, as dificuldades financeiras do *Diário da Manhã* já eram visíveis, e a repercussão da reportagem sobre o assassinato de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Tomaz gerou um grande conflito no meio jornalístico. O periódico não pagava os profissionais e a maioria deles vivia exclusivamente do emprego que tinha no jornal. Isso também ocorreu porque o *Diário da Manhã* trouxe para Goiânia profissionais de renome nacional com salários muito altos, cuja estadia era em hotéis e, muitas vezes, a alimentação, era bancada pelo *periódico*. Com esses custos, os jornalistas goianos passaram a ter salários

⁵⁴ Essa informação é de Alves (2013), que não identificou a data precisa da matéria.

atrasados, gerando uma pressão para pagamento por parte deles – é o que contou Laurenice Noleto. Profissionalmente, não havia divisão interna por conta da origem dos profissionais, mas todos os jornalistas queriam receber seu salário, e que fosse pago pontualmente, pois precisavam se manter. Os jornalistas, então, organizaram uma campanha para pressionar o *Diário da Manhã* quanto ao pagamento do seu quadro de funcionários. Eles protestaram na porta do jornal, na Rua 24 de Outubro, no Setor Campinas, e como resultado o jornal demitiu muitos funcionários⁵⁵, em sua maioria jornalistas. Laurenice Noleto conta que a demissão gerou uma grande massa de jornalistas desempregados, o que foi muito difícil porque nenhuma empresa estava interessada em empregar profissionais que faziam greve.

E foi assim que nasceu uma greve, que não era uma greve de apenas parar de trabalhar, mas acho que foi a greve que teria uma repercussão nacional em qualquer ocasião, em qualquer época. Nós fomos para a porta do *Diário da Manhã* para bater panela, como as panelas de alumínio, logo elas ficavam todas amassadas, nós providenciamos uma barra de ferro [...] **[para bater]**, ninguém conseguia trabalhar lá dentro da redação. (PINHEIRO SALLES, In: FENAJ *et al*, 2018. Grifos nossos).

Demitido do jornal, uma fábrica improvisada de pão de queijo foi uma das saídas que Pinheiro Salles encontrou para tentar custear, minimamente, moradia, transporte, alimentação e despesas com a família. Laurenice Noleto e Wilmar Alves ajudaram ele nessa empreitada. Pinheiro Salles era o motorista que entregava o pão de queijo na marmita todas as sextas-feiras para os clientes que, previamente, faziam os pedidos. Mas as encomendas da fábrica que Laurenice Noleto apelidou de “Pão de queijo que eu fiz” não foram suficientes para ele e a família se manterem. Pinheiro Salles foi ajudado e acolhido por lideranças, pessoas que ele conheceu nos três anos que morava em Goiânia, e amigos de profissão, como o jornalista Carlos Alberto Sáfiadi, que cedeu um quarto da casa dele para que ele morasse com sua família, sem custo algum.

Imagem 1 - Jornalistas Machado, Nonô e Pinheiro Salles protestam na porta do *Diário da Manhã*

⁵⁵ Não se sabe ao certo quantos jornalistas foram demitidos. Em entrevista, Laurenice Noleto (2021) falou em 80 profissionais, sendo a maioria jornalistas; e o relatório da Comissão Nacional da Verdade dos jornalistas (FENAJ *et al*, 2018) relata a demissão de 20 jornalistas.



Fonte: Alves (2013).

Não foi somente o *Diário da Manhã* que protagonizou demissões nessa época. 120 jornalistas ficaram desempregados da noite para o dia nos jornais *Folha de Goyaz*, *Edição Extra*, *Top News* e *Jornal Opção* (O DRAMA, 1986, p. 80-81). Era comum muitos desses profissionais precisarem vender bolos, cosméticos e manobrar trator para sobreviver. Era necessário algum tipo de subsistência, muitos desses jornalistas já constituíam famílias, com filhos para manter. Havia ainda os recém-formados pela Universidade Federal de Goiás que não tinham colocação no mercado de trabalho. Esses juntavam ao desemprego o sonho de uma carreira, que já se iniciava bamba das pernas e sem nenhuma perspectiva de atuação profissional remunerada.

Para jornalistas, as demissões e fechamento dos periódicos eram fruto de uma incapacidade administrativa dos proprietários, que muitas vezes não sabiam gerenciar os jornais como uma empresa, com seus processos e recursos humanos/financeiros. Já os donos de jornais responsabilizavam o governo estadual pelo boicote aos veículos de comunicação, principalmente os que não eram alinhados editorialmente com a administração pública estadual.

Fotografia 16 - Matéria O drama do desemprego



Fonte: Revista Novosdias, março de 1986⁵⁶.

Muitos atos e passeatas se seguiram ao protesto na porta do *Diário da Manhã*. Em 13 de dezembro de 1983, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás convocou os profissionais para uma concentração na Praça Cívica em direção até a Praça do Bandeirante, em Goiânia. Pinheiro Salles (FENAJ *et al*, 2018) narra que percorreu praticamente todos os bairros com antecedência para que essa manifestação não fosse apenas de jornalistas, “mas de jornalistas e de lideranças populares, sindicais, democráticas, religiosas que apoiavam a nossa luta de jornalista. E eles vieram. Veio o presidente da Fenaj e nós terminamos fazendo um ato muito grande” (FENAJ *et al*, 2018). Profissionais dos mais diversos veículos de jornalismo e de comunicação, além de lideranças populares e de outros movimentos, participaram das manifestações em busca de um melhor cenário para a profissão e unidos às diversas pautas pelas quais o país lutava. Um dia após essa passeata, o jornalista Carlos Alberto Sáfdi convocou todos os jornalistas demitidos para uma reunião na casa dele, no Bairro Popular. No Edifício

⁵⁶ Acervo de Gina Louise.

Las Palmas, na Rua 70, entre a Rua 68 e a Avenida Goiás, jornalistas se reuniam e discutiam a atuação profissional.

Esses acontecimentos tiveram peso para que a Cooperativa fosse não apenas idealizada e criada, mas se elevasse a um lugar onde era possível exercer todo o engajamento político e social que acompanhava os jornalistas. Dos profissionais demitidos, alguns haviam mudado de cidade ou de Estado, e os que decidiram permanecer em Goiânia, cerca de trinta jornalistas, passaram a se reunir para discutirem um novo projeto. Um dos pontos levantados nas discussões do grupo é que embora o mercado de trabalho estivesse em expansão, as oportunidades para os jornalistas novatos eram reduzidas.

Lúcia Helena Vieira se recorda das demissões de um grande número de jornalistas em alguns veículos de comunicação e, conforme contou, esses profissionais eram das primeiras turmas do curso ofertado pela UFG e foram muito prejudicados. Esse grupo se reuniu para dialogar sobre a criação da *Projornal* e Lúcia Helena Vieira participou das conversas a convite de Laurenice Noleto, que era chefe de reportagem na TBC.

Silvana Coleta conta as dificuldades que enfrentou nos primeiros anos de formada para encontrar colocação profissional. A jornalista precisou trabalhar na parte administrativa da loja de confecção de uma amiga para se manter. Para ela foi um momento de *“frustração completa e absoluta”*, devidos às expectativas em trabalhar na profissão. Apenas por volta de 1986/1987 é que ela conseguiu cobrir as férias de um colega no jornal *O Popular* e, posteriormente, foi contratada pela Organização Jaime Câmara para montar uma assessoria de comunicação na entidade. De acordo com Jales Naves:

Nas discussões que fazíamos na época, concluímos que o padrão da imprensa goiana não correspondia ao potencial existente para melhor exercitá-la, não havia perspectivas de crescimento e, ao contrário, muitas publicações morreram no nascedouro ou com pouco tempo de existência. As restrições continuavam progredindo e inviabilizando novos projetos. (NAVES, 2021).

Na leitura de Jales Naves a *Projornal* *“nasceu da análise crítica do jornalismo praticado em Goiás, diante das fortes restrições no mercado, com fechamento de publicações e de sucursais, como do Jornal de Brasília e do Correio Braziliense”*. Esse contexto da imprensa goiana, que não oferecia índice de crescimento ou de aproveitamento do potencial dos jornalistas goianos, foi um dos pontos levantados para a viabilidade da Cooperativa. Somava-se a isso a existência do Curso de Jornalismo na UFG desde 1968, que já havia formado mais de 100 profissionais, cujo aproveitamento no mercado de trabalho era insignificante. *“Era*

um número considerável de jornalistas capacitados e eficientes, cujo trabalho profissional poderia adquirir uma projeção bem maior se devidamente aproveitado”, afirma Jales Naves.

Ainda de acordo com Jales Naves, era importante *“privilegiar e incentivar novas fontes de trabalho”* para que o Curso de Comunicação Social – Jornalismo não fosse monopolizado como escola preparatória para determinadas empresas jornalísticas. Além disso, simultaneamente *“absorver esses profissionais disponíveis e, pretensamente, reorientar o próprio sentido dos meios de comunicação, considerando que os cooperados seriam os donos de sua produção, com essa estrutura localizada no próprio Estado”*. A Cooperativa foi um caminho possível para gerar emprego e renda, e, ao mesmo tempo, possibilitar uma prática de jornalismo conforme os ideais de seus cooperados.

Compreendemos que tal conjuntura está alinhada à própria concepção de Cooperativismo, visto que este não existe sem pessoas, que são consideradas os pilares desse modelo de empreendimento (RIOS, 2017), cujo objetivo é “[...] desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa, inteligente, justa e harmônica, visando a sua melhoria contínua” (GAWLAK; RATZKE, 2017, p.21). Os estatutos das primeiras associações operárias na Inglaterra, em 1826, priorizavam ajuda mútua e o auxílio de todos as pessoas associadas, incluindo as que ficassem doentes ou que estivessem em situação de vulnerabilidade. Tais associações seriam “o embrião, simultaneamente, da previdência social, do sindicalismo e do cooperativismo” (RIOS, 2017). Dessa forma, o Cooperativismo surge como uma reação proletária ao modelo capitalista e liberalista da Europa que é, ao mesmo tempo, uma “estratégia de sobrevivência e um projeto político”, afirma Rios (2017). Em trinta anos, o modelo ganhou o mundo acerca da forma de fazer negócio e o exemplo lançado pelos pioneiros da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, em 1844, originou 1,4 milhões de cooperativas pelo mundo com um total de quase um bilhão de membros (SISTEMA OCB RJ, 2015).

5 A COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS

Conforme explanado no Capítulo anterior, muitos fatores colaboraram para a criação da Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*). Nacionalmente, o país passava pelo período final da Ditadura Militar, que ainda censurava jornais e reprimia população e movimentos sociais. Em Goiás, a crise do desemprego atingiu o mercado jornalístico em cheio, que ainda tinha que lidar com repressões e censuras econômicas e políticas. Tratamos desses contextos na primeira parte deste capítulo, tendo como referências literatura específica, documentos encontrados e resgate de memória das fontes entrevistadas.

Em síntese, após as discussões iniciais daquele grupo de jornalistas que, ao avaliarem o contexto da profissão em Goiás, decidiram pela fundação da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, a *Projornal*. Além de uma saída para geração de emprego e renda, a autonomia de um fazer jornalístico mais alternativo e independente foi um motor para a existência da *Projornal*. Assim, começaram a debater a definição do seu desenvolvimento, modos de funcionamento, documentos e registros, atuação, composição e outros temas relativos à administração e estrutura da própria Cooperativa. Abordamos isso na segunda e última parte deste capítulo, que tem início na criação da *Projornal*.

5.1 A CRIAÇÃO DA PROJORNAL

As crises geradas no mercado de trabalho jornalístico, somadas ao cenário nacional de lutas, militância e aos anseios de jornalistas diante dos contextos nacionais, regionais e locais motivaram a criação de uma cooperativa que almejava, sobretudo, um modo diferente de fazer jornalismo, e que este fosse capaz de gerar emprego e renda para que profissionais pudessem se manter de modo digno.

O grupo de jornalistas que se reunia desde 1976 já tinha em mente a fundação da *Projornal*, considerando a junção do debate entre eles e dos contextos da imprensa goiana. Mas havia uma movimentação paralela de outras pessoas que também demonstravam interesse na fundação de uma cooperativa. No entanto, a área de atuação não era ampla a ponto de permitir o funcionamento de duas cooperativas da mesma categoria. Além disso, segundo a análise dos jornalistas fundadores da *Projornal*, “o segundo grupo era sabidamente integrado ao espírito patronal e às preocupações de ordem puramente econômicas, além do que chegaram muito depois” (*PROJORNAL, HISTÓRICO*, 1978, p. 8).

Marly Paiva recorda que as reuniões para a criação da *Projornal* eram realizadas no subsolo do escritório de contabilidade do Paulinho de Jesus e do Agnaldo⁵⁷ na Avenida Araguaia, entre a Rua 15 e a Rua 3, no Centro de Goiânia, próximo ao atual Mercado Central de Goiânia. Nesse subsolo havia uma mesa grande, e lá também ocorriam as reuniões clandestinas da esquerda. O grupo da *Projornal* se reunia geralmente após as 20h, quando o expediente já havia se encerrado.

Como fruto dessas reuniões, a fundação da *Projornal* foi realizada de maneira rápida, com um misto de dor pelos contextos da imprensa goiana e de alegria pelo que estava por vir. Seu modo de funcionamento foi estabelecido após muitas discussões de uma Comissão Organizadora, coordenada por Jales Naves, que levantava questionamentos e articulava como seria o funcionamento da *Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. (Projornal)*. A sigla *Projornal* foi sugerida pela jornalista Marli Brasil e acatada pelo grupo.

O modelo baseava-se na experiência de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), que repercutiu muito a nível nacional. Tratava-se da *Coojornal*, que foi a primeira Cooperativa de Jornalistas do país, fundada em julho de 1974. Ela foi exemplo para outras cooperativas desse tipo, já que, segundo Kucinski (2018), só eram admitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) cooperativas de produção ligadas ao setor agrícola⁵⁸. Assim, a *Coojornal* enfrentou diversos processos burocráticos e administrativos do sistema cooperativista para ser efetivada. Quanto à atuação, Kucinski (2018) destaca que a *Coojornal* produzia muitos jornais para as cooperativas agrícolas gaúchas, cujos jornais somavam uma tiragem de 196 mil exemplares. Outro ponto forte da *Coojornal* foi a criação de um jornal com o mesmo nome da cooperativa, marcado por um fazer jornalístico dedicado a reportagens

⁵⁷ Paulinho de Jesus foi vice-presidente do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/GO), tendo uma trajetória política em Goiânia. Não foi possível identificar o sobrenome de Agnaldo.

⁵⁸ A Ditadura Militar também deixou marcas profundas no Cooperativismo brasileiro, que sofreu com “[...] desarticulação, coação e domínio dos movimentos, seguidos de intervenção nas entidades” (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS, 2016, p. 35). Entidades cooperativistas como a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco) e a União das Cooperativas do Estado de Goiás (Uceg) tiveram intervenções do governo numa tentativa de “[...] desmobilizar qualquer tipo de reunião entre os trabalhadores, independente do seu ramo de atuação”, conforme explica o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (2016, p. 35). Como consequência dessa ingerência, a Lei 4.595/64, que tratava da reforma bancária, e a Lei 4.829/65, referente institucionalização do crédito rural, impactaram diretamente no cooperativismo, restringindo normativamente as entidades, além de gerar perda de competitividade para as cooperativas de crédito do setor rural. A década de 1970 foi marcada pelo início do chamado “Milagre Econômico” e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) Brasileiro a taxas de 10% ao ano (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS, 2016). As cooperativas eram fiscalizadas sistematicamente pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que à época regulamentava o sistema cooperativista. As entidades que não tinham condições de funcionar eram fechadas pelo Incra, conforme afirma o Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (2016).

históricas, sendo um jornal “memorialista” (KUCINSKI, 2018). O *Coojournal* tinha tiragem de 35 mil exemplares e uma ampla distribuição em nível nacional, e abordava temas de impacto nacional, sendo responsável por muitos furos jornalísticos, além de registrar episódios de censura, autoritarismo e outros envolvendo a imprensa (KUCINSKI, 2018).

Imagem 2 - Marca da *Projornal*



Fonte: *Print do Histórico da Projornal* (1978)⁵⁹.

Joãoimar Carvalho acreditava que a experiência da cooperativa de Porto Alegre era uma boa referência para Goiás: “*Eu defendi o seguinte, a minha ideia era que nós fizéssemos jornais para prefeitura, para sindicatos de empresários*”. Laurenice Noleto contou que era uma época de muitos jornais alternativos e de iniciativas para fugir da censura, sendo que o modelo da cooperativa gaúcha inspirou o grupo a fazer a cooperativa de jornalistas em Goiás: “*o próprio presidente, os diretores da Coojournal vieram aqui, fizemos vaquinha para pagar passagem para eles apresentarem o projeto*”. Marly Paiva, Divina Marques e Lúcia Helena se recordam da visita dos representantes da *Projornal*, e de orientações de organizações de cooperativismo.

Além de um meio de subsistência, era evidente para o grupo de jornalistas um projeto que também representasse uma resistência, segundo Marly Paiva, e, por isso, era fundamental que o grupo se mantivesse unido para um dia ter seu veículo próprio. Embora esse objetivo guiasse o grupo, os profissionais já sabiam de início que dentro da cooperativa precisariam trabalhar de muitas formas, e assim passaram a produzir jornais para entidades de classe,

⁵⁹ Este documento foi encontrado no acervo de Jales Naves. Decidimos escanear os documentos pertencentes ao acervo do jornalista utilizando o aplicativo *CamScanner*, por meio de celular Android. Tentamos digitaliza-los de outras maneiras, como por meio do centro de documentação e de outras faculdades da Universidade Federal de Goiás, mas não conseguimos em razão da sensibilidade do material e da carência de scanner apropriado para tal finalidade.

sindicatos e outras instituições, inclusive cooperativas e entidades do setor agrícola. Essa experiência tornou os cooperados da *Projornal* mais próximos de outras categorias profissionais, de acordo com Marly Paiva:

[...] nós decidimos quanto precisaríamos para as despesas iniciais, entramos com um valor, uma cota parte. Nós tivemos palestra das Organizações das Cooperativas de Goiás [...], nos orientaram como funcionaria, como se constituiria, recebemos informações também sobre a filosofia do cooperativismo, que era crescente na França [...], e tudo isso nos pareceu muito interessante. (PAIVA, 2022).

Mesmo com a inspiração em um modelo já existente e que foi pioneiro, a *Projornal* enfrentou adequações do projeto para a realidade regional, como já poderia ser previsto por parte dos seus membros. Isso porque muitos dos anseios eram semelhantes ao da *Coojornal*, que foi uma cooperativa pioneira de jornalistas, mas era preciso considerar os contextos políticos locais e os sujeitos que - cada um com sua história, anseios, experiências e vivências – integravam o corpo de membros da *Projornal*. Ademais, jornalistas poderiam enfrentar situações e necessidades diferentes de cobertura e no trabalho que iriam aparecer durante as atividades da *Projornal*, o que é esperado em qualquer projeto novo. Isso tudo motivou a união de 29 jornalistas, sendo dezoito homens e onze mulheres, que seriam os sócios-fundadores da *Projornal*. A relação desses sócios-fundadores pode ser consultada no Quadro 1, que apresenta a lista conforme ordem de adesão à cooperativa.

Quadro 2 - Sócios-fundadores da *Projornal* (1978)

Ordem	Nome
1	Marli da Silva Brasil
2	Antônio Carlos de noiva Ferreira
3	Laurenice Noleto Alves
4	Jales Rodrigues Naves
5	Joãoomar Carvalho de Brito Neto
6	Eliaana Prudente da Silva
7	Raquel Mourão Brasil
8	Divina Eterna Vieira Marques
9	Wanderley Carlos de Faria
10	Lúcia Helena Vieira dos Santos
11	Thaís Maria Pires Baiocchi
12	Antônio Ribeiro dos Santos
13	Fábio Lino Marques
14	Marly Vieira Paiva
15	Venerando Ribeiro de Campos
16	Djalba da Silva Lima
17	Elias Moreira Borges
18	Estela Marly Landim
19	Ivan Mendonça de Lima
20	Jorge dos Reis Braga

21	Judas Tadeu Porto
22	Luiza Renovato
23	Luiz Yukihide Goya
24	Marcus Vinicius Ribeiro de Queiroz
25	Maria Aparecida Dias
26	Nilton José dos Reis Rocha
27	Otaílio Teodoro Valadão
28	Sebastião Vieira de Melo
29	Wilmar Antônio Alves

Fonte: Relação dos Associados da *Projornal* (1978)⁶⁰. Adaptado pela autora.

De acordo com os dados da pesquisa, podemos afirmar que os jornalistas cooperados carregavam um misto de expectativa, esperança e coragem, e outros sentimentos de quem acompanha e atua profissionalmente em um Brasil que acena para a redemocratização, mas ainda está com um pé na Ditadura Militar, marcada pela coerção, tortura e limitação de direitos e garantias. É nesse embalo que nasce a *Projornal*, na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO). Nilton José relembra que assim que a *Projornal* foi instituída, houve boatos de que poderia ser algo subversivo:

As pessoas que pensaram essa cooperativa foram fazer depoimento na polícia federal. Eu acho que tem o Tonin, que era do [jornal] Popular, [...] o Jales Naves e o Joãomar estavam também supondo, não vou lembrar. E porquê? Porque eles achavam que era uma coisa subversiva. A cooperativa de jornalistas, você sabe quem gerenciava a cooperativa de órgão público? Era o Incra, um absurdo. Mas aí o Jales, que era presidente da cooperativa de jornalistas, ele fez um trabalho tão eficiente enquanto jornalista que ele chegou a ser presidente das Associações das Cooperativas de Goiás [...]. E ele é um jornalista, o jornalista é um ser que tem uma formação extremamente ampla, então nós precisamos recuperar isso, preservar isso. [...] o jornalista é esse ser que sente muita coisa e é capaz de transitar em outros universos então a formação é decisiva [...]. (ROCHA, 2021).

Mas, naquele dia, em 12 de dezembro de 1978, qualquer cooperativa deveria estar vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Emater-GO. Isso porque todas as cooperativas brasileiras eram fiscalizadas e vinculadas ao Incra, pois as que existiam atuavam basicamente do setor rural. Apesar do disso ser ainda algo novo nesta época, a jornalista Silvana Coleta destaca que a criação da *Projornal* seguiu os moldes de qualquer entidade do modelo cooperativista:

[...] e a cooperativa de jornalistas em si, na sua base, na sua concepção, não foi diferente de qualquer cooperativa de jornalista. Ela surgiu da ideia de um grupo de jornalistas que tinham muita dificuldade para realizar trabalhos ligados as áreas mais sociais, questões que eles achavam que deveria ser discutida, e ao mesmo tempo

⁶⁰ Acervo de Jales Naves.

ter dinheiro para manter esses jornalistas trabalhando, com essa missão que a gente achava que a gente tinha e que a gente tem enquanto jornalista, [...], não só de divulgar o que está posto pelos grupos hegemônicos, mas preocupado em sempre fazer uma comunicação mais abrangente que atingisse os diversos segmentos organizados da sociedade. E assim nós embrenhamos por essa luta com toda dificuldade que você pode imaginar [...] (PEREIRA, 2022).

Como objetivos da *Projornal*, Jales Naves destaca que a Cooperativa visava organizar, reunir, registrar e editar a produção de seus associados; executar serviços de imprensa e propaganda; e produzir jornais, revistas, livros e outras publicações. Esse modelo é, por um lado, semelhante a uma gráfica, que recolhe material produzido e organiza para publicação. Por outro lado, atuava como uma agência de comunicação, desenvolvendo serviços sob demanda dos solicitantes, fossem reportagens, publicidade ou outras atividades da área de comunicação. Gina Louise destacou que a cooperativa visava remuneração aos jornalistas, que recebiam por projetos, e *“também democratizar a comunicação, assessorando segmentos ignorados pela cobertura da grande imprensa, a exemplo de organizações sociais que também almejavam ter voz e atuar politicamente, após uma longa ditadura”* (JORGE, 2021). Nilton José acrescenta que a Cooperativa foi criada a partir de uma necessidade de gerenciamento de grupos, projetos e empregos para jornalistas. Laurenice Alves complementa:

O projeto então tinha dois objetivos desde o início. Um objetivo político que era fazer um jornalismo independente, fazer jornalismo independente era o que? Fazer jornalismo político também considerando que também era responsabilidade nossa falar o que estava acontecendo [...] no país. Então esse era o objetivo político. O outro objetivo era financeiro para dar sustentação básica mínima financeira para alguns jornalistas que estavam totalmente desempregados, tinha família, precisavam de alguma renda. (ALVES, 2021).

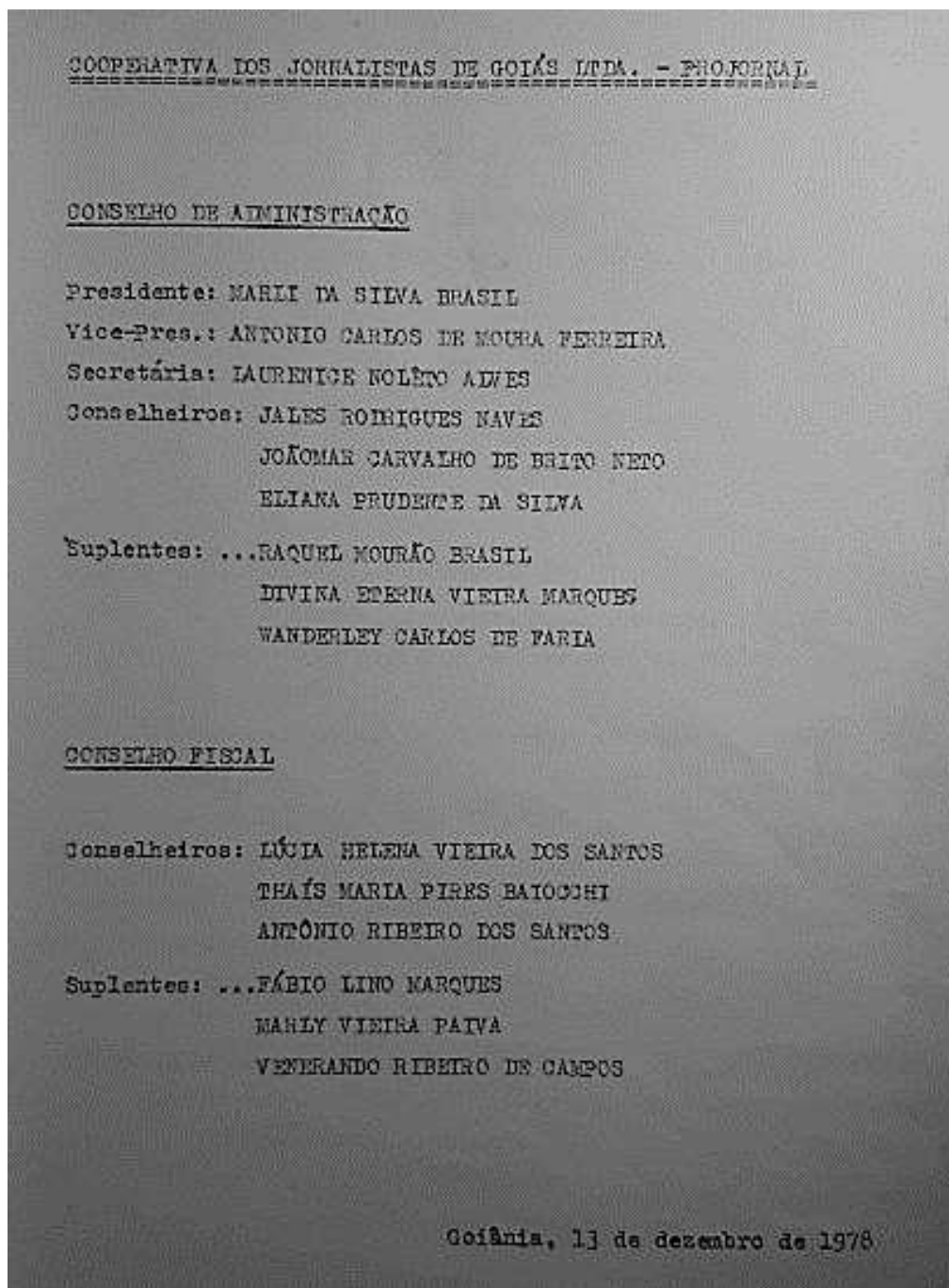
Naquela época, essa maneira de fazer jornalismo se mostrava inovadora e ousada. A *Projornal* foi uma das primeiras cooperativas de jornalistas do Brasil e rompeu paradigmas da própria área de comunicação, que já se mostrava muito atrelada a um modelo comercial, e de empregador-empregado. Jales Naves contou que a *Projornal* foi a terceira cooperativa de jornalistas do país; já Marly Paiva afirmou ser a segunda; e o relatório “Santos: os novos passos das cooperativas de jornalistas” (1978, p. 18)⁶¹ aponta que a *Projornal* era a sétima cooperativa de jornalistas fundada no país.

Havia, por parte dos profissionais cooperados, uma tentativa de arriscar outras formas de trabalho que fossem diferentes das convencionais. Com esse intuito é que foi formado o primeiro Conselho de Administração da *Projornal* que, conforme seu Estatuto (1978, p. 13),

⁶¹ Acervo de Jales Naves.

era composto por seis integrantes: presidente, vice-presidente, secretário e três conselheiros (mais seus respectivos suplentes). A jornalista Marli Brasil foi a primeira presidenta, e conduziu os trabalhos da cooperativa de 1979 a 1981.

Imagem 3 - Lista de integrantes do 1º Conselho de Administração e 1º Conselho Fiscal da *Projornal*



Fonte: *Projornal* (1978)⁶².

⁶² Acervo de Jales Naves.

A posse do conselho administrativo ocorreu no mesmo dia da fundação da *Projornal*, e, logo em seguida, a entidade solicitou autorização de funcionamento ao Incra. Pouco mais de um mês depois, mais especificamente no dia 31 de janeiro de 1979, o órgão emitiu a Autorização de Funcionamento nº 2738/79 a favor da *Projornal*.

Imagem 4 - Notícia Cooperativa Projornal tem sua documentação



Fonte: *Folha de Goyaz* (Fevereiro/1979)⁶³.

A Cooperativa também foi registrada na Junta Comercial do Estado, no Serviço de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura, na Organização das Cooperativas de Goiás, e no Cadastro Comercial, Industrial e Prestacional da Prefeitura de Goiânia. Por ser uma cooperativa, a *Projornal* era isenta de Imposto de Renda, embora estivesse registrada também nesse serviço, e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (DA *PROJORNAL*, 1980). Houve, por parte do segundo grupo interessado em criar uma cooperativa de jornalistas,

⁶³ Acervo de Jales Naves.

uma tentativa de anulação da assembleia da *Projornal* no dia seguinte à sua criação, mas o pedido não foi assentido pelos órgãos de cooperativismo do Estado.

Lúcia Helena Vieira esteve na *Projornal* desde o início, sendo umas das fundadoras, mas considera que sua participação foi mais como apoiadora e divulgadora do projeto. Segundo a jornalista, na época ela era uma repórter em início de carreira e precisava trabalhar na TV Brasil Central para se manter, e por isso não podia se dedicar tanto ao projeto. Os conteúdos da Cooperativa era produzido sob a coordenação de outros jornalistas, e Lúcia Helena Vieira contribuiu mais na pesquisa e divulgação do projeto: “*Eu fazia mais divulgação da cooperativa e pesquisa quando era determinado que eu fizesse aquela tarefa. Eu prestei bastante ajuda ao trabalho feito por Marli Brasil, que é maravilhosa redatora*”, relembra a jornalista.

Imagem 5 - Notícia *Jornalistas fundam sua cooperativa*



Fonte: Jornal *O Popular* (Dezembro/1978)⁶⁴.

⁶⁴ Acervo de Jales Naves. Mais notícias sobre a fundação da *Projornal* podem ser consultadas no Anexo 2.

Jales Naves considera que a presidente “*teve pulso forte para administrá-la nos difíceis dois primeiros anos – era uma primeira experiência de gestão para todos*”. Além disso, segundo ele, Marli Brasil “*manteve o equilíbrio financeiro e enfrentou com firmeza as disputas internas e os grupos, sempre prejudiciais a qualquer projeto coletivo, e não permitiu a sua utilização política*”. No primeiro mandato Jales Naves fez parte do Conselho de Administração da Cooperativa, coordenou o Departamento de Jornalismo, responsável por pequenas publicações para terceiros, sendo eleito membro do Conselho Editorial do *Jornal de Deboche*, um periódico que pertencia à *Projornal* e que será posteriormente debatido. As diretorias subsequentes foram presididas respectivamente pelos jornalistas Jales Naves, Joãoamar Carvalho, Gina Louise e Elza Troncoso.

Segundo Jales Naves, os jornalistas receberam muito bem a criação da Cooperativa e, para muitos, houve surpresa com a *Projornal*. “*Mas não houve uma aproximação com as entidades e os profissionais não abraçaram a proposta de mudança que pensávamos ser possível fazer. Quem já estava empregado ficou em seu canto*”, afirmou.

5.2 O DESENVOLVIMENTO DA PROJORNAL

Após ser concebida, a *Projornal* já tinha um modo de funcionamento estruturado, pronto para colocar em prática. Como uma filha dos próprios jornalistas que a fundaram, a Cooperativa prometia ser uma menina dos olhos, uma saída para geração de renda e emprego, e de prática jornalística libertária. Seu estatuto, aprovado no ato de fundação, instituía que a *Projornal* teria sede administrativa e foro jurídico em Goiânia, mas a sua área de abrangência era estadual. Pela análise do grupo fundador, era possível iniciar os trabalhos sem capital e o mercado da época apresentava perspectivas de crescimento acelerado.

A *Projornal* iria se concentrar inicialmente em atividades de colaboração recíproca, que seriam expandidas conforme seu crescimento. Com base nessa cooperação, a *Projornal* tinha como objetivo: “O estímulo, desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades de caráter comum; a venda comum de sua produção jornalística, publicitária, editorial e de serviços gráficos, nos mercados locais, nacionais e internacionais” (ESTATUTO DA PROJORNAL, 1978, p. 1)⁶⁵. Para atingir esses objetivos, a Cooperativa deveria atuar como uma editora, na

⁶⁵ O Estatuto da *Projornal* pode ser acessado no Anexo 5.

Numa primeira etapa, a *Projornal* teve como objetivo concentrar esforços para a produção de *house organs*, jornais para sindicatos, associações, clubes, cooperativas, prefeituras e outras entidades e reportagens especializadas (sob encomenda ou negociadas). Além disso, os serviços também englobavam redação de conferências, relatórios, discursos, balancetes, promoção e/ou patrocínio de atividades culturais voltadas para a classe, assessoria de imprensa e de empresas, entidades e até órgãos públicos (ESTATUTO DA *PROJORNAL*, 1978, p. 2).

Fotografia 17 - *Notícia Projornal já realiza importante atividade*



⁶⁶ Acervo de Jales Naves.

Na terceira etapa de seu desenvolvimento, a *Projornal* iniciaria prestação de serviços industriais, pois imaginava-se já teria um núcleo com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, além de ferramentas para produção e impressão de material jornalístico e publicitário em *off set*. Nesta fase também se situa o que a *Projornal* denominou como seu maior projeto, definido desde sua fundação, que era o órgão oficial de divulgação da entidade. Para isso, seriam aplicados recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico da *Projornal*, conforme definido em seus estatutos.

Esse órgão de divulgação da *Projornal* era o “Jornal de Jornalistas”⁶⁷ (VIABILIDADE⁶⁸, 1978, p.4), e os esforços da Cooperativa eram voltados para uma estrutura que permitisse o lançamento e a manutenção do periódico, com tiragem inicialmente mensais, num período de um ano. Posteriormente, a *Projornal* almejava que o veículo tivesse tiragem semanal. Em seu escopo, o jornal veicularia ideias, análises, opiniões e reportagens que tratavam questões sociais, políticas, culturais e econômicas em um plano mais restrito, mas considerando os contextos nacionais. O jornal seria crítico e independente, não filiado a grupos ou facções políticas.

O leitor deverá encontrar nesse órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. um temário bastante variado, incluindo opiniões, reportagens de assuntos atuais ou de fatos históricos, pesquisas, ensaios e documentos inéditos. São matérias que o obrigarão a uma releitura, funcionando como permanente material de consulta, de maneira a firmar uma credibilidade que lhe permita servir de referência nas discussões. (VIABILIDADE DA PROJORNAL, 1978, p. 4)

Também foi criado já de início um Boletim Interno da *Projornal* (BIP), uma publicação que tinha como objetivo aproximar os associados e manter contato entre eles e a administração da *Cooperativa* ainda que de maneira indireta. A publicação inicialmente era mensal, enviada aos cooperados antes das reuniões mas, a partir de novembro de 1979, passou a circular sem periodicidade específica).

O BIP divulgava as atividades e decisões da Cooperativa, além das novidades recentes, e era “um campo experimental, onde a liberdade na expressão do pensamento pode levar a novas formas de apresentação do fato jornalístico” (BOLETIM INTERNO DA PROJORNAL, 1979, p. 2), renovando a própria linguagem jornalística, sem censura. Dessa maneira, os cooperados poderiam livremente expor suas opiniões sobre os diversos assuntos envolvendo a *Projornal*. Noticiava-se decisões da Cooperativa, como a contratação da primeira jornalista,

⁶⁷. Posteriormente, este periódico foi intitulado *Jornal de Deboche*, que será detalhado no próximo Capítulo.

⁶⁸ Acervo de Jales Naves.

assim como informava a todos acerca de novos profissionais cooperados. Também era por meio do BIP que o grupo de jornalistas tinha conhecimento sobre as reuniões internas e eventos envolvendo outras cooperativas, como os encontros de cooperativas de jornalistas dos quais a *Projornal* sempre participava.

Imagem 6 - Capa do boletim interno ilustrada por Jorge Braga



Fonte: Boletim Interno da *Projornal* (Agosto/1979)⁶⁹.

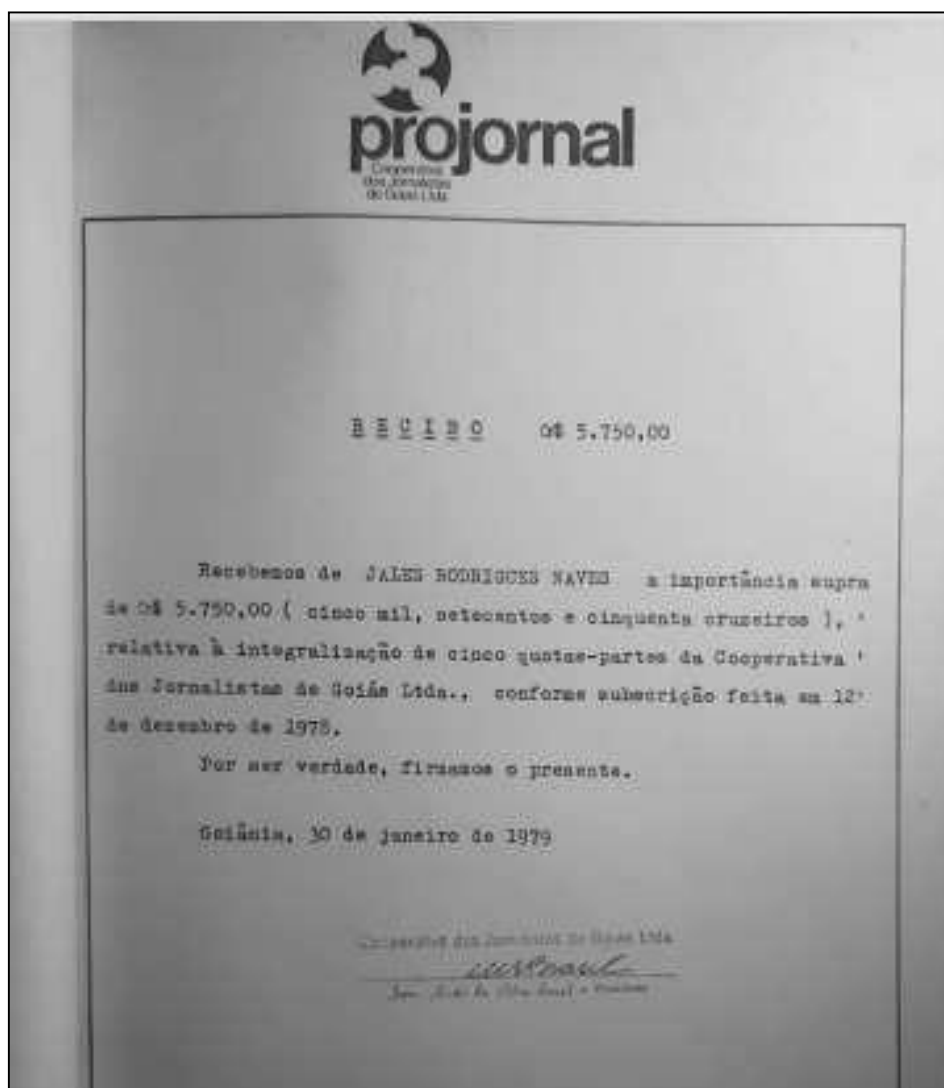
Como dito, a *Projornal* foi idealizada para atuar como uma editora que organizaria, reuniria, registraria, editaria e comercializaria a produção dos seus cooperados que, de acordo com o Estatuto da Cooperativa (capítulo 3, artigo 3), poderiam ser quaisquer pessoas que se dedicassem à atividade jornalística, e que pudesse dispor “livremente dispor e si e de seus bens, que concorde com as disposições deste Estatuto e não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade” (ESTATUTO DA *PROJORNAL*, 1978, p. 3).

O número mínimo de sócios da Cooperativa era de vinte profissionais, não havendo limite máximo. Além disso, estudantes de Comunicação Social poderiam ingressar na

⁶⁹ Acervo de Jales Naves.

Projornal, desde que o número total não excedesse a proporção de $\frac{1}{4}$ dos cooperados⁷⁰. Conforme seus interesses operacionais, a Cooperativa também poderia admitir como associados “profissionais das áreas de publicidade, cinema, artes gráficas e magistério de Comunicação Social, desde que não associados a outra sociedade cooperativa de objetivo idêntico ao seu, em número igual ou inferior a um $\frac{1}{5}$ do quadro social na época da entrega da proposta (ESTATUTO DA PROJORNAL, 1978, p. 3).

Imagem 7 - Parte do recibo referente à quitação de cotas-parte da cooperativa



Fonte: Acervo de Jales Naves.

⁷⁰ No início era prevista a participação de estudantes nos quadros da cooperativa, mas conforme relatório de Marli Brasil sobre o II Encontro de Cooperativas de Jornalistas, realizado de 13 a 15 de setembro de 1979 em Porto Alegre (RS), essa regra seria modificada pela Lei 972/79, que passa a considerar habilitados para o exercício profissional apenas jornalistas formados e registrados. Assim, as cooperativas não aceitariam mais o ingresso de estudantes, mas os que já eram cooperados não seriam atingidos pelas mudanças estatutárias (BRASIL, M. 1979, p.2).

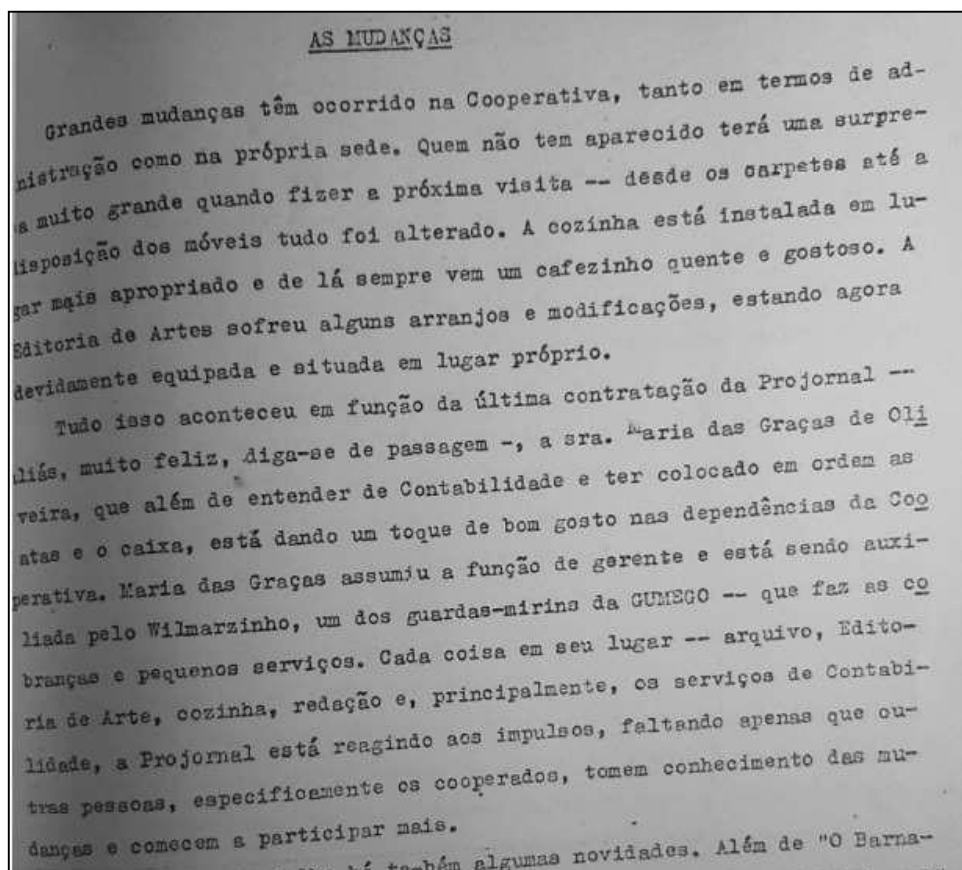
De acordo com o Estatuto da Projornal, o capital social da Cooperativa era composto pelo número total de cotas-parte, que sofria variação conforme seus associados, e não poderia ser inferior a CR\$ 166.750,00 (cento e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta cruzeiros). Ao ingressar na *Projornal*, cada associado deveria subscrever, no mínimo, cinco cotas-partes, que poderiam ser pagas à vista ou parceladas em um ano. Inicialmente o valor total das cotas-partes era de CR\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta cruzeiros).

Para aumentar seu capital social, a *Projornal* reteria 5% do movimento financeiro de cada cooperado, sendo que este valor poderia ser alterado posteriormente em assembleia. O capital social da Cooperativa era composto por Fundo de Reserva (destinado ao desenvolvimento de atividades da *Projornal*), pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (cujo objetivo era o investimento em novos projetos) e pelo Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (que visava fornecer apoio aos associados, familiares e empregados).

A *Projornal* funcionou inicialmente na Rua 72, nº 407, numa sobreloja, no Centro de Goiânia-Goiás. Depois, em uma casa próxima às Ruas 103 e 104, no Setor Sul, e em um conjunto de salas no Setor Central, localizado na Rua 3 com a Avenida Goiás, em cima do atual Edifício do Bradesco. Já no final, quando a Cooperativa não podia mais pagar aluguel, passou a funcionar em um barracão de três salas e banheiro que foi cedido pelo Sindicato de Trabalhadores da Telegoiás, e ficava localizado nos fundos da entidade, no início da Rua 3 no Setor Oeste.

Na parte de gestão, Gina Louise explicou que haviam assembleias para prestações de conta da *Projornal*, eleição de diretoria, decisões quanto aos recursos da Cooperativa, avisos diversos e outros assuntos correlatos à administração do empreendimento: “*Nessas assembleias se decidia democraticamente os rumos da Projornal e se elegia o seu corpo gestor. Todos os cooperados presentes participavam da votação*”. As assembleias poderiam ser gerais, ordinárias ou extraordinárias, e discutiam relatórios e balanços de gestão, planos de atividades, reforma do Estatuto e outras questões pertinentes ao funcionamento da *Projornal*.

Imagem 8 - Informe no Boletim Interno da *Projornal* (Julho/1979)



Fonte: Boletim Interno da *Projornal* (Julho/1979, p. 3)⁷¹.

Esse modelo de votação faz parte dos princípios fundamentais do próprio Cooperativismo, a saber: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação; cooperação entre cooperativas; e interesse pela comunidade (SISTEMA OCB, 2019). Em relação à gestão democrática, esta estabelece que o poder de decisão maior de uma cooperativa vem da assembleia de seus cooperados, e há igualdade do direito ao voto, independentemente da quantidade de cotas individuais. Assim, cada pessoa cooperada tem direito a um voto na assembleia independentemente do número de cotas que possui.

Imagem 9 - Avaliação do 1º ano da Cooperativa

⁷¹ Acervo de Jales Naves.

Primeiro ano, já é hora
de fazer uma avaliação

Tudo começou no dia 12 de dezembro de 1978. Depois de várias reuniões, que começaram a partir da demissão coletiva que ocorreu no "Cinco de Março", e de contatos diversos, foi realizada a assembleia de constituição da Projornal. Até aí, tudo bem: 29 assinaram a ata de fundação, improvisamos uma sede, começamos a luta pela regularização da entidade, as atividades foram aparecendo, obrigados ao aluguel de uma sede. A Projornal conseguiu regularizar toda a sua documentação e foi realizando serviços, poucos e sem qualquer planejamento, rendendo o suficiente para ir mantendo a pequena estrutura criada -- postal, encargos sociais, aluguel, telefone, luz. Tudo cresceu, em vista das possibilidades que tem e que, aliás, são desconhecidas por todos. Por isso, ao chegar ao primeiro ano de existência, cabe agora uma reflexão maior, uma discussão mais ampla: *se foi válida a experiência como desenvolvida até aqui, se são necessárias alterações, enfim, se o modelo ou sistema adotado está respondendo às expectativas de todos.*

Como um dos poucos que participaram ativa e interessadamente de todo este período, posso afirmar que o modelo adotado corresponde de, apesar de toda a inexperiência em administração e atividades administrativas relatadas por parte dos dirigentes. Mas falta uma integração maior, a presença de todos, o estímulo e o apoio necessários ao pleno desenvolvimento de uma entidade para atingir a sua consolidação e, a partir daí, a busca de novas perspectivas. Não considero justo que apenas alguns se esforcem, busquem dar o máximo de si enquanto outros se legem não se dignam a dar a sua contribuição, que é muito importante, principalmente nesta fase de afirmação da Cooperativa.

Fonte: Boletim Interno da Projornal (Novembro/1979)⁷².

Os recursos financeiros adquiridos pela Cooperativa eram utilizados para cobrir despesas de manutenção, como aluguel, energia, impostos e pagamento de funcionários. Elza Troncoso se recorda que na parte administrativa tinha uma secretária e uma contadora/administrativa, e que eles sempre tiveram duas ou três pessoas nas funções de apoio. Os demais eram todos jornalistas, fotógrafos, diagramadores. Segundo se recorda, houve uma época em que contrataram diagramador, mas os demais trabalhavam na *Projornal* como cooperados.

Gina Louise relembra que foi possível fazer um fundo de reserva em um momento da sua gestão em razão de um grande número de publicações e serviços, mas não se recorda de haver *“rateio de rendimentos entre os cooperados/cotistas, que recebiam apenas pelos trabalhos realizados - distribuídos conforme o interesse e disponibilidade de cada um”*

⁷² Acervo de Jales Naves.

(JORGE, 2021). Quanto à participação econômica, referente ao terceiro princípio do Cooperativismo, cabe destacar que cada membro cooperado contribui para o capital social da cooperativa que integra, e as “sobras” financeiras da cooperativa, após os descontos administrativos, são distribuídos entre seus membros conforme as cotas de cada associado, não dispondo de intermediários. “A cooperativa não lucra em cima do associado, ela é apenas um instrumento para os associados, estes sim, lucrarem” (RIOS, 2017). Por esse caráter coletivo, era muito comum nos boletins internos avaliações, manifestações de opiniões e relatórios sobre as atividades da cooperativa. A avaliação do primeiro ano da *Projornal*, por exemplo, foi positiva, apesar das dificuldades encontradas pelo grupo referentes à inexperiência em administração.

Sobre o modelo de cooperativismo, para Divina Marques o grupo tinha o entendimento de como ele funcionava, tanto pela orientação de organizações cooperativistas como de experiências semelhantes, como a *Coojornal*.

[...] a gente tava acabando curso, cheio de ilusão, entusiasmo, a gente queria porque queria fazer jornalismo livre, e nisso de fazer um jornalismo livre a gente tinha que se entender. A mesma ideologia, que era importante. É claro que alguém que fosse da direita não ia querer trabalhar lá, porque sabia que a gente ia falar mal, era contra. Então tinha o entendimento de colaboração, que é importante numa cooperativa. (MARQUES, 2022).

A jornalista conta que assim que a Cooperativa foi fundada e ficou mais forte, sendo possível contratar pessoal para trabalhar com uma parte mais administrativa, como os que eram ligados à secretaria e aos serviços contábeis. A *Projornal* contou também em seu início com uma equipe de consultoria, com profissionais das áreas do Direito, Economia, Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com o custo simbólico de CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), acrescidos divulgação do trabalho realizado pelo grupo, cujos integrantes pertenciam ao quadro da Telecomunicações de Goiás⁷³. Em sua estrutura, a Cooperativa também contava com uma biblioteca, composta por 145 livros de diversos temas cedidos pela Biblioteca Pública Estadual e 314 revistas. Havia ainda a previsão de uma Hemeroteca, mas a investigação não apontou se a mesma foi efetivada. Pelo que apuramos, os jornalistas Antonio Carlos Moura e Eliana Prudente estiveram mais envolvidos na organização da biblioteca.

⁷³ Os profissionais que prestaram serviços de consultoria à *Projornal* foram: Newton Brasil (advogado), José Anélcio de Moraes Lima (economista); Jair Venâncio de Camargo (bacharel em Ciências Contábeis e auditor registrado (BOLETIM INTERNO DA PROJORNAL, 1979).

Para Divina Marques, a *Projornal* também representava uma maneira de se manter como “*jornalista de verdade, que vai lá, cobre, escreve o que precisa escrever sem perguntar se pode*”. Segundo ela, esse modo de trabalhar era diferente dos demais veículos de comunicação, já que, no caso de uma matéria mais tendenciosa ou que pudesse comprometer o governo, as empresas jornalísticas orientaria os profissionais a editar ou suavizar a abordagem.

No início a equipe foi bastante atuante e fez contato com várias entidades, instituições, sindicatos, cooperativas. “*Se um jornal precisava de substituto rapidinho para [...] as férias de alguém, um de nós ia substituir, o dinheiro ia pra cooperativa*”, relembra Marly Paiva. Além disso, poucos meses após a fundação da *Projornal* foi criada dentro da cooperativa um sistema de agência de notícias, que segundo Marly Paiva produzia mais reportagens porque não havia a capacidade e estrutura necessárias para fornecer notícias diariamente para os veículos da época. O valor da matéria de página inteira era, em média, de CR\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), sendo que 50% era destinado ao profissional que a elaborava. De acordo com os dados apurados, o valor estava acima do cobrado pelo mercado, que girava em torno de CR\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) e, mais tarde, em vista disso e de fatores financeiros, o grupo viria a discutir um aumento no valor da retenção da renda de trabalho do cooperado para esse início da *Projornal*.

A jornalista Marly Paiva coordenou a agência de reportagens e era responsável por fazer contato com os jornais, que escolhiam a pauta ou aceitavam sugestões da *Projornal*. Cerca de um ano e meio depois de iniciar o funcionamento, o jornalista Armando Araújo, que ainda era estudante, passou a colaborar com a agência⁷⁴. Ainda segundo Marly Paiva,

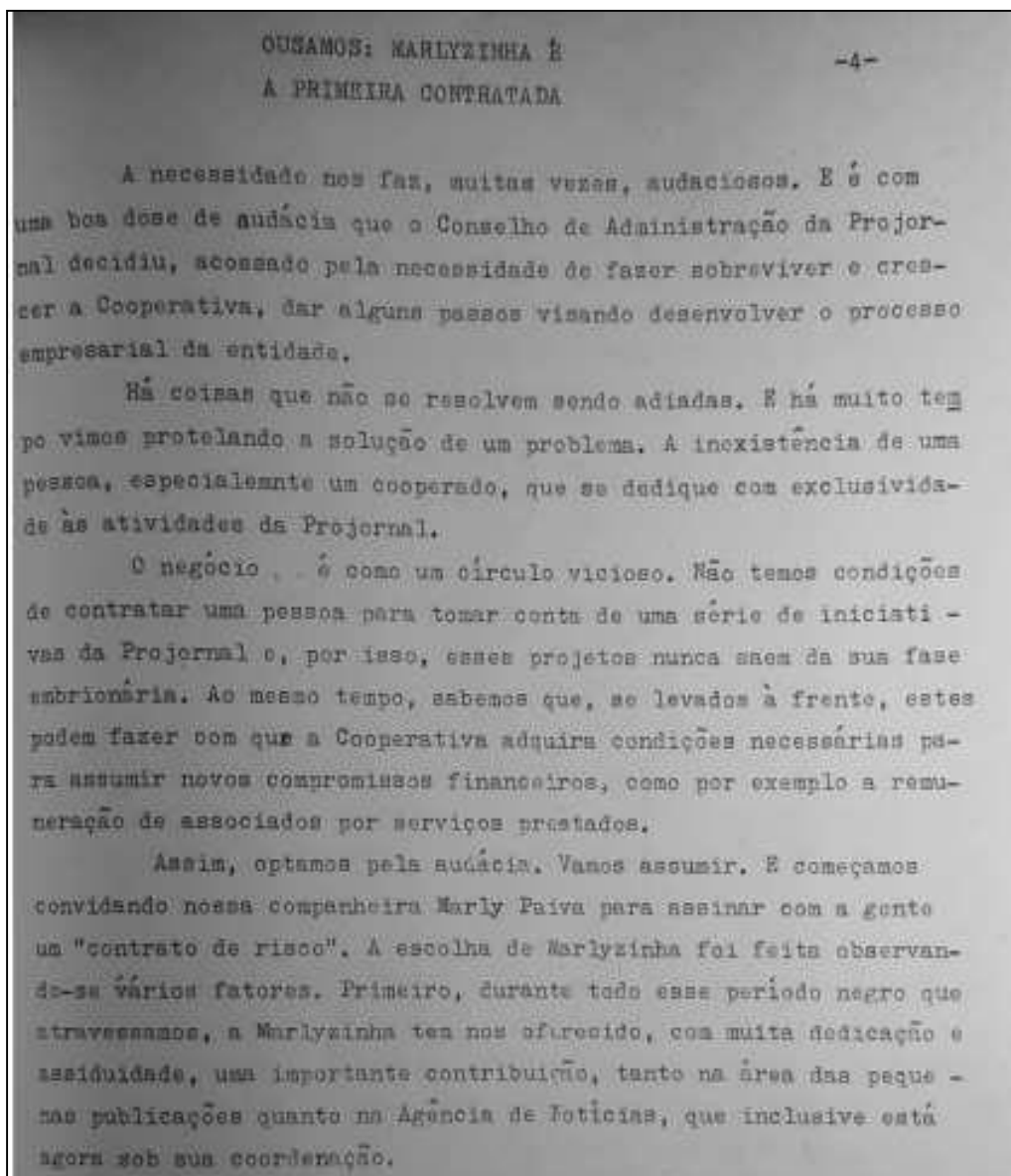
[...] Para que as reportagens fossem feitas [...] precisavam de mais gente ali trabalhando, com isso me propuseram depois de uma reunião que eu deixasse a Rádio Universitária e assumisse um período como prestadora de serviço mesmo, como funcionária da cooperativa, e no outro período eu continuaria colaborando como associada. Era só pra dobrar meu período de trabalho, foi uma necessidade naquele período da cooperativa, de ter mais gente. Aí eu deixei a Rádio Universitária nessa circunstância. (PAIVA, 2022).

No início da *Projornal*, Marly Paiva dedicava o turno da tarde para a Cooperativa, pois pela manhã coordenava as atividades na Rádio Universitária. No dia a dia, poucos jornalistas se dedicavam aos trabalhos da *Projornal* em virtude de demandas de entidades e de outros

⁷⁴ Armando Araújo não era cooperado, mas colaborava voluntariamente com os projetos. A não cooperação oficial dele se deve ao fato da *Projornal* ainda estar discutindo o engajamento dos jornalistas que já faziam parte oficialmente da cooperativa. Esse tópico será abordado posteriormente, no decorrer do capítulo.

veículos de comunicação, e isso refletiu na necessidade de contratar um profissional que pudesse se dedicar exclusivamente a tais demandas.

Imagem 10 - Aviso sobre contratação da 1ª jornalista da cooperativa



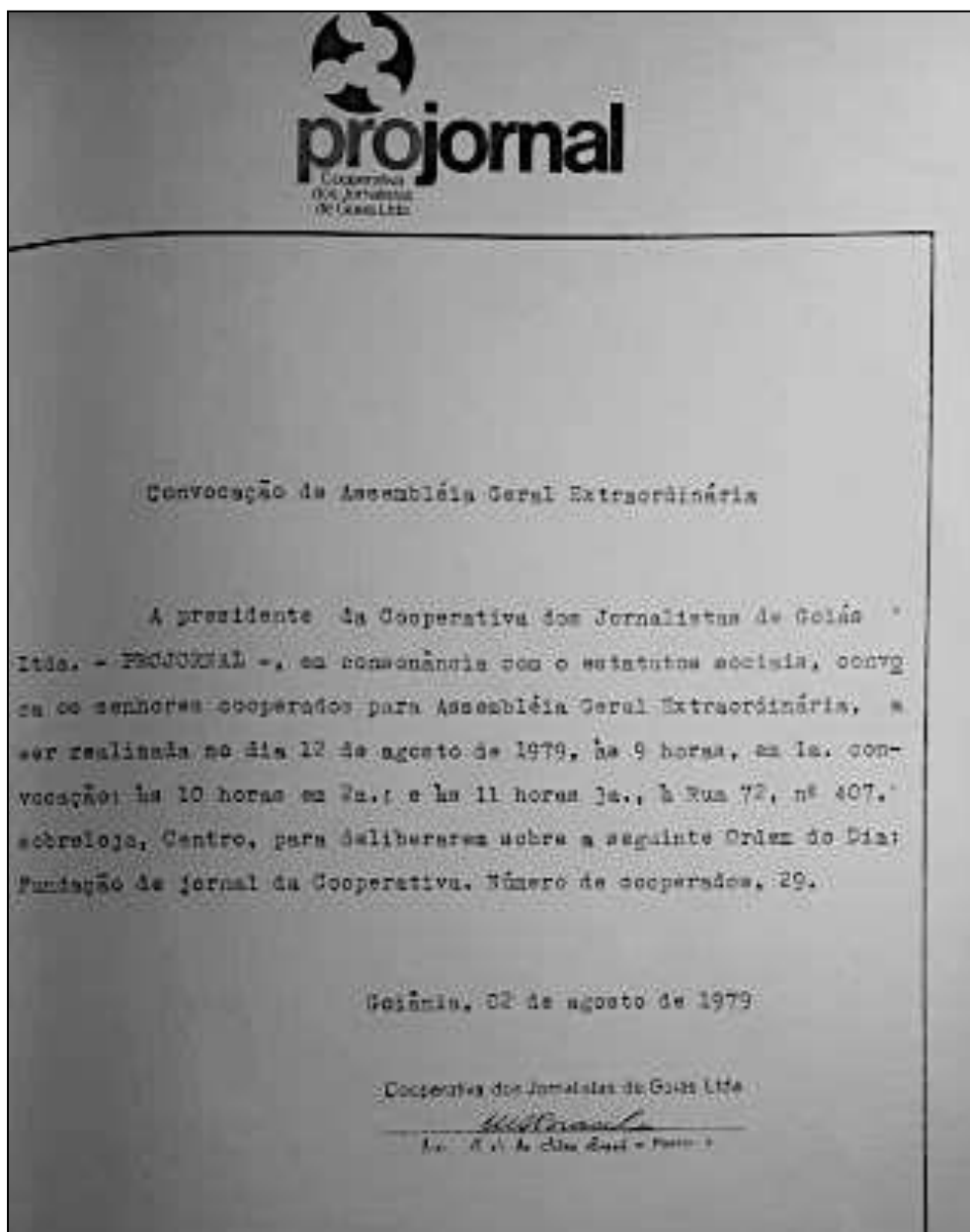
Fonte: Texto de Laurenice Noleto para o Boletim Interno da *Projornal* (Novembro/1979, p.4)⁷⁵.

Dentre as produções, a Cooperativa fornecia reportagens para o *Diário da Manhã*, o Caderno 2 (Cultura) do jornal *O Popular*, *Jornal Opção*. “*E íamos lá de ônibus para receber. E as reportagens eram feitas sem nenhuma estrutura, como o Armando tinha moto eu ia na garupa da moto com ele, antes eu ia de ônibus*”, relembra Marly Paiva.

⁷⁵ Acervo de Jales Naves.

Segundo Divina Marques, já de início foi decidido que haveria o *Jornal de Deboche*. “Abriu-se o jornal lá no Bairro Popular, a gente se reunia todo sábado, baseava as pautas, cada um levava uma matéria [...]. A gente tava debochando de tudo que acontecia errado”, relembra. Acreditamos que o *Jornal de Deboche* era o “Jornal de Jornalistas”, que já havia sido definido nos estudos da *Projornal* (VIABILIDADE, 1979).

Imagem 11 - Convocação de Assembleia para discutir o jornal da cooperativa



Fonte: Acervo de Jales Naves.

Divina Marques conta que os jornalistas faziam matérias para a *Projornal* de maneira voluntária, a fim de também sustentar o *Jornal de Deboche*. Era uma forma dos jornalistas

também contribuírem com a Cooperativa, já que ela estava começando e precisava fazer caixa. Essas matérias eram veiculadas nos *house organs* e outros produtos de entidades que a *Projornal* atendia.

A Projornal quis fazer um jornal cooperativo nos moldes da Coojournal [...] pra que a gente tivesse liberdade de escrever o que fosse necessário escrever. E de fato a gente nunca teve censura não, política não. E cada um foi arrumando seu emprego, [...] apareceram mais alguns que queriam participar porque a ideia era boa. (MARQUES, 2022).

Jales Naves participou mais ativamente da *Projornal* nos dois primeiros anos, sendo eleito presidente no segundo biênio (1981/1983), e considera que manteve o mesmo entusiasmo do início da *Projornal* com trabalho e propostas para tornar a Cooperativa uma alternativa profissional de ocupação para os cooperados:

Entre os planos, a ampliação do número de publicações para terceiros e a criação de cadernos, para discutir temas específicos e comercializá-los com os veículos de comunicação; para vestibulandos, mostrando nossa história e a realidade socioeconômica e política; e um terceiro, com o selo “Debate”, para discutir a história, levantar informações e reescrevê-la. Eram muitas as ideias e poucos para viabilizá-las. (NAVES, 2021).

Gina Louise pontua que de 1983 a 1986 a Cooperativa editou muitos jornais de variados escopos, mas que, a partir daí, gradualmente foi perdendo fôlego. Isso coincidiu com a retirada de verbas publicitárias do governo Iris Rezende para os meios de comunicação, o que gerou uma grande massa de jornalistas desempregados. Até então, as empresas jornalísticas recebiam muito recurso do governo Ary Valadão, que permitia que houvesse certa liberdade na cobertura. Quando Iris Rezende assumiu o governo de Goiás, implantou um novo modelo de distribuição de verbas. Dessa maneira, boa parte dos meios de comunicação perderam as quantias que recebiam regularmente, acumulando dívidas e tendo que encerrar as atividades⁷⁶. Para João

⁷⁶ Pieranti (2006) afirma que houve uma reformulação dos governos militares no que tange ao setor de comunicação social, especialmente a partir de Castello Branco e Costa e Silva, que acarretou no fechamento de empresas jornalísticas que eram críticas ao governo, ao mesmo tempo que as que eram simpatizantes aos militares recebiam estímulo. Dentre as formas sutis de controle, estavam a recusa na liberação de importação de papéis ou equipamentos, suspensão de publicidade estatal, empréstimos bancários, dentre outros. Para o autor, também havia uma má administração das empresas jornalísticas, e a falência delas também estava ligada a uma excessiva dependência financeira por parte do governo. No entanto, de segundo Pieranti (2006), “Não se pode inferir, muito menos afirmar, que os governos militares pretendessem arruinar todas as empresas jornalísticas que foram à falência de 1964 a 1985. Parte delas enfrentou, sim, problemas originados a partir de ações do poder público, mas nem sempre essas foram decisivas para o fim dessas empresas” (PIERANTI, 2006, p. 103). Esse cenário descrito por Pieranti (2006), repetiu-se em toda a história da imprensa, seja a nível nacional ou em governos locais. No caso do governo Iris Rezende, deve-se considerar, ainda, o alinhamento com as próprias mudanças jornalísticas, que caminhavam em direção a um modelo mais empresarial. Assim, seguindo um padrão nacional, os governos passam a reorganizar a distribuição de verbas de outras formas.

Carvalho (*apud* Rodovalho, 2006), o governo de Iris Rezende deu fim às experiências alternativas de Comunicação em Goiás:

“A partir do governo do PMDB, começa uma sistemática do controle da informação como linha geral, que determina uma perseguição a jornalistas considerados extremamente autônomos e independentes, demissão de jornalistas e controle excessivo do governo com a imprensa, quebrando sua evolução em Goiás”. [...] “Íris Rezende foi um político que chegou ao poder sem a compreensão de que Goiás havia experimentado mudanças profundas na estrutura da sua organização social e política. Foi incapaz de perceber a articulação dos movimentos sociais. Ele recuperou o populismo barato. Nessa perspectiva ele não entendeu que, naquele momento, a imprensa já tinha se transformado no espaço de expressão desses movimentos, no espaço de expressão da esfera pública democrática. (BRITO NETO, In: RODOVALHO, 2006, p. 171, grifos da autora).

O segundo ato do governo Iris Rezende foi demitir vinte mil servidores públicos que não eram concursados e se vinculavam ao governo em cargos comissionados, e isso levou os jornalistas a irem para a Cooperativa. *“Eu diria que 80% dos jornalistas que trabalhavam no Estado estavam nessa categoria, então foi todo mundo pra rua. Nós tínhamos acabado de fundar a Cooperativa, e todos foram para a Cooperativa achando que [...] tinha dinheiro para dar pra eles”*, contou Joãoimar Carvalho. Isso acarretou o fechamento de diversos jornais e o aumento do desemprego dos jornalistas, que foram para a Cooperativa em busca de apoio. Elza Troncoso conta que o governo de Iris Rezende não distribuía mais verbas para os veículos como antes, e o único jornal que conseguiu segurar caixa foi o jornal *O Popular*. Aliado à demissão de servidores citada por Joãoimar Carvalho, mais jornalistas ficaram desempregados. Elza Troncoso conta que muitos profissionais, então, foram em busca da *Projornal*, que já existia e já havia produzido o *Jornal de Deboche* e diversos serviços e *house organs*.

Ana Maria de Souza recorda-se do fechamento dos jornais, que culminou, segundo ela, com a demissão de quase duzentos profissionais jornalistas de periódicos diários e outros veículos de comunicação, como a Rádio Clube e a Rádio Jornal. Ela foi uma das jornalistas demitidas do *Top News*, e acabou entrando na *Projornal* em seguida junto com outros colegas que decidiram continuar em Goiânia.

Eu não tinha muito contato com a Projornal, quando eu entrei acho que o presidente era Jales Naves, mas também revezava muito porque era um serviço voluntário. [...] Não sei se era Joãoimar ou Jales. Nós fomos pra lá, [...] tinha muita gente pra trabalhar, nós discutimos os projetos. Foi logo depois dessa abertura política, todo mundo querendo gritar, falar. Então nós criamos jornaizinhos de empresa, aqueles jornais. [...] Discutimos e criamos os projetos de empresas, de jornais de órgãos. Pegamos para fazer eu acho que 25 jornais [...], eu coordenei cinco. (SOUZA, 2022).

A jornalista faz parte de um segundo grupo que entrou na *Projornal* em meados de 1980, após a saída de parte dos cooperados, alguns inclusive que atuaram no *Jornal de Deboche*. Silvana Coleta e Cileide Alves também entraram mais ou menos nessa época. Cileide Alves contou que, nesse período, tinha saído do jornal *Top News* e soube que um grupo de jornalistas haviam criado a *Projornal*: “*Eu já estava casada e tinha meu filho, então eu precisava de renda, de sobreviver, então a Cooperativa já tinha sido fundada [...], e aí eu me uni a eles pra ser ‘freela’, pra trabalhar nas publicações que eles conseguissem, e eu fiz lá alguns ‘freelas’*”. A jornalista entrou na *Projornal* quando ela funcionava em um escritório no subsolo de um prédio na Avenida Araguaia, entre a Rua 3 e a Rua 2, no Centro de Goiânia.

“*E muita gente entrou lá como tábua de salvação, um volume grande de jornalistas*”, relembra Elza Troncoso. De acordo com Gina Louise, “*O número de cooperados aumentou bastante, com a absorção de parte do contingente de desempregados, e a Projornal conseguiu colocar em prática projetos de comunicação comunitária e sindical*”. O formato da Cooperativa agradou aos participantes, que buscavam inicialmente algum meio de subsistência.

Entretanto, em um curto período, esse contingente de profissionais também puxaria a *Projornal* para o seu fim, pois muitos não compreendiam o modelo de funcionamento do sistema cooperativista. Ana Maria de Souza destacou que a Cooperativa era uma experiência totalmente nova para todos e ninguém sabia muito como administrar algo próprio.

[...] jornalista não é preparado, a gente tinha que preocupar do cafezinho à limpeza, ao faturamento, tudo. A gente não estava preparado. Não existe essa matéria no curso, e hoje é mais fácil, tem internet, [...] naquele tempo era tudo muito difícil. E aos pouquinhos o pessoal foi deixando, principalmente aqueles que tinham família, que era provedor. (SOUZA, 2022).

Nesse período, o grupo composto por cerca de quinze pessoas empenhou-se numa nova tentativa de lançar um jornal próprio da cooperativa, que era o *Jornal de Esportes*. No entanto, devido ao alto custo de impressão, o periódico circulou por apenas cinco edições. Elza Troncoso conta que a ideia do *Jornal de Esportes* era que o faturamento da venda do jornal pudesse cobrir parte das despesas da Cooperativa, de modo a gerar uma margem de lucro maior para jornalistas cooperados que se dedicavam aos demais trabalhos. Mas a iniciativa teve percalços, dentre eles o fato dos jornalistas, em sua maioria, estarem familiarizados a receberem integralmente salário ao final do mês, o que era diferente no modelo cooperativista.

[...] se pra quem se prestava o serviço atrasava o pagamento, atrasava o repasse para as pessoas que tinha trabalhado no órgão. [...] tinha que ficar, eu não me lembro se era 5% que era retido para os custos. Aí na época que a gente fazia muitos trabalhos,

por exemplo, a gente alugava gráfica por noite que era mais barato, e [...] tentava juntar todos os jornais, deixava o processo de produção era completamente diferente, era tudo artesanal. [...] juntava o maior volume possível para poder alugar uma noite de gráfica e poder rodar vários jornais, porque eram pequenas tiragens, e a gente conseguia fazer isso. (TRONCOSO, 2022).

Conforme as discussões dos jornalistas, a expectativa era que a *Projornal* atuasse em duas frentes de trabalho, contou Laurenice Noleto⁷⁷. A primeira seria uma espécie de agência de notícias, em que os profissionais cooperados produziram matérias para os jornais locais e regionais, como *Diário da Manhã*, *Jornal Opção*, *Folha de Goyaz* e *O Popular* (ALVES, 2013). Os periódicos “*não tinham estrutura e a tecnologia não tinha chegado ainda, não tinha internet, celular, a comunicação era muito difícil*”, conta Laurenice Noleto. Segundo ela, diferente dos jornais, a *Projornal* tinha mais meios e estrutura para enviar repórteres para coberturas no interior ou em outros locais.

Laurenice Noleto narra que os jornalistas faziam cobertura de várias cidades em uma única vez, a exemplo da reportagem sobre a fundação de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na qual percorreram mais de dez municípios. Segundo ela, até então existia apenas o Sindicato Rural, que era ligado aos “patrões”. A *Projornal* fez o acompanhamento da fundação desses sindicatos, quase que como assessores do movimento⁷⁸. “*E o outro braço era o Jornal de Deboche, o jornal que nós criamos alternativo, deu esse nome [...] porque era pra fazer humor mesmo, na medida que ele foi sendo criado, a base de sustentação dele era os chargistas associados mesmo*”, relembra Laurenice Noleto.

⁷⁷ Embora Alves (2021) refira-se a duas frentes de trabalho na *Projornal*, outros entrevistados e documentos abordam três frentes de trabalho. No capítulo sobre o memorial da cooperativa trataremos com mais detalhes desse assunto.

⁷⁸ Durante esta pesquisa, não conseguimos localizar a reportagem que Laurenice Noleto se refere.

6 MEMORIAL DA COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (*PROJORNAL*)

A pesquisa empreendida até aqui revelou parte do trabalho produzido pela Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*) de 1978 a 1988, quando a instituição encerrou as suas atividades. A memória dos arquivos da Cooperativa foi trazida à tona por meio de arquivos guardados em acervos particulares, que são pouco conhecidos e vieram ao nosso conhecimento durante a fase de entrevistas da investigação. Além disso, as pessoas entrevistadas fizeram um resgate de memória acerca dos serviços, jornais, produtos e outros trabalhos nos quais a *Projornal* participou e/ou esteve envolvida.

O registro do cotidiano, uma das mais importantes funções do fazer jornalístico, adquire caráter histórico, independentemente da angulação que formata as narrativas e edifica os discursos. Desse modo, acreditamos que os produtos da Cooperativa, tais como os pequenos jornais de associações e sindicatos, as reportagens para diversos veículos e as iniciativas ligadas à comunicação comunitária também revelam sua identidade e sua atuação, bem como seu lugar na História da Imprensa Goiana.

Bacellar (2008) explica que documentos de caráter privado que dizem respeito a pessoas, famílias, grupos de interesse, como instituições e organizações diversas, não têm, no Brasil, uma política específica para preservação de acervo, e a destruição desses arquivos pode ser comum. Isso foi observado na busca pelo arquivo da *Projornal*, pois, com exceção da ex-presidente Gina Louise, que guardou alguns dos jornais produzidos de 1983 a 1988; da jornalista Laurenice Noleto, que têm em seu livro fotos de duas produções, além de cinco edições do *Jornal de Deboche*; e de Jales Naves, que guardou documentos como estatuto, avaliações, boletins e regimento interno, datados, sequenciados e encadernados, até o fechamento desta pesquisa não houve, entre os demais entrevistados, relatos de arquivos pessoais.

Para compor este Capítulo, foram pesquisados documentos de tais acervos particulares. A consulta ao acervo de Gina Louise ocorreu de maneira virtual, por meio de fotos enviadas pela jornalista em março de 2021. Já os documentos pertencentes a Jales Naves, referente ao período de dezembro de 1978 a maio de 1981 foram consultados a partir de maio de 2022, quando o jornalista disponibilizou o acervo físico para pesquisa de maneira presencial. Em relação ao acervo de Laurenice Noleto, a consulta também aconteceu de maneira presencial, constituindo-se particularmente nas cinco edições do *Jornal de Deboche*, a partir de maio de 2022.

Como parte das investigações realizadas, este Capítulo consolida a pesquisa documental referente à parte do trabalho realizado pela *Projornal*, com destaque para o período de 1983 a 1988. Foram identificadas 74 produtos/serviços da Cooperativa, dentre as quais é possível encontrar jornais, revistas, livros, produção em assessoria e para movimentos sociais e populares. Além disso, verificou-se como atividades da *Projornal* a produção de notícias/reportagens por meio da Agência de Notícias da *Projornal*, a colaboração na produção audiovisual em comunicação comunitária e a atuação em assessoria de imprensa. A listagem completa dos produtos e serviços pode ser consultada no Apêndice 3.

6.1 PRODUÇÃO E MODOS DE TRABALHO

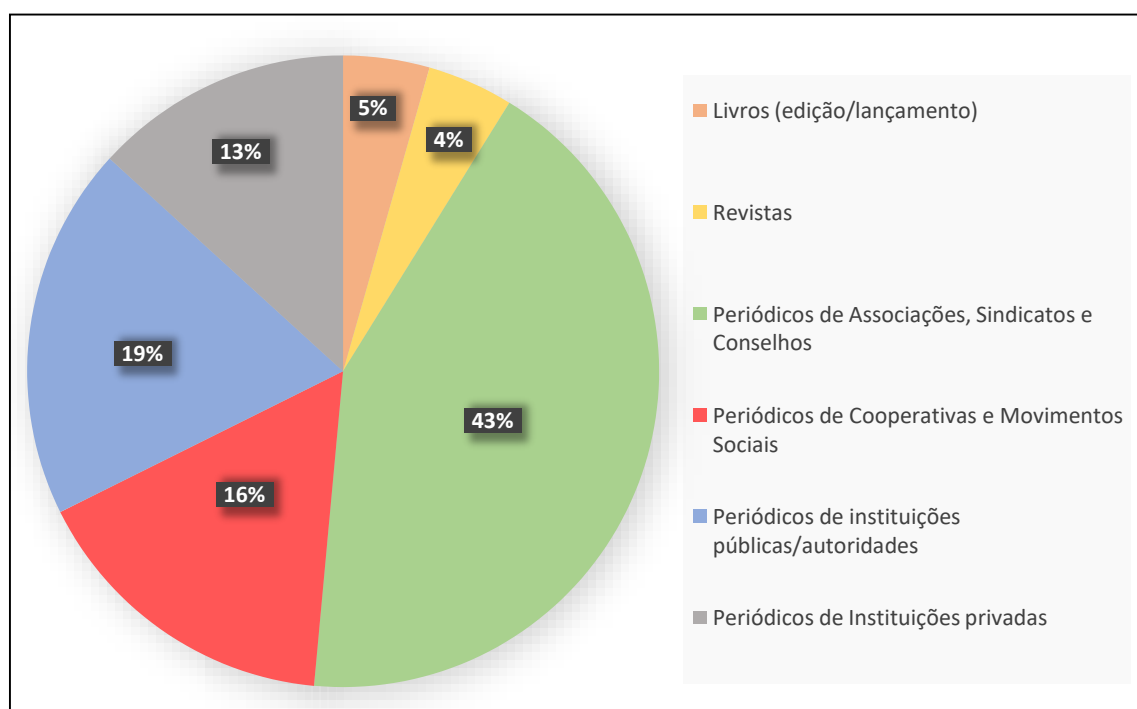
Conforme mencionamos no Capítulo anteriores, a *Projornal* iniciou seu trabalho como uma Agência de Notícias para produzir e vender o trabalho jornalístico dos associados. Jales Naves acrescenta que a Cooperativa também elaborava e produzia jornais para empresas da iniciativa pública e privada, como as cooperativas agropecuárias, “*para numa segunda etapa lançar o seu próprio jornal*”. O jornalista considera que o planejamento foi otimista, com a produção de dez jornais mensais que gerariam receita para a manutenção da Cooperativa e trabalho para os cooperados: “*O entusiasmo foi grande, mas esbarrou na falta de profissionais de outras áreas para viabilizar os negócios, como publicitários e pessoal de venda, para prospectar e trazer novos serviços*” (NAVES, 2021)

De início a *Projornal* não conseguiu realizar atividades utilizando a mão de obra dos associados, o que, de acordo com Jales Naves, gerou um certo desestímulo. Segundo ele, no planejamento orçamentário de 1979, a Cooperativa levou um ano para desenvolver os trabalhos que pretendiam realizar em um mês, em função da falta de pessoal e de estrutura. O jornalista destaca que no primeiro ano a Agência *Projornal* produziu e comercializou 53 reportagens. Ele foi autor/coautor de duas delas: *O movimento estudantil já existe de novo em Goiás*, publicada no *Jornal Opção* em 18/04/1979, elaborada em conjunto com Laurenice Noleto com comentário de Marly Paiva e *A chacina do Meruri – Crime sem castigo*, com comentário de Moura, no jornal *Cinco de Março*, de 02/08/1979.

Quanto às demais matérias, os jornais O Popular e Jornal de Brasília publicaram simultaneamente um caderno, utilizando quinze textos; também foram veiculadas na Folha de Goiás e no Top News, de Goiânia; no Coojornal, de Porto Alegre; Jornal da República, de São Paulo; e na revista IstoÉ. (NAVES, 2021).

Somando os jornais e boletins levantados com base nos acervos encontrados, listamos e analisamos 74 produtos e serviços da *Projornal*. Desses, identificamos 108 matérias produzidas pela Agência *Projornal*, além de atividades de assessoria de imprensa e produção para televisão popular (*TV Ambulante*) que foram informadas pelas fontes entrevistadas. Em relação aos periódicos e publicações, identificamos livros, boletins e jornais produzidos para diversas entidades e instituições, tais como associações, sindicatos, conselhos de classe, movimentos sociais, cooperativas, prefeituras e outras que podem ser visualizadas no Gráfico 1 e no Apêndice 2. Nesse levantamento, não consideramos as publicações do *Jornal de Deboche* e do *Jornal de Esporte*, periódicos da própria Cooperativa.

Gráfico 1 - Periódicos e publicações produzidas pela *Projornal*



Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com Jales Naves (2021), em 1979 foram produzidos oito jornais, tamanhos tabloide e ofício, totalizando 27 edições. A Editoria de Pequenas Publicações iniciou com a produção de três jornais: *O Barnabé*, dos Funcionários Públicos Municipais de Goiânia; *O Liberal*, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás e *Informe Comigo*, da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. Também é dessa época o *Informativo Campal*, da Cooperativa Agropecuária Mista de Paraúna.

Fotografia 18 - Capa do Jornal O Barnabé (Ano XI, nº 43)



Fonte: Jornal O Barnabé (Abril/Maio de 1986)⁷⁹.

A *Projornal* manteve o ritmo de produção e em 1980, conforme o jornalista, a Agência de Notícias da Cooperativa produziu 55 reportagens, destas “18 foram em atendimento a acordo com o Conselho Editorial da ‘Mesa Redonda’, que sete entidades da área de Engenharia mantiveram semanalmente, primeiro em *O Popular* e depois no *Diário da Manhã*”, apontou Jales Naves.

⁷⁹ Acervo de Gina Louise.

Fotografia 19 - Notícia *Crime sem Castigo*, produzida pela Agência Projornal



Fonte: Jornal *Cinco de Março* (Agosto de 1979)⁸⁰.

Pelo que apuramos, em relação às dinâmicas de trabalho, quem tinha condições de se dedicar às matérias maiores e viajar o fazia, quem tinha outro emprego e não dispunha de muito tempo se dedicava à elaboração de notas e reportagens mais curtas. Nilton José recorda que a Cooperativa produzia muitos jornais ligados a Sindicatos de Médicos, Associação de Supermercados e de Prefeituras. Nessa época, Cileide Alves conta que a *Projornal* já tinha demandas de entidades e diversos segmentos, e que funcionava como uma espécie de mediadora entre os serviços e os profissionais do jornalismo:

⁸⁰ Acervo de Jales Naves.

[...] o pessoal entrava em contato com a Projornal e pedia reportagens, e a gente fazia as reportagens para a Projornal, pegava aquela pauta, e então o Joãoimar ou outro jornalista [...] editava aquilo e mandava. Aí eles [solicitantes] pagavam e a Projornal ficava com uma porcentagem daquilo que era pra manter os custos da cooperativa. Então eu acho que foi um projeto bem interessante, me ajudou a ter “freelas” em uma época em que eu estudante de jornalismo não conseguiria bater de porta em porta e arrumar “freelas”. (CUNHA, 2021).

Segundo Nilton José, a quantidade de impressos e produtos jornalísticos era considerável a ponto da *Projornal* fundar uma “*agência de publicidade específica para a Cooperativa, [...] para garantir a sustentabilidade desses veículos*”. Essa agência de publicidade, de fato, era o Departamento Comercial da *Projornal* que, de acordo com Gina Louise, foi criado em um período em que a Cooperativa tinha um número expressivo de publicações. Nilton José também lembra que a *Projornal* tinha muitos serviços:

[...] produzia muita coisa pra São Paulo, pra Veja, muitos jornais, até para O Popular ela produzia. No outro período que veio um pouquinho a abertura a gente passou a fazer jornais, editar jornais. [...] O pessoal ia no Sindicato dos Médicos, “vamos fazer um jornal?”, “Ah, mas não temos dinheiro”. “Não, se você topar a gente viabiliza quais são os parceiros de vocês economicamente...”. [...] E aí a própria cooperativa ia atrás e bancava o jornal. Só que nesse tempo fazer jornal era caríssimo, imprimir jornal era muito caro, papel era muito caro, havia muito lobby [...]. (ROCHA, 2021).

O objetivo do departamento Comercial, segundo Gina Louise, era buscar publicidade para os periódicos atentando-se às especificidades e ao público-alvo de cada um. Dessa maneira, os anúncios ajudariam a cobrir os custos dos jornais que eram dirigidos e também tinham como objetivo contribuir “*com entidades de menor capacidade financeira e também reverter para a Cooperativa uma parte do arrecadado. Mas, devido a problemas internos e conjunturais, o Departamento Comercial não teve vida longa*”, explicou Gina Louise. Apesar do progresso no desenvolvimento dos trabalhos, Nilton José considera que isso também foi um “*tiro no pé*”:

[...] porque chegou a uma certa altura e as pessoas que estavam nesse núcleo achavam que eles que eram a cooperativa. E romperam com a cooperativa, e achavam que iam manter os clientes. Que é a questão da formação do cooperativismo. [...] Eu me lembro que uma vez alguém pegou pra fazer o jornal da cooperativa de produtores rurais em Goiatuba, que era uma grande cooperativa na época, e eles pagavam em dia, bem né, mas a pessoa ficou lá três meses e depois tomou o projeto, desvinculou da cooperativa e ficou pra ela. Então assim, você corria certos riscos [...]. (ROCHA, 2021).

Segundo Ana Maria de Souza, o departamento comercial da Cooperativa funcionou sob a coordenação do jornalista Francisco Carbureto, conhecido como Chico Carbureto. Foi uma

tentativa de organizar melhor a cooperativa, que funcionou muito bem nessa época. Mas, essa iniciativa não teve muito êxito, pois, de acordo com a entrevistada, logo começaram as dificuldades financeiras para receber valores dos serviços e repassar para o jornalista. *“Durante muito tempo [a cooperativa] só se pagou, mas aí as pessoas que não tinham condições de sobreviver foram saindo e ela nem teve condições de pagar aluguel”*. Mais adiante isso seria um dos fatores para que a *Projornal* não tivesse condições de pagar aluguel de dar retorno financeiro aos jornalistas cooperados⁸¹.

Em relação ao modo de funcionamento, para a realização dos trabalhos, Gina Louise narra que a diretoria da *Projornal* entrava em contato com *“diversos segmentos sociais organizados para propor a edição de publicações dirigidas (jornais, boletins informativos, revistas), bem como a prestação de assessoria de imprensa”*, e ainda produzia reportagens para periódicos de menor porte. Alguns cooperados também contribuíam trazendo trabalhos para a *Projornal*. Gina Louise relembra que assim que a Cooperativa adquiriu credibilidade no mercado jornalístico, *“veículos de comunicação de outros Estados, inclusive de circulação nacional, passaram a encomendar matérias especiais e coberturas jornalísticas, abrindo espaço para a diversificação do trabalho com a formação de uma espécie de agência de notícias”*.

Dentre os produtos executados pela *Projornal*, Joãoimar Carvalho destaca os jornais das Prefeituras do Nordeste de Goiás e de duas cidades do Tocantins: Paraíso e Cristalândia. A produção era feita em Goiânia, o que, segundo ele, era bom porque diminuía os custos, já que não havia necessidade de viajar. Outra opção era enviar as notícias, entrevistas e outros materiais jornalísticos pelos Correios, como foi o caso do jornal do município de Cristalândia:

A gente fazia o jornal do jeito que eles queriam. “Joãoimar, o jornal tá aqui acabei de depositar o dinheiro na sua conta” [...] Se no futuro, a gente conseguir arrumar uns 30 jornais de prefeitura, [...] e fixar, tiver uma relação boa, a gente vai consolidar. E os prefeitos mudam, os políticos mudam, a gente tem que ser político também, articular essas coisas todas. O jornal da federação da agricultura, federação do comércio, federação da indústria, “esse povo é quem tem dinheiro gente”. Isso aí não vai dar pra gente fazer o jornal deles, porque geralmente tem uma assessoria bem remunerada lá dentro, mas o ideal é que a gente pudesse fazer. Se a gente viabilizar alguma alternativa de produtora de conteúdo jornalístico, se eles nos enxergarem assim estamos feitos, se não, não dá. O exemplo é o do Rio Grande do Sul [...]”. (BRITO NETO, 2021).

Para a cobertura das eleições dos sindicatos de trabalhadores rurais e produção jornalística para entidades de classe e associações mais progressistas, o grupo contava com o

⁸¹ As dificuldades e o fim da *Projornal* serão tratadas no capítulo seguinte.

apoio dos bispos Dom Tomás Balduino⁸², da Cidade de Goiás, e Dom Pedro Casaldáliga Plá⁸³, do Mato Grosso, líderes da Igreja Católica e integrantes da Teologia da Libertação (ALVES, 2013). Além das publicações de sindicatos, associações, prefeituras, movimentos populares, dentre outros, a *Projornal* produzia matérias para revistas e atuava em assessoria de imprensa e agência de notícias.

Como atividades ligadas à *Projornal*, também foi identificada a produção de dois livros: *Querida família*, de Flávia Schilling; e *Cantigas Menores*, do Bispo Dom Pedro de Casaldáliga, de São Félix do Araguaia (Mato Grosso), em 1979. Em relação ao livro do bispo, a cooperativa iniciou o projeto de edição no início de 1979, e o lançamento foi realizado no dia 7 de outubro desse mesmo ano, no Ginásio Rio Vermelho, em Goiânia (GO), no dia da celebração “Missa Sem Males”.

A tiragem do livro *Cantigas Menores* foi de 4 mil exemplares, sendo que para a *Projornal* cobrir os custos, seria necessário vender 1.200 exemplares, no valor de CR\$ 60,00 (sessenta cruzeiros) cada um. Isso porque o Bispo Dom Pedro de Casaldáliga doou 10% dos

⁸² Dom Tomás Balduino, bispo emérito de Goiás e frade dominicano, que teve uma importante atuação social. No Pará, aprendeu as línguas indígenas dos Xicrin, do grupo Bacajá, e Kayapó para melhor comunicar-se, além de se tornar piloto de aviação para atender o Vale do Araguaia paraense e parte do baixo mato-grossense. Seu ministério coincidiu, na maior parte do tempo, com a ditadura militar, por isso o bispo também ajudava pessoas perseguidas pelo regime. Em 1967 foi nomeado bispo da Cidade de Goiás (GO), e depois mudou-se para Goiânia, onde procurou junto à Diocese de Goiás, adequar a Diocese ao novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II e de Medellín (1968), acarretando em uma atuação ao lado dos pobres. Movimentos nacionais como o Movimento do Custo de Vida e a Campanha Nacional pela Reforma Agrária encontraram apoio e guarida de Dom Tomás e nasceram na Diocese de Goiás. O bispo foi, ainda, personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Por sua atuação corajosa recebeu diversos prêmios e reconhecimentos nacionais e internacionais. Fonte: <https://reporterbrasil.org.br/2014/05/fundador-da-cpt-dom-tomas-balduino-morre-em-goiania-2/>. Acesso em 15/05/2022.

⁸³ Dom Pedro Casaldáliga Plá, Bispo Emérito da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT) e Missionário Claretiano, nasceu Balsareny, na província de Barcelona. Mudou-se para o Brasil em 1968 para trabalhar como missionário em São Félix do Araguaia, sendo consagrado bispo em 1971, quando lançou a primeira denúncia mundial sobre a situação da Amazônia: A Carta Pastoral “A Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e marginalização social”. O documento, reconhecido nacional e internacionalmente, foi um marco na defesa dos povos indígenas, do meio ambiente, das mulheres e da luta contra a pobreza e a marginalidade. Por conta disso, o bispo recebeu diversas ameaças de morte. Dom Pedro Casaldáliga também foi um dos fundadores do CIMI e CPT, entidades que atuam até hoje na defesa de indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores do campo. Sua atuação junto aos índios xavantes, que envolviam anos de embate judicial contra latifundiários e produtores rurais, fez com que o bispo recebesse ameaças de morte em 2012. Além de atuar junto aos pobres e em favor da democracia, o bispo também tem destaque por uma produção literária, que envolve poesias, artigos, cartas, e outros textos de cunho político, como a luta pela reforma agrária, e também de teor espiritual, publicadas no Brasil e no exterior. Fontes: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/593403-a-carta-de-pedro-casaldaliga-que-mudou-a-amazonia>. Acesso em 15/05/2022; <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/08/08/dom-pedro-casaldaliga-morre-aos-92-anos.ghtml>. Acesso em 15/05/2022.

seus direitos autorais para a *Projornal*. O livro, de acordo com a jornalista Laurenice Noleto, foi reeditado em 2003 pela Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Imagem 12 - Nota sobre o lançamento do livro do bispo Dom Pedro de Casaldáliga

CANTIGAS MENORES: Projornal emplaca no mercado editorial lançando livro de Dom Pedro Casaldáliga. Todo mundo convidado pra ajudar a vender o livro!

Pois é, companheiros: A Coojornal editou Flávia Schilling ("Quebrida Família"), e a PROJORNAL edita Dom Pedro Casaldáliga ("Cantigas Menores"). O projeto de lançarmos esse belíssimo livro de poemas é bastante antigo, remontando aos primeiros meses do ano, quando o bispo de São Félix do Araguaia ofereceu-nos a edição e inclusive cedeu sua parte (10%) de Direitos Autorais para a nossa Cooperativa.

O parto foi demorado, mas a criança, ou melhor, o livro, vem à luz no momento oportuno. "Cantigas Menores" foi lançado no dia 07 de outubro no Ginásio Rio Vermelho, bem no dia da celebração em Goiânia, da Missa da Terra sem Males, texto litúrgico-poético do próprio Dom Pedro e do goiano Pedro Tierra.

Pelos nossos cálculos, precisamos vender 1.200 livros (a tiragem total foi de 4 mil) para cobrir todas as despesas de produção editorial. O restante é lucro para a Cooperativa. Convocamos todos os companheiros para ajudar na venda de Cantigas Menores. O preço do exemplar é Cr 60,00 e há uma pequena comissão para os vendedores. (Moura)

.X.X.X.X.X.X.X.

Fonte: Texto de Antonio Carlos Moura no Boletim Interno da *Projornal* (Outubro/1979, p1)⁸⁴.

Laurenice Noleto lembrou-se também do lançamento do livro *Henfil na China*, em Goiânia (GO). Já as jornalistas Gina Louise e Cileide Alves recordaram da *Revista Análise*, e Maria José Braga da produção de conteúdo para a *Revista Toda Fruta* (SP). Acrescenta-se a isso a atuação da *Projornal* e de alguns cooperados em movimentos populares e comunitários. A ex-presidente Gina Louise contou que a Cooperativa desenvolveu algumas atividades de Assessoria de Imprensa, mas não detalhou para quais entidades.

Dentre os jornais que coordenou, Ana Maria de Souza se recorda do *Jornal do CPG*, Centro de Professores de Goiás (atual Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de

⁸⁴ Acervo de Jales Naves.

Goiás - SINTEGO), além dos periódicos intitulados *Jornal da Polícia Militar de Goiás*, *Alto da Poeira* e *Jornal da AGEAP* (Associação de Vendedores de Auto Peças). A jornalista conta que era possível trabalhar em quase todos os projetos, e que os cooperados tinham que fazer tudo na *Projornal*, pois também eram donos do trabalho.

[...] a gente assumia o jornal, fazia tudo, [...] acompanhava tudo, e a diagramação era feita no recalque, no desenho. E geralmente os diretores nunca deixavam a gente sozinho, a gente ia com os diretores pra gráfica e passava a noite editando jornalzinho. Então a gente tinha muito momento, de muita alegria. Então começaram a querer fazer jornal, [...] a gente estava vendendo um produto. [...] Tinha um jornal da associação dos vendedores de autopeças de veículos, [...] o jornal Auto da Poeira feita por moradores; o da PM, e de repente esse dos empresários. Então a gente tinha que ter muito jogo de cintura, cada um era uma dinâmica, e os donos dos projetos que iam nos pagam tinham suas ideologias e nós tínhamos a nossa. Claro que a gente combinava mais com o Alto da Poeira, mas a gente ia fazer reunião de pauta na PM que tinha que pagar. (SOUZA, 2022).

Elza Troncoso narrou que os jornalistas, mesmo sem formação administrativa ou comercial, tentaram vender a ideia de fazer *house organs* e assessorias para sindicatos e empresas diversas: “*podia ser de organização de empregado, de patrão, de prefeitura do interior [...]. A gente queria mostrar pra eles que a gente podia trabalhar essa ideia e prestar serviço*”. A *Projornal* já realizava esses trabalhos, e o grupo que entrou junto com Elza Troncoso fortaleceu essa dinâmica, especialmente em relação às atividades de assessoria de imprensa, que contavam com maior saída mercadológica. Segundo a jornalista, os cooperados tentavam estabelecer uma estrutura mínima viável, tendo em mente que tanto o lucro quanto o prejuízo de uma cooperativa era de todos os participantes. Eram os próprios jornalistas que vendiam publicidade, os serviços e faziam os contatos com os clientes em potencial.

[...] a ideia era realmente garantir a subsistência de quem tava [na Projornal] e vender essa ideia de que as empresas podem, necessitam ter uma assessoria. E era uma época que as pessoas achavam [...] “ah, qualquer coisa que eu chegar em qualquer veículo de comunicação vai ser comunicado”. Então a gente até fazia um trabalho de catequese de dizer “notícia sua é uma coisa, notícia pro jornal é outra coisa”. [...]você gastava muito tempo contando o que era uma assessoria de imprensa, o que era um house organ, “você quer falar com quem? Com seu público interno? Você não tem que publicar matéria no jornal ou na televisão, pagar caríssimo pra ver, [...] você tem que trabalhar um processo de comunicação interna”. Então essas coisas pra mim foi um aprendizado muito interessante, para além da experiência. (CUNHA, 2022).

Elza Troncoso relembra de muitos jornais que a *Projornal* produziu para prefeituras do interior, a exemplo das localizadas nas regiões de Parauapebas (Pará) e Porangatu (Norte de Goiás). Nesta última cidade, ela ia a cada quinze dias de ônibus a fim de fazer entrevistas e

colher informações para a produção do jornal: *“viajava a noite inteira, batia perna o dia inteiro fazendo um jornal lá, se precisasse eu dormia numa pensão”*. Ao retornar para Goiânia, Elza Troncoso produzia o jornal e depois enviava os exemplares de ônibus para Porangatu. Outras produções que se recorda são os jornais de *Jaraguá* e de *Associações de Prefeituras do Nordeste Goiano*, além de outras entidades que atuavam na área médica, grupos de autopeças e a União dos Posseiros de Goiânia.

Dentre as matérias que produziu, Maria José Braga se recorda da *Revista Oásis*, uma publicação goiana. Para cobrir alguns temas, a jornalista chegou a viajar, como na reportagem de capa que fez sobre os problemas sociais que a expansão do entorno do Distrito Federal *“iria acarretar se não houvesse uma intervenção pública efetiva [...], que de fato planejasse socialmente e urbanisticamente aquela comunidades”*. Outro trabalho que se recorda foi o jornal do *Movimento Nacional de Luta Pela Moradia* e um jornal de Porangatu, que circulava gratuitamente na cidade.

Cláudio Curado descreve a experiência da *Projornal* como uma escola de jornalismo que ia além da formação universitária, porque era comum o profissional fazer vários serviços diferentes, desde pauta até fechamento de jornal, e isso gerava um aprendizado enorme para os cooperados.

E a gente foi na cidade do interior [...] e a cooperativa, alguém fez contato, pegou jornal de uma cidade pra fazer. E eu tô falando de uma coisa de 1983. Então você tinha que fazer a fotografia, em dois dias, tinha que entrevistar as pessoas sobre política, sobre saúde, sobre educação, sobre esportes, sobre sociedade local porque tinha que ter uma coluna social, óbitos. Então você escrevia de tudo, [...] foi um grande aprendizado. Eu lembro uma vez que [...] fui com a Elza Troncoso fazer matéria numa revista nacional em Brasília sobre frutas, foi muito interessante. E a gente também fazia matéria pra jornais [nacionais], embora todos os jornais tivessem correspondentes aqui [...]. Era uma produção muito grande. (CURADO NETO, 2022).

Para Cláudio Curado, o grupo que entrou na *Projornal* na mesma época que ele tinha uma visão mais empresarial da Cooperativa, embora continuasse com a visão social e trabalhando com movimentos sociais como a União dos Posseiros de Goiás. Elza Troncoso corrobora com essa visão:

[...] a gente trabalhava duas coisas lá, primeiro a questão se você tá fazendo um house organ, uma assessoria, você sendo ético não importa para quem seja. [...] a gente fez para prefeituras de diversidade política diferente, isso não interferia no nosso trabalho, se você está sendo ético no que você faz e a pessoa tá pagando seu serviço normal. Então tinham aqueles que eram principalmente de veículos e assessorias que eram de trabalhadores, de sindicatos, de coisa que a gente acreditava que o trabalho da gente podia ajudar na organização também, a gente trabalhava, e

muito serviço a gente fez sem cobrar porque era a nossa mão de obra. Era quem queria, não era uma obrigação da cooperativa, isso era individual. Se eu acredito em ajudar alguém, eu tenho tempo em fazer esse serviço, o meu serviço pode ser gratuito eu faço, mas não era obrigação de quem trabalha na cooperativa, nunca foi. Então a gente tinha a consciência de que era necessário ter o dinheiro pra manter, e o serviço sendo ético, de onde viesse o pagamento estava tudo OK, e a gente tinha essa visão mais social que era de que se eu posso ceder minha mão de obra pra melhorar o desempenho e alguma funcionalidade de algum órgão representativo que eu acredito tudo bem [...] (CUNHA, 2022).

A análise dos dados da pesquisa nos indicam que, nessa fase, os cooperados da *Projornal* faziam uma busca ativa para a produção de periódicos, impressos e demais materiais jornalísticos, acreditando que, nos parâmetros do modelo cooperativista, ao final do mês, as despesas seriam quitadas e as sobras divididas entre os partícipes. Cabe lembrar que esse grupo entrou após o fim do *Jornal de Deboche* e a saída de muitos jornalistas que integraram a Cooperativa no primeiro momento.

[...] a gente teve essa visão, [...] quando a cooperativa foi instalada, que foi no subsolo de um prédio da avenida Araguaia, era um momento político diferente, de mais resistência, nós já pegamos ela já com a redemocratização, e a necessidade de ações políticas ficaram menores, e a gente partiu mais para essa visão de que é realmente um lugar para você aprender e para ser remunerado. (CURADO NETO, 2022).

Segundo Cláudio Curado, a *Projornal* chegou a ter uma estrutura muito boa. Havia a tentativa de dividir o trabalho igualmente entre os cooperados, até porque se objetivava remunerar igualmente os jornalistas, mas nem todos tinham a mesma disponibilidade de tempo para as produções. Assim, quem possuía mais tempo para produzir os jornais, recebia mais pelo trabalho. Os próprios profissionais faziam as reportagens, entrevistavam as fontes, estabeleciam contato com as entidades e seus gestores. Silvana Coleta relembra que a Cooperativa tentava organizar o fluxo de produção dos jornais como se fosse uma redação jornalística, na qual cada jornalista fazia as reportagens, depois encaminhava para a diagramação do material e edição, já que a entidade contava com diagramador e fotógrafos contratados, sendo que apenas a impressão era terceirizada.

Quanto ao trabalho executado, para Cláudio Curado o aprendizado se deu também pela diversidade de temas e de funções desempenhadas pelos cooperados. Ele elaborava matérias para diferentes entidades, de sindicatos a governos, cobrindo distintos enfoques e necessidades conforme demandado pelo solicitante do serviço. Além disso, viajava para outras cidades, especialmente no interior de Goiás, a fim de produzir reportagens de forma intensiva, já que

dispunha de tempo reduzido para pegar todas as informações que embasariam as produções jornalísticas:

Eu chegava numa cidade sábado e tinha que pegar o dia todo, sábado e domingo, material para fazer um jornal de 12 páginas de temas diversos. Você sai entrevistando todo mundo, você tem que anotar, não tinha gravador, era tudo na mão. Nós estamos falando de ausência de tecnologia, não tinha celular, não tinha gravadores bons. Era você com dois blocos de papel, duas canetas, uma máquina fotográfica com filme de rolo. E aí depois os fotógrafos, antes de saírem [da cooperativa], nos treinaram novamente porque o treinamento na faculdade era muito pouco. [...] você chegava, tinha que pegar o filme, revelar o filme e ampliar as fotografias. Se você tinha feito cinco fotografias, 10 fotografias, como foi meu TCC na federal, lá você fazia isso por dia. Foi um curso intensivo de tudo que você tinha que ter visto na universidade, então foi um aprendizado que eu levei pra vida. (CURADO NETO, 2022).

Em 1980 a Cooperativa realizou 25 trabalhos quais sejam: *Jornal das Cooperativas*, da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás; *Compsgol Jornal*, da Cooperativa Mista Dos Produtores De Soja De Goiatuba; *Informativo Construart*, de Cuiabá, Mato Grosso; *Teto*, da Companhia de Habitação de Goiás; *Informativo Campal*; *Informativo Municipal*, da Prefeitura de Petrolina de Goiás; *Informativo ASCEEG*, da Associação dos Servidores da Caixa Econômica do Estado de Goiás; *O Comurguinho*, da Associação dos Servidores da Companhia de Urbanização de Goiânia; e *O Mineral*, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de Goiás. Alguns desses jornais continuaram sendo produzidos nos anos seguintes pela *Projornal*, como *O Liberal*, *O Barnabé*, com edições identificadas no trabalho referentes ao ano de 1986 e *O Mineral*, que, segundo Gina Louise (2021), possui mais edições.

Em 1983 foi produzido o *Jornal da Associação dos Municípios do Nordeste Goiano*, que circulava em 29 municípios do Estado de Goiás, e o *Jornal do CPG*, mencionado anteriormente. Além desses, na pesquisa documental identificamos os seguintes periódicos: *Movimento Trabalhista*, do Partido Democrático Trabalhista-Goiás (PDT-GO); *O Macro*, do Sindicato dos Economistas de Goiás; *Jornal da ASEG*, da Associação dos Economiários de Goiás; *Jornal da AGEAP*, mencionado anteriormente; *Jornal do Sindicato dos Engenheiros*; *Tribuna do Farmacêutico*, do Sindicato dos Farmacêuticos; *O Previdenciário*, da Associação dos Servidores da Previdência; e *Últimas*, do Sindicato dos Bancários.

Na pesquisa documental foram encontrados registros dos seguintes jornais que eram editados pela *Projornal* em 1984: *Quatro de Outubro*, da União das Invasões Goiânia (Goiás); *O Município Hoje*, da Associação Goiana de Municípios; *Jornal AEAGO*, da Associação dos Engenheiros Agrônomos; *O Cristalino*, jornal do município de Cristalândia (Goiás); *O Sol*, do

Clube Jaó; *Informativo Usinense*, da Usina Santa Helena; *A Voz do Trabalhador*, Órgão Oficial de Informação e Divulgação Sindical da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás e no Distrito Federal; e *O Novo Jaraguá*, do Município de Jaraguá, que circulou também em 1986 e, segundo Gina Louise (2021), teve importância significativa para a comunidade local.

De acordo com Gina Louise, o *Jornal Travessia*, da Secretaria de Educação de Goiânia (GO), foi um dos periódicos de destaque de 1985. A ex-presidente da *Projornal* comentou que foi um projeto muito importante, idealizado pela professora de História da Universidade Federal de Goiás, Dalísia Doles, quando foi secretária de Educação no município. No mesmo ano, houve a publicação do *Jornal da Cidade*, do Gabinete da vereadora Conceição Gayer.

Fotografia 20 - Matéria Cidade Desgovernada



Fonte: Revista Análise⁸⁵.

Em 1986, foram levantados os seguintes periódicos: *Criação*, da Associação dos Servidores do Consórcio Rodoviário, que possui edição também de 1988; *ANFIP*, da Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários; *Jornal Voz de Mulher*, do Comitê da vereadora Maria Dagmar; *Social Feminino*, do Clube Social Feminino; *Informativo ASCEEG*,

⁸⁵ Acervo de Gina Louise.

da Associação dos Servidores da Caixa Econômica de Goiás; e *O Novo Mundo*, dos Moradores Pró-Melhoramentos do Jardim Novo Mundo. Nessa época também foi produzida a *Revista Análise*, segundo fotos enviadas por Gina Louise.

Em 1987, foram percebidos os seguintes jornais: *O Pacoteiro*, da Associação dos Supermercados; *O Caiapó*, do Sudoeste e do Mato Grosso Goiano, que abrangia nove municípios; *O Coaxo*, da Associação Goiana dos Criadores de Rãs; *O Fervedor*, do Município de Taguatinga; *Jornal da Ansur*, da Articulação Nacional do Solo Urbano; e o *Informativo Febem*, da Fundação Estadual do Bem Estar Social do Menor, atual Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente.

No acervo compartilhado por Gina Louise constam alguns jornais cuja data não foi possível identificar, são eles: *Shau-lin*, Jornal do clube-escola Shau-lin; *Odontologia*, Jornal do Sindicato dos Odontologistas; *Informativo CRO*, do Conselho Regional de Odontologia; *ADUFG*, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás; *Nossa Escola*, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Goiás; *Jornal da Semana no Livro Infantil e Juvenil*; *Bela Vista*, Jornal do município de Bela Vista (Goiás); *Boletim*, do Instituto dos Arquitetos; *O Aruanã*, da Associação dos Moradores do Conjunto Aruanã; *Jornal do Solo Urbano*, da Articulação Nacional do Solo Urbano; *Jornal do Sindicato dos Médicos*; *Jornal da Associação de Supermercados*; *jornal Alto da Poeira* e *Jornal da Prefeitura de Paraíso* (Tocantins). O último jornal editado pela Cooperativa, conforme Gina Louise (2021), foi o *Orelhão*, publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de Goiás, referente aos meses de abril/maio de 1988.

6.2 JORNAL DE DEBOCHE

O *Jornal de Deboche*, veículo próprio da *Projornal* que teve doze edições no total, foi lançado no dia 19 de abril de 1979. O periódico, cuja circulação era mensal com tiragem de quatro mil exemplares, era veiculado no formato tabloide, com páginas medindo 35,5 cm de altura por 25 cm de largura. Inicialmente, cada unidade era vendida a CR\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), mas em agosto, o preço do exemplar foi ajustado para CR\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros). Havia a opção de assinatura anual de CR\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), valor à “altura do custo de vida”, segundo os próprios jornalistas. O jornal contava com espaço para anúncios, cujos valores variavam entre CR\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) a

CR\$ 26.000,00 (vinte e seis mil cruzeiros), dependendo do tamanho e da página que ocupavam no jornal.

Fotografia 21 - Jornalistas da *Projornal* concedendo entrevista para a TV Brasil Central (TBC) sobre o lançamento do *Jornal de Deboche*



Legenda: (da direita para a esquerda) Lúcia Helena Vieira entrevista Jorge Braga. Em seguida, Anatole Ramos, João Bennio, Wilmar Alves Estela Landim⁸⁶.

Segundo narra Laurenice Noleto, o *Jornal de Deboche* contava com cerca de cinco chargistas associados e os textos do periódico utilizavam uma linguagem com humor para tratar de temas políticos. Entre os jornalistas que participavam do projeto, além de Laurenice Noleto e Wilmar Alves, estavam “os jornalistas Estela Landim, Mourão, Helvécio Cardoso, Fróes, Mariozan; os escritores jornalistas Anatoli Ramos⁸⁷, Luiz de Aquino, Antônio José Moura (Mourinha) e o cineasta João Bênio, além de outros intelectuais goianos, jornalistas ou não” (ALVES, 2013).

Tivemos acesso às edições 1, 2, 3, 5 e 6 do *Jornal de Deboche*, pertencentes ao acervo particular de Laurenice Noleto. Essas edições são as únicas que encontramos no decorrer da pesquisa. A primeira edição saiu em 19 de abril de 1979, data intencional para aproveitarem a vinda do jornalista e cartunista Ziraldo Alves Pinto, que viria a Goiânia naquele período para a II Coletiva de Cartum. Os jornalistas conseguiram custear as passagem de Ziraldo e sua esposa,

⁸⁶ Acervo de Lúcia Helena Viera. Os profissionais da fotografia foram identificados pela jornalista.

⁸⁷ A grafia correta do nome do escritor é Anatole Ramos, conforme consta nas páginas do acervo do *Jornal de Deboche*.

Vilma, por meio de patrocínio da empresa Bens Imóveis. Segundo o Boletim Interno da *Projornal* houve um problema de comunicação entre a Vasp aqui em Goiânia e a operadora de passagens do Rio de Janeiro, que não se preocupou em entregar as passagens a Ziraldo, mesmo tendo o telefone e endereço dele. Com isso, o jornalista não pode vir para o lançamento do *Jornal de Deboche*, pois já tinha feito compromisso com o Pasquim no mesmo dia do lançamento do periódico da *Projornal*.

Ainda de acordo com Laurenice Noleto, a distribuição do *Jornal de Deboche* era feita pelos próprios jornalistas que produziam e distribuíam em universidades, bancas, botecos e outros locais. Não havia periodicidade em razão da verba, pois os custos do jornal eram providos de forma independente do dinheiro da *Projornal*, havendo até venda de mão em mão, “vaquinha” feita pelos jornalistas e alguns anúncios.

Imagem 13 - Capa da 1ª edição do *Jornal de Deboche*



Fonte: *Jornal de Deboche* (Abril/1979)⁸⁸.

⁸⁸ Acervo de Laurenice Noleto.

A primeira edição do *Jornal de Deboche* tinha dez páginas, e a matéria de capa dava destaque para o “Dia do Índio”, que era 19 de abril, além de enfatizar o retorno de Iris Rezende à prefeitura de Goiânia. Muitas charges ocupam várias páginas do jornal, e a linguagem crítica, engajada, com pitadas de humor foi uma característica marcante que observamos em todos os textos. Quanto à matéria do Dia do Índio, intitulada “Os fantasmas da história”, Anatole Ramos destaca que essa data é um dia para recordar os “fantasmas da História do Brasil, que nem como fantasmas são encarados com respeito pelos que estão vendendo o Brasil a retalhos” (RAMOS, A., 1979, p.6). Há muitas charges sobre o tema, como a que acompanha o editorial, com um indígena segurando uma placa na qual reivindica anistia para eles também; e outra charge na qual pai e filhos indígenas estão dentro de um cercado. Essa edição, além de carta do leitor, colunas como a “Barão de Itararé” e textos diversificados de vários jornalistas, apresenta uma matéria sobre como se deve tomar o ônibus e outra focada no “pai” do AI-5 (Ato Institucional nº 5), crítica de Antônio José Moura encerrando a edição.

Imagem 14 – Mosaico de charges do Dia do Índio



Fonte: Fonte: *Jornal de Deboche* (Abril/1979)⁸⁹

⁸⁹ Acervo de Laurenice Noleto.

A segunda edição circulou em maio de 1979, mês subsequente, e tem mais fôlego, totalizando 24 páginas. Os destaques vão para a greve dos professores e a primeira greve dos comerciários na história de Brasília, que, de acordo com reportagem, gerou até denúncia de tortura e cárcere privado em um supermercado. Fala-se também sobre transporte público, greves e suas consequências, e candidatas ao Miss Goiás, sempre com uma linguagem carregada de muita ironia e crítica. Na última página da edição há uma carta aos corruptos.

Já a terceira edição do *Jornal de Deboche* foi lançada três meses depois, em agosto de 1979. A capa faz referência ao governo de Irapuan da Costa Júnior⁹⁰ e Iris Rezende, e também destaca os colaboradores (novos e antigos) do jornal. Além disso, cita o nível de desespero e precariedade de trabalho dos motoristas de transporte público, que pagaram até promessa em Trindade (GO), na festa do Divino Pai Eterno, por conta do atendimento das reivindicações salariais. A partir do terceiro número do *Jornal de Deboche* há uma discussão nos Boletins Internos da *Projornal* sobre a necessidade de definição do periódico da Cooperativa. São levantados pelos cooperados a urgência em estruturar a própria dinâmica de produção do jornal, os valores de venda, dentre outros pontos. O jornal também veiculou um anúncio de pessoas desaparecidas pela ditadura militar.

Imagem 15 - Anúncio sobre pessoas desaparecidas pela ditadura militar

⁹⁰ Irapuan da Costa Júnior foi um político goiano, natural de Goiânia (GO). Formou-se em Engenharia Civil pela Universidade do Brasil (RJ), e iniciou sua carreira nas Centrais Elétricas de Goiás (Celg). Exercia o cargo de presidente da Celg quando foi nomeado prefeito de Anápolis (GO), substituindo João Batista Júnior (MDB) que foi cassado quando a cidade passou a ser considerada área de segurança nacional. Permaneceu como prefeito de Anápolis até 1974, quando foi eleito pela Assembleia Legislativa de Goiás para governador do Estado, com apoio de Petrônio Portela, presidente nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena), cargo que ocupou até 1979. Mesmo sendo conhecido como um parlamentar ligado ao regime militar, em 1980 filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Em 1982 foi eleito por voto para deputado federal do PMDB/GO. Em 1986, foi indicado para concorrer a uma vaga de senador constituinte na chapa de seu principal adversário, Henrique Santillo, sendo eleito com mais de 800 mil votos e com o apoio da União Democrática Ruralista (UDR). Atuou nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte como titular da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica, e suplente da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação. Com a promulgação da Constituição em 1988, retornou aos trabalhos ordinários no Senado Federal, e integrou até 1990 as comissões de Relações Exteriores, de Defesa Nacional, do Distrito Federal, Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. Realizou várias missões no exterior até o final da legislatura, em 1995. Foi ainda docente da Escola de Engenharia da Universidade Católica de Goiás (atual PUC-GO) e da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Atuou também como empresário do setor de construção civil, vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e presidente da Associação de Bancos do Estado de Goiás. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/irapuan-costa-junior>. Acesso em 10/04/2022)



Fonte: *Jornal de Deboche* (Agosto/1979, p. 22)⁹¹.

A quinta edição data de novembro de 1979 e apresenta 32 páginas, número superior às anteriores, não sendo possível afirmar com convicção que o *Jornal de Deboche* possuía número padrão de páginas. Esta edição traz para os leitores uma entrevista exclusiva com Luiz Carlos Prestes, que havia regressado do exílio. A cobertura foi memorável, relembra Laurenice Noleto, que foi com Wilmar Alves para o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, em um ônibus fretado por uma “turma de comunistas”. Os goianos saíram da capital no dia 19 e retornaram dia 21 de outubro de 1979.

⁹¹ Acervo de Laurenice Noleto.

Imagem 16 - Grupo de Goiânia (GO) que foi ao Aeroporto do Galeão (RJ) acompanhar o retorno de Luís Carlos Prestes e de outras personalidades do exílio



Fonte: Alves (2013).

Segundo Laurenice Noleto, foi a primeira vez após a Ditadura Militar que *“lotou o aeroporto com pessoal de esquerda, tudo, e não teve bomba, não teve nada, porque já tinha iniciado o processo de abertura, já era anistiado, ele vinha legalmente”* (ALVES, 2021). Além de Prestes, a edição também produziu reportagens com Miguel Arraes e outras personalidades políticas, rendendo uma extensa cobertura jornalística, com muitas fotos.

A edição permaneceu com muitas charges e colunas, além de outros textos gerais. Há críticas ao governo de Iris Rezende, que é entrevistado pelo Clube de Política de Anápolis (GO). A edição traz ainda uma matéria sobre violência na Ilha do Bananal, com denúncia de invasão de residências pela Polícia Federal e por pessoas que se passavam por dirigentes da Fundação Nacional do Índio (Funai). Há também uma denúncia sobre uma investigação de relações da *Coojornal* com o grupo de guerrilheiros Tupamaros, do Uruguai, conduzida pelo do Serviço Nacional de Informação (SNI). A matéria explica que a origem da investigação tinha relação com uma apuração jornalística, mas que as acusações do SNI sobre o assunto eram absurdas.

Imagem 17 - Parte da matéria sobre Luís Carlos Prestes



Fonte: Jornal de Deboche (Agosto/1979, p. 13)⁹².

A última edição do *Jornal de Deboche* que tivemos acesso é a de número seis, lançada em janeiro de 1980. Na capa há um grande destaque para a década de 1980, que é conhecida como “década perdida” em alusão à estagnação econômica do Brasil e de países da América Latina, bem como seus impactos na população. Outra ênfase é uma referência à Ruhollah Musavi Khomeini, líder religioso xiita do Irã, conhecido como Aiatolá Khomeini. Após a revolução iraniana de 1979, ele conduziu o país como líder supremo até 1989, ano de sua morte. O *Jornal de Deboche* classifica a revolução mulçumana como “a mais forte frente mundial de luta contra o poder”, o imperialismo estadunidense. E faz um comparativo de que essa revolução “é a mesma luta de milhares de famílias que estão invadindo áreas em volta de Goiânia”.

⁹⁴ Acervo de Laurence Noleto.

Há também uma matéria especial de Divina Marques sobre Ismael Silva de Jesus, um dos quinze goianos na listagem de mortos e desaparecidos durante a Ditadura Militar. De acordo com as Memórias da Ditadura⁹³, ele foi um estudante secundarista morto em agosto de 1972, um dia após ter sido levado preso para o então 10º Batalhão de Caçadores de Goiás, sob comando do coronel Eni de Oliveira Castro.

Imagem 18 - Página da matéria especial sobre Ismael de Jesus



Fonte: Jornal de Deboche (Janeiro/1980, p. 22)⁹⁴

Durante sua curta estadia, há comprovação de que o estudante sofreu violentas torturas, mas o comandante do Batalhão afirmou falsamente, em relatório inicial, que Ismael Silva cometeu suicídio por vergonha de ter sido preso e por problemas de consciência ao apontar pessoas ligadas a ele por laços afetivos e/ou por reear represálias de integrantes do Partido

⁹³ Fonte: JESUS, S. I., In: Memórias da Ditadura (sd).

⁹⁴ Acervo de Laurence Noleto.

Comunista Brasileiro (PCB), por ele apontados ou ainda não citados. Nessa época, segundo Memórias da Ditadura, o Exército e o Departamento de Polícia Federal em Goiás (DPF/GO) fechavam o cerco contra o PCB em Goiás.

Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 2013, o irmão de Ismael Silva, Paulo Silva de Jesus, afirmou que quando o corpo do irmão foi entregue pelo Exército à família havia sinais evidentes de tortura. As unhas da mão esquerda estavam cravadas na palma da mão, sugerindo sofrimento por choques elétricos, a orelha direita estava enegrecida, a face manchada de hematomas e o olho direito vazado. O corpo do estudante secundarista foi velado na casa dos familiares, com presença de militares à paisana para vigiarem o enterro. Após abertura de Inquérito Policial Militar para apuração dos fatos, foi comprovado que Ismael Silva morreu de asfixia mecânica por enforcamento⁹⁵.

Essa foi a primeira matéria de pesquisa produzida por Divina Marques, que pegou o endereço da família de Ismael Silva, em Bela Vista, e foi apurar os fatos. *“Fui de ônibus, porque carro ninguém tinha [...], achei a casa dos pais dele, e relatei tudo que aconteceu com ele desde que ele entrou no movimento contra a ditadura”*, relembra a jornalista.

A sexta edição também fez uma crítica à Rede Globo, que havia discutido em sua programação a instituição da pena de morte no Brasil e, segundo o *Jornal*, de uma maneira muito tendenciosa e superficial. Além disso, também encontramos pautas relacionadas ao governo, ao movimento universitário e uma entrevista com Manoel da Conceição, líder camponês que também é símbolo de resistência à Ditadura Militar.

Durante entrevista, Laurenice Noleto lembrou de uma importante cobertura jornalística de quatro páginas sobre o Sindicato de Trabalhadores Rurais, resultado da visita que ela e Wilmar Alves fizeram em muitos locais, onde conversaram com lideranças acerca das demandas desses trabalhadores. Na época, segundo a jornalista, estavam começando as greves no ABC Paulista⁹⁶, que foram o embrião do Partido dos Trabalhadores (PT). Não

⁹⁵ No final de julho de 2022, tivemos contato a seguinte notícia: “O Ministério Público Federal em Goiás (MPF) denunciou à Justiça Federal o ex-oficial do Exército Brasileiro Rubens Robine Bizerril pelo sequestro e morte do então estudante e militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Ismael Silva de Jesus. Os crimes ocorreram entre 12 de julho e 9 de agosto de 1972, em Goiânia, de acordo com o MPF”. Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2022/07/27/mpf-denuncia-ex-oficial-do-exercito-brasileiro-por-sequestro-e-morte-de-estudante-e-militante-do-pcb-durante-o-regime-militar.ghtml>. Acesso em 27 jul. 2022.

⁹⁶ As greves foram uma série de manifestações de operários no contexto de abertura política do regime militar na região industrial metropolitana de São Paulo, conhecida como Região do Grande ABC, ABC Paulista, ou ainda pelas siglas ABC e ABCD. O nome das siglas faz referência às cidades paulistas que compõem a região: Santo André (A), São Bernardo do Campo (B), São Caetano do Sul (C) e Diadema (D).

encontramos essa reportagem nas cinco edições disponíveis, portanto acreditamos que tenha sido veiculada em outros exemplares do *Jornal de Deboche*.

6.3 COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA

Uma das experiências destacadas na entrevista concedida pelo jornalista Nilton José foi o diálogo e o envolvimento dos movimentos sociais com a Cooperativa de Jornalistas de Goiás. O jornalista lembrou que o movimento de posseiros foi até a *Projornal* para procurar o jornalista Antonio Carlos Moura (Mourão), que atuou nos jornais *O Estadão* e *Diário da Manhã* e fazia parte da equipe de cooperados. Segundo Nilton José, Mourão era muito católico e a Igreja naturalmente apoiava os movimentos sociais:

[...] as pessoas foram lá esperando encontrar com o Mourão, e aí o Moura não estava, acho que estava o Joãomar, eu, e eles pediram apoio para fazer esse jornal, eles estavam em uma luta muito importante e disseram “a gente precisa qualificar nossa luta”. Aí a cooperativa decidiu criar esse núcleo de pequenas publicações, que era separado das publicações, por exemplo, de sindicatos. Foi um núcleo criado para apoiar de forma voluntária e gratuita, sem cobrar, os movimentos populares na época em que eles não poderiam pagar. (ROCHA, 2021).

Para Gina Louise, o trabalho voluntário realizado por um grupo de cooperados da *Projornal* junto aos posseiros urbanos de Goiânia foi um dos engajamentos mais relevantes da Cooperativa, pois “*ao pensar, conjuntamente com os posseiros, meios para que tivessem sua voz ouvida e viessem a manejar com autonomia as ferramentas de comunicação, contribuímos para o fortalecimento da organização popular*”. Mesmo que boa parte desses posseiros não soubesse ler, Gina Louise conta que o movimento social escolheu produzir um jornal por considerar a importância do periódico para a documentação dos fatos. Na análise de Nilton José, a *Projornal* desenvolveu uma experiência importante e rica junto aos posseiros. Ele narra que esse movimento dispunha de um recurso financeiro advindo de uma Organização Não-Governamental (ONG) holandesa e, com essa verba, decidiu criar um jornal chamado *Quatro de Outubro*.

O nome fazia referência a uma repressão policial que ocorreu em quatro de outubro de 1979 no Jardim Nova Esperança, ocupado desde julho do mesmo ano pelo movimento social. Segundo Nilton José, a repressão ocorreu a mando do Governador Ary Valadão, mas atendendo a um pedido do Prefeito de Goiânia, Iris Rezende.

[...] houve uma resistência extraordinária, inclusive das mulheres. E eu fui mandado como repórter pelo Opção para acompanhar isso. Enquanto o Opção tinha um repórter só, o Diário da Manhã tinha cinco para cobrir esse movimento, e foi um enfrentamento muito grande. Teve diácono que foi morto, teve advogado que apanhou, teve repórter da TV Anhanguera que cachorro da polícia mordeu [...]. Mas basicamente há uma história que nunca foi revelada de todo, é que a máquina da prefeitura derrubou um barraco e havia morrido uma criança. A gente nunca localizou essa família, a versão que a P2 teria pego a família, tirado de lá, levado não sei pra onde e pago pelo silêncio. Mas eu fui, cheguei lá nesse momento, havia uma comissão de moradores com uma freira, Ana Maria, inclusive era uma italiana, professora de italiano na UFG, então tava tudo lá, a Nova Esperança tava toda a oposição ao governo militar. Tava o MDB, tava as universidades, era um outro tempo. E eu acompanhei esse perambular pelos hospitais e necrotério para ver se a gente achava o corpo dessa criança. (ROCHA, 2021).

Nilton José produziu a reportagem para o *Jornal Opção* e conheceu pessoas que moravam no Nova Esperança. Foi sugerida a criação de um jornal tabloide, o *Quatro de Outubro*, que a *Projornal* ajudou a criar: “A gente optou por fazer uma condução bem compartilhada, mesmo sem ter muita convicção, a gente discutia as pautas nas periferias, eles liam as matérias, algumas pessoas contribuía, havia alguns registros” (ROCHA, 2021).

Fotografia 22 - Capa do jornal *Quatro de Outubro*



Fonte: *Jornal Quatro de Outubro* (Fevereiro/1984)⁹⁷.

⁹⁷ Acervo de Gina Louise.

Foi a partir dessa experiência que o movimento dos posseiros e a *Projornal* decidiram produzir o *Quatro de Outubro*. Depois, com a inquietação dos participantes, outros temas e assuntos foram surgindo, dando origem a novas formas de fazer comunicação. Ainda segundo Nilton José, “*eles já faziam muito teatro, tinha os repentistas, os cantores, os grupos de teatro, e a gente passou para a TV Ambulante, os posseiros, a gente orientou, ajudou, eles fizeram o contrabando do Paraguai e trouxeram a primeira câmera em cores portátil da cidade*”. O jornalista enfatizou ainda que a *Projornal* teve um papel decisivo ao auxiliar essa construção coletiva.

Um dos reflexos desse período foi a compra de uma filmadora e de um gravador a tiracolo no Paraguai. O valor dos equipamentos era caríssimo, e só foi possível adquiri-los com recursos da *Projornal* e da União de Posseiros de Goiânia (UPG), da qual a Cooperativa era parceira. Com os equipamentos, os jornalistas gravavam as entrevistas com posseiros, ações de repressão e outros movimentos de interesse. Cláudio Curado contou que o valor dos equipamentos era muito alto, e que quase nenhuma entidade ou organização tinha esse aparato. “*Não era barato, ninguém tinha, tanto que depois a gente começou a trabalhar com o pessoal da UCG [...] pra gravar material [...], porque nem eles tinham equipamento*”.

Muitos desses movimentos, como o dos posseiros urbanos, eram ligados à *Projornal*, “*que ajudou muito nesse processo de dar voz para aquela população que queria gritar*”, contou Ana Maria de Souza. Além da abertura democrática, que permitiu uma ebulição dos movimentos sociais e do próprio fazer jornalístico, os periódicos impressos ligados a movimentos sociais tiveram muita força, porque os grandes veículos nem sempre publicavam notícias sobre as pautas deles. Assim, com um jornal próprio era possível informar população e interessados a partir de outro ponto de vista.

[...] era esse o princípio da Projornal, era dar voz para quem não tinha. Embora 40 anos passados aí, isso não mudou, ne, elas continuam com pouco recurso, com muita dificuldade de se manter [...] E as vezes não pagavam, quando pagavam, pagavam muito atrasado. O valor era muito pequenininho, lembro que na época a gente cobrava por lauda produzida. (PEREIRA, 2022).

Além dos impressos, os depoentes registraram a *TV Ambulante*, também ligada à Cooperativa. O nome da TV foi dado pelo fato da câmera ser móvel, sendo possível carregá-la por toda a cidade. Segundo Nilton José, o sucesso foi tão grande que havia finais de semana nos quais a TV tinha mais de vinte convites para filmar eventos diversos, que iam de festa à futebol e também passavam por repressão policial. Segundo entrevista concedida por Nilton

José a Rodovalho (2006), a *TV Ambulante* nasceu no Setor Parque Amendoeiras, também uma ocupação urbana, e durou cerca de dez anos: “Os repórteres eram os próprios posseiros. A faculdade e a cooperativa investiram muito na formação do jornalista popular desde então”, (apud RODOVALHO, 2006, p. 177).

Em um dos episódios, havia ameaça policial e o jornalista, juntamente com um colega de profissão, foi cobrir com uma câmera. Nilton José conta que os policiais estavam de um lado, e os repórteres de outros, e quando a polícia avançou mais os jornalistas colocaram a câmera para filmar e isso impediu que a repressão policial continuasse. “*E houve uma denúncia ao juiz de que a polícia e os fiscais foram ameaçados, e aí eles usaram essas imagens dessa TV pra provar pra polícia que não houve nada disso*”, relembra. Quando os jornalistas decidiram ir embora, a população pediu para que a câmera ficasse, pois sem ela haveria o risco da polícia avançar novamente, em confronto. Cláudio Curado também se recorda desse tipo de atuação da *Projornal*:

[...] a gente trabalhava, um trabalho social, da união dos posseiros de Goiás, documentando as posses em Goiânia, que eu lamento muito que jornalistas hoje chamem de invasão, porque invasão é quando você ocupa uma área produtiva, no caso de lotes de especulação que não cumprem sua função social prevista na constituição é simplesmente ocupação. E a gente gravou várias ocupações lá, tinha ocupações do nova esperança, do Finsocial. Eu tive uma cena muito tensa com o então presidente da UPG, Maurício Peralto, [...] nós fomos pra lá com uma moto, ele pilotando a moto e eu na garupa com a filmadora. [...] A polícia tava lá com cento e tantos cavalos de um lado para reprimir, e a população do outro pra ser reprimida. Quando nós chegamos [...] conseguimos parar a repressão, porque a gente parou no meio e a população, umas 500 pessoas, vieram correndo pro rumo da gente e gritando – na época tinha um programa muito popular que chamava Goiânia Urgente⁹⁸ - “É o Goiânia urgente! Goiânia urgente!”. E a polícia recuou. Quer dizer, a gente teve um poder com uma filmadora de reprimir a polícia. E o Maurício: Cláudio, nós não somos Goiânia Urgente. Eu falei assim: “Eu não sei você, mas eu sou Goiânia Urgente, porque se a gente falar que não é, esse pessoal vai achar que a gente é infiltrado da polícia e nós vamos morrer aqui cara” [...]. E a gente filmou várias entrevistas e saímos, e nesse dia não teve ação de repressão ou tentativa de desocupação da área porque a gente usou equipamento de filmagem. Daí a importância da imprensa cobrir essas ações de desocupação, até pra evitar ações de truculência. Eu tenho muito orgulho desse acaso eu estar presente, e a gente ter quem sabe evitado pessoas machucadas, pessoas mortas. (CURADO NETO, 2022).

Outro episódio evidenciado por Nilton José foi a atuação da *TV Ambulante* em um acidente que matou muitos trabalhadores no garimpo de esmeraldas de Santa Terezinha, no norte de Goiás: “*Todas as televisões, os repórteres todos conhecidos, aí eles filmavam lá em cima e mostravam esse buraco, mas a única televisão que desceu e filmou lá embaixo foi a dos*

⁹⁸ Goiânia Urgente era um programa da TV Goiá, atual TV Record Goiás.

posseiros, foi a TV Ambulante. O repórter foi lá, amarrou uma corda e desceu não sei quantos metros”. Na memória do jornalista, outro ocorrido de destaque foi uma repressão policial de posseiros entre Aparecida de Goiânia (Goiás) e Goiânia, quando a TV Ambulante filmou toda a repressão e “o secretário de Comunicação do governo Iris chamou alguém do movimento e propôs comprar o material, e lógico que não foi vendido. Aí a gente vai descobrindo a importância dessas ferramentas”, afirmou Nilton José.

Em uma das experiências de Nilton José no Parque das Amendoeiras, os jornalistas e os posseiros colocaram uma televisão e um videocassete em uma árvore para que a população assistisse às produções da TV Ambulante. Gina Louise narrou que nessas experiências, “os debates travados com os protagonistas das cenas tinham em foco o conteúdo dos meios de comunicação de massa, nos quais os seus rostos só apareciam em cenários de violência”. A partir disso, a jornalista contou que as pessoas passaram a se ver na televisão e perceber que havia muitas formas e maneiras de fazer comunicação, o que também é corroborado pela análise de Nilton José:

[...] as pessoas foram perceber o que, que o latifúndio não era só da terra, os outros latifúndios inclusive simbólicos, e do jornalismo, é que permitiam o latifúndio da terra. É muito interessante porque que os posseiros queriam seu jornal, muitas pessoas que inclusive não sabiam ler nem escrever. Aí você vai descobrir que eles faziam leitura coletiva, quadra por quadra, então você vai entendendo o universo do popular. Por que as pessoas leem? Porque o filho, o neto lê com a mãe, a vó. [...] A gente percebeu que trabalhar com os movimentos, não importa qual, trabalhar sem assessor significa compartilhar as decisões e os processos. Então a gente também não era peso morto que ficava só executando tarefa, e eles não viam a gente como executor de tarefa, via a gente como intelectual, e aí, o que vocês enquanto universidade propõem? Então veio o jornal, a TV Ambulante [...]. (ROCHA, 2021).

Gina Louise afirmou que havia consciência por parte das lideranças dos movimentos acerca da importância da comunicação para a democracia e como parte de um processo de educação política: “Nosso papel, como jornalistas e comunicadores, era o de instrumento nesse processo, trabalhando a informação em mão dupla”. Pelo que apuramos, é possível pontuar que essa atuação do jornalista, possivelmente, ia além de uma função de simples mediador da informação, construindo uma comunicação junto aos movimentos sociais, de pensar com as lideranças e integrantes desses movimentos uma forma estratégica e eficiente de comunicação voltada para os objetivos de integrantes desses movimentos.

Segundo Nilton José, a experiência do jornal e da televisão foi levada para os bairros vizinhos, cuja população tinha apoio financeiro e imprimiam boletins, o que originava um novo jornal para esses locais, com uma produção mais fluida, já que havia um material de base. Em

entrevista a Rodovalho (2006), Nilton José afirma que um desses jornais foi o *Alto da Poeira*, periódico da Associação de Bairros que ainda não tinham asfalto. A Cooperativa de Jornalistas de Goiás ajudou a criar não apenas o jornal *Alto da Poeira*, mas a própria Associação desses bairros que lutavam por asfalto, contou Nilton José. O jornalista pontuou também que o movimento dos posseiros era muito articulado e deu origem a outras iniciativas além do jornal e da TV: “*Esse movimento tomou quase 100% do esforço e da energia desse núcleo [da Projornal], que cuidava das pequenas [publicações]. Porque aí você tinha também [...] o movimento negro, [...] a cooperativa também ajudou o movimento negro*”.

Pelo exposto neste Capítulo, consideramos que as narrativas dos veículos de comunicação e de jornalismo são produtos históricos com referência social e cultural e, por isso, são registros documentais que perenizam narrativas, discursos e memórias. Uma pesquisa mais detalhada e com mais tempo para se debruçar sobre os acervos aos quais tivemos acesso durante a feitura da presente Tese de Doutorado precisa ser feita, pois eles têm a potência de revelar dados importantes da História da Imprensa em Goiás e da própria atuação e dinâmica do trabalho de jornalistas no período final de Ditadura Militar. Ademais, é relevante a publicização da pesquisa e, se possível, disponibilidade desses documentos ao público em geral por meio da universidade e/ou entidades de interesse, o que posteriormente poderá ser gestado junto ao Grupo de Pesquisa História da Comunicação em Goiás. Todavia, neste momento, coube-nos analisar o conjunto do material documental que encontramos, como parte fundamental para a reescrita da história da *Projornal*. No próximo Capítulo enfatizaremos as dificuldades enfrentadas pela Cooperativa, que levaram ao seu fim, bem como analisaremos o seu incontestado legado.

7 DIFICULDADES, FIM E LEGADO DA PROJORNAL

De acordo com o que mencionamos, a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*) durou dez anos, de 1978 a 1988, e neste período enfrentou dificuldades ligadas principalmente à gestão administrativa e financeira. Neste Capítulo abordaremos essas dificuldades, que culminaram no fechamento da *Projornal* em 1988. Se, por um lado, a Cooperativa foi fundada e idealizada com bastante engajamento de profissionais, por outro, essa mesma falta de engajamento impactou diretamente nos trabalhos da entidade, que precisava se manter e angariar recursos. Abordaremos isso na primeira parte do Capítulo, na qual os entrevistados – e os relatórios – chamaram atenção para a questão financeira da *Projornal*.

Houve pequenos atritos na *Projornal*, que identificamos pelas falas dos entrevistados e alguns documentos, especialmente em relação à condução e estruturação do *Jornal de Deboche*. Algumas fontes consideram divergências de pensamento, outras estritamente questões administrativas e financeiras ligadas à circulação de um periódico. Trataremos disso na segunda parte Capítulo.

Por fim, destacamos a importância e o legado da Cooperativa de Jornalistas de Goiás para a História da Imprensa no Estado e no Brasil, considerando todo o percurso e desenvolvimento do projeto, dentro do lugar e tempo histórico em que se encontrava. Todas as fontes entrevistadas consideram em unanimidade que a *Projornal* foi um importante projeto de jornalismo alternativo e independente em Goiás, além de uma escola prática de Jornalismo.

7.1 ATRITOS NA PROJORNAL

Logo após o nascimento da *Projornal*, houve pequenos atritos sobre a condução de alguns trabalhos. A expectativa de ter um jornal próprio, da mesma forma que a *Coojornal* tinha, era grande. O objetivo era atender ao desejo do grupo de ter um produto da *Projornal* que fosse capaz de também ser fonte de renda para a cooperativa. No entanto, em Goiás, o contexto de criação da *Projornal* era muito diferente do vivenciado no Rio Grande do Sul.

Em entrevista concedida à *Revista NovosDias* (O DRAMA, 1986), Jales Naves explica que a proposta inicial da *Projornal* era, primeiro, conquistar o mercado de trabalho e, depois, consolidar nessa área. Para isso, três linhas seriam adotadas: a agência de notícias, a produção de pequenos jornais e a criação de um jornal dos jornalistas no qual houvesse mais liberdade editorial para publicar conteúdos que não saiam na chamada grande imprensa. Mas, conforme

Jales Naves, embora a *Projornal* tivesse alcançado os dois primeiros objetivos, “[...] durante um período ela perdeu muito ao se transformar em uma bandeira política de determinados grupos, fugindo dos dois objetivos iniciais e deixando de ser essa alternativa de mercado de trabalho que se visava” (O DRAMA DO DESEMPREGO, 1986, p. 80-81).

Um dos pontos discutidos pelo grupo de cooperados diz respeito ao *Jornal de Deboche*, proposto pelos jornalistas cooperados Wilmar Alves e Jorge Braga para ser um veículo próprio da Cooperativa com circulação em Goiânia (Goiás) e Brasília (Distrito Federal). Jales Naves (2021) explica que o *Jornal de Deboche* foi criado sem muita discussão interna e não houve um planejamento para ele com base na realidade da entidade, incluindo as áreas de gestão administrativa e financeira. Joãoimar Carvalho (2021) concorda com o jornalista e acrescenta que faltava a alguns cooperados a compreensão de que a *Projornal* era um empreendimento capitalista, embora fosse diferente do que se via no mercado. Ainda segundo o jornalista, “a cooperativa não é um projeto socialista que vai salvar o mundo, aqui é pra salvar a própria pele” (BRITO NETO, 2021), já que a maioria dos profissionais que ali se vinculavam estavam desempregados. Além disso, a *Projornal* também não dispunha de verba para arcar com os custos de um jornal próprio naquele momento.

[...] eu falei pro pessoal que o bom exemplo pra nós é a Coojornal. Porque tinha aquele movimento de esquerda, “vamos fazer um jornal de esquerda”, e eu disse “gente não dá, quem é que paga jornal de esquerda? [...]”. Eu mesmo tinha três moleques para criar em casa, trabalho dia e noite [...]. Aí eu contei da experiência que eu tive em São Paulo desse congresso lá, da Coojornal. (BRITO NETO, 2021).

Mesmo com as reportagens de grande relevância e impacto social e recepção do público ao *Jornal de Deboche*, na visão de Laurenice Noleto (2021) houve uma divergência de pensamento dentro da Cooperativa em relação ao periódico, como se houvesse um desentendimento interno: “ah, a cooperativa tem que remunerar todo mundo que trabalha! Se não remunerar nós estamos incorrendo num erro, num risco de ser fechado” (ALVES, 2021). Segundo Laurenice Noleto, a maioria dos jornalistas que trabalhavam no *Jornal de Deboche* não eram pagos, porque colaboravam espontaneamente⁹⁹. Além disso, parte desses profissionais não eram nem associados à *Projornal*, mas queriam participar com matérias,

⁹⁹ Conforme explicado no Capítulo anterior, acreditamos que a idealização do *Jornal de Deboche* veio atender ao anseio da cooperativa em ter um “Jornal de Jornalistas”, o que foi proposto e acertado em documentos desde a fundação da *Projornal*. Esse jornal seria um veículo próprio da cooperativa para fazer o que consideravam um jornalismo “de verdade”, independente, e, ainda, angariar recursos para a entidade, da mesma maneira que a *Coorjornal* (RS) fazia com seu periódico.

poemas, charges e outros conteúdos. “Virou um movimento cultural, político-cultural importante”, destacou Laurenice Noleto:

Mas havia essa divisão entre esses que acreditavam que o Jornal de Deboche era um empecilho, que não deveria ser publicado, que não deveria ser editado. No fundo eles usavam muito, acredito que usavam mais a legalidade por peleguismo ou por medo da repressão, ou por não serem mesmo progressistas ou esquerda, serem mesmo mais direita. Não cobrava, ninguém cobrava nada “ah, você é de esquerda, você é de direita” não, mas essas posturas radicais de exigir que aquele instrumento nosso de voz num momento político tão sério, tão importante fosse fechado foi uma postura política de direita. Ele não trazia prejuízos, medo de que viesse fiscalizar. Mas cada um podia assinar, se ofereceram que não precisava ser pago. Enfim, em uma assembleia geral da Cooperativa decidiu-se que o jornal seria fechado, eles tiveram maioria e o Jornal de Deboche seria fechado. E houve um desestímulo muito grande de continuarmos e foi muito duro, foi muito difícil, a presidente escreveu um editorial muito duro pra nós chamando a gente de criança brincando de doutores, como tinha dito acho que Ruy Barbosa numa época lá. Então foi muito difícil, e a gente sacrificava. Eu dei móveis da minha casa pra botar na cooperativa, botamos tudo que podia a gente oferecia. Era um centro de promoção de cultura [...] (ALVES, 2021).

Revisitando a experiência da *Projornal*, Lúcia Helena Vieira contou que hoje tem uma visão da Cooperativa que à época não percebia muito, provavelmente por imaturidade profissional, visto que era recém-formada, e por não poder se dedicar no dia a dia para o projeto. “Eu penso que tinha uma “divisão”, isso subliminar, política [...]. Todos nós temos uma postura ideológica, que pode ser à esquerda, direita, mais ao centro. Mas o partidarismo ele não pode entrar dentro de cooperativa nenhuma, porque aí acontece os desentendimentos”, afirmou Lúcia Helena Vieira. Para a jornalista, é preciso haver um amadurecimento profissional e ético, porque há a ideologia que todos carregam, crenças e opiniões, mas o partidarismo deve ser deixado de lado. Lúcia Helena Vieira acredita que, na época, não teve essa percepção porque era recém-formada, ainda imatura profissionalmente, a ponto de não perceber com facilidade se havia alguma divergência nos bastidores da entidade em função de posturas ideológicas.

Porque dentro da cooperativa claramente tinha um grupo de direita e um grupo de esquerda, bem claro, de profissionais extremamente competentes dos dois lados. Mas hoje eu vejo com bastante clareza. E tinha as duas tendências, mas eu não consigo citar, devia ter alguma paixão partidária, porque eu sei que as duas tendências tinham as suas ligações partidárias, que pode ter atrapalhado [a função da cooperativa]. (VIEIRA, 2022. Grifos nossos).

Joãoimar Carvalho conta que participou de uma reunião no Bairro Popular onde estavam Dom Pedro Casaldáliga e outros jornalistas para discutir o *Jornal de Deboche*. Segundo ele, o bispo falou aos presentes sobre a necessidade de considerar os custos do periódico, e alguns

participantes da reunião chegaram a sugerir que se tentasse recursos com a prefeitura¹⁰⁰. Havia ainda pessoas que não eram cooperadas à *Projornal*, e isso, na visão de Joômar Carvalho, inviabilizava ainda mais a proposta porque, segundo o jornalista, para que um projeto pudesse ser executado dentro da Cooperativa e conforme o modelo de trabalho dela, seria necessário que a *Projornal* assinasse e fizesse a mediação dos contratos com o solicitante do serviço. Além disso, no modelo cooperativista de trabalho, após executados os gastos administrativos, as “sobras” da verba adquirida são divididas igualmente entre os cooperados, e não entre quem produziu este ou aquele produto. No caso do *Jornal de Deboche*, segundo Joômar Carvalho, havia ainda jornalistas que não eram cooperados, logo, esbarrava na remuneração dentro do modelo de atuação da cooperativa. “Ninguém topou discutir aquilo. Eu nem fiquei até o final da reunião e fui embora. ‘Eu vou porque não vou assinar nada da Cooperativa referente a esse projeto’. Não deu outra, saiu, ficou com dívida”, afirma Joômar Carvalho¹⁰¹.

Jales Naves afirma que, desde o início do *Jornal de Deboche*, houve uma participação pequena dos cooperados, que eram basicamente os idealizadores do projeto. O restante dos profissionais do jornal não eram associados. “A questão gerou muita polêmica, criou animosidades e mostrou o despreparo para uma ação conjunta de todos, pela forma como o assunto foi conduzido, mais como desejo pessoal do que do grupo, de maneira mais emocional e menos profissional”¹⁰². O jornalista teve uma participação menor no *Jornal de Deboche* e, apesar da polêmica do projeto, considera a importância da experiência:

O projeto visava ocupar o espaço vazio na imprensa goiana com jornalismo de humor, mantendo o pé na realidade sociocultural, política e econômica do Estado, e possibilitar uma apreciação analítica de temas diversos. Era intenção, também, provocar abertura no mercado de trabalho, oportunizando a profissionais que até então não tinham tido o devido aproveitamento de suas potencialidades; oferecer posicionamento crítico ao leitor quanto ao que recebia da imprensa diária; e servir de apoio, inclusive formando pessoal e prática editorial. Foi uma experiência positiva, que contribuiu para discutir o jornalismo feito em Goiás, mas que esbarrou na falta de estrutura empresarial e comercial da Cooperativa. (NAVES, 2021).

¹⁰⁰ O jornalista Joômar Carvalho compartilhou durante a entrevista a memória dessa reunião, e outros participantes não citam esse acontecimento relacionado ao *Jornal de Deboche*.

¹⁰¹ Aqui vale lembrar que, de acordo com o estatuto da *Projornal*, para ser cooperado, o jornalista tinha que contribuir com cotas parte em valores estabelecidos, ou seja, ninguém podia se vincular à entidade sem antes contribuir financeiramente com ela, mesmo que esse aporte fosse parcelado durante o primeiro ano de cooperativismo.

¹⁰² A partir da terceira edição do *Jornal de Deboche*, os jornalistas da *Projornal* começaram a discutir a necessidade de se definir o periódico, bem como pontos administrativos como custo, preços de venda, valores de anúncio e outros. Vários cooperados se posicionaram sobre o *Jornal de Deboche*, sua importância e suas atividades nos boletins internos da cooperativa. Pretende-se estudar com mais profundidade o *Jornal de Deboche* dentro das atividades do Grupo de Pesquisa “História da Comunicação em Goiás”, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG.

Na produção de jornais para instituições externas, a *Projornal* realizava a parte técnica e encomendava os serviços gráficos de outras empresas, que entregavam para os solicitantes. Já no *Jornal de Deboche*, como era uma produção própria da *Projornal*. Jales Naves explica que “*não tínhamos uma estrutura de comercialização e o sistema de distribuição dos exemplares nas bancas era precário, o que não possibilitou sua maior circulação*”. Já na visão de Laurenice Noleto, o motivo do fim do *Jornal de Deboche* foi outro:

Não foi por motivo financeiro, na verdade foi político porque o jornal estava incomodando, né. E as pessoas que eram mais quietinhas, eram mais comportadinhas, que não tinham rebeldia, que não tinham postura política e que não via que o jornalismo é um instrumento político também porque é, de um lado, do outro, do jeito que você usá-lo você está fazendo política. Porque se você sobe no muro você também está fazendo política também. [...] então são escolhas, né. E a escolha dessa maioria foi isso, tudo bem, continuou. Quem não quis saiu, e eles continuaram. Não houve ranço, não houve nenhum problema na ruptura, mas assim foi um baque pra gente. Tirou nosso chão. Então a nossa válvula de escape de nossa indignação política, de quem vinha de processo de sofrimento e prisões políticas ficou sem um porquê. Porque só por motivo financeiro não nos satisfazia. Porque só por motivo financeiro ou a gente trabalhava na imprensa formal aqui ou ia pra São Paulo, pra Brasília como os outros foram, pagando muitos melhores salários. [...] A criação da cooperativa não era só pra gente ganhar dinheiro, era também pra gente fazer jornalismo de intervenção num momento político que a gente passava. (ALVES, 2021).

Laurenice Noleto conta ainda que alguns jornalistas, como Jales Naves e Marli Brasil, defenderam a tese de que a Cooperativa deveria ser “apolítica”, o que, na visão dela, era incoerente com a própria profissão e, de modo pessoal, especialmente em um momento pós-ditadura. Lúcia Vieira não participou do *Jornal de Deboche*, mas acredita que não houve desavenças quanto ao periódico e que o principal fator que levou ao seu fim foi o financeiro. Para ela, o *Jornal de Deboche* era uma publicação bastante criativa e arrojada para a época.

Marly Paiva se recorda que o *Jornal de Deboche* agregava crítica ao humor e denunciava atos arbitrários ligados à Ditadura Militar, além de entrevistar exilados e ex-presos políticos, como Tarzan de Castro¹⁰³. Na visão da jornalista, o final do *Jornal de Deboche* não foi motivado

¹⁰³ Tarzan de Castro foi líder secundarista nos anos 1960, ex-guerrilheiro durante a ditadura militar, além de deputado Estadual e Federal (GO). Com a deposição do presidente João Goulart em 1964, Tarzan organizou o primeiro foco de resistência armada ao regime militar, na divisa de Goiás com a Bahia, em Dianópolis (GO). Foi preso pela primeira vez ainda em 1964 e entrou para a clandestinidade, retornando ao Brasil em 1966 e se filiando clandestinamente ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi preso outras vezes, procurou refúgio na embaixada do Uruguai, e exílio no Chile e na França. Formou-se em História e em Sociologia na Universidade de Paris, e concluiu o mestrado e doutorado em Sociologia pela mesma instituição. Após a decretação da anistia em 1979, retornou ao Brasil, e iniciou a carreira como parlamentar no ano seguinte, passando pelo PMDB, pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Afastou-se da carreira política nos anos 1990 e Tarzan dedicou-se às atividades empresariais e ao jornalismo, escrevendo regularmente para o Diário da

por uma questão ideológica: “*falo com tranquilidade que não teve essa conotação política*”. Isso porque todos os cooperados eram envolvidos nas mais diversas pautas políticas e atuantes na sociedade. A própria Marly Paiva se posicionou com uma atuação de esquerda, inclusive como participante de diversos movimentos, dentre eles o estudantil. Conforme contou, Marli Brasil, Jales Naves, Antonio Carlos Moura e outros colegas atuavam no Sindicato de Jornalistas de Goiás e ao mesmo tempo na *Projornal*, com objetivo de lutar por mudanças e melhorias para a categoria profissional. Para ela, o que levou ao final do periódico é que o grupo era muito inexperiente em relação às questões administrativas e financeiras de um veículo de comunicação.

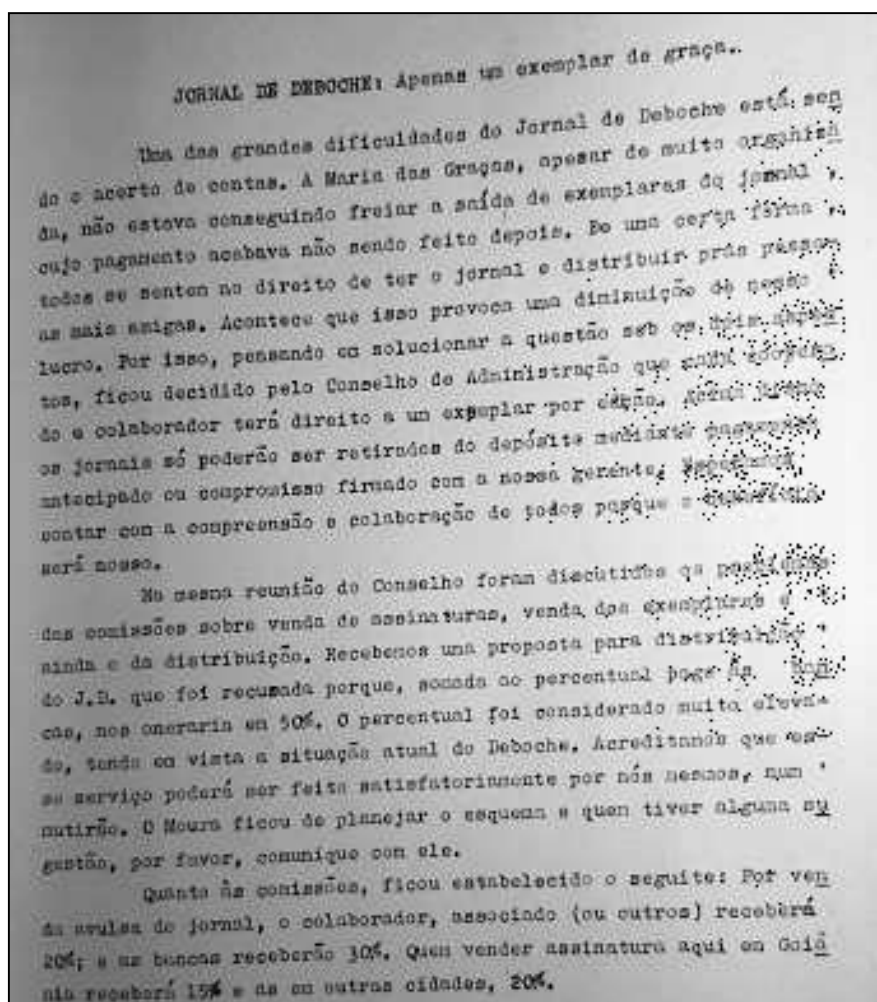
[...] as pessoas ficavam entusiasmadas em ver o Jornal de Deboche editado, impresso, e pronto para você olhar o jornal e pensar: “é resultado de um trabalho nosso”. Mas faltava [...] a nossa experiência com a parte financeira. “O jornal custou quanto? Vamos distribuir como? Quem vai acertar conta com tal banca? Quem vai buscar os que sobraram?”. Ninguém assumia, faltava assumir esse trabalho pra valer, faltava retorno pra cooperativa. Então a Marli Brasil, que é uma pessoa extremamente ética, quem a conhece sabe disso, ficava muito preocupada, ela queria as coisas certinhas. Ela queria poder dizer “foram impressos tantos jornais, pagamos tanto pra gráfica que imprimiu” [...], tínhamos custo com fotografias, tinha que levar pra laboratório fotográfico [...]. Tinha uma despesa bem concreta [...], essas despesas tinham que ser assumidas pela cooperativa, e a cooperativa chega num ponto que não consegue manter essas despesas se não tem direitinho o retorno da venda dos jornais, mesmo vendidos baratinho. Esse é o problema mais concreto que aconteceu no Jornal de Deboche, e posso falar porque eu participei dele e da cooperativa. (PAIVA, 2022).

Para Marly Paiva, não havia problema em razão do *Jornal de Deboche* ser produzido também por profissionais não associados, pois, além desses participantes provavelmente não desejarem integrar a *Projornal*, a cooperativa tinha um problema mais evidente, que era a dificuldade em engajar nos trabalhos aquelas pessoas que já eram associadas.

[...] Em todas as reuniões gerais a maioria decidia “precisamos mobilizar primeiro as pessoas que estão afastadas da cooperativa, que aceitaram, ver se as pessoas querem ou não participar, se aproximam...”. [...] Nós tínhamos esse trabalho de mobilizar essas pessoas antes de abrir para novos associados, e não me lembro de ninguém que tenha feito alguma reivindicação formal para ingressar na cooperativa [...]. Era um grupo grande, mas com pouca gente diariamente lá dentro. Porque nós tínhamos umas quinze pessoas que iam, que estavam ali próximas da cooperativa, se precisássemos elas colaboravam ali eventualmente, mas não estavam lá diariamente, não tinham horário disponível pra cooperativa. [por causa de outros empregos] (PAIVA, 2022. Grifos nossos).

Essa indisponibilidade, falta de engajamento, afirma Marly Paiva, foi muito em função dos cooperados terem outros empregos, o que dificultava um envolvimento maior com a *Projornal*. Segundo a jornalista, além dela, Marli Brasil, Jales Naves, Antônio Carlos Moura e, depois, Armando Araújo, estavam mais presentes nas atividades do dia a dia, como a produção dos jornais de entidades diversas. Havia profissionais que estavam mais envolvidos com o *Jornal de Deboche*, e também contribuíam com reportagens para a *Projornal*, como relatou Divina Marques. Mesmo assim, no cotidiano, era pouco o número de profissionais que poderiam se dedicar mais às atividades da cooperativa.

Imagem 19 - Avisos internos sobre o *Jornal de Deboche*



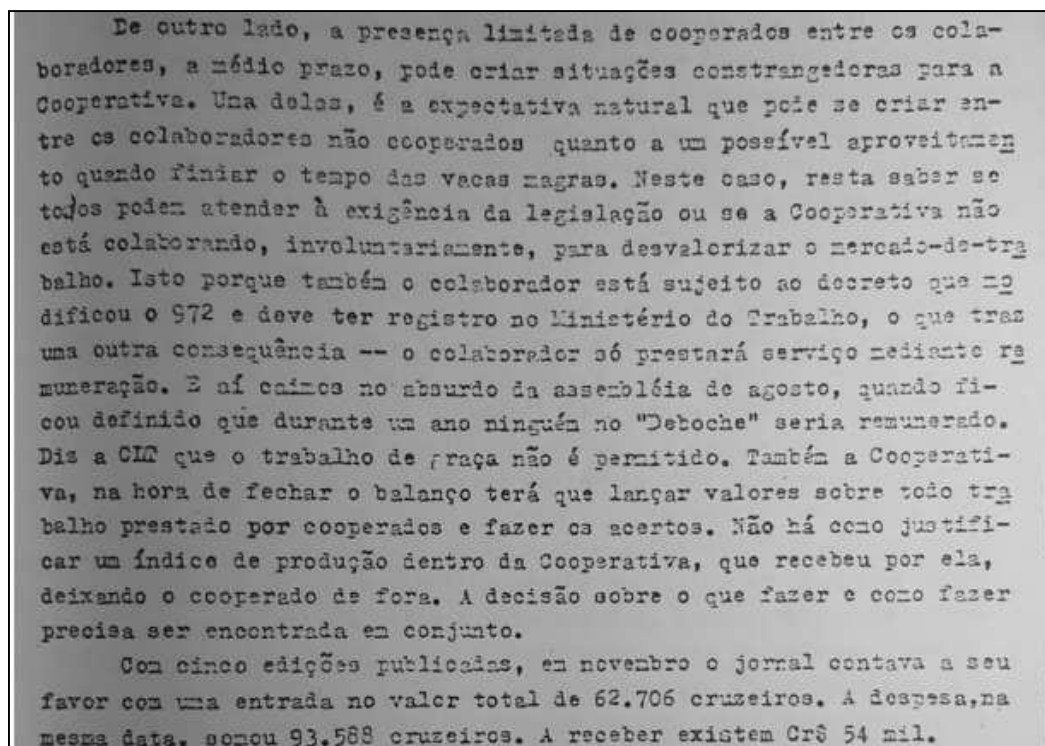
Fonte: Boletim interno da *Projornal* (Outubro/1979, p. 4)¹⁰⁴.

Houve, ainda, uma extensa discussão interna sobre o funcionamento do *Jornal de Deboche*, especialmente no seminário interno da *Projornal* e nos boletins. Em muitas reuniões,

¹⁰⁴ Acervo de Jales Naves.

foi levantada a necessidade de padronizar o jornal, como o número páginas por edição. Outras questões soavam mais urgentes, quanto o controle das vendas do *Jornal de Deboche*, o que foi levantado por dois grupos pré-definidos (A e B), encarregados de avaliarem todas as atividades da *Projornal* em 1979 e apresentar para debate entre os cooperados.

Imagem 20 - Parte do relatório do Grupo A sobre as atividades da cooperativa



De outro lado, a presença limitada de cooperados entre os colaboradores, a médio prazo, pode criar situações constrangedoras para a Cooperativa. Uma delas, é a expectativa natural que pode se criar entre os colaboradores não cooperados quanto a um possível aproveitamento quando faltar o tempo das vacas magras. Neste caso, resta saber se todos podem atender à exigência da legislação ou se a Cooperativa não está colaborando, involuntariamente, para desvalorizar o mercado-de-trabalho. Isto porque também o colaborador está sujeito ao decreto que modificou o 972 e deve ter registro no Ministério do Trabalho, o que traz uma outra consequência -- o colaborador só prestará serviço mediante remuneração. E aí caímos no absurdo da assembleia de agosto, quando ficou definido que durante um ano ninguém no "Deboche" seria remunerado. Dis a CMT que o trabalho de praça não é permitido. Também a Cooperativa, na hora de fechar o balanço terá que lançar valores sobre todo trabalho prestado por cooperados e fazer os acertos. Não há como justificar um índice de produção dentro da Cooperativa, que recebeu por ela, deixando o cooperado de fora. A decisão sobre o que fazer e como fazer precisa ser encontrada em conjunto.

Com cinco edições publicadas, em novembro o jornal contava a seu favor com uma entrada no valor total de 62.706 cruzeiros. A despesa, na mesma data, somou 93.588 cruzeiros. A receber existem Cr\$ 54 mil.

Fonte: Boletim Interno da *Projornal* (Janeiro/1980, p.5)¹⁰⁵.

Após o fim do *Jornal de Deboche*, Laurenice Noleto e Wilmar Alves saíram da *Projornal*, entre 1982 e 1984, juntando-se a outros jornalistas que decidiram não ser mais cooperados da entidade. Apesar da saída, ela considera que o projeto da Cooperativa permaneceu sendo extremamente importante para muitos profissionais jornalistas, mesmo que apenas enquanto agência de notícias e produtora de jornais. Laurenice Noleto relembra que, nesta época, Joãoimar Carvalho assumiu a *Projornal* e “*tomou frente da Cooperativa, e fizeram um excelente trabalho, [...] que criou empregos mesmo, só que nunca mais fez política [...]. E o Jornal de Deboche deixou de existir, nós fizemos 12 edições dele*”¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Acervo de Jales Naves.

¹⁰⁶ De acordo com informações de Laurenice Noleto (2021), o *Jornal de Deboche* estava sendo reeditado pelos jornalistas e chargistas da época da criação do periódico, Helvécio Cardoso e Francisco Fróes, junto ao jornalista Ulisses Aesse e um grupo de profissionais mais jovens. Não foi identificado se o projeto teve continuidade. O

Outra dificuldade encontrada foi em relação ao *Jornal de Esportes*. Joãoimar Carvalho destacou que a *Coojornal* conseguiu transformar o boletim que a Cooperativa mantinha em um jornal de mesmo nome porque no Rio Grande do Sul não havia jornal de oposição e, por isso, o periódico virou referência para as classes média e alta. Além disso, a proposta da Cooperativa de Porto Alegre era de gerir o jornal, buscando rentabilidade e publicidade a fim de remunerar os cooperados. A *Projornal*, por sua vez, não tinha condições de sustentar completamente os jornalistas, que iriam receber indenização do emprego por conta das demissões do governo Iris Rezende, e não era aconselhável gastar com a *Projornal*.

Na visão de Joãoimar Carvalho, a entidade era um empreendimento capitalista cujos associados tinham que contribuir com uma cota mensal, e somente após finalização de algum projeto e pagamento dos custos as “sobras” eram divididas igualmente entre os cooperados. Como resposta a esse anseio de parte do grupo, foi criado o *Jornal de Esporte* como produto da *Projornal*. Entretanto, Joãoimar Carvalho explica que a cooperativa do Rio Grande do Sul possuía êxito porque desenvolvia trabalhos e projetos de comunicação e jornalismo para outras cooperativas e empresas, e isso gerava uma receita que permitia que os jornalistas recebessem “salários” conforme as suas cotas, e a vantagem é que cada pessoa seria seu próprio patrão: “*E aí cada um vai ter que trazer trabalhos para a cooperativa para fazer remuneração. Eu não posso chegar e estabelecer o salário mínimo da cooperativa que vai pagar pro jornalista aqui é o piso sindical do jornalista, isso não existe*”. Joãoimar Carvalho destacou que a cooperativa não tinha dinheiro, e começou a atuar “do zero”. Além disso, haviam gastos com registros e questões administrativas. “*Eu que estou empregado, sou professor da UFG, ajudo com minha parte, mas não ultrapasso um centavo do que eu posso [...]. Mas ninguém quis escutar isso, e embarcaram no tal Jornal dos Esportes. Mal saiu, quebrou. Dívidas altíssimas*”, afirmou Joãoimar Carvalho.

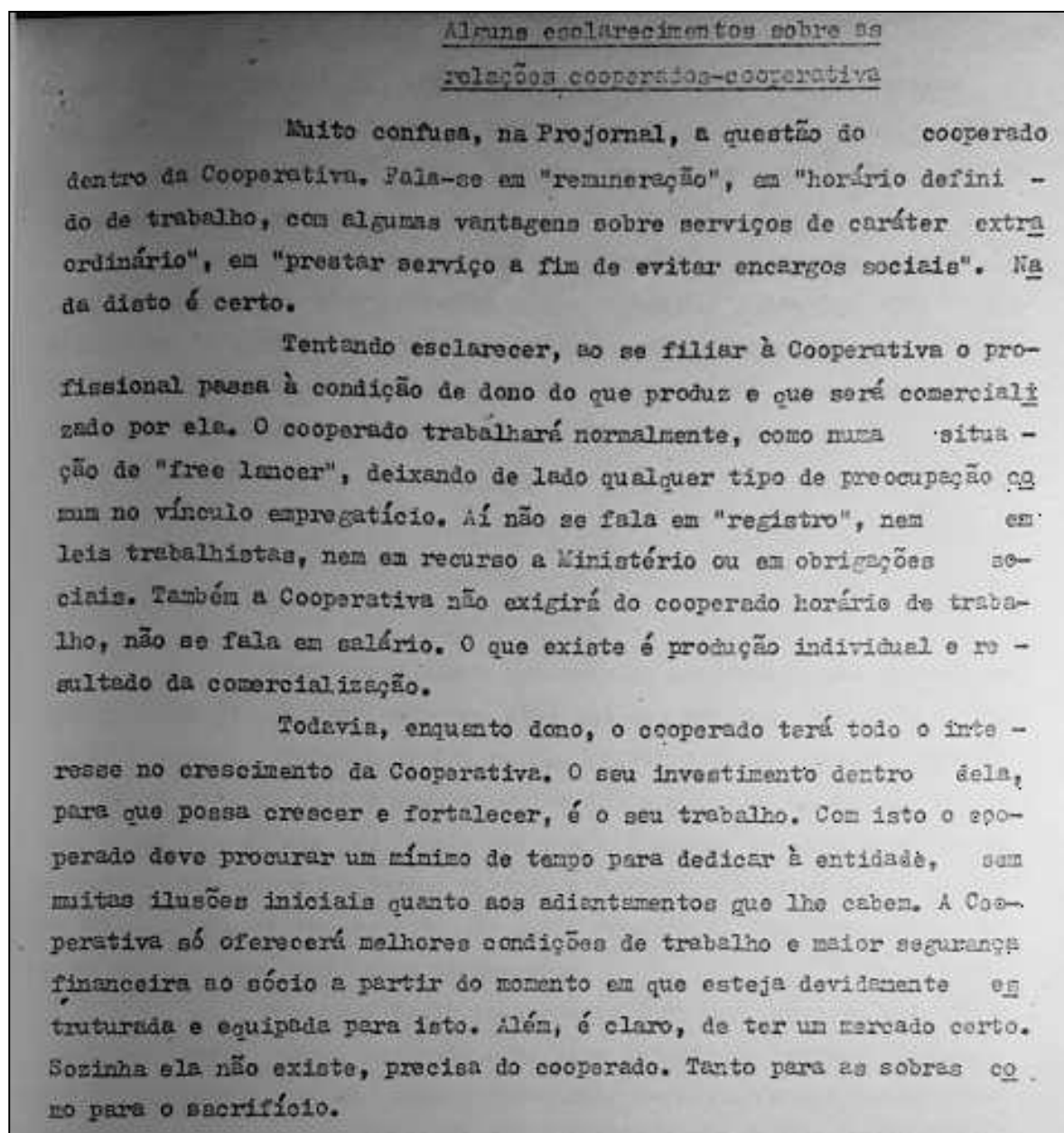
7.2 O FIM DA PROJORNAL

O tempo de vida da *Projornal* foi de dez anos, já que o encerramento das atividades foi decretado oficialmente em 1988. Dentre as maiores dificuldades enfrentadas pela *Projornal* estava a falta de compreensão do cooperativismo e de uma “educação para a cooperação”,

jornalista Helvécio Cardoso, que também participou da *Projornal* e foi um dos indicados para a entrevista, faleceu em outubro de 2021, antes que pudéssemos contatá-lo.

conforme destacou Jales Naves. Além disso, na leitura do jornalista, o projeto carecia de uma “visão mais empresarial que possibilitasse a geração de receitas e o maior aproveitamento do potencial de seus cooperados”, além de um maior envolvimento dos profissionais nos projetos da *Projornal*.

Imagem 21 - Parte da nota sobre a relação entre *Projornal* e seus cooperados



Fonte: Texto de Marli Brasil no Boletim interno da *Projornal* (Dezembro/1979, p. 6)¹⁰⁷.

¹⁰⁷ Acervo de Jales Naves.

Para Marly Paiva, um dos fatores determinantes para o fim da *Projornal* foi a falta de participação e engajamento dos profissionais. Em se tratando de uma cooperativa de jornalistas, isso foi um grande empecilho, pois segundo Marly Paiva *“éramos muito idealistas, então faltava retorno financeiro pra dar suporte aos jornalistas. Era diferente de uma cooperativa de crédito, agrícola, ela já entra com força porque ela tem um suporte financeiro”*. Para a jornalista, a falta de uma viabilidade econômica do projeto foi um dos entraves para que os colegas não acreditassem que poderiam deixar empregos e se dedicar profissionalmente à *Projornal*.

Quem deixou um emprego pra trabalhar lá dentro que eu saiba foi só eu. E ninguém tinha coragem [...], eu deixei a UFG, [...] gostava muito da Rádio Universitária. Mas ninguém tinha essa coragem, nós todos precisamos de uma renda mensal, então acho que essa dificuldade foi determinante. (PAIVA, 2022).

Em sua atuação na Agência *Projornal*, Marly Paiva destacou no boletim interno que mesmo era necessário um maior engajamento e organização da produção. Conforme informou, cerca de dez jornalistas haviam realizado atividades para a agência, mas apenas quatro se dedicavam efetivamente. Em 1979, a agência editou 59 matérias, mas havia ainda uma dificuldade no controle em relação às reportagens pagas e as oferecidas como cortesia. Para melhorar esse controle, a agência passou a fazer um sistema de fichas pré-definidas, cuja organização ficava a cargo da secretária administrativa.

Divina Marques acredita que o fim da *Projornal* está ligado ao fato de que parte dos jornalistas abandonou o espírito coletivo do início que, segundo ela, se fosse mantido poderia ter fortalecido a cooperativa e expandido o potencial dela:

Eu acho que [acabou] porque cada um foi cuidar de sua própria vida e esqueceu um pouco os ideais, que era imprensa livre. [...]. Eu acho que as pessoas não tem um espírito de sacrifício tão grande. Logo que surge um emprego num grande jornal, numa grande empresa, nem todos vão querer escolher a cooperativa. Eles vão optar pelo jornal maior, pela empresa maior, porque o lucro tá na base de tudo infelizmente. Alguns eram assim, mais abonados, e não importavam em deixar de ter outro emprego. Ai esse ficava mais lá, mais tempo, colaborava mais, dava mais de si mesmo. (MARQUES, 2022).

Na perspectiva de Jales Naves, a maioria dos cooperados da *Projornal* tinha emprego e por isso *“dedicava-se a ele e não se dispôs a enfrentar as adversidades naturais quando se vai ousar e construir novos caminhos”*. A entidade, portanto, não dispunha de apoio e estrutura para comercializar sua produção e utilizar a mão de obra dos associados:

Considero hoje que nosso trabalho, na época, foi muito amador, sem profissionalismo ou mentalidade empresarial, e por isso deixamos de ocupar espaço no mercado. Produzimos jornais para empresas e cooperativas, matérias jornalísticas para jornais e revistas e fotos, e poderíamos ter ido mais longe, com projetos mais ousados, viáveis e importantes para todos, especialmente em termos de contribuição política. (NAVES, 2021).

Gina Louise partilha da mesma visão e acrescenta que a maioria dos jornalistas não tinha preparo para trabalhar de maneira independente, experiência em *marketing* e questões do mercado jornalístico. De acordo com a jornalista, o Departamento Comercial nasceu muito em função disso, mas, como dito, não teve continuidade:

Muitos profissionais esperavam da Projornal uma relação convencional patrão/empregado. Criamos até um slogan, de brincadeira. “Trabalhar sem patrão: é complicado, mas é bom”. Lamentavelmente, não traduzia o pensamento de todos. A falta de disposição da maioria para tomar decisões coletivas, aliada à baixa remuneração das publicações que editávamos, provocou uma debandada geral. Assim que o mercado de trabalho voltou a se aquecer, grande parte dos jornalistas conseguiu colocação na grande imprensa e abandonou o projeto. Cada um seguiu em busca de sonhos mais compatíveis com suas necessidades, aspirações e ambições. (JORGE, 2021).

Para Elza Troncoso, além da falta de visão administrativa e econômica, houve uma carência na educação para o cooperativismo. Mesmo que as pessoas compreendessem o modelo, na prática não era tão fácil de assimilar, o que acarretava algumas discordâncias do grupo dentro da *Projornal*. Por isso muitas pessoas saíram da cooperativa quando viam uma oportunidade de maior remuneração, “*mas acho que é natural quando você reúne um grupo grande de pessoas e que às vezes os objetivos não são comuns*”, destaca Elza Troncoso. Na avaliação atual dela, “*a experiência podia ter sido bem diferente, mas acho que não invalida nada do que a gente fez como experiência tanto individual quanto para o coletivo*”.

Maria José Braga chegou na *Projornal* e conheceu Gina Louise e Elza Troncoso, que, segundo seu depoimento, estavam à frente da entidade segurando as pontas para que a mesma continuasse funcionando. Maria José Braga contou que a *Projornal* tinha o apoio dos professores do Curso de Jornalismo da UFG Nilton José e Joômar Carvalho, que participaram anteriormente do projeto. A jornalista se recorda que, na época, haviam poucos projetos em execução e isso impossibilitava a remuneração dos jornalistas. Mesmo assim, ela e os demais cooperados decidiram que iriam atuar na *Projornal* e buscaram formas de contribuir. “*Eu cheguei à Projornal já na sua fase final. Costumo dizer que tenho a tristeza de ser uma das jornalistas que fechou a Projornal, que tava ali num momento em que o projeto não tinha mais uma sustentação, a gente não conseguia mais manter*”, recorda.

<u>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO</u>	
<u>VENDA DE BENS E SERVIÇOS</u>	
- RECEITA OPERACIONAL	1.198.294,27
- Produção para Jornais	1.200,00
- Jornal o Barnabé	55.000,00
- Jornal o Liberal	217.000,00
- Comigel Jornal	207.000,00
- Teto	36.000,00
- Informativo Asceeg	24.500,00
- Jornal das Cooperativas	158.000,00
- Informativo Campal	60.000,00
- Agência Projornal	329.097,50
- O Comurguinho	22.080,00
- O Mineral	20.808,60
- Informativo - Prof. de Engenharia	22.580,00
- Cantigas Menores	32.478,00
- Jornal do Debocho	2.934,00
- Publicações Avulsas	17.508,00
- Outras Receitas Operacionais	4,77
<u>MENOS:</u>	
- CUSTOS DOS BENS E SERVIÇOS VENDIDOS	618.860,96
- Jornal o Barnabé	34.988,72
- Jornal do Debocho	15.798,49
- Jornal o Liberal	61.612,85
- Comigel Jornal	134.584,05
- Informativo Campal	48.486,15
- Jornal o Teto	18.981,88
- Informativo Asceeg	26.144,31
- Jornal das Cooperativas	313.777,23
- Cantigas Menores	17.546,41
- Agência Projornal	87.069,22
- Publicações Avulsas	47.857,43
- Serviços Prestados	29.813,02
- LUCRO BRUTO	588.233,31
- DESPESAS	632.672,42
- Administrativas	572.570,89
- Despesas Comerciais	49.834,38
- Despesas Financeiras	9.430,13
- Despesas Tributárias	794,00
- PREJUÍZO OPERACIONAL	44.396,11
- Receitas Não Operacionais	43.310,09
- PREJUÍZO DO EXERCÍCIO DE 1980	1.086,11
Goiania, 31 de dezembro de 1980.	
AGUIAR BATISTA DA SILVA R. 10, 101 - Setor 101 - P.O. Box 101 - 74000-000 - Goiânia - GO Tel. (051) 223-6008	
COPPEL das Jornaleiras de Goiás Ltda. R. 10, 101 - Setor 101 - P.O. Box 101 - 74000-000 - Goiânia - GO Tel. (051) 223-6008	

194

jornalista, ocorria “[...] questão de concorrência, ou se por amizade, ou se por vantagem financeira, ou por algum motivo que isso ocorreu”. No entanto, Elza Troncoso destaca que havia muito entendimento do grupo que atuou na *Projornal* junto com ela sobre a condução e a dinâmica de trabalho.

Gina Louise conta também que a *Projornal* sofreu com a redução do número de publicações, motivado inclusive pela perda de clientes em potencial, como jornais e assessorias de imprensa, para trabalhos individuais realizados por ex-cooperados, que acabavam sendo contratados por essas entidades e setores. Cláudio Curado também se recorda dessa prática, que dificultou mais ainda a manutenção econômica da *Projornal*:

[...] as pessoas começaram a ter uma visão egoísta, e o que era bom a pessoa tirava fora pra ela, e o que era mais ou menos ela deixava pra cooperativa. E isso começou a inviabilizar financeiramente a cooperativa. [...]. O espírito inicial da cooperativa que era todos produzem para todos ganharem [...], a divisão era proporcional ao que você trabalhava, mas tinha que pegar parte disso para pagar as despesas da cooperativa, funcionários, sala...E aí o cara começou a pegar, “vou fazer, vou lá no sindicato, pego tudo pra mim”, e começou a desvirtuar. E a gente acabou no final, depois de muitos anos, fechando. (CURADO, 2022).

Já para Joãomar Carvalho, houve também desinformação por parte de alguns jornalistas cooperados, que também não queriam saber da experiência da *Coojornal*, do Rio Grande do Sul, e do modelo de Cooperativismo:

[...] a ideia da Projornal foi muito ruim, muito triste porque ninguém queria fazer. As pessoas queriam fazer política na realidade né, pegar jornal e bater nos adversários, mas legal fazer isso, mas tudo tem um custo né, e na hora do custo ninguém queria bancar. E isso foi um fator decisivo pro fechamento da cooperativa, porque eu sonhava assim: vamos fazer vários jornais, jornais separados, as prefeituras do nordeste inteiro, eles podem pagar “X” na época pela edição do jornal, e pronto, a gente faz. E os prefeitos sempre vinham a Goiânia, e era fácil, eu achava que aquilo era um projeto bom, que podia ter jornais bons. [...] Faltou muito bom senso, não era a melhor estratégia para a Projornal [...]. (BRITO NETO, 2021. Grifos nossos).

Elza Troncoso pontuou que também havia uma flutuação muito grande de jornalistas dentro da *Projornal*. Os jornalistas que podiam se dedicar mais tempo para as atividades da entidade assumiam os cargos, porque era necessário demandar mais tempo para ir atrás de serviço, era um trabalho mais intenso, de acordo com Elza Troncoso.

[...] a gente tinha muita flutuação de mão de obra, porque muitos infelizmente pensavam [...] “por que que eu vou passar uma porcentagem para a cooperativa se eu posso trabalhar direto naquele órgão e receber tudo lá?”. Só [...] que ele esquecia que tinha toda uma estrutura que ajudava ele, desde a secretaria que atendia e marcava um compromisso, porque naquela época não existia celular, assim como a

gente tinha fotógrafos que trabalhavam lá e eram cooperados também, que faziam as fotos e entregavam pra ele pronta e tudo mais, quer dizer, a partir do momento que você vai fazer sozinho você vai ter que pagar esses serviços também. Infelizmente teve falta de consciência, a nossa inexperiência, flutuação de pessoal, inexperiência tanto da área administrativa quanto da área comercial, então durante todo esse tempo a gente não tinha esse pensamento que você tem hoje, sabe, do empreendedorismo. [...] durante tanto tempo que ela sobreviveu, e se a gente tivesse investido na formação da própria mão de obra na área administrativa, [...] ter feito coisas diferentes. Mas, infelizmente, a gente só enxerga isso depois que você passa pela experiência e afunda. (CUNHA, 2022).

Ana Maria de Souza acredita que o fator financeiro foi o de maior peso para o fechamento da *Projornal*, pois atingia diretamente no pagamento das contas da Cooperativa e no retorno financeiro dos próprios cooperados. Ela contou que a maior parte do seu trabalho na *Projornal* foi voluntário. Lúcia Vieira Helena também destacou o fator econômico:

[...] eu penso que foi a gestão mesmo que pode ter levado ao fracasso, ao fechamento. É uma pena, porque eu acredito bastante no cooperativismo, mas as pessoas precisavam sobreviver. Todas as pessoas da cooperativa tinham seus trabalhos, e [...] você precisava reinvestir nela [na cooperativa] para a estrutura ir se fortalecendo. Então eu acho que a parte ideologia e economia teve grande peso [...], porque eu acho que quando a ideologia também não está em sintonia, a administração não funciona, há choques na condução do jornalismo, na condução do trabalho. (VIEIRA, 2022).

Na visão de Ana Maria de Souza, alguns jornalistas não compreendiam muito bem o funcionamento do modelo cooperativista. “*Tanto é que saíam, porque às vezes a pessoa estava desempregada e ela ia com aquela expectativa [...] de ter um retorno, levar dinheiro pra casa, e não era bem assim*”. A profissional narrou que muitos colegas pensavam que ao fazerem um trabalho seriam remunerados por ele integralmente, considerando o valor fechado que era pago. E isso ocorria pela não compreensão do modelo cooperativista, que requer uma divisão das sobras entre os cooperados após o pagamento das despesas. Aliado a isso, também tinha a falta de retorno financeiro e a dificuldade em vender os anúncios para veiculação nos periódicos da *Projornal*. “*Se hoje é difícil, imagina naquela época você convencer o empresário que ele tinha que anunciar. Teve uma época que a gente teve muito [...] anúncio bom, depois [...] foram cada vez mais raros, porque surgem outras mídias*”, destaca Ana Maria de Souza. Silvana Coleta destacou a inexperiência administrativa como um fator que também contribuiu para o fim da cooperativa:

Pra você ter ideia quando eu entrei eu não tinha dinheiro para pagar minhas cotas. E o povo falou não preocupa não, e eu fui pagar isso depois que eu recebi as minhas primeiras coisas...[...] então era tudo muito pouco profissional, mas que serviu para todo mundo, eu penso que sem exceção, para uma formação enorme, e para perceber

que cooperativas são sim importantes, muito, para qualquer segmento, mas como tudo na vida precisam ser geridas profissionalmente. (PEREIRA, 2022).

Gina Louise acrescenta que havia ainda uma frustração interna pela Cooperativa não ter conseguido lançar um jornal independente, de grande circulação, em razão de limitações relacionadas a serviços gráficos e verbas de publicidade: *“Às vezes me pergunto se hoje, com a internet, teríamos mais chances de sobrevivência. Sinceramente, não sei”*. Além das dívidas que a entidade acumulava com a redução de atividades, havia ainda um novo fator no mercado jornalístico que ganhava mais força, que era o surgimento das assessorias de comunicação e de imprensa. Cláudio Curado explicou que isso era uma novidade nas décadas de 1970 e 1980, e que também influenciou nos trabalhos e rendas da Cooperativa.

[...] a empresa ia fazer um jornal, [...] “vou precisar de um jornalista o tempo todo”. [...] Então começou a abrir esse mercado de assessoria de imprensa. E foi essa coincidência, de abertura de mercado, mais gente formada, passivo trabalhista, pessoas desfocadas do que era o objetivo da cooperativa, e essa soma foi ruim para o projeto. (CURADO, 2022).

Muitos setores que desenvolviam trabalhos com a *Projornal* tinham dificuldades de pagarem suas produções, e essas dificuldades repercutiram no pagamento de jornalistas cooperados. Silvana Coleta pontuou que os jornalistas trabalhavam mais tempo de maneira voluntária do que remunerada, *“mas a gente continuava trabalhando por acreditar no que a gente fazia, sempre com a esperança de que a gente conseguiria mais autonomia, faria essa cooperativa crescer”*. Na visão da jornalista,

O mercado de jornalismo [...] nunca foi fácil. Ele sempre foi enxuto. Logicamente que hoje nós temos aí as opções das novas tecnologias que nos proporcionam outras vagas e outros tipos de trabalho. Mas [...] há 40 anos atrás eram as redações tradicionais e pronto. Nós não tínhamos assessorias de imprensa, o que tinha era muito mal visto [...]. (PEREIRA, 2022).

Mesmo com momentos de dificuldade, Silvana Coleta se recorda que muitas pessoas ajudavam a Cooperativa em várias frentes para que ela funcionasse. Parte delas atuavam na busca de patrocínio para as publicações, e também vendiam espaços de publicidade nos jornais ganhando como retorno uma porcentagem remunerada. Esse serviço era parecido com o de um setor comercial, mas pouco profissional porque os jornalistas não tinham expertise na área administrativa. Ela lembrou que a *Projornal*

[...] já se arrastava há um tempo, num puro sacrifício mesmo das pessoas que estavam lá, num voluntarismo mesmo muito grande, por acreditar na causa. Mas a questão que pegava mesmo que a gente não conseguiu botar pra frente foi a questão financeira, de ter quem mantivesse mesmo essas produções para que o recurso chegasse para remunerar as pessoas que trabalhavam. [...] hoje as pessoas têm mais formação nessa área, porque elas buscam, nos MBAs em Marketing, em Administração, porque são áreas mais próximas de quem faz assessoria de comunicação. Na época esse profissionalismo fez muita falta, éramos todos jornalistas tentando tocar uma cooperativa. Então os furos eram muito grandes, a gente levava prejuízo demais, [...] pegava as coisas para fazer e não recebia, não tinha uma organização que permitissem esse fluxo, do produzir ao finalizar os contratos com recebimento. A gente começava a trabalhar na pura boa-fé [...] (PEREIRA, 2022).

O número de publicações e prestação de serviços estava em declínio, o que impactou diretamente no faturamento da Cooperativa: *“Nos últimos tempos de vida da Projornal, nós - os poucos que permanecemos - abrimos mão, muitas vezes, de nossas remunerações para a manutenção da estrutura básica”*. Além disso, os jornalistas participantes, incluindo a direção, viam a falta de caráter empresarial e a incapacidade administrativa como elementos que levaram ao fracasso do projeto (O DRAMA, 1986). Acerca desse assunto, Ana Maria de Souza reitera:

A gente era o dono de tudo, do aluguel, telefone, limpeza, material de limpeza, tudo era por nossa conta [...], não tinha o patrão para pagar nada, era a gente. Então durante muito tempo se pagou, e começou um problemão sério. Você fazia jornal para comerciantes, vendia anúncio, e ele queria pagar com sapato, permuta. O empresário goiano era atrasado, ele não entendia que tinha que pagar com dinheiro, aí começou: “paga com isso, fornece o lanche, faz isso, faz aquilo”. Então tinha que vender anúncio. Viu a dificuldade que era? A gente fazia reunião de pauta, fazia a matéria e às vezes fotografava, e ainda vendia o anúncio. (SOUZA, 2022).

No fim da Cooperativa, o grupo que atuava ficou muito pequeno, e Elza Troncoso se recorda que os cooperados fizeram um rodízio para decidirem os que ficariam à frente das atividades. Foi dessa maneira que Elza Troncoso assumiu a última presidência da entidade, ou seja, a que teria que decretar o seu fechamento. Joômar Carvalho relembra o momento exato em que, em conversa telefônica com a jornalista Gina Louise, dialogaram sobre o fechamento da Projornal:

[...] a Gina ligou, “Joômar o que você acha de fechar a cooperativa?” E eu disse “Gina, ela nem devia ter nascido para dar tanto trabalho, ter nascido desse jeito... depois eu passo aí e assino o papel se precisar”. Foi ela que fechou, eu disse “tem todo meu apoio, vamos juntar os cacos, pagar as contas” [...]. A cooperativa foi um sonho, um sonho de verão, porque ela não tinha uma base realista, não tinha como sobreviver, aí o pessoal chegava assim: “a cooperativa da dinheiro pra nós?” E eu disse “não, nós não temos dinheiro. Aqui só entra dinheiro se nós fizermos uma publicação, um jornal para prefeitura [...] Vamos fazer jornal pros outros e ganhar dinheiro com isso, e esse Jornal do Esporte que vocês fizeram aí tem um rombo pra pagar. Eu fui contra. Mas foi assim, muito equivoco, havia muito sonho de fazer um

jornal de esquerda. Eu falei “mas não tô propondo jornal de esquerda, e também não quero trabalhar num jornal de esquerda [...] porque eles não vão ajudar a faturar o jornal [...]”. A cooperativa durou cinco anos, fechamos [...], não criamos patrimônio nenhum. O Jornal de Deboche terminou não ficando mesmo vinculado à cooperativa [...]”. (BRITO NETO, 2021)¹⁰⁹.

O serviço que eles faziam não era mais suficiente para a manutenção da *Projornal*, que só acumulava dívidas e dispunha cada vez de menos estrutura para suas atividades. Dessa forma, o grupo que estava na Cooperativa no seu período final optou por encerrar as atividades da *Projornal* como a única saída possível, diante dos contextos:

[...] mas ninguém queria fechar, sabe aquela ideia que você tem assim do sonho, e você não quer que acabe? É meio de sonho mesmo, porque financeiramente já estava inviável. Porque todo mundo meio que começou assim, arruma um emprego, um outro serviço pra segurar sua onda e trabalha de graça pro serviço que entrar manter a estrutura. Porque ficou um grupo muito pequeno. Mas aí a gente falou [...] “por que nós estamos fazendo isso? [...] Qual é a função da gente fazer isso?”. Sabe aquele trem que você fecha com a maior dor no coração, que você chora, fica aquele trem até ridículo... Mas foi assim, porque depois nos últimos [...] meses o Sintell emprestou [...] uma sala no fundo [...] pra gente trabalhar lá, pra ter um lugar pra guardar a papelada, [...] então a gente chegou à conclusão de porquê que a gente estava mantendo aquilo. Porque a partir do momento que você não dava conta de se manter, você tá indo atrás de um emprego, e tendo metade de um tempo pra fazer [...], se fosse muita gente que fizesse nesse formato, numa de manter até segurar a estrutura para crescer, mas não tava, morreu mesmo de inanição. Foi doído um processo de desmame, da gente falar “não tá tendo condições, não, mas a gente não pode deixar morrer”. Aí marcava outra reunião [...], pra fechar as contas não dá [...], então foi um sufoco, por isso que eu falo assim, foi de inanição mesmo que morreu, infelizmente. (CUNHA, 2022).

A ex-presidente Gina Louise fez uma autocrítica na reportagem da *Revista Novosdias* sobre a atuação da *Projornal*, que teve acertos e erros, sendo que, em sua visão, a falta de participação dos cooperados no trabalho foi decisiva para o fim do projeto da Cooperativa. A administração foi um gargalo da *Projornal*, pois os jornalistas não tinham consciência de que a entidade não tinha patrão, que todos eram donos da *Projornal* e, por isso, deveriam se empenhar. Gina Louise também destacou em entrevista concedida para a matéria da supracitada revista a falha do lançamento do *Jornal de Esportes*, pois a *Projornal* não dispunha de estrutura para produzi-lo.

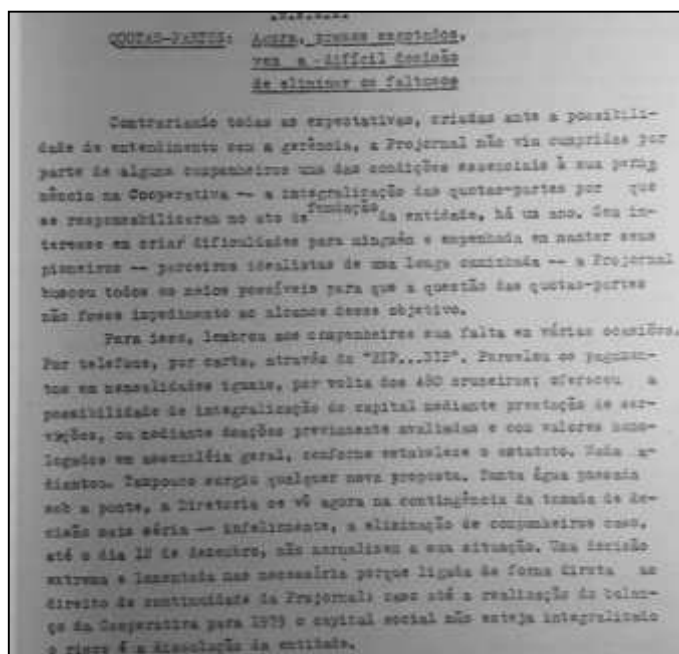
¹⁰⁹ A *Projornal* teve duração oficial de dez anos, de 1978 a 1988. Reiteramos que, em se tratando de resgate de memória, é comum que ao lembrarem fatos hajam datas ou momentos que podem ser descritos de diferentes formas, como Halbwachs (2001) e outros autores destacaram em seus estudos.

De fato, para Joãoimar Carvalho, a experiência com o *Jornal de Esportes* e os conflitos envolvendo o *Jornal de Deboche* foram pontos de tensão na Cooperativa, gerando uma incompreensão do trabalho e objetivo inicial para o qual ela foi criada:

A Projornal eu diria que ela terminou não existindo da forma que alguns pouquíssimos imaginávamos, acho que devia ter umas cinco pessoas que pensavam como eu, de ser uma produtora de jornais dos outros. [...] O grupo não entendeu o que era uma cooperativa, e eram tempos muito rápidos, você voltar nos temas, ficava chato você ficar insistindo naquilo, e terminava pagando conta que não era sua, era dos outros. A cooperativa não deixou saudade nenhuma, foi um sonho de inverno, e em alguns momentos a gente viveu momentos de pesadelo na cooperativa [...]. Acho que essas razões que eu não lembro mais mas que levaram a Gina a propor o fechamento da cooperativa, e todo mundo topou na hora, estava virando um tormento. (BRITO NETO, 2021).

As últimas atividades da *Projornal*, como dito, funcionaram em um barracão de três salas e um banheiro, no fundo do Sindicato dos Trabalhadores de Goiás, na Rua 3, no Setor Oeste. A Cooperativa não podia mais pagar aluguel e o Sindicato cedeu esse espaço que ficava atrás da sua sede. Segundo Cláudio Curado, nessa fase a entidade já acumulava muitas dívidas administrativas de gestões anteriores, e isso começou a ser cobrado da *Projornal*. “*As pessoas perderam foco do que é a cooperativa. A gente chegou a ter 10, 12, e no final éramos quatro ou cinco, e mal dava pra pagar as funcionárias e você tirar alguma coisa*”, comentou Cláudio Curado.

Imagem 23 - Aviso sobre não pagamento de cotas-parte dos cooperados (1979)



Fonte: Boletim Interno da *Projornal* (Dezembro/1979, p. 10)

Para Cláudio Curado esse fator financeiro foi um dos pontos decisivos para o fim do projeto: *“até que a gente decidiu, vamos pegar o que a gente ainda tem de produção, pagar as dívidas para não ter problema, e fechar a cooperativa”*. O jornalista contou que a *Projornal* chegou, na época em que esteve lá, a ter dois profissionais fotógrafos trabalhando integralmente, mas que no final, os próprios cooperados tiveram que fazer as fotos das matérias porque a *Projornal* não tinha mais recursos para pagar os fotógrafos.

Silvana Coleta destacou que a convivência do grupo era muito boa, mesmo que algumas ideias e visões de mundo pudessem ser diferentes. *“Mas quando as pessoas estão sem dinheiro, precisam receber e não recebem, [...] a fome bate na porta e o idealismo pula pela janela. Todo mundo precisando pagar conta, então esse era sempre um estresse muito grande da Projornal, a questão financeira”*, afirmou a jornalista.

Os cooperados tentaram várias maneiras de angariar recursos para a *Projornal*, uma delas foi montar uma barraca para vender comida e bebida na Exposição Agropecuária de Goiânia¹¹⁰. No entanto, a iniciativa trouxe ainda mais dor de cabeça para a Cooperativa, pois as pessoas contratadas para trabalhar na barraca receberam cheques sem fundo dos clientes e trocavam por dinheiro, e assim, aplicaram um golpe na *Projornal*. Os jornalistas descobriram o rombo somente após o evento, pois como trabalhavam em outros locais, não podiam acompanhar a barraca durante todo o evento. Assim, como narrou Elza Troncoso, a *Projornal* acumulou mais dívidas. A saída encontrada para cobrir essas dívidas da barraca da Pecuária foi vender galinhada em uma *“iniciativa conjunta entre a Projornal e o Sindicato dos jornalistas, que também perdeu arrecadação com os atrasos de contribuição do pessoal desempregado”*, contou Elza Troncoso. Assim, junto com Laurenice Noletto, produziu a galinhada, que foi vendida em marmitas.

Sobre o fim da *Projornal*, na visão de Maria José Braga o fato determinante era o não engajamento de jornalistas. Na visão dela, se esse engajamento inicial tivesse sido mantido, a Cooperativa poderia ter continuado suas atividades até hoje e *“quem sabe exercendo um papel muitíssimo relevante, com publicações próprias, com trabalho voltado diretamente para a sociedade”*. Maria José Braga destacou que no início houve esse engajamento maior, inclusive com o próprio *Jornal de Deboche*, que era uma publicação da *Projornal* e que marcou a

¹¹⁰ A Exposição Agropecuária é um evento voltado para o agronegócio, e ocorre geralmente uma vez ano em vários locais do Brasil. Em Goiânia, é organizado pela Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, e está na 75ª edição. No evento, além de negócios voltados para o setor, como exposição de animais e produtos agrícolas, há ainda shows musicais e outras atrações de entretenimento.

imprensa goiana. *“Mas, a partir da consolidação profissional de muita gente, essas pessoas foram fazendo opções profissionais de melhor remuneração, de emprego com carteira assinada, questões [...] profissionais, mas envolvendo escolhas pessoais”*, enfatizou Maria José Braga.

Maria José Braga também se recorda do momento em que o grupo que atuava na Cooperativa fez a opção de encerrar as atividades, pois eles estavam enfrentando dificuldades em se manterem e manterem a *Projornal*. Eles eram poucos jornalistas, e trabalhavam apenas para manter a cooperativa funcionando.

[...] foi uma decisão muito difícil, uma decisão que na época nos fez sofrer demais, nos acreditávamos naquele projeto, nós continuamos acreditando num projeto parecido, projeto semelhante, mas também por questões de sobrevivência mesmo, do exercício profissional, nós fizemos a opção por encerrar mesmo, por não termos mais pernas para continuar. Mas que não foi uma decisão em razão de desacreditar do projeto, volto a dizer, nós continuamos apostando – e aí eu tenho certeza de que os que estavam lá no final pensam como eu – [...], então eu tenho certeza que esse grupo todo continua acreditando que existe forma de o jornalista, a jornalista, se organizarem inclusive para fazer jornalismo, e fazer jornalismo que nós acreditamos que a sociedade precisa. (BRAGA, 2022).

Para Maria José Braga, não foi um problema de gestão, pois quem estava à frente da entidade deu o melhor de si para fazê-la funcionar. Na visão da jornalista, além do não engajamento, houve muita desvinculação de profissionais do projeto, e eles *“não apostaram no projeto coletivo de ter uma cooperativa [...], mas as oportunidades de trabalhos surgem e as pessoas fazem suas escolhas profissionais”*.

7.3 O LEGADO DA PROJORNAL

Apesar das diferentes visões acerca da *Projornal*, a experiência é tida por todos os entrevistados como importante e como uma tentativa de propor, naquele momento, uma atuação diferente no mercado jornalístico. Para Jales Naves, a Cooperativa de Jornalistas de Goiás *“demonstrou ser possível a união dos profissionais de uma mesma área para atuarem em conjunto, de forma organizada e produtiva, com resultados para aqueles que efetivamente participarem de suas atividades”*. Em relação ao cooperativismo, Jales Naves acrescenta que *“é um sistema que funciona e exige muita disciplina e educação para a cooperação,*

compreender o momento e a responsabilidade de cada um em todo o processo. Não é fácil, mas é viável. Ela [Projornal] deixou o exemplo”¹¹¹.

Gina Louise contou que mesmo que a *Projornal* possa ter tido um final triste com a redução do número de cooperados, espaço físico e até mesmo em sua produção, a Cooperativa foi *“uma experiência única, bela e corajosa da práxis de uma verdadeira nova ordem da informação. Projeto que floresceu e deu frutos em um período de efervescência da organização social e dos ideais democráticos no Brasil”*. Gina Louise também destacou que tem muito orgulho de fazer parte do que denomina de construção coletiva e enfatiza que a *Projornal* carregava um significado até mesmo pedagógico para a sociedade que se organizava naquele contexto e isso representava *“para os jornalistas, alternativa concreta de trabalho e sobrevivência, demonstrando que a categoria, quando quer, pode viabilizar projetos próprios, pode vivenciar a utopia”*. A experiência da Cooperativa serviu de referência para iniciativas populares e comunitárias:

É inegável a relevância da Projornal como referência para entidades, movimentos populares e jornalistas no Estado de Goiás, enquanto concepção coletiva e democrática da comunicação. A Cooperativa esteve presente em um amplo universo social, debatendo a importância da informação - informar e ser informado -, e desenvolvendo, de modo participativo, projetos direcionados à realidade de cada segmento. De posseiros urbanos, associações de moradores e municípios do interior a entidades de professores, médicos, odontologistas, engenheiros, arquitetos, funcionários públicos e outras categorias. [...] Essa experiência pioneira deixou rastros. A partir dela, a comunicação foi entendida como sinônimo de poder pela sociedade organizada, que continuou a priorizá-la. Seja através da continuidade de suas publicações, seja contratando assessores de imprensa, ou mesmo ao ter uma postura crítica na relação com a grande mídia. (JORGE, 2021).

Cileide Alves enfatizou o papel fundamental da Cooperativa para que os jornalistas conseguissem atuação profissional, sendo ela uma dessas profissionais. Ela narrou que, apesar da crise que o jornalismo passava naquele momento, a *Projornal* abriu portas para que os profissionais se sustentassem e, posteriormente, conseguissem uma colocação no mercado: *“foi muito importante no início da minha carreira, naquele momento que as portas se fecharam no jornalismo goiano a Projornal abriu pequenos espaços pro jornalismo comunitário, [...] de associação de classes, [...] alternativo”*. Cileide Alves conta ainda que havia pequenas revistas e jornais que precisavam de conteúdo, mas não tinham mão de obra qualificada, e a cooperativa oferecia essa contrapartida. Além disso, a jornalista fez trabalhos importantes que marcaram

¹¹¹ Motivado pela realização da entrevista para esta pesquisa, o jornalista Jales Naves publicou uma matéria no jornal A Redação, disponível no Anexo 6.

sua carreira, como a cobertura das Diretas Já, em 1984, e os comícios de Iris Rezende. Maria José Braga também se recorda da importância da cooperativa no início de sua carreira:

*[...] Foi a primeira experiência profissional, porque na faculdade quando a gente fez Jornalismo, nosso movimento de estudantes era muito para fortalecer os órgãos laboratoriais de jornalismo. Houve aí uma mudança, porque nós éramos jornalistas e éramos contra estágio, então a gente queria que dentro da universidade a gente tivesse a oportunidade de nos formarmos integralmente para exercer a profissão em todas as atividades, em todos os segmentos. Então a minha turma, no primeiro ano de faculdade, nós já tínhamos um jornal da turma que chamava-se *Precoce*. E era exatamente isso, nós muito precocemente já queríamos fazer as coisas, fazer jornalismo. Então na verdade já tinha uma experiência de dentro da faculdade de fazer o produto todo, buscar entrevista, fazer redação, fazer fotos, buscar diagramação, mas a *Projornal* me possibilitou a primeira experiência profissional. Então isso pra mim foi muito relevante. (BRAGA, 2022).*

Nilton José enfatizou toda a contribuição do trabalho da *Projornal* com os movimentos sociais no âmbito da sociedade e formação dos profissionais de jornalismo. Muitos jornalistas que atuaram na *Projornal*, incluindo ele, tornaram-se à época docentes da Universidade Federal de Goiás e integraram, junto com estudantes, um movimento nacional para a inclusão da comunicação comunitária nos currículos do Curso de Jornalismo. Essa vivência foi levada também para a Rádio Universitária da UFG¹¹², que cobria a cidade e “mergulhava” nos movimentos sociais. Para ele, a experiência da *Projornal* reverbera, de alguma forma:

[...] é muito interessante perceber que uma história, a construção, ela não termina porque eu entrei ou eu saí. Os movimentos populares, a história da humanidade, às vezes ela é muito mais longa do que a gente imagina, e os movimentos também porque eles não tem recursos, às vezes tem recursos para cinco anos, [...] então a gente vai vendo que essa história que começou lá está muito presente hoje. Toda essa experiência que começa no jornalismo às vezes convencional, no veículo, vem pra cooperativa, pela universidade [...] (ROCHA, 2021).

Para Laurenice Noleto, a *Projornal* foi importante não apenas para a formação pessoal dos jornalistas “*enquanto militantes políticos contra a ditadura, mas foi uma experiência de que nós somos capazes de organizados gerir e criar espaços dos próprios jornalistas*”. Ela destaca outros projetos brasileiros de jornalismo da mesma época, como a *Coojornal* no Rio

¹¹² A Rádio Universitária da Universidade Federal de Goiás foi criada pela resolução 14/1962 da Reitoria da UFG, e outorgada pelo decreto 56.876 de 16 de setembro de 1965. A concessão da Rádio UFG foi a primeira do país para radiodifusão educativa, e contou com a interferência do ministro da Justiça, o goiano Alfredo Nasser. A instalação foi coordenada pelo primeiro diretor da Emissora, Ivo Pinto de Melo, incumbido pelo reitor Colemar Natal e Silva. Em 1965 o primeiro prédio da Rádio UFG foi inaugurado na Alameda Botafogo, tendo a presença do senador por Goiás e ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, e de Mauro Borges, então governador do Estado. Em 1978, um incêndio destruiu grande parte do patrimônio da Rádio, que teve que funcionar em condições precárias por cerca de um ano no Setor Sul, até ter sua sede atual na Alameda das Rosas. Fonte: Disponível em: <https://www.radio.ufg.br/p/1311-historico>. Acesso em 19/07/2021.

Grande do Sul e o jornal *Pasquim* no Rio de Janeiro, que mostraram a experiência e importância dos jornalistas buscarem fazer um “*jornalismo de verdade*”, após 21 anos de ditadura. Para Laurenice Noleto, os jornalistas sentiram que enquanto profissionais “*formados por uma escola de Comunicação [...] era dever nosso lutar pela democracia no Brasil, e lutar pela democracia no Brasil passava por lutar também por um Jornalismo que informava a população de verdade, e não um Jornalismo totalmente sob censura*”. A Cooperativa de Jornalistas de Goiás foi, na visão de Laurenice Noleto, também um “*ato de indignação transformado e instrumentalizado*”, por meio do qual essa luta pela democracia e por uma sociedade mais igualitária era possível: “*Eu acho que [a Projornal] foi importante, nunca me arrependi, nenhum de nós se arrependeu de fazer parte disso. E foi muito importante para a nossa história e, eu acho, do jornalismo goiano e do jornalismo brasileiro*”. Maria José Braga também vê a *Projornal* como esse projeto de dimensão histórica e social:

O projeto foi muito importante para a categoria dos jornalistas, que havia ali de fato uma oportunidade para os jornalistas exercerem o seu trabalho e buscarem o que nós chamamos de autonomia integral no exercício profissional. Pra sociedade eu creio que a cooperativa deu sua contribuição ao editar o Jornal de Deboche, que marcou sim um tempo aqui na imprensa goiana, e creio que continua até hoje como uma experiência a ser olhada, uma experiência que as pessoas precisam conhecer, que nós jornalistas precisamos de difundir e nos tempos atuais, com as mudanças tecnológicas que por um lado criam uma profusão de informações, mas por outro lado permite sim o exercício do jornalismo de uma forma mais barata, então eu creio que é uma experiência para a gente voltar a olhar e inclusive buscar caminhos semelhantes. (BRAGA, 2022).

Lúcia Helena Vieira destacou a importância do cooperativismo, que conta com experiências bem sucedidas no Brasil e no mundo. Para ela, a *Projornal* desempenhou um papel de grande importância mostrando que é possível fazer jornalismo de qualidade por meio do sistema cooperativista. Ela acredita, ainda, que essa experiência pode voltar em Goiás, e que a cooperativa mostrou que é possível trabalhar por meio da união e solidariedade em prol de objetivos afins.

[...] A prática do cooperativismo eu acho que pode nos levar a um mundo mais feliz, porque tem divisões igualitárias de tudo, tanto de trabalho quanto da forma de sobrevivência do financeiro. Eu acredito sim, eu penso que é um viés a ser resgatado, ainda mais nesse momento de pandemia, de escassez de trabalho, de guerra. Eu acredito na filosofia cooperativista e que ela pode nos dar um mundo mais feliz profissional e humano. [...] nesse momento tão sofrido, de tanto desemprego, de desentendimentos, de ódio que foi disseminado no país por esse governo tão irresponsável que muitas pessoas acreditaram... esse governo eu acho que foi na história do país não houve nada pior do que aconteceu, e do que está acontecendo, e acho que através do cooperativismo pode-se resgatar o bem estar profissionais a jornalistas e a outras cooperativas, de outras profissões. (VIEIRA, 2022).

Ana Maria de Souza considera que a *Projornal* foi uma semente, e não sabe se ainda renderá frutos num futuro. “*Não deixa de fazer parte da História do Jornalismo em Goiás, foi a primeira experiência na área de comunicação, jornalismo, experiência sem padrão. [...] não sei se no futuro voltaria, daria certo. A gente pode até sonhar*”, enfatiza. Para ela, a Cooperativa foi essencial na sua formação profissional, pois teve noção de coordenação, editoração e pôde colocar em prática a teoria aprendida no curso de Jornalismo. Silvana Coleta também enfatizou o papel da cooperativa na formação pessoal e profissional:

[...] para minha formação foi essencial. Eu nunca tinha editado um conteúdo até chegar lá, eu nunca tinha acompanhado uma diagramação até chegar lá, nunca tinha fechado conteúdos, páginas, até um produto final, porque você era responsável por aquele jornal do começo ao fim [...]. E relacionamentos incríveis que a gente faz nessas épocas, lembro com um carinho enorme, então era muito gostoso, a gente tinha um convívio muito gostoso. Mas como todo convívio que esbarra na dificuldade, ele tende a ficar mais complexo, e acho que isso acabou culminando porque elas iam abandonando literalmente o barco. Conforme elas iam conseguindo se consolidar em outras carreiras, em outros lugares, elas foram ficando e deixando a Projornal. [...] Agora a importância, histórica [...], foi com certeza um marco, eu nunca ouvi falar em iniciativas como esta, pelo menos aqui em Goiás, dessa natureza. (PEREIRA, 2022).

De igual modo, para Marly Paiva, a Cooperativa trouxe grandes aprendizados, tanto no campo pessoal quanto profissional. A jornalista destaca sua inexperience profissional e a oportunidade de aprender com grandes jornalistas, como Antonio Carlos Moura e Marli Brasil. “*Esse contato foi muito importante, e [...] também o intercâmbio, a parte social, adquirir experiência, de saber, de aumentar os nossos conhecimentos tanto sobre o campo jornalístico quanto a fatores sociais*”, enfatiza. Cláudio Curado avalia que a experiência na *Projornal* embasou sua atuação profissional como jornalista, inclusive no enfrentamento de desafios profissionais.

Depois que sai de lá [...] fui trabalhar no Popular como repórter de política, que [...] o supramundo de ser jornalista de jornal em Goiás [...]. Eu entrei e com um mês fui entrevistar um candidato a governador, fui sozinho, eu era recém formado, e foi a experiência da Projornal que me possibilitou eu enfrentar esses desafios profissionais. Então você imagina, acaba de formar, e vai entrevistar um candidato a governador. Quer dizer, o cara é uma raposa política. Como você pergunta pro cara [...] não te dá a volta? Como a gente entrevistava político e fazia um monte de coisa na Projornal você já conhecia o meio. Ela me deu uma experiência que eu levaria uns oito, dez anos para ter no dia a dia do jornalismo se não tivesse passado por lá. Eu devo muito a Projornal. (CURADO NETO, 2022).

Além disso, Cláudio Curado se recorda das dificuldades enfrentadas na época, com a reconstrução da democracia. Ela conta que em algumas coberturas, como a ocupação do Finsocial, era comum o repórter ir para o local pela manhã e só regressar à noite, almoçando na casa das pessoas da comunidade. *“E também estavam nascendo as lideranças políticas que vinham até nós e falavam: “Quero lançar um jornal, nós temos uma associação de bairro”.* Visão similar foi apresentada por Divina Marques:

É uma escola de jornalismo porque você é testada ali, faz uma matéria e claro que não foge de todos os esquemas, tem o revisor, o editor [...], mas não se chama censura, se chama cuidado com o que se escreve. Então a cooperativa é uma escola, porque entra quem já tem experiência, e entra quem tá começando também. Aqueles que estão começando eles crescem em uma nova escola, numa escola que prevê liberdade de imprensa, [...] prevê idealismo, eu trabalho com o que eu gosto não pra ganhar bem. Você sabe que o resultado quando vinha acabava sendo bom, acho que todos que fizeram parte da Projornal acabaram se empregando bem, porque nessa liberdade cresce um número maior de boa vontade, de querer fazer bem feito e você quer fazer bem feito porque você quer, porque é preciso, e não porque tem alguém te pagando, porque as vezes você nem está recebendo. [...] a Projornal foi uma escola para escrever com liberdade. (MARQUES, 2022).

Ana Maria de Souza considera que hoje é mais difícil essa união de forças que havia naquela época, e que no contexto político e social do Brasil a *Projornal* foi um meio para também dar voz a esses atores sociais: *“As pessoas queriam gritar, falar, e nada mais importante do que ter um jornalzinho”.* A população fundou associações, sindicatos de diversos segmentos, e passou a se organizar socialmente, e a *Projornal* participou e acompanhou de perto muitas dessas lideranças.

Para Elza Troncoso, a *Projornal* abriu muito mercado, especialmente ligado à assessoria de imprensa e produção de *house organs*, que era algo muito novo na época. Ela considera que a democratização da comunicação também estava incluída no próprio contexto de redemocratização do país e, por isso, a atuação da cooperativa se mostrou interessante para atuação jornalística porque permitiu que o público visse outras possibilidades de comunicação para além dos grandes veículos de imprensa. A jornalista afirmou que a partir do momento em que a sociedade começa a ler algo diferente, seja o jornal interno do seu sindicato ou de outra entidades/empresas, há uma pluralidade de vozes da sociedade que se manifestam nos conteúdos ali difundidos. Para Elza Troncoso, isso também está ligado a um processo *“de formação de consciência de comunicação, saber como as coisas acontecem.”*, e complementa:

[...] foi uma diversidade muito grande de veículos e de assessoria para quem a gente fez. Então para além de ter ocupado a mão de obra e da experiência de quem viveu lá, eu acho que a gente teve a oportunidade de explicar para muita gente, para as

organizações os processos de comunicação, de como isso é feito, de como poderia ser feito. [...] tudo isso, na minha visão, foi um ganho. E se a gente pecou em alguma coisa foi em não nos preparar administrativamente e economicamente para saber como gerir, sabe, e óbvio que na linha tem também a falta de consciência de todo mundo de que a cooperativa não é uma empresa, a gestão é diferente. (CUNHA, 2022).

Além disso, Elza Troncoso destaca que o volume e tiragens de publicações mensais realizadas pela *Projornal* era muito considerável na época, atingindo muitas pessoas em diferentes camadas sociais e localidades: “*se você pensar, talvez fosse até maior do que jornais que até então circulavam como diários*”. Para ela, com exceção dos jornais que circulavam fora da capital e do Estado, as produções da Cooperativa tinham muito alcance e destaque. “*Eu acho que era um público nada dispensável, [...] até a gente na época não tinha a noção exata do fluxo e do volume que era. A gente podia ter capitalizado mais nesse sentido, pra um veículo próprio*”, relembra Elza Troncoso.

[A cooperativa] foi uma escola, primeiro uma escola em termos técnicos, de você aprender a usar uma linguagem diferente, pra veículos diferentes, pra situações diferentes. Tinha jornais que você tinha público que era quase de pessoas semi-alfabetizadas, que vem depois aquela linguagem de internet, de você trabalhar coisas mais simples, textos pequenos. [...] eu trabalhei muito tanto com sindicato, como conselho e associação de médicos, [...] e lá você tinha um volume muito grande de matérias científicas, material específico, [...] mas você fala com outro nível de pessoas onde as decisões, os assuntos que estão sendo tratados são muito diferentes. [...] na parte administrativa e econômica porque na cooperativa eu também fiquei a frente, então pra mim foi importante, por isso eu falo que, na minha avaliação, se nós tivéssemos hoje talvez investido em formar algumas pessoas que pudessem ocupar esses postos, talvez nós tivéssemos tido pelo menos uma vida útil mais longa. E acho que socialmente meu mundo ampliou mais, pra todos os lados, porque quando você convive mais internamente com esses grupos organizados de todos os níveis econômicos, culturais, que era o que a gente fazia, [...] amplia a realidade da gente também, e emocionalmente a gente aprende a tomar porrada e levantar, sabe. Então pra mim acho que foi uma parte muito importante da minha vida e um aprendizado muito grande. (CUNHA, 2022).

Ana Maria de Souza também destacou que embora houvesse um lado um pouco pesado de trabalhar na *Projornal*, ligado à frustração em relação à questão financeira, havia o sonho de trabalhar sem patrão e isso foi uma experiência única. Além disso, a turma de jornalistas cooperados era muito animada, de “*jovens sonhadores*”, e houve muita amizade e divertimento entre eles. Esse sentimento de amizade e união foi destacado por outros profissionais:

Eu tenho muito orgulho de ter participado desse período da cooperativa [...]. É difícil a gente conseguir um grupo, unir um grupo, criar um projeto assim que tenha uma certa unidade de pensamento e que tenha capacidade de abrir mão de interesses pessoais e se dedicar a algo. Porque tínhamos que ficar ali dentro horas sem saber se aquilo um dia daria retorno, se conseguiríamos viabilizá-la, tínhamos que acreditar. Então isso foi muito bonito, e estávamos ao mesmo tempo sempre

mobilizados, sempre trocando ideias. Era também um local de fomento de ideias, de troca e de resistência contra a ditadura. Isso eu não esqueço porque era assunto que estava sempre presente. (PAIVA, 2022).

Cláudio Curado acrescentou que junto a essa relação de muita amizade dentro da *Projornal* “*você tinha uma relação social num momento que a sociedade tinha um burburinho maior, uma abertura social maior*”, possibilitando também uma maior relação e intercâmbio entre os jornalistas e a sociedade como um todo. Claudio Curado também enfatizou que, para além do aprendizado gigantesco, todos foram remunerados de maneira digna nos trabalhos da cooperativa, sem exploração de mão de obra:

Acho que a proposta da Projornal é uma proposta hoje extremamente atual, e dentro de uma conjuntura de necessidade do jornalista, que é você ter condição de ser efetivamente dono da sua mão de obra. Você poder produzir e ser remunerado dignamente por isso, porque a gente ganhava mais que o piso. Então você trabalhava muito? Trabalhava. [...] Você tinha um aprendizado intenso e remunerado dignamente por isso. Hoje as pessoas se remuneram mal, se sujeitam a muitas coisas, que eu acho que você tem que colocar um limite na sua dignidade pessoal e profissional e não passar dessa linha. [...] (CURADO NETO, 2022).

Divina Marques acredita que o início da sua carreira no *Cinco de Março*, seguida da demissão coletiva três meses após ter entrado no semanário, foi, de certa forma, um presente que contribuiu muito para sua formação profissional ligada aos acontecimentos que levaram à criação da *Projornal*. Ela considera que nasceu a semente revolucionária dentro dela, que estava saindo do semanário “*com pessoas que tinham uma experiência boa [...], então saindo junto com eles, eu me nivelei com eles; convivendo com eles, eu aprendi com eles também*”. Esse grupo dialogou e caminhou junto para a formação da Cooperativa.

Para Divina Marques, tudo isso foi importante até mesmo para aprender a conviver na insegurança, já que antes era concursada e tinha salário fixo todo mês, diferente da profissão de jornalista. Para a profissional, a Cooperativa foi importante por esse contexto e também “*porque foi a única aqui em Goiás, [...] e numa época em que fazer jornal era perigoso. [...] Eu tive coragem de me soltar, voar e lutar para ser uma boa jornalista porque eu não tinha ninguém que me sustentasse*”, enfatizou Divina Marques. Silvana Coleta também destacou a importância da *Projornal* na sua formação e na de nomes importantes do jornalismo goiano e nacional:

Eu lembro com muito carinho e com muita gratidão desse período. Porque eu aprendi muito, a gente fazia tudo dentro da produção de um jornal [...]. Se você pega os expedientes da Projornal você vai ver nome que fizeram história, que trabalharam em jornalismo a vida toda, alguns que ainda trabalham até hoje [...]. Na minha

formação profissional eu considero que tenha sido essencial, e se foi essencial na formação, é essencial para o jornalismo, porque eu estou fazendo jornalismo há 40 anos [...]. (PEREIRA, 2022).

Considerando a conjuntura atual do mercado de trabalho jornalístico, Cláudio Curado afirmou que a *Projornal* foi uma experiência que gostaria muito de vê-la retornar, mas não sabe se, diferente daquela época, o profissional de jornalismo hoje teria mais visão para abrir uma cooperativa. Como presidente do sindicato da categoria, ele destacou que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso há um pensamento de mercado de que as conquistas são individuais, e isso dificulta ainda mais a união da categoria, já que é necessário cultivar o pensamento de que há um plano coletivo de luta e apoio mútuo. Embora a visão da *Projornal* seja extremamente atual hoje, *“a visão coletiva, [...], profissional, como trabalhador de comunicação, [...], está muito machucada, digamos assim, e a proposta de trabalho coletivo [...] é complicada na conjuntura de visão pessoal dos trabalhadores hoje”*, afirma Cláudio Curado. Ele analisa que a *Projornal* foi essa tentativa de união, e foi exitosa durante um tempo, com a reabertura democrática, e as pessoas tendo conhecimento de que, para além de um jornal, precisavam de assessores de comunicação e outros produtos simbólicos de comunicação. Divina Marques acrescentou que a Cooperativa também está ligada a uma maneira mais livre e alternativa de se fazer comunicação, e isso foi um fator muito importante no projeto coletivo.

Eu acho ainda que a melhor forma de se fazer um jornalismo livre é cooperativa de jornalistas. Porque você não tem que dar satisfação pra muita gente, não fica cercado por regras [...], faz o que precisa fazer. Vai ter despesa, mas vai ter matéria paga também. [...] você pode escolher os anunciantes menos tóxicos, [...] pode dizer não para quem você sabe que não é uma empresa legal [...]. (MARQUES, 2022).

Maria José Braga também vê a Cooperativa dessa forma, e reforça que no Brasil há um movimento oposto ao que houve quando a *Projornal* fechou as portas, que era a migração dos jornalistas de pequenas iniciativas para grandes veículos de comunicação e assessorias de imprensa. *“Eu creio que a gente está vivendo um momento reverso, que são os jornalistas e as jornalistas deixando as grandes redações, cargos de assessores etc., e buscando alternativas para o exercício do jornalismo, e buscando efetivamente autonomia”*, enfatiza Maria José Braga. Para ela, que é presidenta da Federação Nacional de Jornalistas, há vários coletivos atuando no país voltados para um jornalismo que preza por uma informação de qualidade, como Organizações não Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e cooperativas de jornalismo, que começaram a ressurgir no cenário nacional em outros Estados. *“Então é um movimento reverso, e a Projornal, assim como a Coojornal*

do Rio Grande do Sul, continuam sendo experiências para serem fontes para a categoria se informar e de alguma forma se espelhar no movimento que foi feito pela categoria lá atrás”, enfatiza Maria José Braga.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Foi uma semente, que não sei se ela vai brotar algum dia”. A afirmação de Ana Maria de Souza sobre a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*) durante sua entrevista nos chamou atenção por duas razões. Primeiro, acreditamos, assim como a jornalista, que a *Projornal* foi uma semente que encontrou um terreno fértil para ser plantada. Um grupo de jornalistas, face ao cenário de alto desemprego em Goiás, de censura do próprio regime militar e de restrições empresariais que limitavam o exercício profissional tomaram a primeira atitude para esse plantio: se propuseram a discutir esses cenários e tomarem alguma ação coletiva para a classe. Segundo, após seu plantio, cercado por dificuldades e percalços, a *Projornal* brotou e nasceu com um propósito bem definido, com expectativa de seus sócios-fundadores que carregavam a vontade de executar um projeto independente e alternativo de jornalismo em Goiás. Por isso, na nossa visão, a semente não apenas brotou, mas cresceu e reverbera ainda hoje no jornalismo em Goiás e no Brasil.

Aquele 12 de dezembro de 1978, no auditório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER GO), representou não apenas a fundação oficial da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. (*Projornal*), mas o início de um projeto único e, até então, oculto na História do Jornalismo em Goiás e no Brasil em razão de carência de um estudo acadêmico que trouxesse à tona essa história de resistência. A primeira vez em que soubemos de alguma informação sobre a Cooperativa de Jornalistas de Goiás, ainda não tínhamos dimensão da atuação e da importância dessa experiência de jornalismo para o Estado e para o país. Além disso, estudar a *Projornal* nos fez perceber muitas variáveis envolvendo uma classe profissional, na qual estamos inseridos, e um modelo, o cooperativismo; e essas variáveis que impulsionaram a criação da Cooperativa serviram como motor para unir pessoas, de diferentes pensamentos, em prol de um coletivo.

As entrevistas realizadas fomentaram ainda mais esse debate, e contribuíram para que percebêssemos que, diante de situações extremas e/ou específicas, as pessoas podem se unir, discutir e encontrar juntas, alternativas de melhorias relacionadas a urgências de uma atuação profissional condizente com o que acredita. A *Projornal* se revelou para nós no meio do primeiro semestre de 2021, mudando o percurso da pesquisa inicialmente pensada para o doutoramento em Comunicação. Acreditamos que nada acontece por acaso, e essa mudança no objeto de pesquisa deveu-se à uma força histórica que acompanhou o ideal da Cooperativa, bem

como sua atuação. Era necessário dar o devido lugar privilegiado e de destaque da *Projornal* na História da Imprensa em Goiás e no Brasil.

A pesquisa empreendida nesta tese nos leva a responder positivamente a questão-problema que nos motivou para este estudo: a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*) é um projeto alternativo e independente de jornalismo em Goiás, desenvolvido entre 1978 e 1988. Sua atuação foi motivada não apenas para ocupar um lugar de mercado, mas sobretudo como ocupar esse espaço de uma maneira que os jornalistas envolvidos acreditavam que seria a mais próxima do que consideravam como um “jornalismo de verdade”, livre, que, no nosso entendimento, é a prática acompanhada de uma função social que está impregnada no próprio jornalista, na sua tribo, no *ethos* profissional. Por isso, desde a concepção do projeto, tem-se a sinalização de uma atuação livre de partidarismos e de arranjos econômicos que pudessem dificultar o livre exercício da profissão conforme seus cooperados acreditavam que tinha que ser.

Mais do que uma alternativa para os jornalistas dentro do mercado de trabalho, a *Projornal* era a materialização de um sonho de um jornalismo independente em relação à produção editorial e, por isso, foi planejada para atuar em diversas frentes. A Agência *Projornal*, o *Jornal de Deboche* e edição de periódicos, livros e outros materiais jornalísticos. Havia, ainda, o projeto de uma gráfica própria, uma hemeroteca e outras fases da Cooperativa que não chegaram a sair do papel. A entidade visava atender mais do que uma questão financeira, mas uma possibilidade de prática jornalística mais autônoma, que possibilitasse que eles fossem donos de sua produção. Por esta razão, o modelo cooperativista mostrou-se mais eficiente do que a Sociedade Anônima, pois abrangia melhor o caráter coletivo que era uma marca do grupo. A Ditadura Militar e as imposições que vinham com ela, para além do modelo econômico, também reforçavam essa necessidade de uma união da classe como uma maneira de resistir e enfrentar os contextos que sufocavam o Jornalismo e a sociedade. A *Projornal* era um berço que acolhia a todos, e que representava um projeto no qual os jornalistas não ficariam à mercê das demissões, das grandes empresas, de outras questões que permeavam e influenciavam diretamente a prática jornalística. Assim, a Cooperativa se tornou um espaço de exercício de engajamento político e social que acompanhava os jornalistas. Havia o interesse e objetivo de se fazer uma comunicação mais abrangente, desvinculada de interesses hegemônicos.

Quanto às hipóteses levantadas inicialmente, a Cooperativa de Jornalistas de Goiás foi um reflexo de uma categoria profissional, com seus valores, discursos e ideologias,

impregnados na produção jornalística em diferentes formas e apresentações. Podemos afirmar isso com base nos depoimentos dos jornalistas entrevistados, e das próprias histórias de vida de cada um deles. De alguma maneira, todos os cooperados da entidade sofreram com a censura política e econômica, viram colegas serem perseguidos e mortos pela Ditadura Militar ou até mesmo fizeram parte dos jornalistas presos e/ou torturados nos porões da repressão. Eles abraçaram e compraram a ideia da Cooperativa de Jornalistas de Goiás seguindo um anseio nacional de uma alternativa de atuação jornalística, mas, ainda, de um espaço para colocarem em prática a visão de mundo que tinham e acreditavam. É por isso que nos deparamos com tantas formas que a Cooperativa encontrou para dar voz à população e às suas demandas. Seja denunciando torturadores e contando histórias de perseguidos políticos pela Ditadura Militar e “debochando” da sociedade e da época em que o país vivia por meio do *Jornal de Deboche*; seja dando suporte e apoio às necessidades dos movimentos sociais e populares; seja tendo um papel ligado à educação para a comunicação, por meio de pequenas publicações e assessorias desenvolvidas para as mais variadas entidades que passaram a compreender o poder simbólico da comunicação.

A Cooperativa não foi apenas um meio para que os movimentos pudessem “falar”, mas sobretudo terem acesso ao fazer comunicacional, por meio do diálogo e da atuação conjunta. A *TV Ambulante* e as ações de comunicação comunitária são reflexos dessa atuação, bem como a necessidade de se levar esse lado social do Jornalismo para a formação universitária dos jovens profissionais. É por isso que, sendo visionária, mesmo sem ter inicialmente esse objetivo, a *Projornal* influenciou a formação jornalística desde a sala de aula da Universidade Federal de Goiás, ditando a necessidade de uma formação e uma prática mais dialógica, mais ampla e de formação social do jornalista. A comunicação comunitária passou a integrar os currículos do curso de Jornalismo, seguindo uma tendência nacional de formação profissional.

Para além disso, a *Projornal* representou uma importante escola prática de jornalismo, e já previa em seu estatuto o acolhimento dos estudantes. Seus fundadores tinham consciência, desde o início, da necessidade de uma inserção profissional de mão de obra, e de uma recepção apropriada desses estudantes no mercado de trabalho. A entidade foi, portanto, uma importante escola técnica e de vida, na qual todos os profissionais que passaram por lá se recordam. Muitos iniciaram a carreira jornalística na Cooperativa, e aprenderam a prática do jornalismo por meio da produção de jornais e produtos diversos. Muitos nomes do jornalismo goiano passaram pela *Projornal*, como foi mostrado no Quadro 1, e isso revela que a experiência da entidade foi essencial tanto para os profissionais que já atuavam no mercado, com nomes consolidados,

como para os recém-formados que tinham além de um campo de atuação a oportunidade de aprendizado com os jornalistas mais experientes.

A pesquisa investigou não somente os fatores e contextos que levaram à concepção da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, situando o lugar e tempo dessa experiência para a História da Imprensa goiana, como também contribuiu para o estudo da memória da própria sociedade goiana. Há pesquisas sobre cooperativas de jornalistas em outros estados, a exemplo da *Coojournal*, do Rio Grande do Sul, mas a experiência da Cooperativa de Jornalistas de Goiás continuou silenciada por mais de quarenta anos. Por isso, acreditamos que esta Tese de doutoramento contribuiu significativamente para preencher essa lacuna histórica. Além disso, a experiência da *Projornal* é pouco conhecida ou desconhecida pelas gerações mais jovens de jornalistas, e acreditamos que os frutos do presente estudo são de extrema relevância para contar essa história e reafirmar o compromisso de torná-la pública, servindo como modelo de inspiração de prática de Jornalismo.

A *Projornal* realizou projetos que reverberam no Estado de Goiás e no país até hoje, e é preciso dar visibilidade a isso. Além disso, considerando que a história do presente e do futuro é uma continuação, repetição, reflexo e desdobramento de uma história do tempo passado, entendemos que a *Projornal* reflete ainda hoje para as novas formas de pensamento e ação. Hoje vivemos e presenciamos movimentos diversificados que estão, de alguma maneira, relacionados às práticas alternativas de comunicação, e temos nos deparado com pesquisas sobre novos arranjos de trabalho dentro do jornalismo. O retorno das cooperativas é um desses arranjos que se soma à coletivos, organizações sociais diversas, grupos específicos de atuação jornalística. Hoje o jornalismo também vive questionamentos e contextos de atuação, mesmo em uma sociedade democrática. É que a prática jornalística é dinâmica, viva, acompanha o tempo da sociedade. Os conglomerados de grandes empresas de comunicação, por vezes, restringem uma atuação mais autônoma, mesmo que a democracia e o exercício da cidadania sejam mais plenos no contexto atual. Ademais, vale ressaltar que diversas formas de atuação jornalística têm se multiplicado graças ao avanço das tecnologias de comunicação, e nesse aspecto destacamos observatórios nacionais e internacionais, projetos com pautas específicas, como as de direitos humanos e de mulheres, e outras experiências que pretendem explorar a atuação jornalística em seu potencial máximo de engajamento.

Em 1978 o cooperativismo era algo novo para diferentes categorias profissionais, mas hoje ele já é consolidado em diversas áreas de atuação. Apesar da boa vontade dos jornalistas, na *Projornal* ainda havia uma necessidade de maior compreensão do sistema, que exige

disciplina, responsabilidade individual e coletiva. Atualmente, esses entraves permanecem de diferentes maneiras em diversos projetos, em especial porque com o desenvolvimento neoliberal, a classe jornalística tem se mostrado mais desunida, se levarmos em conta dados de instituições como sindicatos e federação de jornalistas. Independente da profissão, há uma escolha cada vez mais individual pelo lucro, remuneração, e isso respinga em uma falta de coletividade, inclusive para se engajar na luta trabalhista. Há uma nítida precarização da profissão, e talvez a diferença de agora para as décadas de 1970 e 1980, período da *Projornal*, seja que naquela época havia um senso de coletividade maior, muito em razão da censura, da ditadura militar, do cerco econômico e empresarial também promovido pelo mercado de trabalho.

Em exemplo disso pode ser visualizado na fatídica demissão coletiva de dez jornalistas protagonizada pelo *Cinco de Março* que, com certeza e talvez infelizmente, não se repetiria nos dias de hoje, seja pelo contexto da sociedade atual, seja pela ausência de uma visão e disposição para uma luta coletiva. Apesar disso, há um anseio, talvez individual, pelo próprio fazer jornalístico, e é por isso que tem surgido esses novos arranjos profissionais mencionados. Podemos não protagonizar demissões coletivas, mas ainda integramos uma tribo jornalística (TRAQUINA, 2005b) que carrega valores, crenças, ideologias que acompanham a nossa prática jornalística. Temos buscado meios e maneiras de atuação, inclusive dentro das grandes empresas jornalísticas.

O fator financeiro pesou bastante na atuação da *Projornal*, pois o projeto foi iniciado sem muita estrutura e base e capital. Nesse sentido, hoje temos mais ferramentas empresariais e de administração que dão suporte aos jornalistas. Ainda temos essa lacuna na formação profissional, de acreditarmos que podemos empreender e sermos donos de negócios de comunicação que estejam mais alinhados aos projetos de vida que imaginamos. No entanto, há vários projetos nacionais e internacionais que capacitam e incentivam jornalistas nessa área, a exemplo do Centro Knight¹¹³ e da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo¹¹⁴. Ainda assim, a pesquisa aponta e reforça a necessidade de se apostar em um projeto coletivo. Isso porque a *Projornal* foi um projeto que deu certo, teve resultados positivos e marcou uma época. Com toda a produção que foi possível levantar até aqui, podemos afirmar que ela teve impacto regional gigantesco, e que somados seus produtos, eles alcançaram grupos diversificados, em quantidade e em qualidade de conteúdo jornalístico e informacional.

¹¹³ Site: <https://knightcenter.utexas.edu/pt-br/>.

¹¹⁴ Site: <https://www.abraji.org.br/>.

Entendemos, por fim, que há uma necessidade latente de cada vez mais registrar uma História da Imprensa em Goiás, cujos trabalhos já se iniciaram em diversas frentes, sendo uma delas o Grupo de Pesquisa em História da Comunicação em Goiás, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. A iniciativa do grupo vem somar forças para o registro, catalogação e estudo dessa história. Durante esta pesquisa, nos deparamos com uma carência significativa de registros, documentos públicos e meios de digitalização e disponibilização de acervos. É necessário, na nossa visão, uma dedicação aos arquivos, registros e estudos relacionados à História da Imprensa em Goiás, que representa e integra a própria história do Centro-Oeste do Brasil. As dificuldades encontradas, inclusive ao consultar acervos públicos e procurar meios institucionais de digitalizar acervos, chamaram ainda mais a nossa atenção para esta urgência. Na pauta dos estudos do Grupo de Pesquisa, sugerimos por meio desta Tese o estudo do jornal *Top News* e do *Jornal de Deboche*, considerando periódicos importantes na imprensa goiana.

Consideramos que as narrativas dos veículos de comunicação e de jornalismo são produtos históricos com referência social e cultural e, por isso, são registros documentais que perenizam narrativas, discursos e memórias. Uma pesquisa mais detalhada e com mais tempo para se debruçar sobre os acervos aos quais tivemos acesso durante a feitura da presente Tese de Doutorado precisa ser feita, pois eles têm a potência de revelar dados importantes da História da Imprensa em Goiás e da própria atuação e dinâmica do trabalho de jornalistas no período final de Ditadura Militar.

Ademais, como possibilidades a partir deste estudo, sugerimos uma política pública mais eficiente em relação à criação e manutenção de arquivos e hemerotecas estaduais em Goiás, e vemos possibilidades de executá-las junto ao poder público estadual, às instituições como museus e institutos de arquivos e documentações, e à própria Universidade Federal de Goiás. Acerca desta pesquisa, pretendemos dar continuidade aos desdobramentos como os estudos sobre o *Jornal de Deboche*, periódico da Projornal, e o jornal *Top News*, que citamos na introdução como objeto inicial de estudo. Além disso, encerramos esta pesquisa com a perspectiva de produção de um *e-book*, de um livro impresso e de elaboração de um projeto cultural envolvendo a *Projornal* e a História da Imprensa em Goiás como uma maneira de publicizar o estudo e, ainda, contribuir para a popularização da Ciência e Tecnologia.

Finalmente, a todas e todos que contribuíram na reconstrução da trajetória da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, deixamos nossos agradecimentos e reiteramos a nossa

compreensão que a história que vocês construíram possui vanguardismo, relevância cultural, social, formativa e, principalmente, jornalística.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual e História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AGÊNCIA SENADO. **Sistema S**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>. Acesso em: 22/06/2021.

ALMEIDA, M. Análise de dados na pesquisa qualitativa: desafios ao pensamento criativo. **Arxius de ciències socials**. València, espanha. N. 31 (dic. 2014), f. 143-153. Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/129081>. Acesso em 20/12/2019.

ALSINA, M. R. **A construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ASSIS, S. G.; *ET AL*. Definição de objetivos e construção de indicadores visando a triangulação. In: **Avaliação Por Triangulação De Métodos**: Abordagem De Programas Sociais. MINAYO. M. C. S; ASSIS S. G.; SOUZA E. R. (orgs.). Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005. P. 105-132.

ALVES, L. N. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 12 de março de 2021.

_____. **Flores no Quintal**: memórias de sonhos e de lutas. Goiânia: Kelps, 2013. E-book (não paginado).

BACELLAR, C. uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação** – Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Disponível em https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em 20/12/2019.

BARBOSA, M. **História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. In: **Revista Contracampo** - Brazilian Journal of Communication. V. 12 (2005). Disponível em: <http://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17385>. Acesso em 05/08/2019.

_____. Senhores da Memória. **Intercom** – Revista Brasileira de Comunicação. São Paulo, Vol. XVIII, nº 2, pág., 84-101, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1259>. Acesso em 06/08/2019.

BASTOS, L. C, BIAR, L. A. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, 31-especial, 2015 (97-126). Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/delta/v31nspe/1678-460X-delta-31-spe-00097.pdf>. Acesso em 20/12/2019.

BRAGA, J. L. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. Artigo apresentado ao GT Comunicação e Sociabilidade, do **XVIII Encontro da Compós**, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1078.pdf. Acesso em 20/07/2019.

_____. O que é comunicação? **Libero** – São Paulo – v. 19, n. 38 (2016), p. 15-20, jul./dez. Disponível em <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/794/786>. Acesso em 20/07/2020.

BRAGA, M. J. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 05 de maio de 2022.

BRASIL. M. RELATÓRIO sobre o II Encontro de Cooperativas de Jornalistas. In: BOLETIM INTERNO DA *PROJORNAL*, Agosto/1979.

BORGES, R. M. R. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras**: discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado. 2013. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3697>. Acesso em 12/04/2021.

BORGES, R. M. R.; LIMA, A. P. História da imprensa goiana: dos velhos tempos da Colônia à modernidade mercadológica. **Revista UFG**, 10(5), 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48211/23569>. Acesso em 12/04/2021.

BRITO NETO, J. C. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 21 de fevereiro de 2021.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Iris Rezende Machado. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>. Acesso em 02/07/2022.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CONSTANTINO, N. S. Pesquisa História e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXVIII, n. 1.; p. 183-194, junho 2002. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23794/14279>. Acesso em 31/05/2021.

CUNHA, C. A. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 08 de março de 2021.

CUNHA, E. T. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Presencial [MP3], 21 de abril de 2022.

CURADO NETO, C. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 24 de março de 2022.

DA PROJORNAL. In: Associação Goiana De Imprensa. **Imprensa goiana**: depoimentos para sua história. Goiânia: CERNE, 1980, p. 365-367.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução / Robert Darnton ; tradução Denise Bottmann. — São Paulo : Companhia das Letras, 2010.

ESCOSTEGUY, A. C. In: O que é, afinal, Estudos Culturais? In: **O que é, afinal, Estudos Culturais?** Org. e Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2010.

ESTATUTO da Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal*. Aprovado em Assembleia Geral no dia 12 de Dezembro de 1978. 25 fls.

FENAJ ET AL. **RELATÓRIO Da Comissão Nacional Da Verdade Dos Jornalistas – FENAJ** - Pela memória, pela verdade dos jornalistas brasileiros - 1964 a 1985. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2018/12/FENAJ-Relat%C3%B3rio-Comiss%C3%A3o-Verdade-Jornalistas.pdf>. Acesso em 30/11/2021.

FENELON, D. R. O papel da Historia Oral na Historiografia Moderna. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

FESTA, R. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. In: FESTA, RR; LINS E SILVA, C. E. (Orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986, P. 17.

FERREIRA, M. D. História oral e tempo presente. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

GALVÃO, M. C. B. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de Epidemiologia**, Barueri: Manole, 2011. Disponível em: http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_Cristian eGalv.pdf . Acesso em 25/05/2021.

GAWLAK, A.; RATZKE, F. Cooperativismo: primeiras lições. Ed. Brasília: SESCOOP, 2007.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29 Mai./Jun. 1995. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004. Acesso em 20/12/2019.

GOMES, A. R. C. **A Narrativa enquanto Instrumento de Investigação e de Autoconhecimento**. Um estudo da narrativa pessoal de uma professora de educação física acerca da sua experiência no projecto "Férias em Português em Timor Lorosa'e". Dissertação de Mestrado em Ciência do Desporto, na Área de Especialização de Desporto de Crianças e Jovens. FCDEF - UP, Porto, 2003. Disponível em https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14344/7/5925_TM_01_P.pdf. Acesso em 10/04/2021.

GROTH, O. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da Ciência dos Jornais. Tradução: Liriam Sponholz. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2004.

HISTÓRICO da Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal* [1979?]. 9 fls.

ISMAEL De Jesus Silva. **Memórias da Ditadura** - Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/marcio-beck-machado/>. Acesso em 25/06/2022.

JORGE, G. L. P. **Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mskalyne@gmail.com> em 12 de março de 2021.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. In: 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa. **Anais...** Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252/248>>. Acesso em: 17/02/2021.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e Revolucionários**: nos Tempos da Imprensa Alternativa. Edusp: São Paulo, 2018.

LAGE, N. Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. **Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, vol.1, n.1 p.20-25, Jan-Jul, 2014. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080>. Acesso em: 02/06/2021.

LANG, A. B. S. G. História Oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.) **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Ed. Unicamp, 2013.

LISBOA FILHO, F. F. Contribuições dos Estudos Culturais para a construção de um protocolo de pesquisas voltado à produção de sentidos. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 8, nº 16, julho-dezembro/2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/19201/PDF>. Acesso em 26/07/2022.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIA Augusta Thomaz. **Memórias da Ditadura** - Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/maria-augusta-thomaz/>. Acesso em: 20/11/2021.

MÁRCIO Beck Machado. **Memórias da Ditadura** - Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/memorial/marcio-beck-machado/>. Acesso em 20/11/2021.

MARCONDES, N. A. V; e BRISOLA, E. M. A (2014). Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap** – revista.univap.br, São José dos Campos-SP-Brasil, v. 20, n. 35, jul.2014. ISSN 2237-1753. Disponível em <https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/228>. Acesso em 20/12/2019.

MARINHO, M. B. (2009) **A Imprensa Alternativa e a Comunicação Comunitária em Goiás**: Décadas de 70/80: da Resistência à Cidadania. Goiânia: UCG, Kelps.

MARQUES, D. E. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 26 de abril de 2022.

MARTINO, L. C. **Elementos para uma epistemologia da comunicação**. In: NETO, A. F; PRADO, J. L. A; PORTO, S. D. Campo da Comunicação; caracterização, problematizações e perspectivas (org.). João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2001.

MEDINA, C. **Notícia: um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. Summus Editorial: 1988.

MEIHY, J. C. S. B. História Oral: um *locus* disciplinar federativo. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

MELO, L. O F. **A censura na ditadura**. Artigo de opinião. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed721-a-censura-na-ditadura/>. Data 20/11/2012. Acesso em 09/08/2019.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3):621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/?lang=pt>. Acesso em 20/12/2019.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, M. C. S.; ET AL. Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: **Avaliação Por Triangulação De Métodos**: Abordagem De Programas Sociais. MINAYO. M. C. S; ASSIS S. G.; SOUZA E. R. (orgs.). Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2005. P. 71-104.

MORAES, A. L. C. A análise cultural: um método de procedimentos em pesquisas. Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação. Vol. 4, nº 7, janeiro-junho/2016, P. 28-36. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/12490>. Acesso em: 19/05/2021.

MOREIRA, D. **As quatro mortes da estudante guerrilheira**. Portal Vermelho. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2012/07/28/as-quatro-mortes-da-estudante-paulista-que-virou-guerrilheira/>. Acesso em 20/11/2021.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisas em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011

MUYLAERT ET AL (2014) Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev Esc Enferm USP** 2014; 48(Esp2):193-199. Disponível em: www.ee.usp.br/reeusp/. Acesso em: 20/04/2021.

NAVES, J. **Entrevista** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <mskalyne@gmail.com> em 08 de abril de 2021.

NUNES, L. S.; ET AL. A. A análise da narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. **Revista Ciências Exatas**, Vol. 23, Nº. 1, Ano 2017. Disponível em <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/exatas/article/viewFile/2547/1704>. Acesso em 20/12/2019.

O DRAMA do desemprego. In: *Revista Novosdias*, 1986, p. 80-81.

OLIVEIRA, P. S. Sobre Memória e Sociedade. **Revista Usp**, São Paulo, n. 98, p. 87-94, JUNHO/JULHO/agosto 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/69273>. Acesso em 20/07/2020.

ORLANDI, E. Maio de 1968: os silêncios da memória. In. **Papel da memória**. ACHARD, Pierre et al. (orgs). Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999.

PADILHA, M. I. C. S.; BORENSTEIN, M. S. O método de pesquisa histórica na enfermagem. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2005 Out-Dez; 14(4):575-84. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/xP3qnvKypfxsX3NXZGyf3vk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 01/06/2021.

PAIVA, M. V. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Presencial [MP3], 21 de abril de 2022.

PAULILO, M. A. S. Pesquisa Qualitativa e a história de vida. **Serv. Soc. Rev. Londrina**. v. 2 n. 1 p. 1-153 jul./dez. 1999, p. 135-148. <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>. Acesso em: 20/04/2021.

PROJORNAL mostrou ser possível a união de jornalistas para trabalho conjunto. **Jornal A Redação**. Goiânia, Goiás, 11 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.aredacao.com.br/noticias/149261/Projornal-mostrou-ser-possivel-a-uniao-de-jornalistas-para-trabalho-conjunto>. Acesso em 12/04/2021.

PEREIRA, R.R. Viva a imprensa alternativa: viva a imprensa alternativa!... In: FESTA, RR; LINS E SILVA, C. E. (Orgs). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1986, p. 53-76.

PEREIRA, S. C. S. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 10 de março de 2022.

PESSANHA, E. Fronteiras disciplinares e o uso da história oral: por quem, de quem, para quem?. In: MEIHY, J. C. S. B. (org.). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 20/07/2020.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vo. 5, n 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 20/07/2020.

REISDORFER, V. K. **Introducao ao cooperativismo**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede E-Tec Brasil, 2014.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, G. S. L. **O Que É Cooperativismo?** Editora: Brasiliense: Brasília, 2017. E-book não paginado.

ROCHA, N. J. R. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 05 de março de 2021.

RODOVALHO, Mariane. Lições de um jornalismo debochado. In: **Vozes da Democracia: histórias da comunicação na redemocratização do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Intervozes : Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2006, p. 168-180.

SAHAGOFF, A. P. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. **XI Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação SEPesq** – 19 a 23 de outubro de 2015. Disponível em https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf. Acesso em 20/12/2019.

SALES, J. E. Cooperativismo: Origens e Evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**. Centro de Ensino Superior de São Gonçalo. Número I, Jan-jun-2010, p. 23-34. Disponível em: <https://periodicos.cesg.edu.br/index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>. Acesso em: 28/05/2021.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulos, 2003.

SANTOS, R. C. L. L. Reflexões sobre a arte de contar histórias. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 5, 4 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/5/reflexoes-sobre-a-arte-de-contar-historias>. Acesso em 17/04/2020.

SIGNATES, L. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. **LÍBERO** – São Paulo – v. 18, n. 36, p. 143-152, jul./dez. de 2015. Disponível em <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/51/29>. Acesso em 20/05/2021.

_____. **O jornalismo como dispositivo comunicacional**. 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz_Signates/publication/333198707_O_jornalismo_como_dispositivo_comunicacional/links/5ce0ffd892851c4eabacf008/O-jornalismo-como-dispositivo-comunicacional.pdf. Acesso em: 20/05/2021.

SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO ESTADO DE GOIÁS. **Uniao e transformação: 60 anos de história do Cooperativismo em Goiás / Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás**. Goiânia: OCB/SESCOOP-GO, 2016. Disponível em: <http://www.goiascooperativo.coop.br/arquivos/downloads/livro-60-anos-6-diagramacaomedio-002615.pdf>. Acesso em 17/02/2021.

SISTEMA OCB. **História Do Cooperativismo**. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 20/05/2021.

_____. **Ramos Do Cooperativismo**. 2019. Disponível em: <https://www.sescoopr.br/app/uploads/2019/10/cartilha-ramos-cooperativismo-2019.pdf>. Acesso em 20/05/2021.

SISTEMA OCB RJ. **Os Pioneiros De Rochdale** (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L-oXL6g00Og>. Acesso em 20/05/2021.

SODRÉ, M. Comunicação, um novo sistema de pensamento? In: NETO, A. F; PRADO, J. L. A; PORTO, S. D. **Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas** (org.). João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2001.

SOUZA, A. M. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Presencial [MP3], 23 de março de 2022.

STEFFEN, L. S.; HENRIQUES, M. N.; LISBOA FILHO, F. F. Análise cultural-midiática como protocolo teórico metodológico de pesquisas em comunicação. **Intercom** – RBCC, São Paulo, v. 43, n. 3, p.21-39, set./dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/interc/v43n3/1809-5844-interc-43-3-0021.pdf>. Acesso em 17/02/2021.

STUMPF, I. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; Barros, Antônio. (orgs). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 51-61.

TEMER, A. C. R. P. Comunicação e o Jornalismo: fundamentos para o debate conceitual. **I Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação**. Unisinos/RS: de 12 a 14 de maio de 2009. Disponível em: http://www.projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2009/Seminario_sl_Procad_2009.pdf#page=35. Acesso em 23/05/2021.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo I:** porque as notícias são como são? Florianópolis, Insular, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo:** A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol 2, Florianópolis: Insular, 2005.

VIABILIDADE da Cooperativa de Jornalistas de Goiás – *Projornal* [1978?]. 6 fls.

VIEIRA, L. H. **Entrevista** concedida a Kalyne Menezes. Google Meet, 24 de março de 2022.

WILLIAMS, R. **Cultura y sociedad.** 1780-1950. De Coleridge a Orwell. 1ª edición. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001. Traducion de Horacio Pons.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS
Unidade Acadêmica de vinculação da
pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada **“A COOPERATIVA DE JORNALISTAS DE GOIÁS (PROJORNAL): NARRATIVAS DE MEMÓRIAS MIDIÁTICAS E CULTURAIS DE JORNALISMO”**, que está sendo

desenvolvida por mim, Kalyne Menezes Souza no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, nível doutorado, da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Professora Doutora Rosana Maria Ribeiro Borges. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo.

Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo(s) pesquisador(es) responsável(is), via e-mail mskalyne@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar e/ou WhatsApp, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 98187-5985. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215.

O trabalho tem como objetivo geral investigar fatores e contextos que levaram à concepção da Projornal (Cooperativa e Jornalistas de Goiás), entre as décadas de 1970 e 1980, considerando a importância dessa experiência para a História da Imprensa em Goiás. Você será entrevistado e para isso deverá reservar um período de, pelo menos 1 hora, para que possamos conversar. Será feita uma coleta de depoimentos sobre a Projornal, com possibilidade de registro fotográfico e audiovisual dos sujeitos participantes, mediante autorização. Durante a entrevista, pode acontecer desconfortos emocionais ou constrangimentos e você poderá não responder a qualquer pergunta que lhe trouxer alguma angústia. Você tem direito a ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, e a pleitear indenização em caso de danos. Se você não quiser que seu nome seja divulgado está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. Contudo, haverá

a divulgação do seu nome quando for de interesse se não houver objeção:

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, _____, abaixo assinado,
concordo em participar do estudo intitulado **“A COOPERATIVA DE JORNALISTAS DEGOIÁS (PROJORNAL): NARRATIVAS DE MEMÓRIAS MIDIÁTICAS E**

CULTURAIS DE JORNALISMO”, Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Kalyne Menezes Souza sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, ____/____/____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Perguntas gerais:

1. Conte um pouco da sua história, quem é você, de onde veio;
2. Como começou a atuar no jornalismo em Goiânia? Chegou a cursar universidade? Se sim, em quais anos?
3. Se achar válido, perguntar contexto da ditadura - gancho para a fundação da Cooperativa de Jornalistas de Goiás, *Projornal*.

Sobre a Cooperativa:

4. A *Projornal* foi criada em 1978, à época você esteve envolvido/a com a criação da cooperativa? Como que se deu isso? (Gancho: Congresso USP, Vladimir Herzog);
5. Qual era o objetivo principal para a criação da *Projornal*? Vi que ela se baseou em outros modelos, como a *Coojornal*, do Rio Grande do Sul;
6. Como funcionava o modelo de cooperados da *Projornal*? (Perguntar sobre regimento, eleições, aceitação de demanda etc.);
7. A *Projornal* começou com 29 sócios-fundadores, ela foi ganhando visibilidade anos de existência ou ainda teve dificuldades de ser recebida pelos profissionais de comunicação?;
8. Quais jornais / produtos a *Projornal* desenvolvia? Como funcionava essa produção (etapas, distribuição, impressão etc)? Havia um perfil desses jornais (comunitários, tiragem etc)?;
9. É verdade que houve uma crise no mercado de jornalistas e isso, em certa medida, afetou a *Projornal*, que acolheu esses profissionais?;
10. Como a *Projornal* adquiria recursos para se manter e executar suas atividades?;
11. Na sua opinião, quais as maiores dificuldades enfrentadas na *Projornal*?;
12. Na sua visão, quais fatores foram fundamentais para o fim da *Projornal*?
13. Para você, qual a importância / relevância da *Projornal* para a História de Goiás, e também a História do Jornalismo no Estado?

Encerramento da entrevista:

14. Deixar aberto para comentários finais do (a) entrevistado (a);
15. Você possui ou tem ideia de onde posso encontrar o acervo da Cooperativa (jornais produzidos, documentos, etc)?;
16. Indicação de outros jornalistas que participaram da *Projornal* (técnica bola de neve).

APÊNDICE 3 –PRODUÇÃO DA COOPERATIVA

Quadro 3 - Trabalhos desenvolvidos pela Cooperativa de Jornalistas de Goiás (*Projornal*)

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
Produtos e serviços próprios - <i>Projornal</i>				
1	Agência <i>Projornal</i>	<i>Projornal</i> – venda para diversos veículos de comunicação.	1979-1988	Em 1979: Produziu 53 reportagens. Em 1980: Produziu 55 reportagens. Identificou-se os seguintes veículos: <i>Jornal Opção</i> , <i>Cinco de Março</i> , <i>O Popular</i> , <i>Jornal de Brasília</i> , <i>Folha de Goiaz</i> , <i>Top News</i> , <i>Coojornal (RS)</i> , <i>Jornal da República (SP)</i> , revista <i>IstoÉ</i> , revista <i>Veja</i> , <i>Revista Oasis</i> e <i>Revista Análise</i> .
2	<i>Jornal de Deboche</i>	<i>Projornal</i>		Produzido pela <i>Projornal</i> . 12 Edições.
3	<i>Jornal de Esportes</i>	<i>Projornal</i>	-	-
Produção em assessoria, multimídia e edição de livros				
4	<i>Assessoria Imprensa</i>	Empresas e movimentos sociais	-	Relatado por Gina Louise e Elza Troncoso.
5	Livro <i>Cantigas menores</i>	Autor: Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, Mato Grosso.	1979	4 mil exemplares. Reeditado em 2003 pela UCG (atual PUC-GO).
6	Livro <i>Querida Família</i>	Flávia Schilling	1979	-
7	Livro <i>Henfil na China</i>	Lançamento do livro realizado pela <i>Projornal</i>	1978	Apenas lançamento
8	<i>TV Ambulante</i>	Produção para movimento de posseiros urbanos	-	-
Periódicos diversos				
9	<i>Revista Análise</i>	-	1986	
10	<i>Revista Toda Fruta</i>	-	-	Provavelmente entre 1986-1988.

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
11	<i>Revista Oásis</i>	-	-	Provavelmente entre 1986-1988.
12	<i>O Barnabé</i>	Associação dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia	1979 1980 1986	02 edições em 1980 Houve mais edições conforme Jorge (2001)
13	<i>O Liberal</i>	Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás	1979 1980	03 edições em 1980
14	<i>Informe Comigo</i>	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano	1979	-
15	<i>Compsgol Jornal</i>	Cooperativa Mista dos Produtores de Soja de Goiatuba	1979 1980	04 edições em 1980
16	<i>Informativo Campal</i>	Cooperativa Agropecuária Mista de Paraúna	1979 1980	02 edições em 11980
17	<i>Jornal das Cooperativas</i>	Organização das Cooperativas do Estado de Goiás	1979 1980	04 edições em 1980
18	<i>Informativo</i>	Clube de Engenharia de Goiás	1979	-
19	<i>Teto</i>	Companhia de Habitação de Goiá	1979 1980	03 edições em 1980
20	<i>Informativo Construart</i>	Cuiabá-MT		01 edição em 1980
21	<i>Informativo Municipal</i>	Prefeitura de Petrolina de Goiás	1980	01 Edição em 1980
22	<i>Informativo ASCEEG</i>	Associação do Servidores da Caixa Econômica do Estado de Goiás	1980	03 edições em 1980
23	<i>O Comurguinho</i>	Associação dos Servidores da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg)	1980	01 Edição em 1980
24	<i>O Mineral</i>	Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de Goiás	1980 1983	01 Edição em 1980 Houve mais edições conforme Jorge (2001)
25	<i>Quatro de Outubro</i>	Movimento dos Posseiros Urbano (Goiânia/GO)	-	Provavelmente a partir de 1979/1980.
26	<i>O Município Hoje</i>	Jornal da Associação Goiana de Municípios - AGM	1984	-

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
27	<i>O Novo Jaraguá</i>	Jornal do Município de Jaraguá.	1984 1986	Segundo Jorge, esse trabalho teve importância significativa para a comunidade local.
28	<i>Jornal da Associação dos Municípios do Nordeste Goiano</i>	-	1983	Abrangia 29 municípios
29	<i>O Pacoteiro</i>	Jornal da Associação dos Supermercados.	1987	-
30	<i>Criação</i>	Jornal da Associação dos Servidores do Consórcio Rodoviário.	1986 1988	-
31	<i>O Caiapó</i>	Jornal do Sudoeste e do Mato Grosso Goiano.	1987	Abrangia 9 municípios
32	<i>Shau-lin</i>	Jornal do clube-escola Shau-lin.	-	-
33	<i>Odontologia</i>	Jornal do Sindicato dos Odontologistas.	-	-
34	<i>Informativo CRO</i>	Jornal do Conselho Regional de Odontologia.	-	-
35	<i>Jornal do CPG</i>	Jornal dos Professores de Goiás.	1983	-
36	<i>ADUFG</i>	Jornal da Associação dos Docentes da UFG.	-	-
37	<i>Travessia</i>	Jornal da Secretaria de Educação de Goiânia.	1985	Gina Louise afirmou comenta que foi um projeto muito importante, idealizado pela professora em História da UFG Dalisia Doles, quando foi secretária em Educação no município.
38	<i>Nossa Escola</i>	Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Goiás.	-	-
39	<i>Jornal da AEAGO</i>	Jornal da Associação dos Engenheiros Agrônomos.	1984	-
40	<i>Jornal da Semana no Livro Infantil e Juvenil</i>	-	-	-

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
41	<i>ANFIP</i>	Jornal da Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários.	1986	-
42	<i>O Fervedor</i>	Jornal do Município de Taguatinga.	1987	-
43	<i>Jornal da Cidade</i>	Informativo do Gabinete da vereadora Conceição Gayer.	1985	-
44	<i>Movimento Trabalhista</i>	Publicação do movimento trabalhista do PDT/GO.	1983	-
45	<i>O Macro</i>	Publicação do Sindicato dos Economistas de Goiás.	1983	-
46	<i>Bela Vista</i>	Jornal do município de Bela Vista-GO.	-	-
47	<i>Jornal Voz de Mulher</i>	Publicação do Comitê da vereadora Maria Dagmar.	1986	-
48	<i>Jornal da ASEG</i>	Associação dos Economiários de Goiás.	1983	-
49	<i>Jornal da AGEAP</i>	Informativo da Associação Goiana de Empresários de Auto Peças.	1983	-
50	<i>O Cristalino</i>	Jornal do município de Cristalândia.	1984	-
51	<i>Tribuna do Farmacêutico</i>	Publicação do Sindicato dos Farmacêuticos.	1983	-
52	<i>O Previdenciário</i>	Jornal da Associação dos Servidores da Previdência.	1983	-
53	<i>Últimas</i>	Jornal do Sindicato dos Bancários.	1983	-
54	<i>O Sol</i>	Informativo do Clube Jaó.	1984	-
55	<i>Social Feminino</i>	Publicação do Clube Social Feminino.	1986	-
56	<i>Informativo ASCEEG</i>	Informativo da Associação dos Servidores da Caixa Econômica de Goiás.	1986	-
57	<i>Informativo Usinense</i>	Publicação da Usina Santa Helena.	1984	-
58	<i>Boletim</i>	Publicação do Instituto dos Arquitetos.	-	-

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
59	<i>O Aruanã</i>	Jornal da Associação dos Moradores do Conjunto Aruanã.	-	-
60	<i>O Novo Mundo</i>	Jornal dos Moradores Pró-Melhoramentos do Jardim Novo Mundo.	1986	-
61	<i>Informativo Febem</i>	Jornal da Fundação Estadual do Bem Estar Social do Menor.	1987	-
62	<i>Jornal da Ansur</i>	Informativo da Articulação Nacional do Solo Urbano.	1987	-
63	<i>Jornal do Solo Urbano</i>	Publicação da Articulação Nacional do Solo Urbano.	-	-
64	<i>Orelhão</i>	Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de Goiás.	1987 1988	Último jornal editado pela Cooperativa, referente aos meses de abril/maio de 1988
65	<i>Jornal da Prefeitura de Paraíso (TO)</i>	-	-	-
66	Jornal de Porangatu	Jornal de Porangatu(GO).	-	Citado por Elza Troncoso, não se sabe o nome do jornal com precisão.
67	<i>O Coaxo</i>	Associação Goiano dos Criadores de Rãs.	1987	-
68	<i>Jornal do Sindicato dos Médicos</i>	-	-	-
69	<i>A Voz do Trabalhador</i>	Órgão oficial de informação e divulgação sindical da Federação dos Trabalhadores na Indústria no Estado de Goiás e no Distrito Federal.	1984	-
70	<i>Jornal Alto da Poeira</i>	-	-	-
71	<i>Jornal do Sindicato dos Engenheiros</i>	-	1983	-
72	<i>Jornal Associação de supermercados</i>	-	-	-
73	Jornal de Paraupabas	Jornal de Paraupabas (PA)	-	Citado por Elza Troncoso, não se sabe o nome do jornal com precisão.

Item	Descrição	Entidade/Instituição/Autor	Ano	Outras observações
74	Jornal do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia			Citado por Maria José Braga, não se sabe o nome do jornal com precisão.

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO 1 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (UFG)¹¹⁵



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: A Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal): narrativas de memórias midiáticas e culturais de jornalismo

Pesquisador: kalyne menezes souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 23652819.6.0000.5083

Instituição Proponente: Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio
FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.458.598

Apresentação do Projeto:

Protocolo de pesquisa com previsão de término do estudo em agosto/2022, intitulado "Top News e Projornal: memórias midiáticas e culturais de jornalismo alternativo e independente em Goiás nas décadas de 1970 e 1980", é parte de uma pesquisa de Doutorado de kalyne Menezes Souza, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Maria Ribeiro Borges, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás.

Esta solicitação de emenda se fez necessária pelas seguintes razões que seguem abaixo e que foram apresentadas pela pesquisadora responsável:

"Em razão da pandemia de Covid-19, os prazos da pesquisa de campo do projeto foram alterados. Assim, solicitou-se a prorrogação da Capes de 6 meses adicionais ao prazo inicial. Além disso, no percurso da investigação científica, houve mudanças no objeto inicial, que passou a ser exclusivamente a Cooperativa de Jornalistas de Goiás (Projornal), excluindo-se a proposta de investigação inicial do jornal Top News".

A emenda é exclusiva do Centro Coordenador da pesquisa.

As hipóteses da pesquisa é de que "as crenças dos jornalistas e idealizadores da Projornal eram

¹¹⁵ O primeiro parecer do Comitê de Ética era referente à pesquisa envolvendo o jornal Top News e a *Projornal*. Após o Exame de Qualificação, quando decidimos por estudar somente a cooperativa, atualizamos a pesquisa na base de dados da Plataforma Brasil, gerando essa emenda ao documento inicial.

baseadas na redemocratização do Brasil"; assim, "o modelo de uma cooperativa de jornalistas (Projornal) era um caminho idealizado para uma produção independente às grandes empresas de comunicação; além disso, supõe-se que "a Projornal refletia crenças dos jornalistas que participaram desses projetos".

Objetivo da Pesquisa:

O trabalho atual tem como objetivo geral investigar fatores e contextos que levaram à concepção da Projornal (Cooperativa e Jornalistas de Goiás), entre as décadas de 1970 e 1980, considerando a importância dessa experiência para a História da Imprensa em Goiás.

Como objetivos secundários, a pesquisadora aponta:

- Compreender de que maneira as ideologias, crenças dos profissionais jornalistas contribuíram e refletiram na criação da Projornal;
- Analisar a Projornal como experiências alternativas e independentes de jornalismo em Goiás;
- Estudar a memória da imprensa goiana.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: A pesquisadora afirma que a pesquisa não apresenta riscos para os participantes. Contudo no modelo de TCLE deixa claro que "durante a entrevista, pode acontecer desconfortos emocionais ou constrangimentos e você poderá não responder a qualquer pergunta que lhe trazer alguma angústia. Você tem direito a ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, e a pleitear indenização em caso de danos. Se você não quiser que seu nome seja divulgado está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato". Deixa claro, no entanto, que o nome poderá ser divulgado se houver o consentimento.

Benefícios:

A pesquisadora argumenta da necessidade de agregar valor à história de Goiás, no campo da comunicação, com destaque para experiências alternativas de mídia, trabalhando com História Oral, considerando os sujeitos participantes fundadores/membros da Projornal (Cooperativa de Jornalistas de Goiás). Também é destaque falar da prática do saber jornalístico, tanto em face ao período de investigação da pesquisa (final da ditadura militar) quanto referente à importância da cooperativa para o acolhimento dos recém-formados do curso.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Transcrição do projeto: "A pesquisa será realizada utilizando uma abordagem qualitativa, utilizando análise cultural como metodologia, e como métodos levantamento e pesquisa bibliográfica, análise de narrativas e história oral. Serão analisados os documentos da Projornal, e propõe-se realização de entrevistas com os jornalistas participantes desse projeto para analisar suas experiências neles, assim como crenças, contextos e outras variáveis que contribuíram, de alguma forma, na concepção da cooperativa. O número de entrevistados foi definido em contato com o campo, mas havia sido feito o destaque para a disponibilidade prévia de Joãoimar Carvalho (editor), e a listagem prévia da jornalista Cileide Alves, Nilton José Rocha, Elizeth Hirata, Maria Félix Fonteles, Maria do Rosário Mesquita, Mara Moreira, Thania Coimbra e Athos Pereira da Silva.

A nova data para a finalização da pesquisa está prevista para junho de 2022.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Na primeira versão o protocolo apresentou modelos de TCLE, (instrumento de coleta) roteiro de entrevista, termo de compromisso assinado, folha de rosto assinada, projeto e Informações Básicas.

Nessa segunda versão do projeto, foram apresentadas as informações básicas atualizadas, com cronograma atualizado e justificativa para a solicitação da emenda, além de um novo modelo de TCLE devidamente preenchido.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise desta solicitação de Emenda, sou de parecer FAVORÁVEL à sua APROVAÇÃO por entender que nela não há óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa / CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO e lembramos que o pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES BASICAS 1928248 E1.pdf	03/05/2022 11:17:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_jornalistas_2022.pdf	03/05/2022 11:14:00	kalyne menezes souza	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_CEP_2022.pdf	03/05/2022 11:11:59	kalyne menezes souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_CEP_Doutorado.pdf	13/10/2019 09:19:45	kalyne menezes souza	Aceito
Outros	Curriculo.pdf	13/10/2019 09:18:15	kalyne menezes souza	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta.pdf	13/10/2019 09:17:51	kalyne menezes souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termo_Compromisso.pdf	13/10/2019 09:16:24	kalyne menezes souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 09 de Junho de 2022

Assinado por:
Marilúcia Lago
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2, sala 110
 Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 E-mail: cep.prpi@ufg.br

ANEXO 2 – NOTÍCIAS DA PROJORNAL¹¹⁶

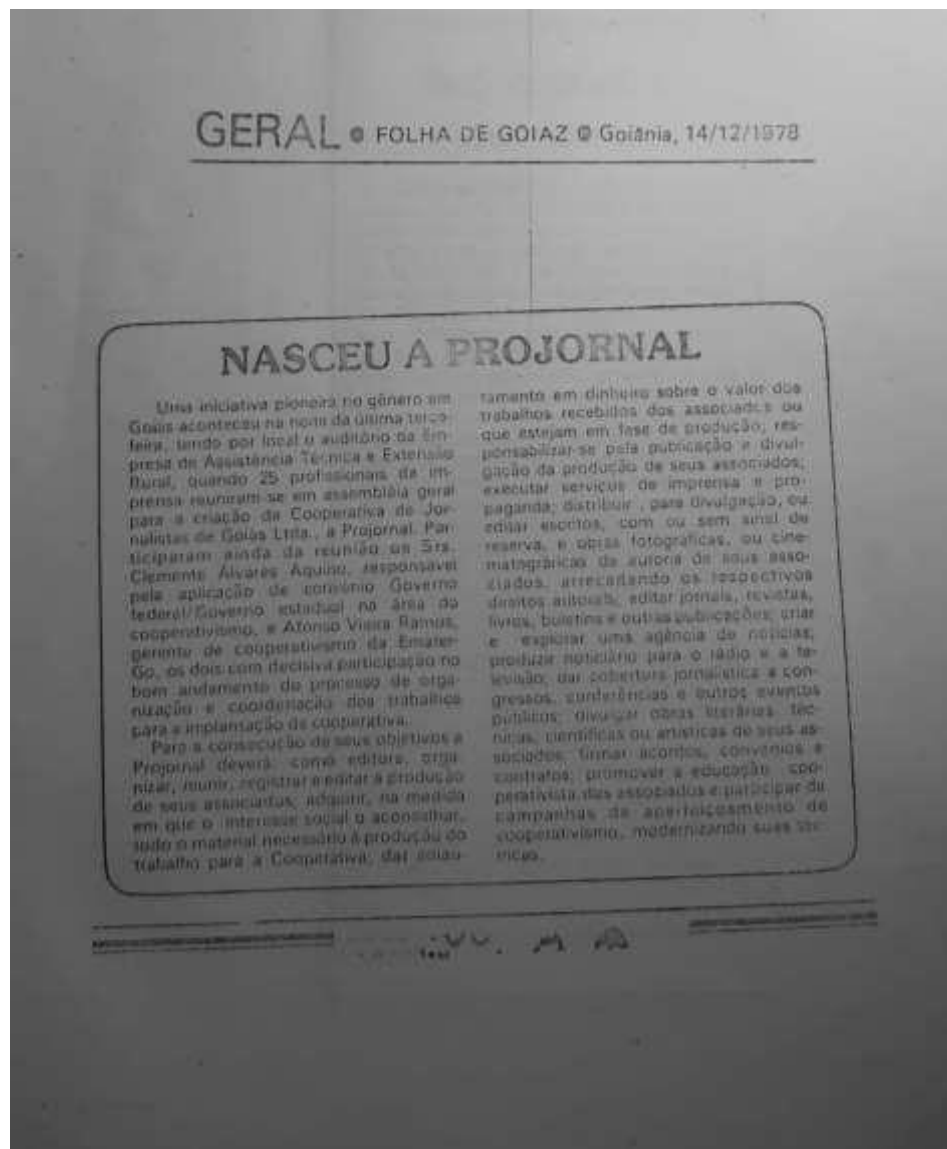
Imagem 24 – Notícia Nasce uma cooperativa



Fonte: Jornal O Popular, 22/12/1978.

¹¹⁶ Acervo de Jales Naves.

Imagem 25 – Notícia *Nasceu a Projornal*

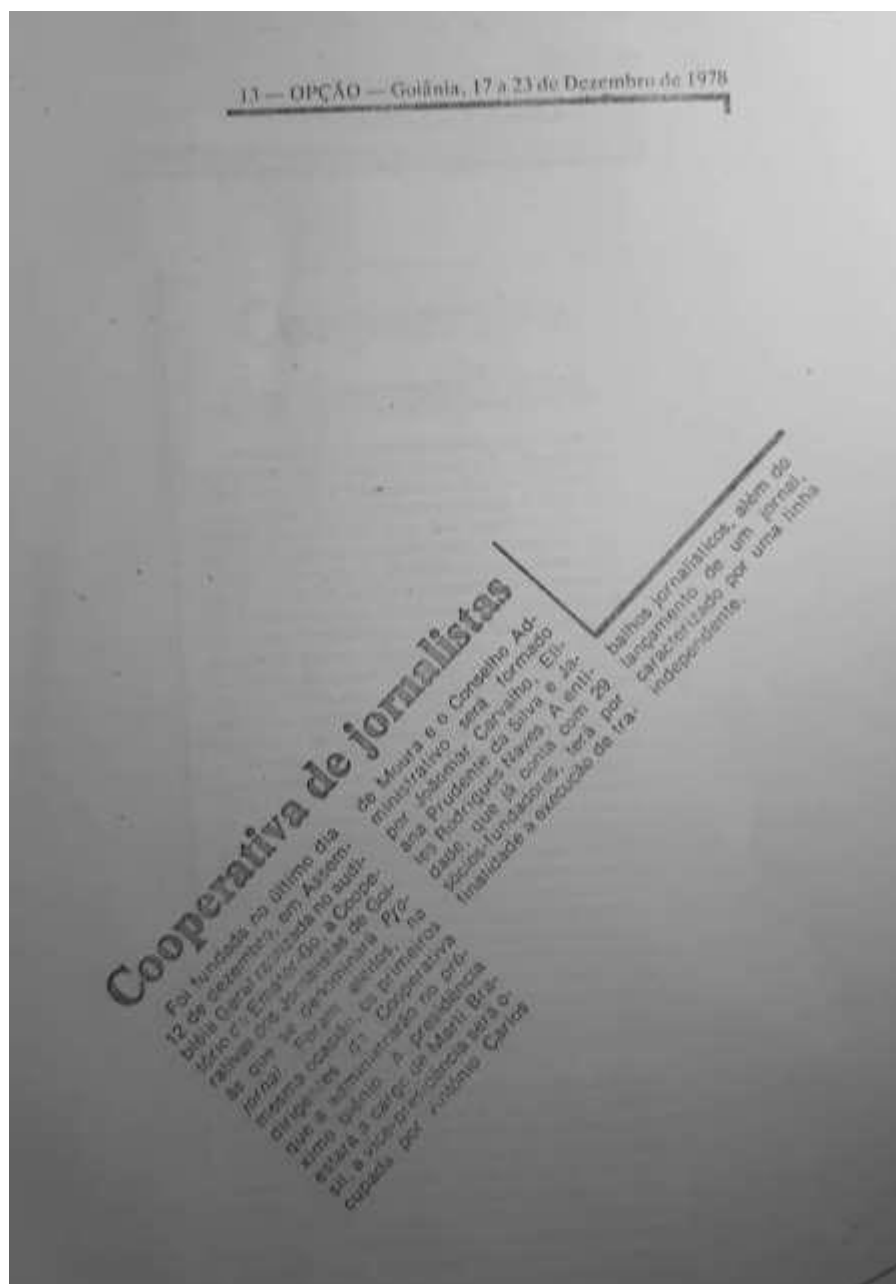


Fonte: *Folha de Goiás* (14/12/1978).



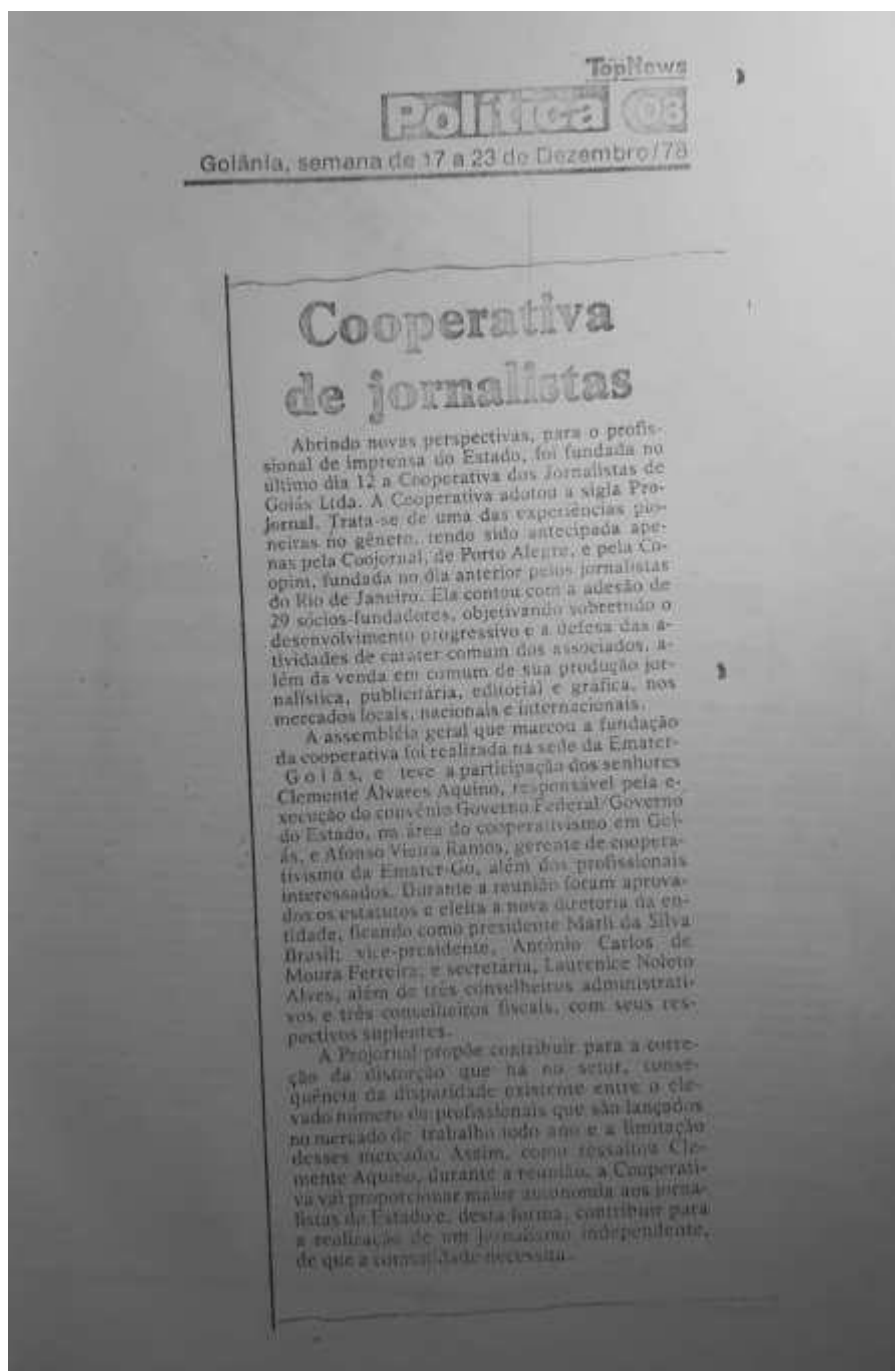
Fonte: *Jornal de Brasília* (17/12/1978).

Imagem 27 – Notícia *Cooperativa de Jornalistas*



Fonte: *Jornal Opção* (17 a 23/12/1978).

Imagem 28 – Notícia Cooperativa de Jornalistas (Jornal Top News)

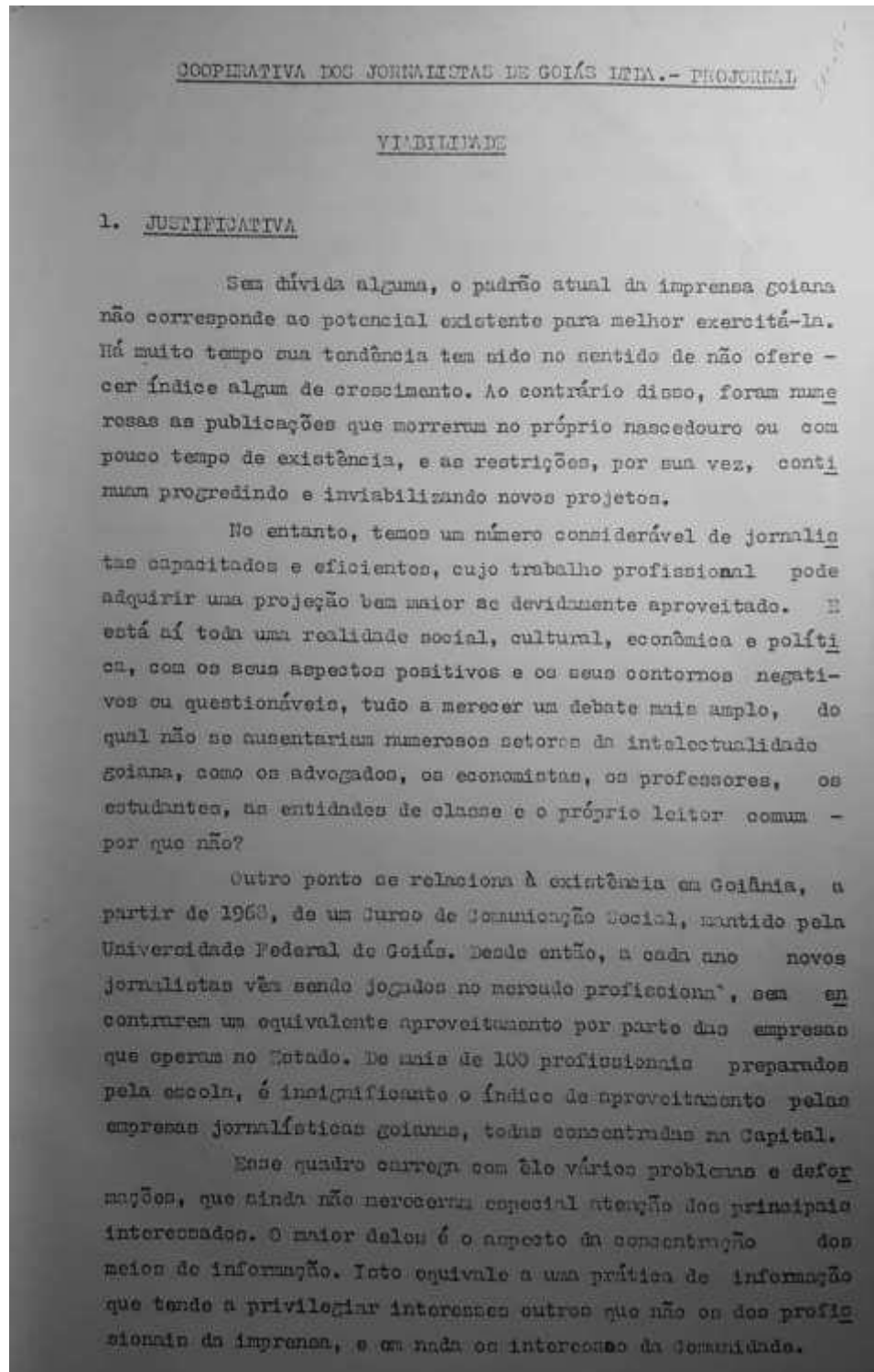


Fonte: Jornal Top News (17 a 23/12/1978).

Não há dúvida e controvérsia de a importância da pesquisa, que merece ser assumida pelas entidades de classe das diversas categorias de trabalhadores, assim como também, às instituições de ensino, à sociedade em geral, e aos órgãos de imprensa e comunicação de massa. Entretanto, não há dúvida de que a importância da pesquisa, que merece ser assumida pelas entidades de classe das diversas categorias de trabalhadores, assim como também, às instituições de ensino, à sociedade em geral, e aos órgãos de imprensa e comunicação de massa. Entretanto, não há dúvida de que a importância da pesquisa, que merece ser assumida pelas entidades de classe das diversas categorias de trabalhadores, assim como também, às instituições de ensino, à sociedade em geral, e aos órgãos de imprensa e comunicação de massa.

ANEXO 3 – VIABILIDADE DA COOPERATIVA¹¹⁷

Imagem 30 – Viabilidade de *Projornal*



¹¹⁷ Acervo de Jales Naves.

Dentro desse contexto, em que se evidencia o estreitamento do mercado para os jornalistas, destaca-se o fenômeno do fechamento ou desativação de sucursais de jornais da região ("Jornal de Brasília", "Correio Braziliense" e "Diário de Brasília"), assim como a inibição ou desarticulação de setores dos próprios jornais de Goiânia, impossibilitando a cobertura de outros aspectos vitais para o Estado. Os jornais vão, aos poucos, se tornando meras porta-vozes de grupos econômicos sediados na Capital, em detrimento das forças econômicas do Estado como um todo.

Impõe-se, pois, uma mudança nesse quadro. De um lado, para possibilitar um desenvolvimento harmônico do setor, privilegiando e incentivando novas fontes de trabalho, e, de outro, para não permitir que um Curso de Comunicação, montado pelo dinheiro público (do contribuinte), seja apenas um núcleo de preparação de mão-de-obra para somente determinadas empresas jornalísticas.

Há que se ressaltar ainda que as atuais publicações aqui existentes não atingem sequer uma parcela razoável da população. A Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. - PROJORNAL empenhar-se-á no sentido de preencher esse espaço vazio, e para tanto propõe-se a desenvolver uma vasta pesquisa de mercado, num profundo levantamento das possibilidades ainda não exploradas e das diferentes modalidades de comunicação mais adequadas para se chegar às diversas camadas sociais, aos variados níveis do público leitor, procurando sempre despertá-lo para os assuntos que lhe ~~dign~~ ^{respeito} direta ou indiretamente. Isto, não resta dúvida, soma e multiplica o consumo da informação e o exercício do debate.

A opção pela Cooperativa como forma de mudança prende-se ao fato de que esse modelo possibilita a absorção da mão-de-obra especializada disponível e pode reorientar o próprio sentido dos meios de comunicação no Estado, tendo em vista sua necessidade de rápido desenvolvimento. O cooperativismo, pela sua característica de participação ativa dos associados, aponta ainda uma inovação: os associados (profissionais) serão os próprios donos da sua produção.

Há, finalmente, um outro aspecto importante: o cooperativismo possibilita o surgimento de uma estrutura de produção e distribuição cujo controle se localiza no próprio Estado. E isto indica possibilidades de um trabalho entre o cooperativismo já existente e o que se pretende fazer no setor de comunicação social em Goiás, através da PROJORNAL.

Quanto à viabilidade econômica propriamente dita, entendem os associados da PROJORNAL que ela não esbarra em determinadas dificuldades que enfrentam, por exemplo, as cooperativas agrícolas e pecuárias. Ao invés de lidar com bois, sêmen, tratores e adubos, de elevado custo, ela utiliza máquinas de escrever, pranchetas, papel e a criatividade dos profissionais jornalistas que a integrarão. Isto pressupõe que é possível começar as atividades da PROJORNAL sem a necessidade de se aplicar um grande capital (inicialmente a Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. concentrará sua força de produção na prestação de serviços). Além disso, o mercado de trabalho oferece perspectivas de um acelerado desenvolvimento, desde que adequadamente explorado.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, a PROJORNAL deverá promover atividades que se ampliarão por etapas, de acordo com o próprio desenvolvimento de sua estrutura social e financeira. Portanto, o sucesso de cada empreendimento será a garantia maior dos projetos futuros.

Na primeira etapa de suas atividades, a PROJORNAL procurará desenvolver projetos que assegurem o êxito de sua implantação sem o comprometimento de grandes recursos financeiros. Entendem seus integrantes que, na fase inicial, será mais viável a elaboração editorial, realizando serviços como os "house-organs" (boletins de empresas, com circulação interna e público definido); jornais para sindicatos, associações, clubes, cooperativas, prefeituras etc.; reportagens especializadas, feitas sob encomenda ou para serem negociadas; redação de conferências, discursos, relatórios, balanços; promoção o/ou patrocínio de atividades culturais voltadas para a classe (seminários,

congressos, seminários e debates); assessoria de imprensa a em presas, entidades e até a órgãos públicos, além de outros servi ços.

Numa segunda etapa, a Cooperativa poderá realizar serviços editoriais mais complexos, tais como planejamento, exe cução e produção de jornais e revistas, folhetos, prospectos, cartazes, malas-diretas, e edição de revistas, livros e jor - nais. Também serviços gráficos já serão prestados nessa fase, quando a entidade terá seu departamento fotográfico, com labora tório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publici tária, arquivo de fotos a cores e em preto e branco, bem como seção de audiovisuais.

O início da prestação de serviços industriais pela Cooperativa marcará a sua terceira etapa, quando seu núcleo in dustrial estará operando com modernos equipamentos de fotocompo sição e fotolitagem; produção e impressão, em off-set, de mate rial jornalístico e publicitário em qualquer tiragem, formato e padrão gráfico. É aí, nessa fase, que se situa também o maior projeto da Cooperativa, definido desde agora, que será o órgão oficial de divulgação da entidade e para o qual serão utiliza dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico da PROJORNAL (Ver Estatutos).

3. JORNAL DE JORNALISTAS

A médio prazo, como já foi dito, os esforços da Coe perativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. deverão ser concentra dos na orientação de uma estrutura que permita, num período de um ano, o lançamento e a manutenção de um jornal, de início men sal e, posteriormente, semanário. Como principal veículo a ser editado pela entidade, situar-se-á como um agente veiculador de idéias, análises, opiniões e reportagens, abordando em suas pá ginas todas as questões sociais, culturais, políticas e econômi cas em debate no Estado, num plano mais restrito, e no Brasil, no se manifestar dentro de um contexto mais abrangente. Crítico e independente, no sentido de que não será filiado a grupos ou facções políticas, o jornal deverá manter um vínculo permanente com seus leitores, servindo como instrumento para transmissão e apoio às suas reivindicações.

O leitor deverá encontrar nesse órgão da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. um temário bastante variado, incluindo opiniões, reportagens de assuntos atuais ou de fatos históricos, pesquisas, ensaios e documentos inéditos. São matérias que o obrigam a uma releitura, funcionando como permanente material de consulta, de maneira a firmar uma credibilidade que lhe permita servir de referência nas discussões.

4. PIONEIRISMO DO SUJEITO

Um grande passo inicial foi dado por um pequeno grupo de profissionais gaúchos, através da COOJORNAL - Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. Começou com poucos associados, com um capital integralizado de apenas 60 mil cruzeiros e que hoje situa-se na cifra de Cr\$ 957.374,36. Quanto ao capital subscrito, que no relatório de 1976/77 era de Cr\$ 1.117.505,22, subiu para Cr\$ 1.258.749,36 no de 1977/78, para a satisfação de seus 318 cooperativados.

É nessa iniciativa pioneira e bem sucedida que os jornalistas do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte, de São Paulo e de Brasília buscam subsídios para a constituição de suas respectivas cooperativas, e da mesma forma procedem agora os profissionais goianos, ao fundarem a Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. - COOJORNAL. Numerosas contatos com os colegas do Sul foram e continuam sendo feitos, através de um intercâmbio salutar já estabelecido.

5. QUANTO DAS FONTES DO CAPITAL DA COOPERATIVA

F O N T E S	VALOR-CR\$
a) Capital Próprio	
- Subscrição dos associados	166.750
- Doações	33.250
b) Capital de Terceiros	
- Empréstimos a médio e longo prazos	50.000
T O T A L (CR\$)	250.000

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 1979

Neste quadro, procurou-se relacionar os serviços que a Cooperativa está apta a realizar, dentro de uma previsão de execução de serviços que se completará com a progressiva consolidação da entidade.

RECEITAS TOTAIS

01. Produção de jornais	Cr\$ 1.440.000,00
02. Produção de noticiários para rádio e tv	Cr\$ 600.000,00
03. Cobertura a congressos e conferências	Cr\$ 400.000,00
04. Assessoria de imprensa a órgãos públicos e empresas privadas	Cr\$ 1.200.000,00
05. Reportagens fotográficas	500.000,00
Total	Cr\$ 4.140.000,00

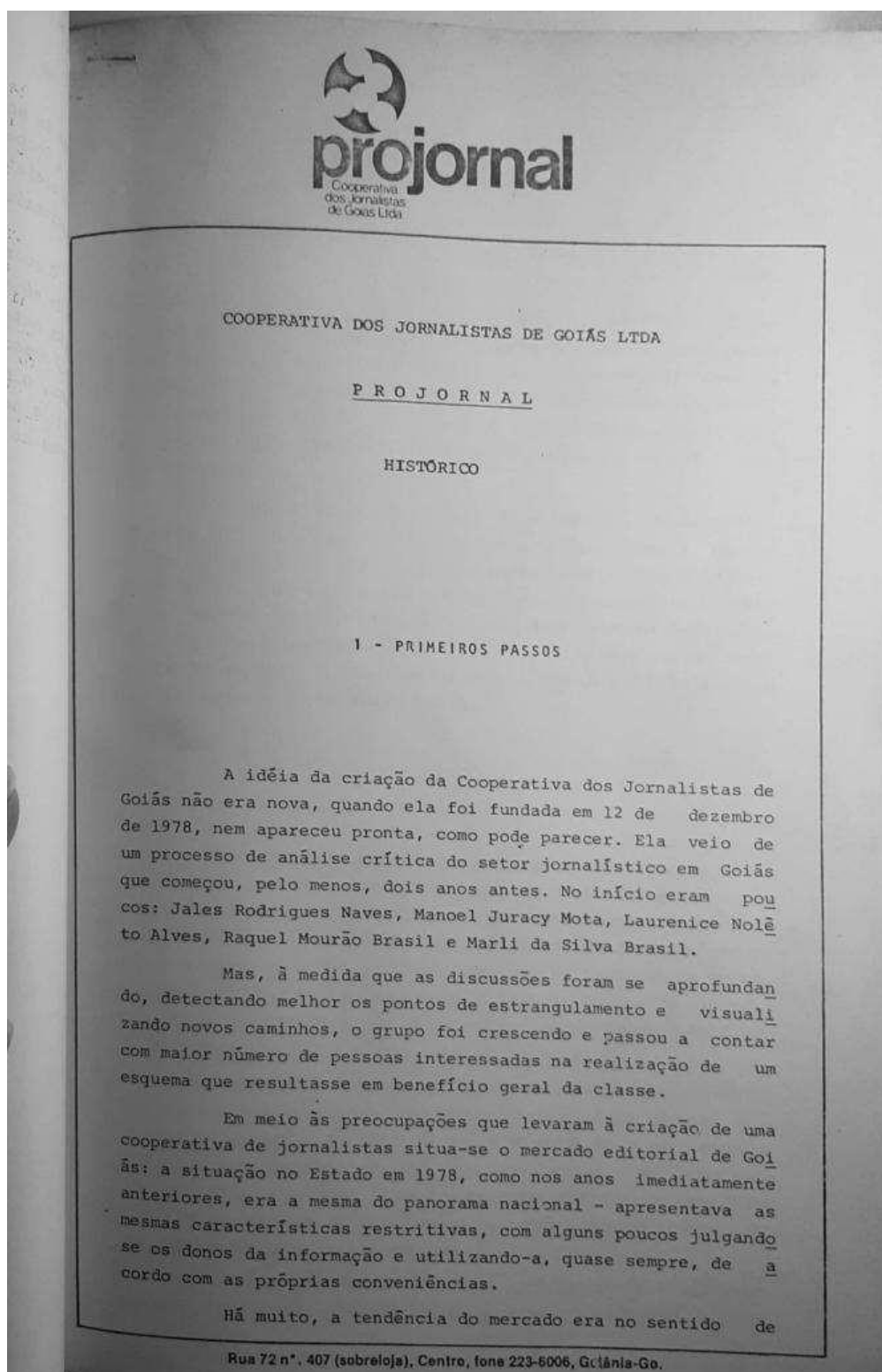
(A Projornal deverá executar exclusivamente os trabalhos que se referem a atividades jornalísticas, como redação, diagramação, ilustração e paginação, dentre outros, e contratando a terceiros os demais. De início, prevê-se a elaboração de dez jornais por mês, volume que crescerá de acordo com as possibilidades da Cooperativa. E a receita prevista para a produção de jornais - Cr\$ 1.440.000,00 - refere-se à execução dos trabalhos acima citados e que constituirão, portanto, fonte de lucros para a entidade. O cálculo foi feito levando-se em conta que teríamos lucros de 12 mil cruzeiros em cada edição de jornal tablóide e 8 mil cruzeiros em jornais de formato duplo-ofício, numa tiragem média de 2 mil exemplares.

CUSTOS TOTAIS

01. Salários de mão-de-obra	Cr\$ 1.920.000,00
02. Impostos e obrigações sociais	Cr\$ 768.000,00
03. Aluguel	Cr\$ 60.000,00
04. Telefone	Cr\$ 24.000,00
05. Energia elétrica	Cr\$ 6.000,00
06. Honorários da Diretoria	Cr\$ 288.000,00
07. Salários do Gerente	Cr\$ 96.000,00
08. Jetons para os Conselheiros	Cr\$ 54.000,00
09. Transportes	Cr\$ 24.000,00
10. Material de consumo	Cr\$ 180.000,00
11. Gastos de manutenção e limpeza	Cr\$ 20.000,00
12. Material permanente	Cr\$ 100.000,00
13. Pagamento de empréstimo	Cr\$ 50.000,00
14. Pagamento de juros s/ empréstimo	Cr\$ 2.500,00
15. Juros s/ capital integralizado	Cr\$ 8.325,00 —
Total	Cr\$ 3.600.825,00

ANEXO 4 – HISTÓRICO DA PROJORNAL¹¹⁸

Imagem 31 – Histórico da Projornal



¹¹⁸ Acervo de Jales Naves.

não oferecer índice algum de crescimento. Ao contrário, foram numerosas as publicações que morreram as nascer ou com pouco tempo de vida; sucursais da região foram desativadas, como a conteceu com o "Diário de Brasília" e o "Correio Brasiliense", este passando a contar apenas com um escritório comercial quando, nos primeiros anos da década de 70, dispunha de uma redação com cerca de 20 jornalistas.

Outro aspecto relacionado à existência, desde 1968, do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Goiás que, anualmente, vinha formando novos profissionais sem que houvesse um equivalente aproveitamento pelas empresas: a Projornal veio suprir essa carência, ampliando o mercado-de-trabalho. Quanto aos estudantes, o estatuto estabelece que um quarto dos associados da cooperativa poderá ser preenchido por alunos do Curso de Comunicação Social.

2 - OS ESTUDOS

Com relação aos estudos iniciados por volta de 1976, surgiram da insatisfação profissional do grupo que mais tarde viria a constituir a célula básica da idéia cooperativista. A exceção de Juracy Mota - que não participou da fundação por estar residindo em Jataí -, então assessor de imprensa da Federação do Comércio, pertenciam todos à Agência Goiana de Divulgação, órgão do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado.

Nos dois casos, um trabalho que não permitia questionamentos e onde o sentido jornalístico da notícia via-se prejudicado pelos critérios mais ou menos rígidos em vigor, com que era eliminada uma das mais importantes funções da atividade jornalística: a social. Prestava-se esse trabalho ao atendimento das necessidades de uns poucos segmentos da sociedade, sem uma preocupação maior com o todo.

No debate dessas questões, geralmente nos fins-de-semana, eram promovidos encontros em que a tônica era o jornalismo.

lismo comparado. Diários locais eram colocados ao lado dos editados em outros estados, notadamente Rio e São Paulo, e todos eram dissecados. Conteúdo, apresentação gráfica, manchetes, espaço destinado à propaganda, enfoque das matérias, qualidade redacional, fotos, ênfase oferecida aos setores governamental e esportivo e mesmo ao noticiário internacional, tudo era visto e comentado.

A conclusão era pela incompatibilidade entre o grupo e qualquer jornal local, particularmente quanto ao aspecto político vez que a imprensa goiana encontrava-se então excessivamente atrelada ao carro do Governo. Com isto, chegaram mesmo a ser elaborados alguns "bonecos" para o possível futuro jornal a ser editado pelo grupo. Acontece que as dificuldades eram muitas, principalmente de ordem financeira, para a fundação e manutenção de um órgão que não estivesse disposto a fazer concessões.

Daí a relutância com que foi sempre encarada a possibilidade de associação com qualquer grupo econômico que, porventura, se habilitasse a uma experiência desse tipo. A influência econômica era mais forte que a censura à imprensa, à época em uma de suas fases mais duras e acentuadas.

3 - EXPERIÊNCIA

Em abril de 1976 surgiu uma oportunidade que, embora distante da esperada, poderia resultar positiva. Por essa época a "Folha de Goiás", dos Diários Associados, procurando sair de uma das suas muitas crises, pretendeu uma reformulação no jornal. Ressalte-se que uma das características da "Folha" no período era o aproveitamento indiscriminado de "releases".

Com a intenção anunciada foram procurados alguns integrantes do grupo para reforço da redação e do corpo de repórteres da "Folha". Os convidados apresentaram então, em linhas gerais, um plano de trabalho e condicionaram sua participação ao aproveitamento de toda a equipe.

Aprovada a contratação dos cinco, foi feita então uma segunda reivindicação: salários justos e que atinxissem a totalidade do pessoal do setor jornalístico da empresa, então apresentando fortes distorções na sua folha de pagamento. Também esta proposta foi aceita. Jales na chefia de reportagem e os demais na redação, as possibilidades de abertura na linha de jornal e de um trabalho sério eram muitas. No dia 3 de maio a "Folha" já circulava com nova mentalidade. Para caracterizar a modificação um diretor resolveu colocar por baixo do nome do jornal uma faixa negra, como as de luto. "Efeito publicitário", dizia.

Acontece que esse diretor, bem como o grosso do pessoal antigo, não chegou a sintonizar com o pensamento da equipe, havendo, por exemplo, o caso do chefe da diagramação, que atrasava na descida do material; e o do mesmo diretor, que ocupava uma direção também na Empresa de Turismo do Estado e vetava o que pudesse ser contrário, não ao Estado, mas aos seus interesses. De um modo geral os profissionais da "Folha" estavam viciados a um trabalho sem motivação, a apenas cumprir, e mal, seu compromisso de um determinado número diário de laudas com a empresa.

Com as barreiras e o clima de guerra fria criados havia ainda nessa época, quatro anos e meio depois de formada a primeira turma de jornalistas da UFG, uma resistência muito grande aos "bacharéis" - o grupo permaneceu na "Folha" 45 dias e decidiu pelo afastamento, também em conjunto. A tarja negra saiu do nome do jornal e "O Popular", o outro diário, deixou de se preocupar com o que já indicava ser uma concorrência. Naqueles 45 dias ele se deixou "furar" pela "Folha" em várias matérias locais da maior importância.

A experiência foi tida como válida e o grupo continuou sua análise, agora mais amadurecida. Ficou a consciência de que qualquer segunda iniciativa seria também a definitiva. Errar já não era possível, se quisesse ser resguardado o futuro profissional de cada um.

Assinale-se que o grupo sempre teve como preocupação a discussão permanente da realidade nacional, com ênfase tam

bem para os aspectos profissionais. Em fevereiro de 1977 coordenou um movimento de oposição com vistas a participar das eleições para renovação da diretoria da Associação Goiana de Imprensa, previstas para o mês seguinte, mas, à última hora, com panhas diversas encetadas pela situação na AGI - incluindo acusações descabidas, perseguições a integrantes da chapa, de duragens e boicotes - prejudicaram todo o trabalho e o grupo se retirou para evitar maiores contratempos.

Nem por isso, no entanto, deixou de continuar a se reunir e a discutir. O grupo começou a crescer, tendo como ponto de reunião o escritório do arquiteto Wilmar Cardoso dos Santos, no Setor Universitário. Novos encontros e a ampliação das discussões se seguiram. Mas, de concreto, pouco se produziu, reduzindo-se os encontros e deixando amadurecer qualquer decisão a respeito.

Com a ida do Jales para um curso de pós graduação na Bélgica, até meados de 78 a situação permaneceu inalterada.

4 - EPISÓDIO "CINCO DE MARÇO"

Em agosto e setembro de 1978 surgiu dentro do corpo redatorial do jornal "Cinco de Março" uma série de discussões, motivadas pelo não cumprimento, por parte da empresa, de várias obrigações trabalhistas como, por exemplo, o não registro em carteira do real salário do jornalista, além de medidas administrativas consideradas contrárias ao desenvolvimento normal do trabalho dos profissionais naquela redação.

A partir daí começaram a debater sua profissão, seus direitos e obrigações, resultando numa tomada de posição conjunta e consciente. Dez jornalistas daquele semanário se demitiram de uma só vez. Pela primeira vez na história do Jornalismo goiano aconteceu algo assim.

Numa fase posterior esses mesmos profissionais começaram a se reunir, tentando descobrir uma forma para que suas experiências fossem melhor aproveitadas. O mercado-de-trabalho

nessa época - quando ainda não se acreditava, inclusive, na possibilidade do jornal "Opção" de semanário para diário - era escasso e, vale ser registrado, esses profissionais eram vistos mesmo com certo desprezo por alguns de seus colegas e principalmente pelos empresários do setor de comunicação, já que desenvolviam um Jornalismo bem diferente do praticado na imprensa convencional mais voltada para amenidades, bastante noticiosa, pouco informativa e nada opinativa. O contrário do que se propunham a fazer esses profissionais.

Portanto, através de frequentes reuniões, os jornalistas entenderam, logo, que seria necessária a criação de um novo campo de trabalho, talvez um jornal do próprio grupo, em forma de sociedade anônima. Já nesses encontros os dois grupos haviam se fundido num só.

Os estudos continuaram e a idéia de uma cooperativa - que começou a germinar antes - começou a tomar força, agora num grupo maior e heterogêneo, tomando como exemplo o jornal "Movimento", de São Paulo. A possibilidade foi entendida como a mais viável, mesmo pela situação dos profissionais envolvidos - um bom número dos que se demitiram ainda desempregados - e tendo em vista que o principal objetivo de uma cooperativa de serviços é, justamente, promover a ampliação ou criar uma nova brecha no mercado de trabalho.

Com isto, foram criadas duas comissões: uma para estudar a viabilidade de uma S/A e outra se encarregando de apresentar estudos sobre o sistema cooperativista. Ganhou a cooperativa, isto em princípio de novembro e dos dez demissionários do "Cinco de Março" sete foram fundadores da Projornal: Jales Naves, Wilmar Alves, Joãoimar Carvalho, Marli Paiva, Estela Landim, Divina Eterna Marques e Ivan Mendonça, Jales Marinho, Maria de Fátima Machado e Antônio José de Moura, também demissionários, não participaram da fundação.

5 - A FUNDAÇÃO

Antes, em outubro, foram acrescentados fatos novos. O

grupo propôs ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás a elaboração de um jornal para a entidade, que tratasse de problemas da categoria e servisse de apoio às lutas dos jornalistas goianos que, até então, não contavam com nenhum veículo para exprimir suas idéias e amparar suas reivindicações. Numa primeira reunião, fato inédito em iniciativas do Sindicato, compareceram mais de 20 associados, todos entusiasmados com a proposição e dispostos a colaborar, realizar algo pelo Jornalismo goiano que, a despeito de no país inteiro as entidades estarem com uma atuação dinâmica e progressista, continuava com um sindicato atrelado excessivamente, passivo e dirigido por um pelego, que colocava suas ambições pessoais acima dos interesses da classe.

Foram formadas três comissões a fim de viabilizar o projeto, ao presidente cabendo a convocação das reuniões para as definições a respeito. A intenção era produzir um jornal que já seria levado ao I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, marcado para o fim daquele mês em São Paulo. No entanto, nenhuma reunião foi convocada.

Alguns dos participantes desse contato foram ao Congresso levando um estudo sobre censura empresarial e restrições no mercado-de-trabalho. Antes disso, entregaram uma cópia ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás para que ele o apresentasse na reunião; sua primeira providência foi denunciá-los a uma das empresas locais citadas no documento, voltando a repetir as denúncias durante a realização do encontro de São Paulo. A empresa chegou a enviar dois representantes ao Congresso para contestar o trabalho. A proposição, que teve sua apresentação prejudicada pelo clima negativo criado pelo presidente do Sindicato goiano, ganhou nota de esclarecimento à parte e foi aprovada por unanimidade, pois o grupo se mostrou coeso e firme na sua defesa.

Uma das conclusões desse encontro nacional foi pela criação de cooperativas de jornalistas nos estados: nelas os associados são os donos de sua produção.

De Goiânia foram solicitados maiores esclarecimentos

sobre o assunto à Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. - pioneira e em funcionamento desde 1974 - que enviou um bom material de estudo, incluindo o "Coojornal", órgão de divulgação da Cooperativa com circulação e aceitação nacional.

Pesados os fatos, a fundação da cooperativa pareceu a forma mais viável para se chegar ao objetivo do grupo: conseguir, ainda que num prazo mais longo, editar seu próprio jornal e colaborar, simultaneamente, para a valorização profissional e a disciplina do mercado-de-trabalho. O capital seria integralizado através de quotas-partes subscritas pelos cooperados, garantindo o funcionamento da sociedade, e, dos serviços prestados a terceiros seria retirado um percentual definido em estatuto. Essa quantia iria formar um fundo destinado a novos investimentos - entre eles o jornal da cooperativa. Em princípio, um tablóide com circulação mensal.

Quanto à fundação os fatos se precipitaram. Havia no fim de 78 uma outra movimentação visando, também, fundar uma cooperativa de jornalistas. A área de atuação não era tão ampla que permitisse o funcionamento de duas cooperativas para prestação de serviços no setor; o segundo grupo era sabidamente integrado ao espírito patronal e às preocupações de ordem puramente econômicas, além do que chegaram muito depois.

Diante disso a Comissão Organizadora da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás estreitou seu relacionamento junto ao Serviço de Assistência ao Cooperativismo, da Secretaria da Agricultura do Estado, e levou para um encontro de esclarecimento com o grupo o gerente de Cooperativismo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás, Afonso Vieira Barros. Esse encontro aconteceu na Jurisplan, que, à noite, em prestava ao grupo seu escritório na Avenida Araguaia.

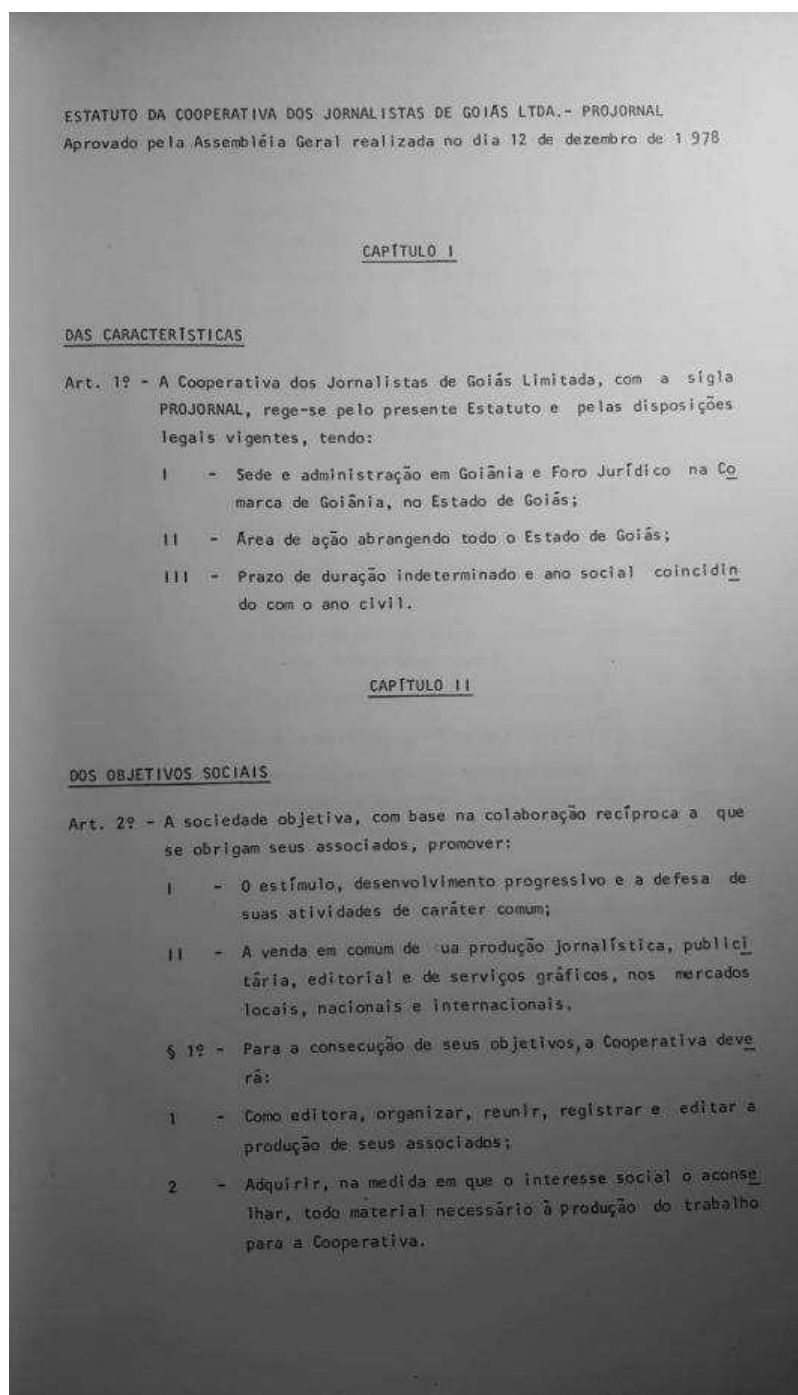
Passou-se então à fase de elaboração do estatuto, com base no da Coojornal, e à de conseguir assegurar a presença mínima de 20 sócios-fundadores na Assembléia Geral para fundação da Projornal. No dia 12 de dezembro de 1978 ela foi finalmente fundada com a participação de 29 profissionais, do chefe do SAC, Clemente Álvares Aquino, e do Gerente de Cooperativismo da Emater-Goiás, durante ato realizado por volta

das 21 horas no auditório da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás.

Na ocasião foi também eleita e empossada a primeira Diretoria da Cooperativa. A tentativa de anulação da Assembleia Geral, feita no dia seguinte pelos componentes do outro grupo interessado, não mereceu a aquiescência dos órgãos ligados ao cooperativismo no Estado: SAC e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, então responsável por todo e qualquer tipo de cooperativismo desenvolvido no país. A alegação era de que não houve edital publicado, convocando para a Assembleia, quando a lei cooperativista exigia apenas que estivessem reunidos 20 profissionais com o mesmo objetivo: fundar a cooperativa.

ANEXO 5 – ESTATUTO DA PROJORNAL¹¹⁹

Imagem 32 – Estatuto da Projornal



¹¹⁹ Acervo de Jales Naves.

- 3 - Dar adiantamento em dinheiro sobre o valor dos trabalhos recebidos dos associados ou que estejam em fase de produção;
 - 4 - Responsabilizar-se pela publicação e divulgação da produção de seus associados;
 - 5 - Executar serviços de imprensa e propaganda;
 - 6 - Distribuir, para divulgação, ou editar escritos, com ou sem sinal de reserva, e obras fotográficas ou cinematográficas de autoria de seus associados, arrecadando os respectivos direitos autorais;
 - 7 - Editar jornais, revistas, livros, boletins e outras publicações;
 - 8 - Criar e explorar uma agência de notícias;
 - 9 - Produzir noticiário para o rádio e a televisão;
 - 10 - Dar cobertura jornalística a congressos, conferências e outros eventos públicos;
 - 11 - Divulgar obras literárias, técnicas, científicas ou artísticas de seus associados;
 - 12 - Firmar acordos, convênios ou contratos;
 - 13 - Prestar serviços gráficos a terceiros;
 - 14 - Promover a educação cooperativista dos associados e participar de campanhas de aperfeiçoamento do cooperativismo, modernizando suas técnicas.
- § 2º - A Cooperativa poderá, mediante prévia e expressa autorização concedida pelo órgão de controle federal, participar de sociedades não cooperativas, públicas ou privadas, em caráter excepcional e visando ao atendimento de objetivos acessórios ou complementares.
- § 3º - A Cooperativa efetuará suas operações sem qualquer objetivo de lucro.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

Seção I

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Art. 3º - Poderá ingressar na Cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, qualquer pessoa que se dedique à atividade jornalística, que possa livremente dispor de si e de seus bens, que concorde com as disposições deste Estatuto e que não pratique outra atividade que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

§ 1º - O número de associados não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá, em hipótese alguma, ser de menos de 20 (vinte) pessoas físicas.

§ 2º - É facultada a admissão de estudantes dos cursos de Comunicação Social, não podendo seu número ultrapassar a proporção de 1/4 (um quarto) dos associados da Cooperativa.

§ 3º - A Cooperativa, visando exclusivamente seus interesses operacionais, poderá admitir sócios profissionais das áreas de publicidade, cinema, artes gráficas e magistério de Comunicação Social, desde que não associados a outra sociedade cooperativa de objeto idêntico ao seu, em número igual ou inferior a 1/5 (um quinto) dos membros de quadro social, à época da entrega da proposta.

Art. 4º - Para associar-se, o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela Cooperativa e assinará esta com outro associado proponente.

§ 1º - Aprovada pelo Conselho de Administração a sua proposta, o candidato subscreverá as quotas-partes do capital nos termos e condições previstos neste Estatuto, e, juntamente com o Presidente da Cooperativa, assinará o Livro de Matrícula.

§ 2º - A subscrição das quotas-partes do capital pelo associado e a sua assinatura no Livro de Matrícula completam a sua admissão na sociedade.

Art. 5º - Cumprindo o que dispõe o artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume todos os deveres e obrigações decorrentes da Lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela Cooperativa.

I - O associado tem direito a:

- a - Tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela se tratarem, ressalvados os casos tratados no Art. 22;
- b - Propor ao Conselho de Administração ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da Cooperativa;
- c - Votar e ser votado para membro do Conselho de Administração ou de fiscalização da sociedade, salvo se tiver estabelecido relação empregatícia com a Cooperativa, caso em que só readquirirá tais direitos após aprovação, pela Assembléia Geral, das contas do exercício em que tenha deixado o emprego;
- d - Demitir-se da sociedade quando lhe convier;
- e - Realizar com a Cooperativa as operações que constituem o seu objetivo;
- f - Solicitar, por escrito, para o Conselho de Administração, quaisquer informações sobre os negócios da Cooperativa e, no mês que anteceder a realização da Assembléia Geral Ordinária, consultar, na sede da Sociedade, os livros e peças do balanço geral;
- g - Participar das sobras líquidas do exercício, na proporção dos serviços prestados à Cooperativa, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.

II - O associado tem a obrigação de:

- a - Integralizar as quotas-partes do capital que subcrever, dentro dos limites impostos neste Estatuto, e contribuir com o rateio de prejuízos, despesas administrativas e operacionais, de acordo com o que for disposto no Estatuto e validamente deliberado pela Cooperativa;
- b - Cumprir as disposições legais e estatutárias, respeitando as resoluções regularmente tomadas pelos órgãos dirigentes e deliberativos da sociedade;
- c - Satisfazer pontualmente seus compromissos para

com a Cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente de sua vida societária e empresarial;

d - Prestar à Cooperativa esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultaram associar-se.

Art. 6º - O associado responde subsidiariamente pelos compromissos da Cooperativa até o valor do capital por ele subscrito.

Parágrafo único - A responsabilidade do associado como tal, pelos compromissos da sociedade, em face de terceiros, perdura para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas as contas do exercício em que se deu o desligamento, mas só poderá ser invocada depois de judicialmente exigida da Cooperativa.

Art. 7º - As obrigações dos associados falecidos contraídas com a Cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como associado em face de terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia de abertura da sucessão.

Parágrafo único - Os herdeiros do associado falecido têm direito ao capital realizado e demais créditos pertencentes ao extinto.

Seção II

DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO

Art. 8º - A demissão do associado, que não poderá ser negada, dar-se-á unicamente a seu pedido e será requerida ao Presidente, sendo por este levada ao Conselho de Administração em sua primeira reunião e averbada no Livro de Matrícula, mediante o termo assinado pelo Presidente.

Art. 9º - A eliminação do associado, que será aplicada em virtude da infração da Lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de reiterada notificação ao infrator. Os motivos que a determinaram deverão constar no termo lavrado no Livro de Matrícula e assinado pelo Presidente da Cooperativa.

§ 1º - Além de outros motivos, o Conselho de Administração de verá eliminar o associado que:

- 1 - Vier a exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com os seus objetivos;
- 2 - Houver levado a Cooperativa à prática de atos judiciais para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
- 3 - Depois de notificado, voltar a infringir disposições da Lei, deste Estatuto, das Resoluções ou deliberações da Cooperativa.

§ 2º - Cópia autêntica da decisão será remetida ao interessado por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§ 3 - O atingido poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembléia Geral.

Art. 10 - A exclusão do associado será feita:

- I - Por dissolução da pessoa jurídica;
- II - Por morte da pessoa física;
- III - Por incapacidade civil não suprida;
- IV - Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na Cooperativa.

Parágrafo único - A exclusão do associado, com fundamento nas disposições do item IV deste artigo, será feita por decisão do Conselho de Administração, aplicando-se, no caso, o disposto no artigo 9º.

Art. 11 - Em qualquer caso, como nos de demissão, eliminação ou exclusão, o associado só terá direito à restituição do capital que integralizou, acrescido dos respectivos juros e das sobras que lhe tiverem sido registradas, obrigando-se com as despesas cabíveis e os prejuízos porventura suscetíveis de rateio.

§ 1º - A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigida depois de aprovado, pela Assembléia Geral,

o balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º - A administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital e juros seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

§ 3º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número tal que as restituições das importâncias referidas no artigo possam ameaçar a estabilidade econômica - financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardam a sua continuidade.

§ 4º - As obrigações do associado perduram, para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício em que o associado deixou de fazer parte da sociedade.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 12 - O capital da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a CR\$ 166.750,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes de valor unitário igual ao valor de referência da União, desprezando-se as frações de centavos.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não poderá ser negociada de modo algum nem dada em garantia; sua subscrição, realizada, transferência ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcialmente, será escriturada no Livro de Matrícula mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

07
o balanço do exercício em que o associado tenha sido desligado da Cooperativa.

§ 2º - A administração da Cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital e juros seja feita em parcelas iguais e mensais, a partir do exercício financeiro que se seguir ao em que se deu o desligamento.

§ 3º - Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de associados em número tal que as restituições das importâncias referidas no artigo possam ameaçar a estabilidade econômica - financeira da Cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardam a sua continuidade.

§ 4º - As obrigações do associado perduram, para os demitidos, eliminados ou excluídos, até que sejam aprovadas pela Assembleia Geral as contas do exercício em que o associado deixou de fazer parte da sociedade.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL SOCIAL

Art. 12 - O capital da Cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a CR\$ 166.750,00 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta cruzeiros).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes de valor unitário igual ao valor de referência da União, desprezando-se as frações de centavos.

§ 2º - A quota-parte é indivisível, intransferível a não associados, não poderá ser negociada de modo algum nem dada em garantia; sua subscrição, realizada, transferência ou restituição será sempre escriturada no Livro de Matrícula.

§ 3º - A transferência de quotas-partes, total ou parcialmente, será escriturada no Livro de Matrícula mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da Cooperativa.

- § 4º - O associado poderá pagar as quotas-partes à vista, de uma só vez ou em prestações, iguais e sucessivas, no prazo máximo de 12 (doze) meses.
- § 5º - Para efeito de integralização das quotas-partes ou de aumento de capital social, poderá a Cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral.
- Art. 13 - Ao ser admitido, cada associado deverá subscrever, no mínimo, 5 (cinco) quotas-partes do capital social.
- I - A Cooperativa reterá 05% (cinco por cento) do movimento financeiro de cada cooperado, que terá por fim o aumento do seu capital social;
 - II - O Conselho de Administração reverá, sempre que necessário, o percentual a que se refere o item anterior, submetendo-se à aprovação pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO V

DAS ASSEMBLEIAS

Seção I

DA ASSEMBLÉIA GERAL

- Art. 14 - A Assembleia Geral dos associados, ordinária ou extraordinária, é o órgão supremo da Cooperativa; dentro dos limites da Lei e deste Estatuto tomará toda e qualquer decisão do interesse da sociedade e suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes e discordantes.
- Art. 15 - A Assembleia Geral será convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.
- § 1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, após uma solicitação não atendida.
- § 2º - Não poderá participar da Assembleia Geral o associado que:
- 1 - Tenha sido admitido após sua convocação;
 - 2 - Tenha infringido qualquer disposição do Inciso II,

do artigo 5º, deste Estatuto.

Art. 16 - Em qualquer das hipóteses referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com a antecedência mínima de 10 (dez) dias para a primeira convocação, de 1 (uma) hora para a segunda e 1 (uma) hora para a terceira.

Parágrafo único - As 3 (três) convocações poderão ser feitas num único edital desde que dele constem, expressamente, os prazos para cada uma delas.

Art. 17 - Não havendo quorum para instalação da Assembleia convocada nos termos do artigo anterior, será feita uma nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único - Se ainda assim não houver quorum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a sociedade, fato que deverá ser comunicado às autoridades do cooperativismo.

Art. 18 - Dos editais de convocação das Assembleias Gerais deverão constar:

- I - A denominação da Cooperativa, seguida da expressão "Convocação da Assembleia Geral", Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- II - O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o endereço do local de sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- III - A sequência ordinal das convocações;
- IV - A ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- V - O número de associados existentes na data da sua expedição, para efeito de cálculo do quorum de instalação e apreciação do critério de representação;
- VI - A assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º - No caso de a convocação ser feita por associados, o edital será assinado, no mínimo, pelos 4 (quatro) primeiros signatários do documento que a solicitou.

§ 2º - Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências mais comumente frequentadas

pelos associados, publicados em jornal e comunicados por circulares aos associados.

Art. 19 - É da competência das Assembléias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros do Conselho de Administração, de Fiscalização ou outros.

Parágrafo único - Ocorrendo destituição que possa comprometer a regularidade da administração ou fiscalização da sociedade, poderá a Assembléia designar administradores e conselheiros provisórios, até a posse dos novos, cuja eleição se efetuará no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 20 - O quorum para instalação de Assembléia é o seguinte:

- I - 2/3 (dois terços) do número de associados, em condições de votar, em primeira convocação;
- II - Metade mais 1 (um) dos associados, em segunda convocação;
- III - Mínimo de 10 (dez) associados, na terceira convocação.

Parágrafo único - Para efeito de verificação do quorum de que trata este artigo, o número de associados presentes, em cada convocação, se fará por suas assinaturas, seguidas dos respectivos números de matrículas, apostas no Livro de Presença.

Art. 21 - Os trabalhos das Assembléias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, auxiliado pelo Secretário da Cooperativa, sendo por aquele convidados a participar da Mesa os ocupantes de cargos sociais presentes.

§ 1º - Na ausência do Secretário da Cooperativa, o Presidente convidará outro associado para secretariar os trabalhos e lavrar a respectiva ata.

§ 2º - Quando a Assembléia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo associado escolhido na ocasião e secretariado por outro convidado por aquele, compondo a Mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 22 - Os ocupantes de cargos sociais, como quaisquer outros asso

ciados, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 23 - Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da Cooperativa, logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, das peças contábeis e do Parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao Plenário que indique um associado para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º - Transmitida a direção dos trabalhos, o Presidente, Diretores e Fiscais deixarão a Mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia, para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º - O coordenador indicado escolherá, entre os associados, um secretário "ad-hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na Ata pelo Secretário da Assembleia.

Art. 24 - As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre os assuntos constantes no edital de convocação.

§ 1º - A votação será secreta, podendo a Assembleia optar pelo voto por aclamação, atendendo-se sempre às normas usuais.

§ 2º - O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos Diretores e Fiscais presentes, por uma comissão de 10 (dez) associados, designados pela Assembleia, e ainda por quantos o queiram fazer.

§ 3º - As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos associados presentes com direito a votar, tendo cada associado, presente ou representado, direito a 1 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 4º - Prescreve em 4 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação da

Lei ou deste Estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia tiver sido realizada.

Seção II

DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 25 - A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar na Ordem do Dia:

- I - Prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal compreendendo:
 - a - Relatório da gestão;
 - b - Balanço;
 - c - Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o Parecer do Conselho Fiscal;
 - d - Plano de atividades da sociedade para o exercício seguinte.
 - II - Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos obrigatórios;
 - III - Eleição dos componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de outros, quando for o caso;
 - IV - Fixação do valor da gratificação de representação para o Presidente da Cooperativa, bem como o da Cédula de Presença, para os demais Conselheiros Administrativos e Fiscais, pelo comparecimento às respectivas reuniões;
 - V - Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os enumerados no artigo 27 deste Estatuto.
- § 1º - Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens I e IV deste artigo.
- § 2º - A aprovação do Relatório, Balanço e Contas dos Órgãos de Administração desonera seus componentes de responsabilidade, salvo os

casos de erro, dolo, fraude ou simulação, bem como de infração da Lei ou deste Estatuto.

Seção III

DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 26 - A Assembleia Geral Extraordinária se realizará sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no Edital de Convocação.

Art. 27 - É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- I - Reforma do Estatuto;
- II - Fusão, Incorporação ou Desmembramento;
- III - Mudança do objetivo da sociedade;
- IV - Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
- V - Contas de liquidante.

Parágrafo único - São necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes para tornar válidas as deliberações de que trata esse artigo.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 28 - A Cooperativa será administrada por um Conselho de Administração composto de 6 (seis) membros, todos associados, com os títulos de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e 3 (três) Conselheiros, correspondendo aos últimos igual número de suplentes, uns e outros eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 2 (dois) anos, sendo obrigatoriamente, ao término de cada período de mandato, renovado de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem compor o Conselho de Administração parentes entre si até o 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

§ 2º - Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da sociedade, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de seus atos, se agirem com culpa ou dolo.

§ 2º - A Cooperativa responderá pelos atos a que se refere o parágrafo anterior, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 4º - Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 29 - São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

§ 1º - O associado, mesmo ocupante de cargo eletivo na Sociedade, que em qualquer operação tiver interesse oposto ao da Cooperativa, não poderá participar das deliberações que sobre tal natureza versarem, cumprindo-lhe acusar o seu impedimento.

§ 2º - Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas, para efeito de responsabilidade criminal.

§ 3º - Sem prejuízo de ação que possa caber a qualquer cooperativado, a sociedade, por seus dirigentes, ou representada pelo associado escolhido em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 30 - O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- 1 - Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

II - Delibera validamente com a presença da maioria dos votos dos presentes, reservado ao Presidente o exercício do voto de desempate;

III - As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas, lavradas no livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas, ao final dos trabalhos, pelos membros do Conselho presentes.

§ 1º - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, o Presidente será substituído pelo Vice - Presidente.

§ 2º - O Vice-Presidente e o Secretário serão substituídos por Conselheiros, e estes por quaisquer de seus suplentes.

§ 3º - Se ficarem vagos, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos do Conselho, deverá o Presidente, ou os membros restantes, se a Presidência estiver vaga, convocar a Assembléia Geral para o devido preenchimento.

§ 4º - Os escolhidos exercerão mandato pelo prazo que restar a seus antecedentes.

§ 5º - Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinarias consecutivas ou a 6 (seis) durante o ano.

Art. 31 - Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da Lei e deste Estatuto, atendidas as decisões ou recomendações da Assembléia Geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da Cooperativa e controlar os resultados.

§ 1º - No desempenho das suas funções cabe-lhes, entre outras, as seguintes atribuições:

1 - Programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades e fixando quantidades, valores, prazos, taxas e demais encargos e condições necessários à sua efetivação;

2 - Estabelecer, em Instruções ou Regulamentos, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições da Lei, deste Estatuto ou das regras de relacionamento com a sociedade, que venham a ser expedidas de suas reuniões;

3 - Determinar a taxa destinada a cobrir as despesas

dos serviços da sociedade assim como o percentual a que se refere o item I do artigo 13 deste Estatuto;

- 4 - Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das despesas administrativas e operacionais;
- 5 - Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- 6 - Fixar as despesas de administração, em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para sua cobertura;
- 7 - Contratar o gerente, técnico ou comercial, fora do quadro social, o contador e ainda fixar normas para a admissão e demissão dos demais empregados;
- 8 - Designar, por indicação do gerente, o substituto deste nos seus impedimentos eventuais;
- 9 - Fixar as normas de disciplina funcional;
- 10- Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares tomadas pelo gerente;
- 11- Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulem dinheiro ou valores da Cooperativa;
- 12- Estabelecer as normas para o funcionamento da sociedade, que constituirão o Regimento Interno;
- 13- Contratar, quando se fizer necessário, um serviço de auditoria, para o fim e conforme o disposto no artigo 112 da Lei 5.764, de 16.12.71 (Lei Cooperativista);
- 14- Indicar o banco ou bancos nos quais devem ser feitos os depósitos de numerário disponível e fixar o limite máximo que poderá ser mantido em caixa;
- 15- Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando, mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral, através de balancetes da contabilidade e demonstrativos específicos;

- 16 - Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de associados, sendo que nos três últimos casos somente após aprovação pela Assembleia Geral;
- 17 - Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral;
- 18 - Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- 19 - Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários, com expressa autorização da Assembleia Geral;
- 20 - Zelar pelo cumprimento das leis do cooperativismo e outras aplicáveis, como também pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal;
- 21 - Substituir, quando o interesse da sociedade o reclamar, o Presidente, Vice-Presidente ou o Secretário da Cooperativa, designando, entre si, outro para o cargo.

§ 2º - O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento do gerente ou do contador, conforme o caso, para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente previamente projetos sobre questões específicas.

§ 3º - As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resolução ou instruções.

Art. 32 - Ao Presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com o gerente;
- II - Verificar frequentemente o saldo de caixa;
- III - Assinar os cheques bancários, juntamente com o gerente;
- IV - Assinar, juntamente com o Secretário, ou outro Conselho designado pelo Conselho, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- V - Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Adm

nistração, bem como as Assembleias Gerais dos associados;

- VI - Apresentar à Assembleia Geral Ordinária;
 - a - Relatório da gestão;
 - b - Balanço;
 - c - Demonstrativo das sobras apuradas ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o Parecer do Conselho Fiscal;
- VII - Representar ativa e passivamente a Cooperativa, em juízo ou fora dele;
- VIII - Elaborar o plano anual de atividade da Cooperativa.

Art. 33 - Ao Vice-Presidente cabe interessar-se permanentemente pelo trabalho do Presidente, substituindo-o nos seus impedimentos inferiores a 90 (noventa) dias.

Art. 34 - Ao Secretário cabe, entre outras, as seguintes atribuições ;

- I - Secretariar e lavrar as atas das reuniões do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;
- II - Assinar, juntamente com o Presidente, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 35 - A administração da sociedade será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida apenas a reeleição de 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos ilegíveis enumerados no artigo 29 deste Estatuto, os parentes dos diretores até o segundo grau em linha direta ou colateral bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º - O associado não pode exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal.

Art. 36 - O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente 1 (uma) vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, com a participação de 3 (três) de seus membros.

§ 1º - Em sua primeira reunião escolherá, dentro os seus membros efetivos, um Presidente, Incumbido de convocar as reuniões e dirigir os trabalhos desta, e um Secretário.

§ 2º - As reuniões poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral.

§ 3º - Na ausência do Presidente, os trabalhos serão dirigidos por substituto escolhido na ocasião.

§ 4º - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão da Ata, lavrada no Livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos, em cada reunião, pelos fiscais presentes.

Art. 37 - Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal o Conselho de Administração ou o restante dos seus membros convocará a Assembleia Geral, para o devido preenchimento.

Art. 38 - Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da Cooperativa, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, também, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- II - Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da Cooperativa;
- III - Examinar se os montantes das despesas e Inversões realizadas estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- IV - Verificar se as operações realizadas e os serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor

às previsões feitas e às convêniências econômico-financeiras de Cooperativa;

- V - Certificar-se de que o Conselho de Administração vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos em sua composição;
- VI - Averiguar se existem reclamações dos associados quanto aos serviços prestados;
- VII - Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- VIII - Averiguar se há problemas com empregados;
- IX - Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas, bem assim quanto aos órgãos de cooperativismo;
- X - Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância de regras próprias.
- XI - Estudar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembléia Geral;
- XII - Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembléia Geral ou às autoridades competentes, as irregularidades constatadas e convocar a Assembléia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes.

Parágrafo único - Para os exames e verificações dos Livros, contas e documentos necessários ao cumprimento das suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal contratar o assessoramento de técnicos especializado e valer-se dos relatórios e informações dos serviços de auditoria externa, correndo as despesas por conta da Cooperativa.

CAPÍTULO VIII

DA REPRESENTAÇÃO

Art. 39 - Será permitida a representação dos associados que tenham domicílio a mais de 50 quilômetros da sede, ou sejam pacientes de doença comprovada.

§ 1º - O mandatário deverá comparecer ao local da Assembléia Geral munido dos respectivos documentos e instrumentos e, ao assinar o Livro de Presença, nele inserir, tam bém, os nomes e os números dos respectivos mandantes.

§ 2º - No caso de enfermidade, é ainda necessária a apresen tação de atestado médico comprobatório.

§ 3º - É vedado, em qualquer hipótese, ao mandatário, repre sentar mais de dois associados.

§ 4º - Do instrumento de mandato deverá constar:

1 - nome, nacionalidade, idade, estado civil, proflis são, residência e número de matrícula do mandatá rio;

2 - Nome, nacionalidade, idade, estado civil, proflis são, residência e número de matrícula do mandante que o assinar;

3 - A firma do mandante devidamente reconhecida ou abo nada por 2 (dois) associados no gozo de seus direi tos sociais e não ocupantes de cargos eletivos na sociedade, que se identificarão pelo nome e número de matrícula;

4 - A declaração de constituição do mandatário para o fim de representação na Assembléia Geral, ordinâ ria ou extraordinária, conforme o caso, convocada para o dia, mês, hora e local, nos termos do Edi tal de Convocação, cuja data de expedição declara rá;

5 - A data de sua elaboração e a declaração de estarem, mandante e mandatário, no gozo de seus direitos so ciais.

§ 5º - A representação caducará com o encerramento dos traba lhos da Assembléia Geral para a qual foi passada.

CAPÍTULO IX

DA RECEITA E DESPESA

Seção I

DOS FUNDOS

Art. 40 - A Cooperativa é obrigada a constituir:

- I - O Fundo de Reserva, destinado a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído de 15% (quinze por cento) das sobras líquidas do exercício;
- II - O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e a seus próprios empregados, constituído de 05% (cinco por cento) das sobras líquidas apuradas no exercício;
- III - O Fundo de Desenvolvimento Econômico, destinado a investimentos em novos projetos, constituído de 30% (trinta por cento) das sobras líquidas do exercício.
- IV - A Cooperativa distribuirá montante igual à taxa de 12% (doze por cento) ao ano, calculado sobre o capital integralizado, em forma de juros, deduzido das sobras líquidas do exercício;

Parágrafo único - Os serviços de assistência técnica, educacional e social, a serem atendidos pelo respectivo Fundo, poderão ser executados mediante convênios com entidades especializadas, oficiais ou não.

Art. 41 - Além da taxa prevista no artigo 40, I, deste Estatuto, revertem em favor do Fundo de Reserva:

- I - Os créditos não reclamados, decorridos 5 (cinco) anos;
- II - Os auxílios e doações sem destinação especial.

Seção II

DO BALANÇO E DAS DESPESAS

Art. 42 - O balanço geral, incluindo o confronto da receita e despesa, será levantado no dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo único - Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços.

Art. 43 - As despesas da sociedade serão cobertas:

- I - As despesas operacionais, diretas ou indiretas, pelos associados que participaram dos serviços que lhes deram causa;

- II - As despesas administrativas, pelo seu rateio em partes iguais entre todos os associados, quer tenham ou não prestado serviços através da Cooperativa, durante o exercício.

Parágrafo único - Para os efeitos do disposto neste artigo, as despesas serão levantadas separadamente.

Seção III

DAS SOBRAS E PREJUÍZOS

Art. 44 - Os prejuízos de cada exercício, apurados em balanço, serão cobertos com o Fundo de Reserva.

Parágrafo único - Se, porém, o Fundo de Reserva for insuficiente para cobrir os prejuízos referidos no artigo, esses serão rateados entre os associados, na razão direta dos serviços prestados.

CAPÍTULO X

DOS LIVROS

Art. 45 - A Cooperativa deverá ter os seguintes livros:

- I - Matrícula;
- II - Atas das Assembléias Gerais;
- III - Atas do Conselho de Administração;
- IV - Atas do Conselho Fiscal;
- V - Presença dos Associados nas Assembléias Gerais;
- VI - Outros fiscais e contábeis obrigatórios.

Parágrafo único - É facultada a adoção de livros e folhas soltas ou fichas:

Art. 46 - No Livro de Matrícula os associados serão inscritos por ordem cronológica de admissão, e dele deverão constar:

- I - O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência do associado;
- II - A data de sua admissão e, quando for o caso, a de sua demissão a pedido, de eliminação ou exclusão;

- III - A conta corrente das suas quotas-partes do capital social.

DA DISSOLUÇÃO

Art. 47 - A Cooperativa se dissolverá voluntariamente, quando assim deliberar a Assembleia Geral através dos votos de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos associados presentes, salvo se o número mínimo de 20 (vinte) associados, pessoas físicas, se dispuser a assegurar a sua continuidade.

§ 1º - Além da deliberação espontânea da Assembleia Geral, de acordo com os termos previstos neste artigo, acarretarão a dissolução da Cooperativa:

- I - A alteração de sua forma jurídica;
- II - A redução do número de associados a menos de 20 (vinte) pessoas físicas ou de seu capital social a um valor inferior ao estipulado no caput do artigo 12 deste Estatuto, para capital social mínimo, se, até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não inferior a 6 (seis) meses, eles não forem restabelecidos;
- 3 - O cancelamento da autorização para funcionar;
- 4 - A paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

§ 2º - Nas hipóteses previstas no parágrafo anterior, a dissolução da Cooperativa poderá ser promovida judicialmente, a pedido de qualquer associado ou do INCRA, caso a Assembleia Geral não a realize por sua iniciativa.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 48 - Os Fundos a que se referem os itens I e II do artigo 40 deste Estatuto são indivisíveis entre os associados, ainda que no caso de liquidação da sociedade, hipótese em que serão, juntamente com o remanescente, destinados ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo.

Art. 49 - Para que não fique acéfala a administração da Cooperativa, os mandatos dos ocupantes de cargos dos Conselhos de Administração e Fiscal perduram até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária correspondente ao exercício em que tais mandatos findam.

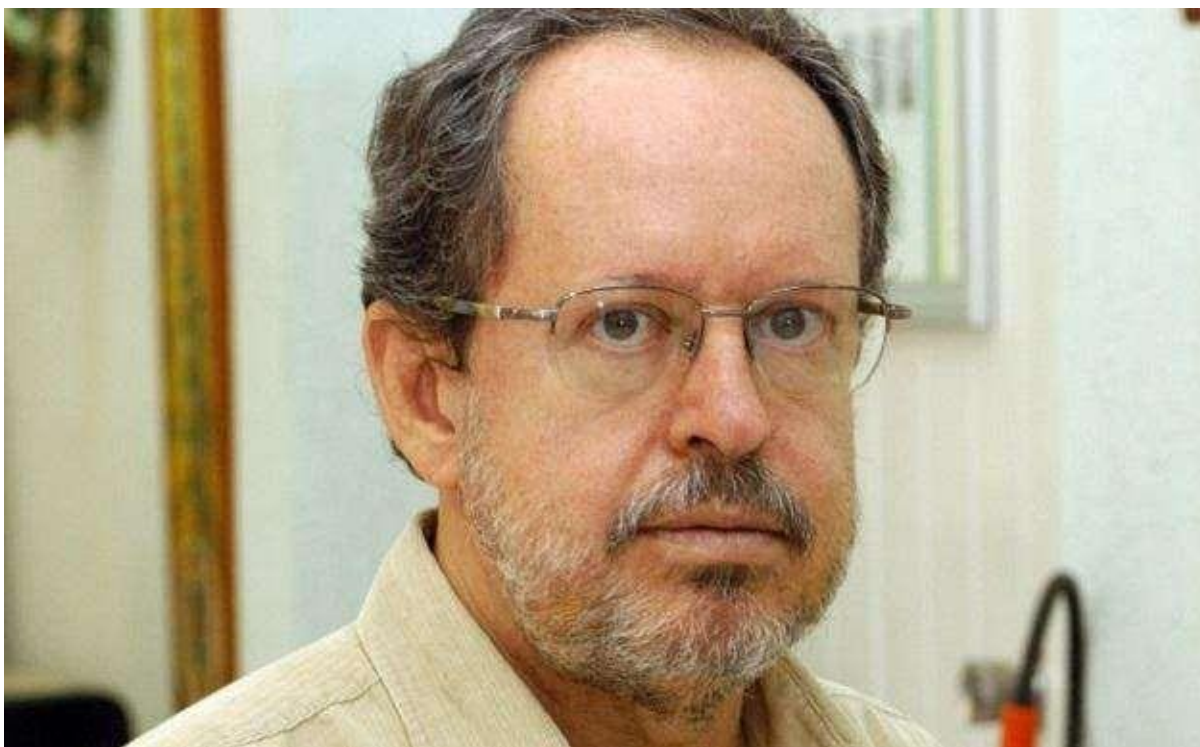
Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, ouvidos os órgãos assistenciais e de fiscalização do Cooperativismo.

/LAB

HISTÓRIA

***Projornal* mostrou ser possível a união de jornalistas para trabalho conjunto**

A rica experiência cooperativista de goianos | 11.04.21 - 18:49



JALES NAVES (FOTO: ARQUIVO PESSOAL)

A Redação

Goiânia - A Cooperativa dos Jornalistas de Goiás (*Projornal*) demonstrou ser possível a união dos profissionais de uma mesma área para atuarem em conjunto, de forma organizada e produtiva, com resultados para aqueles que efetivamente participarem de suas atividades. A opinião é do jornalista Jales Naves ao responder o questionário da jornalista Kalyne Menezes, que faz doutorado em Comunicação, Cultura e Cidadania na Universidade Federal de Goiás (UFG) e vai abordar a *Projornal* em sua tese. “É um sistema que funciona e exige muita disciplina e educação para a

¹²⁰ Link de acesso: <https://www.aredacao.com.br/noticias/149261/Projornal-mostrou-ser-possivel-a-uniao-de-jornalistas-para-trabalho-conjunto?fbclid=IwAR0tt2yahJCzS0-SVQRRhF-Gi0SEIMBWsK2ycYNur-KqMmfEg4y97jMBslo>

cooperação, compreender o momento e a responsabilidade de cada um em todo o processo”, afirmou, para acrescentar: “Não é fácil, mas é viável. Ela deixou o exemplo”.

Ele integrava um grupo de jornalistas formados pela UFG que se reunia com frequência para discutir questões da área e trabalhou em conjunto em algumas atividades. Eles se uniram mais a partir da demissão de um deles de um semanário goianiense e denunciaram as dificuldades do mercado de trabalho em Goiás no I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, realizado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, em 1978.

O grupo continuou unido e buscou alternativas. Jales coordenou as discussões que levaram à criação da *Projornal*, a terceira fundada no Brasil. Ele explicou que a Cooperativa nasceu da análise crítica do jornalismo praticado em Goiás, diante das fortes restrições no mercado, com fechamento de publicações e de sucursais, como do “Jornal de Brasília” e do “Correio Braziliense”.



Kalyne Menezes, doutoranda em Comunicação pela UFG (Foto: Arquivo Pessoal)

Discussões e trabalho conjunto

Desde a época da Universidade – explicou – “vínhamos nos reunindo, muitos colegas, para conversas, discussões e trabalhos conjuntos, para participar das entidades existentes, como a Associação Goiana de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Goiás, e estando sempre próximos. O mercado de trabalho estava em expansão, mas com reduzidas oportunidades para os novatos, e tínhamos uma participação mais organizada”. Em 1976, a convite do jornalista José Asmar, da nova

direção dos Diários Associados em Goiás, o grupo assumiu a Redação da “Folha de Goiaz”, quando Jales foi Chefe de Reportagem da equipe, e implantou um novo ritmo, em termos jornalísticos, que chegou a preocupar a concorrência. Ficaram apenas três meses nessa experiência.

Depois, ele viajou para a Bélgica, onde começou um curso de pós-graduação em Comunicação na Universidade Católica de Louvain. Ao retornar a Goiânia, em julho de 1978, foi convidado trabalhar no jornal “Cinco de Março”, onde já estavam muitos colegas. Logo de início teve um problema: não aceitou o sistema adotado pela empresa, de não anotar o salário na carteira de trabalho. Em função disso, foi demitido e, ato contínuo, toda a redação se demitiu, voluntária e solidariamente. “Esse ato nos uniu mais, e decidimos continuar juntos”, enfatizou.

Era outubro e no final do mês decidiram denunciar a difícil situação do mercado de trabalho em Goiás e questões afins no I Congresso Nacional de Jornalistas pela Liberdade de Imprensa, na Câmara Municipal da Capital paulista, nos dias 26 a 28. Nesse encontro a delegação de Goiás assumiu e defendeu a proposta do jornalista Joãoimar Carvalho de Brito Neto, intitulada “No desrespeito ao trabalho, o cerceamento da liberdade”, no qual incluiu a “Nota de esclarecimento” sobre episódios recentes na imprensa goiana.

Nele, Joãoimar afirmou que “em Goiás a censura empresarial tem se constituído no maior obstáculo a uma prática jornalística correta. Ou seja: que atenda ao leitor. No entanto, há outros problemas, concretos. Nós entendemos que a prática do Jornalismo corresponde a um direito que não se restringe a uma categoria profissional (os jornalistas). E mais do que isto, o Jornalismo, sobretudo numa região como a nossa, deve se constituir num indispensável instrumento de transformação da realidade”. Criticou o estreito relacionamento entre empresas jornalísticas e o Estado, de dependência financeira, não incentivando a atuação do profissional. Apontou, como consequência, que cai o nível da informação, reduz a preocupação social do jornalista; uniformiza a informação; e desestimula a reportagem investigativa, além de limitar o mercado de trabalho.

Da união surge a *Projornal*

Na volta a Goiânia, o grupo decidiu continuar unido e buscou alternativas. Uma delas foi a criação de uma Cooperativa de Jornalistas, a partir de um modelo que vinha repercutindo em Porto Alegre, a Coojornal, que surgiu em 1974 e tinha seu jornal com esse nome. “Coordenei a Comissão Organizadora dessas discussões e em 12 de dezembro de 1978 criamos a Cooperativa dos Jornalistas de Goiás Ltda. (*Projornal*)”, destacou. Seus objetivos: organizar, reunir, registrar e editar a produção de seus associados; executar serviços de imprensa e propaganda; e produzir jornais, revistas, livros e outras publicações.

A primeira Diretoria da Cooperativa (1979-1981) foi presidida pela jornalista Marli Brasil, “que teve pulso forte para administrá-la nos difíceis dois primeiros anos – era uma primeira experiência de gestão para todos, manteve o equilíbrio financeiro e enfrentou com firmeza as disputas internas, sempre prejudiciais a qualquer projeto coletivo”, destacou.

Nesse primeiro mandato (1979-81) Jales integrou o Conselho de Administração da Cooperativa, coordenou seu Departamento de Jornalismo (Pequenas Publicações), que prestava serviços para terceiros, e foi eleito membro do Conselho Editorial do “Jornal de Deboche”, veículo próprio da *Projornal*.

Agência de Notícias e pequenas publicações

A *Projornal* foi criada por 29 profissionais e começou seu trabalho por uma Agência de Notícias, para produzir e vender o trabalho jornalístico dos associados, e pela elaboração e produção de jornais para empresas públicas e privadas, como as cooperativas agropecuárias, para numa segunda etapa lançar o seu próprio jornal. “O planejamento foi otimista: produção de 10 jornais por mês, para gerar receita para manter a Cooperativa e trabalho para os cooperados. O entusiasmo foi grande, mas esbarrou na falta de profissionais de outras áreas para viabilizar os negócios, como publicitários e pessoal de venda, para prospectar e trazer novos serviços. Já no início não conseguimos realizar atividades para utilizar a mão de obra de seus integrantes, criando um certo desestímulo”, sublinhou.

No planejamento orçamentário de 1979 o que foi projetado para ser realizado em um mês acabou sendo feito em um ano, por falta de pessoal e de estrutura: oito jornais, tamanhos tabloide e ofício, totalizando 27 edições – “O Barnabé”, da Associação dos Funcionários Públicos do Município de Goiânia; “O Liberal”, do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Goiás; “Informe Comigo”, da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano, de Rio Verde; “Compsgol Jornal”, da Cooperativa Mista dos Produtores de Soja de Goiatuba; “Informativo Campal”, da Cooperativa Agropecuária Mista de Paraúna; “Jornal das Cooperativas”, da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás; “Informativo”, do Clube de Engenharia de Goiás; e “Teto”, da Companhia de Habitação de Goiás.

Nesse primeiro ano a Agência *Projornal* produziu 53 reportagens e as comercializou – duas delas foram de autoria de Jales Naves: “O movimento estudantil já existe de novo em Goiás”, publicada no “Jornal Opção” de 18.04.1979, elaborada em conjunto com Laurenice Noleto Alves e comentário de Marly Paiva; e “A chacina do Meruri – Crime sem castigo”, com comentário de Antônio Carlos Moura, no jornal “Cinco de Março”, de 02/08.04.1979. Quanto às demais matérias, os jornais “O Popular” e “Jornal de Brasília” publicaram simultaneamente um caderno, utilizando 15 textos; e ainda foram veiculadas na “Folha de Goiaz” e no “Top News”, de Goiânia; no “Coojornal”, de Porto Alegre; “Jornal da República”, de São Paulo; e na revista “IstoÉ”.

“Era intenção, também, provocar abertura no mercado de trabalho, oportunizando a profissionais que até então não tinham tido o devido aproveitamento de suas potencialidades; oferecer posicionamento crítico ao leitor quanto ao que recebia da imprensa diária; e servir de apoio, inclusive formando pessoal e prática editorial”. Para ele, “foi uma experiência positiva, que contribuiu para discutir o jornalismo feito em Goiás, mas que esbarrou na falta de estrutura empresarial e comercial da Cooperativa”.

A *Projornal* também lançou o livro de poemas “Cantigas menores”, de dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, MT.

Luta pela sobrevivência e trabalhos

Na luta pela sobrevivência, 1980 repetiu os dados do primeiro ano, com a produção de 23 trabalhos: “Jornal das Cooperativas”, da OCG, quatro edições; “Compsegol Jornal”, igualmente quatro edições; “O Liberal”, três edições; “Informativo Construart”, de Cuiabá, MT, uma edição; “Teto”, da Cohab-GO, três edições; “Informativo Campal”, duas edições; “Informativo Municipal”, da Prefeitura de Petrolina de Goiás, uma edição; “O Barnabé, da AFPMG, duas edições; “Informativo ASCEEG”, da Associação dos Servidores da Caixa Econômica do Estado de Goiás, três edições; “O Comurguinho”, da Associação dos Servidores da Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg), uma edição; e “O Mineral”, do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado de Goiás, uma edição.

A Agência *Projornal* produziu 55 reportagens, das quais 18 em atendimento a acordo com o Conselho Editorial da ‘Mesa Redonda’, que sete entidades da área de Engenharia mantiveram semanalmente, primeiro em “O Popular” e depois no “Diário da Manhã”.

Incentivar novas fontes de trabalho

Nas discussões que faziam na época, concluíram que o padrão da imprensa goiana não correspondia ao potencial existente para melhor exercitá-la, não havia perspectivas de crescimento e muitas publicações morreram no nascedouro ou com pouco tempo de existência. “As restrições continuavam progredindo e inviabilizando novos projetos”, enfatizou. “Era um número considerável de jornalistas capacitados e eficientes, cujo trabalho profissional poderia adquirir uma projeção bem maior se devidamente aproveitado. Além disso, o Curso de Jornalismo da UFG, desde 1971, jogava novos jornalistas no mercado, sem encontrarem uma equivalente oportunidade por parte das empresas”.

A ideia era privilegiar e incentivar novas fontes de trabalho, para não permitir que o Curso de Comunicação fosse apenas um núcleo de preparação de mão-de-obra para determinadas empresas jornalísticas. Da mesma forma, absorver esses profissionais disponíveis “e, pretensamente, reorientar o próprio sentido dos meios de comunicação, considerando que os cooperados seriam os donos de sua produção, com essa estrutura localizada no próprio Estado”.

“O modelo da Coojornal serviu de base. No entanto, eles estavam em estágio diferente, inclusive economicamente, criaram uma estrutura mais apropriada e

conseguiram dar passos mais direcionados para o veículo próprio, avançando mais", afirmou Jales Naves.

Em suas observações, o planejamento da *Projornal* "foi muito otimista para um mercado que não conhecíamos e não tivemos condições de montar uma estrutura profissional e empresarial para apoiar esse início". Começou com um capital pequeno, cada um com Cr\$ 5.750,00, para integralização de cinco cotas partes, o que totalizava um capital subscrito de Cr\$ 166.750,00. A projeção era gerar uma receita de Cr\$ 4,1 milhões já no primeiro ano, com produção jornalística, "e o resultado ficou bem abaixo". Inclusive, nem todos conseguiram subscrever suas cotas.

Bem aceita pelos jornalistas

Os jornalistas receberam muito bem a criação da Cooperativa, muitos se mostraram surpresos, mas não houve uma aproximação com as entidades e os profissionais "não abraçaram a proposta de mudança que pensávamos ser possível fazer. Quem já estava empregado ficou em seu canto", esclareceu.

Quando foi montado o "Jornal de Deboche", sem muita discussão interna e sem um planejamento com base na realidade, inclusive nas partes de gestão e financeira, "sentimos a dificuldade dessa proposta: desde o início foi pequena a participação dos cooperados, basicamente dos seus idealizadores, e mais de quem não era associado", afirmou, para completar: "A questão gerou muita polêmica, criou animosidades e mostrou o despreparo para uma ação conjunta de todos, pela forma como o assunto foi conduzido".

Trabalho amador, sem profissionalismo

Olhando hoje, de longe, Jales considerou que eles foram, na época, muito amadores, sem profissionalismo ou mentalidade empresarial, e por isso "deixamos de ocupar espaço no mercado. Produzimos jornais para empresas, matérias jornalísticas para jornais e revistas e fotos, e poderíamos ter ido mais longe, com projetos mais ousados, viáveis e importantes para todos, especialmente em termos de contribuição política".

Dos veículos de informação para terceiros faziam a parte técnica e encomendavam os serviços gráficos, que eram entregues direto nas empresas. Com o "Jornal de Deboche", produção própria, "não tínhamos uma estrutura de comercialização e o sistema de distribuição dos exemplares nas bancas era precário, o que não possibilitou sua maior circulação".



Capa da primeira edição do "Jornal das Cooperativas" (Foto: Arquivo de Jales Naves)

Falta de informações e de educação para a cooperação

As maiores dificuldades enfrentadas – como explicou – foram a falta de conhecimento do sistema cooperativista, de uma educação para a cooperação, de uma visão mais empresarial do projeto, que possibilitasse a geração de receitas e o maior aproveitamento do potencial de seus cooperados, e de mais envolvimento de todos no projeto. “Faltou criar uma estrutura de apoio e suporte para comercialização dessa produção e utilização da mão-de-obra existente”, acrescentou. “Participei mais nos dois primeiros mandatos da Cooperativa”.

No segundo biênio (1981/1983) Jales foi eleito Presidente, em chapa única, quando manteve o mesmo entusiasmo do início da Cooperativa, com seu trabalho e suas propostas para torná-la uma alternativa de ocupação para os cooperados. Entre os

planos, a ampliação do número de publicações para terceiros e a criação de cadernos, para discutir temas específicos e comercializá-los com os veículos de comunicação; para vestibulandos, mostrando nossa história e a realidade socioeconômica e política; e um terceiro, com o selo 'Debate', para discutir a história, levantar informações e reescrevê-la. Eram muitas as ideias e poucos para viabilizá-las.

“A grande maioria dos cooperados tinha emprego, dedicava-se a ele e não se dispôs a enfrentar as adversidades naturais quando se vai ousar e construir novos caminhos”, enfatizou.

Quando deixou a presidência da Cooperativa e transferiu para os colegas a condução de seus trabalhos, passou a dar maior assistência à OCG. Tinha sido indicado pela *Projornal* para representá-la na direção da entidade representativa do sistema estadual, a Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (OCG). Depois de três meses, com a renúncia do Presidente, foi eleito, por unanimidade, para concluir o mandato, e acabou ficando 10 anos na função.

Repercussão nas Redes Sociais:

De acordo com o site do jornal A Redação, a matéria teve 102 compartilhamentos pelo Facebook, dentre os quais destacamos:



28

7 comentários 2 compartilhamentos

 Curtir

 Comentar

 Compartilhar



Jales Naves

A Cooperativa dos Jornalistas de Goiás foi uma rica experiência, mostrou-se viável e ficou como exemplo.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d

 4



Ana Maria de Souza

Particpei nos anos 80 dessa rica experiência e foi o excelente aprendizado.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d

 4



Marly Paiva

Fico feliz por saber que a jornalista Kalyne Menezes escolheu a Projornal como tema de sua tese. Foi sonho que abraçamos com grande dedicação e entusiasmo. Mesmo antes de deixar meu emprego na Rádio Universitária para trabalhar mais na cooperativa, eu... Ver mais

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d

 3



Kalyne Menezes

Marly Paiva, fico feliz de poder contribuir pra contar essa história. Espero conversarmos em breve sobre essa experiência.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d

 2



Tatiana Takeda



 1

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d



Elvira Naves

Parabéns! Jales Naves muito rica a sua experiência no jornalismo.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 1 d

 1



José Osório Naves

Jales sempre foi um grande idealistas, jornalista íntegro e escritor-pesquisador reconhecidamente competente.

[Curtir](#) · [Responder](#) · 22 h

 5

 **Valterli Guedes**
11 de abril às 22:40 · 🌐



AREDACAO.COM.BR

Projornal mostrou ser possível a união de jornalistas para trabalho conjunto - @aredacao

👍 19 6 comentários

 Curtir  Comentar  Compartilhar

 **Valterli Guedes**
Creio que a Kalyne Menezes fara um bom trabalho.
Curtir · Responder · 1 d 5

 **Rosana Borges**
Valterli fará sim, Estou orientando a Kalyne no PPGCOM.
Curtir · Responder · 20 h 1

 **Valterli Guedes**
Rosana Borges



Curtir · Responder · 19 h 1

 **Valterli Guedes**
👍 😊
Curtir · Responder · 19 h 1

 Escreva uma resposta... 🗨️ 📷 📺 📺

 **José Osório Naves**
Jales é a minha referência no jornalismo e literatura.



Kalyne Menezes

11 de abril às 22:18 · 🌐

...

Matéria com o jornalista Jales Naves sobre a Projornal, experiência de Jornalismo do final da década de 1970 e 1980 que estudo na tese.



AREDACAO.COM.BR

Projornal mostrou ser possível a união de jornalistas para trabalho conjunto - @aredacao

👍 6

2 comentários

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



Jales Naves

Os cumprimentos pelo estudo dessa experiência, Kalyne, que foi rica, muito representativa para o Jornalismo goiano e pouco discutida. A Projornal foi um marco de união e ficou como exemplo, mesmo com todos os problemas enfrentados na época.

Curtir · Responder · 1 d

👍 1



Kalyne Menezes

Jales Naves agradeço seu apoio e participação na pesquisa, ainda em andamento. Espero, ao final, ter um resgate histórico da cooperativa à altura do que ela representou para o Jornalismo goiano.

Curtir · Responder · 1 d

👍 1